

Ricardo Abramovay

DE CAMPONESES A AGRICULTORES
Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão

Tese de doutoramento
apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais do Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas

Maria JG

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida
e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/12/90

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Campinas, 1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

17/12/90

Para minha mãe

Introdução

A estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados tem sido pouquíssimo estudada entre nós, deixando à sombra um fato decisivo: é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade - pletórica mesmo - que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas.

Esta afirmação costuma despertar desconfiança e mesmo ceticismo. Afinal, num mundo onde a concentração econômica impera em praticamente todos os setores, como é possível que a agricultura forme exceção? De fato, quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente ao espírito é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas.

Evidentemente, não é disso que se trata aqui. A natureza fundamentalmente empresarial dos mais importantes estabelecimentos agrícolas nos países centrais, sua capacidade de inovação técnica e de resposta aos apelos de mercado estão fora de dúvida. O que é paradoxal - e tem merecido pouca atenção - é justamente o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho nestas empresas e portanto as razões

pelas quais a agricultura capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social.

Este desconhecimento não é grave apenas sob o ângulo de uma geografia agrária mundial. Tampouco ele se deve, é claro, a dificuldades no acesso a informações empíricas a respeito. Na verdade são razões de natureza teórica que explicam o obscurecimento em que foram colocadas, sobretudo entre nós, as particularidades sociais da agricultura no capitalismo avançado: o paradigma a partir do qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (1899/1969) e Kautsky (1899/1970), como veremos no capítulo 1, vem-se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a idéia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo.

Um outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambiguidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre este tipo de estabelecimento e "small farm", "pequena produção", "produção de baixa renda", "agricultura camponesa", entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a IIa Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados: por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado - e este é um aspecto decisivo - a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existente: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. É claro que esta intervenção só foi possível pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada, diferentemente do que ocorria em outros setores econômicos. Mas coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante. Seria um

equivoco, entretanto, imaginar que estas políticas resultam fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade, elas foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970.

Não se trata aqui - é importante desde o início deixar claro este ponto ao qual voltaremos com frequência - de qualquer tipo de "funcionalidade estrutural da pequena produção", idéia que norteou grande quantidade de trabalhos sobre a agricultura familiar na América Latina sobretudo nos anos 1970. Primeiramente pelo fato de não ser absolutamente "pequena" a agricultura à qual nos referimos. Neste sentido as noções, tão caras ao althusserianismo, de articulação de modos de produção, de recriação do velho pelo novo, do atraso explicado pelo progresso, são inadequadas. Tanto mais que - este é o segundo ponto - a agricultura familiar do capitalismo central é antes de tudo uma criatura do próprio Estado que moldou inteiramente sua feição atual: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do

processo de inovação técnica, a agricultura contemporânea vive o paradoxo de um setor atomizado, onde entretanto o peso do Estado é determinante. Não que a concorrência tenha sido abolida: ela opera, entretanto, num quadro de permanente organização pública dos mercados.

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. Os quatro primeiros capítulos que compõem a Parte I deste trabalho procuram lançar os elementos conceituais que permitem uma diferença substancial entre estes agricultores aos quais até aqui nos referimos e os camponeses. Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas e uma família rural na Índia cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa. É possível uma distinção conceitual entre estas duas formas fundamentais de produção familiar? A resposta a esta questão na primeira parte do trabalho é afirmativa, mas condiciona-se a que se busque a raiz da diferença fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas. A própria racionalidade da organização familiar não depende - é o que se verá - da

família em si mesma, mas ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

Embora recorra a exemplos de pesquisa de campo das quais participei, as conclusões desta primeira parte não se baseiam num estudo de caso. A tentativa foi sobretudo examinar como diferentes correntes de pensamento e vertentes de especialização profissional encaram o camponês. É possível responder à questão "o que é camponês"? Os dois primeiros capítulos dão conta do debate existente no início do século entre os clássicos marxistas da questão agrária por um lado e Alexander Chayanov, por outro, a respeito. Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky). Trata-se aí de uma simples aplicação do marxismo ao estudo da agricultura? Nada é menos evidente: os clássicos marxistas da questão agrária refletem muito mais as circunstâncias específicas em que viveram do que uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo, como veremos no capítulo I.

Já Alexander Chayanov e posteriormente o polonês Jerzy Tepicht (capítulo II) procuram justamente aquilo que aos

olhos marxistas pareceria um contra-senso: uma definição de campesinato cuja base seja a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico.

O capítulo III expõe três modelos de equilíbrio microeconômico da família camponesa. O objetivo é duplo. Primeiramente lembrar que o tema chayanovista do equilíbrio é retomado por parte importante da economia do desenvolvimento nos anos 1960, nos Estados Unidos. Além disso, trata-se de explorar a fundo os determinantes do comportamento econômico camponês, de sua "morfologia" para falar como Chayanov.

No capítulo IV a idéia é conhecer o ambiente cultural, social e econômico no qual as lógicas específicas examinadas nos capítulos II e III operam. O capítulo explora a noção de sociedades camponesas, tal como expostas pela antropologia clássica voltada ao tema (Redfield, Kroeber, Wolf) mostrando que a partilha de laços comunitários, bem como um conjunto de regras coletivas, marcam as particularidades sociais e culturais do campesinato. Sob o ângulo econômico, o capítulo explora a idéia de que são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos (Ellis, 1988; Friedmann, 1980). Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores

familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. Neste sentido, a noção muito difundida, sobretudo nos anos 1970, de que o camponês está "integrado ao capital", de que é um "modo de produção subordinado" peca por um problema conceitual elementar. O que esta noção escamoteia são os próprios limites da racionalidade econômica do campesinato, sua natureza fundamentalmente incompleta. Tanto Weber como Marx, em suas poucas observações a respeito corroboram esta crítica. Explicar a existência camponesa a partir da "lógica do capital" é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas.

Delimitado o terreno a respeito do que é campesinato, podemos voltarmo-nos, na Parte II do trabalho ao estudo da estrutura social da agricultura no capitalismo avançado. O material empírico reunido nos capítulos V (Estados Unidos), VI (Grã-Bretanha) e VII (Europa Continental) não é evidentemente exaustivo - tanto mais que se trata de fontes secundárias - mas basta para deixar patente a natureza predominantemente familiar da agricultura. O interesse do caso norte-americano vem não só do fato de ser a maior nação agrícola do mundo, como também por ser frequente a suposição falsa de que aí o assalariamento predomina economicamente sobre o trabalho familiar. O caso britânico é tanto mais

ilustrativo que foi tomado pela economia política clássica até Marx como o exemplo do rumo que seguiria o capitalismo em seu desenvolvimento. É bem verdade que a separação entre as figuras do proprietário fundiário e do capitalista não demorou a ser considerada muito mais como exceção do que regra. O mesmo não pode ser dito entretanto da formação de uma classe de assalariados agrícolas que, até hoje, é tomada como um dos grandes sinais do desenvolvimento capitalista no campo, apesar de seu peso nitidamente minoritário. O capítulo VII reúne informações sobre a Europa Continental e aí são fornecidas informações um pouco mais detalhadas sobre as políticas estatais de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo com base no caso francês.

Como explicar estas particularidades nas agriculturas mais avançadas do mundo? Evidentemente, o terreno aí é vastíssimo e uma resposta verdadeiramente satisfatória só poderia resultar de estudo histórico minucioso de um conjunto significativo de países. A quantidade de variáveis em jogo é imensa. O que me parece essencial - e neste sentido é surpreendente a convergência entre autores marxistas e neoclássicos - é que houve um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade através do mecanismo de preços. A estrutura pulverizada da oferta agrícola foi condição necessária para a operação deste mecanismo, mas não suficiente: sem a intervenção massiva do Estado, a própria

violência das oscilações dos preços acabaria por comprometer a abundância alimentar e a possibilidade de regulação institucional tanto da renda agrícola como dos preços alimentares. Longe de exprimir diretamente os interesses de um segmento da sociedade (a burguesia agrária, a agroindústria, por exemplo), o Estado procurou imprimir à agricultura uma função estratégica na reprodução social como um todo: a de permitir que o peso dos produtos alimentares - e fundamentalmente dos produtos básicos, isto é, cereais; leite, alguns tipo de carnes - nos custos de reprodução da força de trabalho fosse cada vez menor. Com base nos teóricos franceses ligados à teoria da regulação, procura-se mostrar, no capítulo VIII, que esta redução foi importante para o estabelecimento de um novo patamar na acumulação capitalista conhecido pela termo fordismo ou regime intensivo de acumulação de capital: aquele onde se transformam não só os processos produtivos na indústria, mas o próprio padrão de consumo da classe operária, no sentido de incorporar a sua cesta de bens, um conjunto de mercadorias saídas das novas correntes de produção.

Trata-se então aqui de discutir a agricultura sob o ângulo de suas funções macroeconômicas, estruturais, no desenvolvimento capitalista. A agricultura não pode ser considerada como um simples segmento da divisão social do trabalho. Mas é importante notar - por aí se conclui o capítulo VIII - que este papel estratégico de rebaixamento

dos preços alimentares pode ser cumprido pela agricultura em virtude não só de sua especificidade social e da intervenção do Estado, mas também das particularidades naturais que tornam absurda a expressão tão corrente na nossa literatura de "industrialização da agricultura". A regulação estatal da renda e dos preços agrícolas cuja base objetiva é fornecida pela estrutura atomizada da oferta agrícola apóia-se sobre a dificuldade real de que empreendimentos baseados fundamentalmente em trabalho assalariado sejam a regra da prosperidade no campo. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato de a agricultura lidar diretamente com elementos vivos, em suma, os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo são elementos decisivos para a compreensão das particularidades do setor.

Além desta exposição dos principais aspectos de que se compõe o trabalho, devo ao leitor certamente uma explicação adicional. Por que motivo, numa tese de doutoramento, evitar tanto o material empírico, como a própria literatura brasileira de questão agrária? Uma resposta possível é que o material aqui reunido forma um conjunto coerente. É verdade, mas não se trata apenas disso. Cada uma das conclusões deste trabalho traz à tona problemas referentes não só ao caso brasileiro, mas de outros países da América Latina. Por que motivo, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas centrais, tem sido tão importante, em

nosso desenvolvimento agrícola, o peso de empreendimentos baseados fundamentalmente no trabalho assalariado? Até que ponto, a agricultura brasileira tem cumprido aquela função historicamente decisiva nos países capitalistas avançados de contribuir ao rebaixamento dos preços alimentares, no quadro de uma oferta abundante e sob estrito controle do Estado? Qual o sentido, entre nós da chamada "pequena produção" e até que ponto sobre sua base é possível o desenvolvimento de políticas semelhantes às aqui expostas na parte II do trabalho?

O enfrentamento destas questões supõe na verdade o estabelecimento de um referencial teórico e histórico para o estudo da questão agrária muito diferente daquele que domina a partir dos clássicos marxistas. Este trabalho pretende contribuir à formação de um corpo de problemas que extrapole os temas recorrentes da integração entre agricultura e indústria e da ampliação do trabalho assalariado como sinônimos de desenvolvimento capitalista. Não é possível por enquanto adiantar em que sentido esta superação é necessária. Na conclusão da tese exponho o que me parece ser a base de uma agenda de pesquisa que os resultados aqui alcançados sugerem.

Agradecimentos

As preocupações das quais se originou este trabalho nasceram durante os cursos que frequentei no Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. O contacto com diferentes escolas do pensamento sociológico contemporâneo no quadro dos dois semestres do *Seminário de Teoria e Metodologia* mostraram-me que o estudo da tão propalada "crise das ciências sociais" não desemboca fatalmente em paralisia nem conduz ao ceticismo diante do avanço do conhecimento. Os professores Juarez Kubens Brandão Lopes e Vilmar Evangelista Maria conseguiram uma espécie de demolição construtiva (parodiando Schumpeter) da qual acredito que nenhum dos colegas com quem tive o privilégio de partilhar esta experiência intelectual - e aos quais estendo este agradecimento - saiu incólume.

Minha orientadora, a profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley acompanhou a concepção deste trabalho desde o início, discutiu comigo cada capítulo, indicando novas referências bibliográficas - baseadas no seu próprio trabalho, muito próximo ao tema aqui desenvolvido - e sobretudo teve a virtude de fazer com que eu encarasse minhas limitações como o estimulante ponto de partida para novas perguntas. O trabalho com a profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley reforçou em mim a convicção da importância do orientador num trabalho de doutorado, não, é claro, no

sentido de uma identidade integral de pontos de vista, mas pelo debate e sugestões de caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. Esta importância fica realçada quando a orientadora junta-se a amiga de longa data.

O prof. José Eli da Veiga teve participação decisiva na própria definição do tema e em seu desenvolvimento. Espalhadas no texto, as citações que fiz de seu trabalho podem obscurecer o fato de que boa parte das idéias aqui expostas inspiraram-se tanto em seus relatórios de pesquisa, fruto de suas atividades de pós-doutoramento na Universidade de Londres, como de inúmeras conversas que mantivemos durante todo o período de elaboração do trabalho. Colaboração tão estreita e ajuda tão desinteressada resultam, antes de tudo, de uma amizade de vinte anos, onde o trabalho intelectual conjunto tem sido constante.

Os professores José Juliano de Carvalho Filho, Silvia Schor e Ana Maria Bianchi, meus colegas da FEA/USP leram parte dos originais e trouxeram questões que me auxiliaram muito na elaboração final do trabalho. Além disso, os professores Januário Francisco Megale e Ana Maria Bianchi sobrecarregaram-se em suas tarefas didáticas para que eu pudesse concentrar-me em meu trabalho.

Miriam Abramovay (Flacso), Jorge Wertheim (IICA), David Black (IICA), John Garrinson (Fundação Interamericana) e

Gervásio de Castro Rezende (IPEA/RJ) responderam com presteza a solicitações de empréstimo e/ou envio de material bibliográfico e Olimar Pereira de Oliveria auxiliou-me na digitação das tabelas.

O apoio material recebido sob a forma de uma bolsa de incentivo acadêmico da UNICAMP foi importante para tornar este trabalho viável. Sou grato igualmente ao Conselho do Departamento de Economia da FEA/USP, que tudo fez para propiciar condições favoráveis à realização da tese.

Luis Álvaro Leão Gil, Edith Trinca Pinto Alves e Luis Silva, da Unidade de Processamento de Dados da FEA/USP sempre responderam com paciência a solicitude a todos as necessidades de processamento de informações e edição de texto com que me defrontei.

Como sempre, uma tese acaba por tornar-se uma espécie de produção familiar: neste caso, apesar do tempo roubado e da tensão exposta, não foi sob o signo do sacrifício que o trabalho foi escrito. Silvia Bittencourt ofereceu a colaboração decisiva de impedir que meu envolvimento com a tese se tornasse sinônimo de privação da convivência familiar. Se um ambiente familiar afetivo contribui para a produção intelectual, devo agradecer não somente a ela, mas também ao Pedro, ao André, ao Juliano, ao Hélio, à Miriam e

a esta grande figura que é a Dona Léa, a quem dedico este trabalho.

Parte I

Capítulo I

O saco de batatas

Existindo o nome, existe o bicho

Ditado popular nordestino

a) Uma categoria universal ?

É impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx. Por mais que tenha se revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre expressão (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. Particularmente os dois grandes clássicos sobre o tema, publicados ambos em 1899, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1899/1969) e *A Questão Agrária* (Kautsky, 1899/1970) que já chegaram até a ser vistos, cada um, como o Livro IV d'*O Capital*, só podem ser compreendidos de maneira adequada no quadro das lutas políticas em que se inseriam seus autores, muito mais do que como simples "aplicações" de uma doutrina elaborada, ainda que de maneira incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (1). O fato é que, embora Marx tenha consagrado uma parte importante de sua energia ao estudo da especificidade da agricultura no capitalismo, não é nem de longe em torno das conclusões por ele alcançadas no Livro III d'*O Capital*, nem nas longas partes consagradas ao tema nas *Teorias da Mais Valia* que se organizam os trabalhos

1. Essa é uma das teses básicas do livro de Hussain e Tribe (1981/1983) cuja leitura foi fundamental para a elaboração deste capítulo. Permito-me apoiar neste importante livro boa parte das idéias aqui expostas não só por não ter sido traduzido, mas também por se tratar de obra pouco conhecida do público especializado brasileiro.

de Lênin, de Kautsky e as discussões que tanto a social democracia alemã, como a russa realizaram durante mais de três décadas sobre o assunto (2). Mais que isso, por mais importante que tenha sido a agricultura no trabalho teórico de Marx (3), não existe nada neste trabalho que contemple aquilo tratado, já no final do século XIX, como o eixo de articulação da questão agrária: a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista. Particularmente sobre o campesinato, pode-se encontrar uma abordagem política carregada de profundo ceticismo no *Dezeto Brumário de Louis Bonaparte* (o famoso saco de batatas) e uma intuição teórica genial e precursora no Livro III d'*O Capital*, onde Marx mostra que o

“...preço dos cereais em países em que prepondera a propriedade parcelária está em nível mais baixo que nos países com modo de produção capitalista. Uma parte do mais-trabalho dos camponeses que trabalham sob as piores condições é dada gratuitamente à sociedade e nem sequer entra na regulação dos preços de produção ou na formação do valor em geral. Esse preço mais baixo é, portanto, um resultado da pobreza dos produtores e, de modo nenhum, da produtividade de seu trabalho” (Marx, 1890/1986:261)

Como bem assinalou Tepicht (1973:14),
entretanto, transformar essa passagem em teoria sobre o

2. Basta lembrar que Lênin nem toca na questão da renda da terra e o tratamento dado por Kautsky ao tema, no capítulo V de seu livro, não é usado como referência importante na montagem de seus argumentos.

3. Basta ver, nesse sentido, o volume ocupado pelas questões ligadas à agricultura nas *Teorias da Mais-Valia*, por exemplo (Marx, 1905/1970).

tema pode ser reconfortante, mas não faz avançar em nada o conhecimento científico.

As razões pelas quais o campesinato está praticamente ausente da obra de Marx não podem ser compreendidas com base naquilo que Popper chamou de sociologia ou psicologia da descoberta: não é por etnocentrismo, nem por viver num país onde o campesinato já tinha declinado irreversivelmente (4) que Marx não se dedica a estudar a produção familiar na agricultura, mas por razões que se prendem à própria estrutura lógica de sua obra e cuja explicação exige uma pequena digressão teórica.

Apesar do peso do campesinato na população e mesmo nas lutas sociais na Europa de seu tempo, *O Capital* não é simplesmente um mosaico de conflitos. Nem muito menos uma sociologia destes conflitos. A obra situa-se no plano de uma fenomenologia das formas sociais, onde o ponto de partida contém o destino final da trajetória: a mercadoria resulta de atividade particular, privada, mas voltada, ao mesmo tempo, para a satisfação de necessidades gerais, sociais. O produtor mercantil tem sua existência cindida por sua dupla condição de só poder satisfazer seus interesses quando se volta para o outro: não porém num processo de colaboração direta e imediatamente social, mas no mercado. O que

4. Se é que ele alguma vez aí existiu: Macfarlane (1978/1980) sustenta nunca ter havido na Inglaterra algo próximo a uma "sociedade camponesa".

caracteriza a socialidade no mundo das mercadorias é exatamente a divisão contida em cada produtor - e em seus respectivos produtos - entre sua natureza particular e seu caráter social. Naquilo que os economistas clássicos viam a expressão mesma da evolução da humanidade, o desenvolvimento do comércio, Marx enxerga o drama da socialidade e conseqüentemente da personalidade fragmentada, alienada, tanto mais distante de si mesma e dos outros homens quanto mais próxima deles através deste vínculo desnorteador que é o mercado.

O desenvolvimento do capitalismo nada mais é que a submissão de todas as esferas da vida social a esta condição atomizada. Se, na produção mercantil simples, o produtor e seu produto trazem em si a dupla condição do trabalho privado e ao mesmo tempo social, da coisa útil que é também valor, na produção capitalista a divisão encarna-se em figuras sociais polares: o trabalho abstrato, geral, universal, criador dos elementos materiais que permitem a reprodução social cristaliza-se de um lado, na classe operária; a particularidade, o caráter privado do modo de ser característico do mundo mercantil fixa-se no outro lado, na classe burguesa. A diferenciação social dos produtores, neste sentido, não decorre de um exercício classificatório levado adiante pelo cientista social: ela não tem a mesma natureza que a estratificação por faixa etária, ocupação profissional, grau de instrução etc. é do interior mesmo da

mercadoria que emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais. Conseqüentemente, é do desenvolvimento das lutas entre estas classes que vai depender a organização social como um todo, bem como seu destino.

Mas - e é nesse sentido que Marx não faz um trabalho sociológico - o desfecho da batalha é dado de antemão, bem como seu sentido geral: a tendência a que os homens dependam cada vez mais uns dos outros na reprodução de sua vida material, sem que entretanto possam ter um controle racional sobre essa sua dependência, a generalização do trabalho assalariado, mediatizado porém pelo capital, a constituição de um sujeito coletivo responsável cada vez mais pela produção social, mas preso por sua submissão a proprietários privados, esse conjunto de contradições é resolvido quando esta nova espécie criada pelo capitalismo (o trabalhador coletivo) exerce a

"cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho" (Marx, 1867/1985:294)

e instaura portanto uma outra socialidade baseada antes de tudo na cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos, mas sobre a base das grandes conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu (5). O trabalho, em Marx, para

5. Já na Ideologia Alemã, Marx mostra que, historicamente, com o capitalismo,

usar a expressão de Habermas (1968/1987:43-60), tem uma função de "síntese": não o trabalho na sua particularidade, mas ao contrário, como incorporação da socialidade nova que o capitalismo implanta irracionalmente, anarquicamente e que a supressão do capitalismo permite controlar pela vontade inteligente e planejadora.

Essas reflexões e seu caráter inevitavelmente abstrato não pretendem ser um resumo, mesmo que parcial, das idéias de Marx. O objetivo é mostrar que responde a uma razão de natureza ontológica - que se refere à maneira como Marx concebe a vida social - a existência de duas classes como *dramatis personae* d'*O Capital*: a sociedade capitalista, na concepção de Marx, é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho e portanto, a preparação para uma organização social racionalmente disposta e controlada. é na polarização dada pelo duplo caráter da própria socialidade no mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas, das classes em luta para a formação de um mundo novo.

Se este é o empreendimento, de fato não tem sentido, em tal plano de análise, estudar qualquer outra forma de organização social, senão em sua relação com o desenrolar da tragédia e, portanto, sob este prisma, nada mais lógico que

"des individus ressortissants à l'histoire universelle et empiriquement universels surgissent à la place des individus locaux" (*apud* Gorz, 1988:38).

os camponeses, quando mencionados, aparecerem como espécies fatalmente condenadas à diferenciação, e conseqüentemente à eliminação social.

"It is also a law that economic development distributes functions among different persons; and the handicraftsman or peasant who produces with his own means of production will either gradually be transformed into a small capitalist who also exploits the labour of others, or he will suffer the loss of his means of production and be transformed into a wage labourer" (Marx, *Teorias de Mais Valia*, apud. De Janvry, 1981)

Quando, por que mecanismos e quais as eventuais tendências contrabalançantes deste destino fatal, são questões que só podem ser respondidas no quadro de análises específicas, tópicas, nacionais e mesmo regionais. Isso é tão óbvio que não é possível admitir que Marx pudesse ter em mente qualquer tipo de previsão quanto ao desaparecimento iminente do campesinato e mesmo quanto à sua inexistência quando do começo da construção do socialismo.

Veremos a seguir as conseqüências políticas do que acaba de ser exposto. É preciso entretanto deixar claro uma conseqüência teórica: é impossível encontrar na estrutura d'*O Capital* um conceito (6) de camponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não

6. "No rigorous concept of 'peasant mode of production' can be constructed", afirmam Ennew, et al. (1977:296). No mesmo sentido, Bernstein (1979:421) sustenta: "It follows that such a general definition of peasants is ahistorical, and at best has only a descriptive utility".

encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Os proprietários fundiários só emergem como a "terceira" classe na medida que a eles corresponde um rendimento cuja origem é a mais-valia social.

Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês *n'O Capital* é logicamente impossível. A atividades produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx. As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da socialidade contemporânea são a burguesia e o proletariado. Somente elas são, nesse sentido, classes e possuem a universalidade teórica de conceitos (7), de elementos que se ligam

7. Não me parece necessário nem apropriado explorar os fundamentos filosóficos desta proposição. Convém assinalar entretanto que conceito aqui é empregado no sentido hegeliano, que, no caso, corresponde ao sentido do tratamento de Marx às categorias analíticas:

*le concept ('der Begriff') est pour Hegel l'auto-détermination du sens, l'universel qui se

necessariamente ao conjunto do sistema teórico construído. E é nesse sentido que o único problema agrário passível de existência n' *O Capital* é exatamente aquele sobre o qual os clássicos da questão agrária posteriores a Marx praticamente nada tiveram a dizer: a formação da renda fundiária e sua apropriação por uma classe cuja existência justifica-se no plano teórico pelo monopólio exercido sobre um elemento produtivo que, por definição, não entra no circuito de reprodução das mercadorias.

Assim como não se pode deduzir daí nenhum desprezo da parte de Marx pelos camponeses, é em vão que se buscará em seus textos os fundamentos teóricos da atitude dos partidos operários do final do século XIX - e muito menos dos partidos que comandaram as experiências contemporâneas de agricultura coletivista - com relação ao campesinato.

particularise...Le passage conceptuel d'une détermination à une autre est ainsi un passage immanent, nécessaire" (Bourgeois, 1970:118).

Este é justamente o procedimento fenomenológico adotado por Marx na transformação da mercadoria em dinheiro, do dinheiro em capital, etc. e do qual só emergem como categorias necessárias, as classes fundamentais tratadas n' *O Capital*. No mesmo sentido vai a observação de Fleischmann (1968:29):

"Ainsi, toute détermination logique est une entité conceptuelle, en soi sensée et pensable, non une généralisation abstraite du monde extérieur avec laquelle on confond trop souvent - suivant Locke et John Stuart Mill - la conceptualisation et le formation des notions"

b) A ortodoxia das circunstâncias

O que então os clássicos posteriores a Marx e que trataram da questão agrária têm a nos dizer sobre o campesinato? Muito, se relacionarmos suas posições teóricas com o contexto histórico e sobretudo intelectual em que escreveram. Nada, se tomarmos suas idéias como expressões conceituais de categorias universalmente existentes no capitalismo.

Talvez o exemplo mais claro do caráter circunstancial que pode ter uma atitude irreprensivelmente ortodoxa seja fornecido pelo debate em torno do destino da comuna rural - o famoso *Mir* - na Rússia. Numa carta de 1881 a Vera Zassulitch, Marx (1881/1970:319) afirma que

"en Russie, grâce à une combinaison de circonstances uniques, la commune rurale, encore établie sur une échelle nationale, peut graduellement se dégager de ses caractères primitifs et se développer directement comme élément de la production collective sur une échelle nationale"

é bem verdade que desta carta conhece-se quatro rascunhos. Mas por mais polêmico que fosse o problema e por menos seguro que Marx se sentisse a respeito - já que estava em questão um caminho para a construção da sociedade sem classes diferentes daquele a ser percorrido pela Europa Ocidental - a prova de que o conteúdo da carta correspondia realmente àquilo que pensava Marx está no fato de que fez figurar observação com o mesmo teor no derradeiro prefácio

por ele escrito ao *Manifesto Comunista*, um ano antes de sua morte, em coautoria com Engels:

"Si la révolution russe donne le signal d'une révolution ouvrière en Occident, et que toutes deux se complètent, la propriété commune actuelle de la Russie pourra servir de point de départ à une évolution communiste" (Marx e Engels, 1882/1970:6)

A esperança de Marx na comuna rural russa é suficiente para indicar a injustiça - ou no mínimo a parcialidade - das acusações tão frequentemente a ele dirigidas de etnocentrismo e de evolucionismo (8). O que explica sua atitude com relação à Rússia, entretanto, é, em grande parte, um elemento de natureza política: Marx estava convencido de que os métodos terroristas empregados pelos *Narodniks* poderiam ter um efeito positivo na desagregação do tsarismo. Na verdade, Marx acreditava que o absolutismo russo encontrava-se em franca deterioração:

"all sections of Russian society are in complete disintegration economically, morally and intellectually. This time the revolution will begin in the East, hitherto the unbroken bulwark and reserve army of counter-revolution" (9).

Engels, em 1885, chega a dizer, igualmente em carta a Vera Zassulitch:

"if ever blanquism - the fantasy of overturning an entire society through the action of a small conspiracy

8. Ver, por exemplo, Georgescu-Roegen, 1969 e a resposta em que Thorner, 1969, mostra a imensa preocupação de Marx com as especificidades do caso russo.

9. Carta a Sorge de 1877, *apud*. (Hussain e Tribe, 1981/1983:176).

- had a certain justification for its existence, that is certainly in St. Petersburg' (10).

Ora, já nesse período, Plekhanov, conhecido como o pai do marxismo russo, separara-se dos *Narodniks* e procurava demonstrar que sem um movimento de massas com ampla envergadura seria impossível derrubar o tsarismo. A condenação aos *Narodniks* não se referia apenas a seus métodos terroristas. O que estava em questão nas críticas a eles dirigidas por Plekhanov era o próprio setor social sobre o qual os *Narodniks* depositavam suas expectativas transformadoras. O que caracteriza o surgimento da social-democracia russa é a proposição de que somente a classe operária pode liderar e vencer a luta contra o absolutismo. Mais que isso, para Plekhanov - e essa idéia não será defendida posteriormente por Lênin - o campesinato nada mais é que uma massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo.

O estágio entretanto em que se encontram, no final do século XIX, tanto a organização dos trabalhadores quanto o próprio desenvolvimento do capitalismo na Rússia é - no entender dos social-democratas, então em constituição como organização política - substancialmente diferente daquele já atingido na Europa Ocidental. O atraso da Rússia não é apenas econômico, mas sobretudo político e se manifesta tanto na restrição

10. *Apud.* Hussain e Tribe, 1981/1983:177.

generalizada às liberdades públicas, que a autocracia representa, quanto no peso esmagador - particularmente para os camponeses - dos encargos feudais. Essa constatação colocava aos social-democratas uma espécie de dilema em torno de cuja solução giram não só seus conflitos internos básicos, mas sua originalidade política e intelectual: como desenvolver a luta por objetivos socialistas, numa situação em que é necessário remover os obstáculos representados pelo absolutismo e pelas relações sociais sobre as quais se apoiava o poder da nobreza feudal? Lutar imediatamente pelo socialismo mostrava-se aos social-democratas russos como objetivo utópico não só devido ao precário grau de amadurecimento das condições objetivas, mas sobretudo porque a derrubada do tsarismo e a conquista de condições sociais semelhantes às que foram colocadas pela Revolução Francesa - em suma, a revolução democrática - ainda não tinham sido alcançadas na Rússia. Nisso os social-democratas se distinguem dos *Narodniks* e de seus sucessores políticos e intelectuais, os socialistas-revolucionários. Mas lutar apenas pelos objetivos democráticos da revolução poderia ser uma atitude conservadora pela qual os social-democratas não se distinguiriam da própria burguesia republicana ou constitucionalista (11).

11. É sobretudo nas obras que antecedem a revolução de 1905 que esta questão é colocada por Lênin. Uma das mais interessantes reflexões a respeito pode ser encontrada em Lênin, 1905/1964a:227-229 e 1905/1964b:275-290.

A principal consequência prática da determinação do caráter democrático, e não socialista, da revolução russa, tal como formulada pelos social-democratas é que, nesta etapa, não é só a classe operária que está interessada na conquista da liberdade, mas outros setores da população, particularmente setores da burguesia e os camponeses. Ora, o dilema que surge deste quadro - e em torno do qual se deu o essencial da divisão entre mencheviques e bolcheviques - reside em como conciliar o objetivo de unidade entre classes sociais opostas na luta por uma meta comum, com a necessidade de afirmar a personalidade autônoma e independente da classe operária? Os social-democratas lutavam contra a autocracia e a nobreza feudal apenas como condição para que a classe operária pudesse alcançar seus objetivos próprios e reconhecidamente antagônicos aos das classes com as quais ela se aliaria no momento da revolução democrática. A obstinação de Lênin, em particular, de que os social-democratas participassem das grandes batalhas políticas de seu tempo era proporcional a seu permanente esforço de mostrar a heterogeneidade social sobre a qual se apoiava este conjunto de interesses opostos à autocracia.

Fora deste contexto político, é impossível compreender o traço básico do pensamento agrário de Lênin: a ênfase na diferenciação social do campesinato, presente em seu pensamento desde seus primeiros trabalhos de 1893 e em torno do qual gira o que de mais importante ele escreve no início de sua atividade intelectual, culminando com o clássico

Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Tão importante quanto apoiar as reivindicações anti-feudais e anti-absolutistas dos camponeses como um todo (no sentido do avanço da Revolução Democrática) é mostrar a heterogeneidade do mundo rural. Ao contrário da unidade de interesses e da possibilidade de construir sobre sua base um ambicioso projeto de transformação social, como pretendiam os populistas, e particularmente os socialistas-revolucionários, a característica básica da sociedade agrária está em seu acelerado desenvolvimento capitalista que se realiza através da clara separação, no interior mesmo do campesinato, entre proletariado e burguesia. Para os populistas, o capitalismo além de indesejável tinha poucas chances de prosperar na Rússia, dada a própria miséria em que se achavam os produtores rurais. A redenção da pobreza poderia ser feita através de um caminho que poupasse à Rússia a passagem pelo capitalismo, já que ela possuía base social para ir diretamente ao socialismo. Para Lênin, ao contrário, a pobreza não era incompatível com o surgimento de um mercado interno para o avanço capitalista. Ao contrário, a aceleração da pobreza (resultante da separação entre os produtores e suas condições imediatas de trabalho) e o crescimento do mercado eram processos simultâneos e indissociáveis (12). Não se tratava, para os social-democratas, de apoiar qualquer reivindicação no sentido de

12. Em um de seus primeiros trabalhos, Lênin (1893/1966:87-140) desenvolve esta questão, cuja exposição completa será feita n' *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

fazer retroceder a agricultura a seus traços pré-capitalistas, mas ao contrário, de apoiar a eliminação completa das formas feudais, inclusive daquelas representadas pelas relações comunitárias entre os camponeses.

Em suma, se do ponto de vista da luta democrática, os social-democratas apoiavam as reivindicações dos camponeses como um todo, sob o ângulo da luta socialista, seu apoio limitava-se àquelas parcelas da população rural que se encontravam em identidade social com o proletariado urbano. É interessante observar que essa parcela não é formada por um proletariado agrícola completamente separado dos meios de produção, classe que praticamente não existia no mundo rural russo. Onde o trabalho dos social-democratas deveria concentrar-se era em torno dos camponeses pobres que, embora possuísem terra, eram obrigados também a vender sua força de trabalho, fazendo parte, portanto, objetivamente do proletariado. É impressionante o esforço de Lênin em retirar das estatísticas disponíveis em seu tempo - e não só na Rússia, mas também na Alemanha e nos EUA (13) - os elementos mostrando o caráter verdadeiramente ilusório do crescimento de pequenas propriedades: na verdade, para Lênin, longe de qualquer sinal de fortalecimento do campesinato, o que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava era a massa

13. Com relação à Alemanha, ver Lênin, 1907/1967:179-228. Com relação aos Estados Unidos, ver Lênin, 1916/1960:9-108.

de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver.

A insistência nesse ponto é importante pois em torno dele formou-se talvez o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária: o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista. Esta proposição tem que ser tratada como um paradigma, no sentido kuhniano e só pode ser compreendida se em torno dela for elaborado um trabalho de sociologia do conhecimento e de história das idéias sociais (14). Seu valor heurístico é menos importante que o conjunto das condições em que se insere e que a explicam. A maior demonstração de que a ênfase na diferenciação social reflete muito mais as condições políticas em que Lênin atuava do que propriedades objetivas e universais do desenvolvimento do capitalismo no campo não está tanto em trabalhos como os de Szurek (1982) que mostram um certo malabarismo estatístico no estudo da diferenciação social (15), onde por vezes a posse de quatro ao invés de um cavalo pode servir para estabelecer a linha de limite entre classes sociais antagônicas; nem tampouco no fato de que as

14. Estamos diante de um caso típico em que o pleito popperiano de que as idéias sejam avaliadas fundamentalmente em função de atributos lógicos (entre os quais o mais importante é o da falseabilidade) levaria, se atendido, a uma restrição e não a uma ampliação do conhecimento. Cf. Popper, 1959/1974.

15. É importante também, neste sentido, a contribuição de Wilkinson, 1986, capítulo 2.

tendências identificadas por Lênin de crescimento do campesinato pobre e do proletariado não foram confirmadas, posteriormente a sua morte, em nenhum dos países por ele estudado. Talvez a maior prova do caráter circunstancial da suposta lei da diferenciação social dos produtores em classes sociais antagônicas esteja no fato de que da Alemanha sai outro clássico da literatura agrária marxista, aliás aplaudido entusiasticamente por Lênin, no qual outros temas são colocados em realce. Vejamos a questão mais de perto.

No Prefácio à edição francesa d'*A Questão Agrária*, Kaustky desculpa-se junto ao público daquele país por ter ali publicado previamente uma obra voltada fundamentalmente à polêmica - *O marxismo e seu crítico Bernstein* - e declara-se agora redimido por apresentar um livro onde pode mostrar que

"le travail positif me platt plus que la lutte contre des camarades dont les opinions ne sont point les miennes..." (Kautsky, 1899/1970:vii).

De fato, a obra é redigida em estilo tal que se tem por vezes a impressão de se tratar de um compêndio científico. Nada mais falso, entretanto. Se *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* não pode ser compreendido fora do quadro da tentativa de afirmação de uma organização marxista operária na luta contra a autocracia, *A Questão Agrária* tem pouco sentido se abstraída dos problemas colocados

igualmente para um partido operário (entretanto já constituído) no quadro de uma democracia parlamentar. A obra foi escrita após alguns anos de polémica no interior da social democracia alemã, cujos interlocutores reais são raramente citados por Kautsky: os chamados revisionistas que têm em E. Daví (16) um de seus expoentes mais importantes.

Em 1890, imediatamente após sua legalização, a social-democracia alemã, com um quinto dos votos, é o mais expressivo partido do país, embora sua representação no *Reichstag* não corresponda à quantidade de sufrágios por ela obtidos nas eleições. Além disso, no plano regional, seu peso parlamentar é muitas vezes nulo, inclusive porque as restrições à livre manifestação eleitoral, bastante atenuadas em termos federais, ainda eram imensas nos diferentes *Landtagen* (Hussain e Tribe, 1981/1983:73). A ilegalidade em que Bismarck mergulhou o partido em 1878 não impediu que seus principais líderes continuassem participando da vida política e eleitoral do país nem que a influência geral da social-democracia, uma organização que mesmo no período da ilegalidade nunca se mostrou inclinada a aderir a táticas de natureza insurrecional, se ampliasse.

Diferentemente de sua atitude com relação à Rússia, Marx e Engels enxergavam nas lutas de massa e na sua expressão

16. As teses de E. Davia foram igualmente criticadas por Lênin (1907/1967).

eleitoral um elemento decisivo - embora não exclusivo, é claro - do caminho para o poder na Alemanha. Ora, dos vinte por cento de votos obtidos pelos social-democratas em 1890, pouquíssimos vieram do meio rural, cuja representação política era monopólio de organizações conservadoras. Embora no campo vivesse apenas 30% da população, sua representação parlamentar encontrava-se superestimada, pois o governo recusava-se a alterar os resultados do recenseamento de 1867, desprezando então os efeitos do massivo êxodo rural e subavaliando o peso político da população urbana. Com vinte por cento do total dos votos, a social democracia só possuía 9% do parlamento federal, enquanto o Partido Conservador, com 12,5% dos votos, a maior parte dos quais obtidos nos distritos rurais a leste do Elba, ficava com 19% das cadeiras (Hussain e Tribe, 1981/1983:75). Angariar o apoio da população rural era portanto importante para ampliar não só o peso parlamentar nacional do partido, mas também para incrementar sua participação praticamente nula nos parlamentos regionais.

É em grande parte em torno desse desafio que se estruturam os temas relevantes da questão agrária para a social-democracia alemã. E aí podemos encontrar no interior do partido claramente duas tendências. Por um lado, aqueles que vêm nos camponeses uma categoria social com os dias contados. A própria concorrência de produtos vindos das novas fronteiras agrícolas (Austrália, EUA, por exemplo),

provocaria uma baixa tão importante nos preços que acabaria muito rapidamente por inviabilizar a agricultura familiar. A consequência política desta convicção - que, de resto, não se revelou verdadeira - é que, no plano programático, o partido não deveria contemplar nem fazer qualquer tipo de concessão a reivindicações que emanassem dos camponeses enquanto proprietários privados. O trabalho do partido no campo deveria consistir em organizar os assalariados agrícolas ali onde eles fossem majoritários (ao leste do Elba, sobretudo) e em explicar aos camponeses a inevitabilidade de seu desaparecimento naquelas regiões em que, como no Sul do país, a produção familiar fosse ainda dominante. É nesse contexto que se pode entender o célebre texto de Engels "A questão camponesa na França e na Alemanha", escrito pouco tempo antes de sua morte e, na verdade, o único dele ou de Marx consagrado especificamente à questão camponesa. Trata-se menos de realizar uma análise científica a respeito do "campesinato" - apesar das definições fornecidas no início do trabalho nesse sentido - do que de repreender os socialistas franceses e alemães que queriam vender aos pequenos produtores ilusões com relação a suas possibilidades de sobrevivência no capitalismo e a *fortiori* no socialismo. Sem qualquer tipo de complacência, Engels aponta ao campesinato apenas dois caminhos: ou sua ascensão social à classe burguesa ou então sua união, por força mais das circunstâncias do que da vontade dos social-democratas, aos operários. Seu julgamento, com relação ao

destino da produção familiar na agricultura não poderia ser mais categórico:

"O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína" (Engels, 1894/1981:60)

No mesmo sentido vai a recusa sistemática de Kautsky tanto no Congresso de Breslau, em 1895, quanto na Segunda Parte d'*A Questão Agrária* de que a social-democracia possua um programa agrário específico, além daquele onde as reivindicações do proletariado rural (equalização das condições de trabalho na cidade e no campo, por exemplo) sejam contempladas. A social-democracia não pode ter um programa voltado para a defesa de qualquer setor proprietário (17) da população (Hussain e Tribe, 1981/1983:129).

Por outro lado, porém, já no início dos anos 1890, o Partido Social Democrata da Bavária postula-se como representante de todos os trabalhadores e não só dos proletários, atitude bastante semelhante à adotada pelos socialistas franceses. Antes disso, Bebel já tentara mostrar a Engels o desastre político e eleitoral das tentativas de convencer os camponeses da iminência de seu desaparecimento. Em um dos trechos mais interessantes de seu livro, Hussain e Tribe

17. Logo no prefácio da edição francesa de sua obra Kautsky (1899/1970:ii) deixa claro que no Congresso de Breslau

"...je m'étais prononcé contre toute tentative de sauver artificiellement les paysans"

mostram militantes operários social-democratas nos anos 1890 indo ao campo nos fins de semana, como "agitadores de domingo" com tal missão e sendo recebido com toda a hostilidade não só pelos grandes proprietários, mas inclusive pelos próprios camponeses. Com base na pressão da ala "camponesista" do partido (contra a qual Engels escreve seu célebre texto), o Congresso social-democrata de Frankfurt de 1894 nomeia uma comissão para estabelecer reivindicações específicas aos camponeses (referentes a crédito, por exemplo), mas no ano seguinte, em Breslau todas as sugestões nesse sentido são rejeitadas.

Esse é o quadro político e intelectual do qual emerge *A Questão Agrária*. A tentativa mais importante do livro está em demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e portanto a inutilidade de se procurar frear de qualquer maneira o movimento inelutável que o capitalismo promove de expropriação camponesa. Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência. O importante é a inutilidade de qualquer trabalho político que procure atenuar a irreversibilidade do declínio camponês. E o caminho para isso está na

demonstração da superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena.

Nesse sentido, a ênfase do trabalho de Kautsky é substancialmente diferente da de Lênin. Não se encontra n' *A Questão Agrária* qualquer semelhança com o minucioso esforço de Lênin de demonstrar a heterogeneidade social do mundo rural. O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de "industrialização da agricultura", na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e portanto na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes do trabalho de Lênin. Os adversários políticos de Kautsky não pecavam por subestimar a importância do desenvolvimento capitalista na agricultura e portanto por enxergar no campo uma realidade homogênea capaz de trazer em si os germes da construção do socialismo. Seu desvio era de outra natureza: consistia em localizar no pequeno produtor familiar (cuja organização social era, de resto, completamente diferente da do campesinato comunitário russo) um elemento evidentemente diferente do proletariado, mas que a ele poderia se unir não apenas provisoriamente, mas, no quadro de suas diferenças recíprocas, constituir o projeto de transformação socialista da sociedade. Ora, o importante aqui é que o argumento

central dos revisionistas era de natureza técnica: eles defendiam, na verdade, a superioridade técnica da forma familiar de produção sobre a grande exploração capitalista. Conseqüentemente, é nesse plano que se estrutura a resposta e o pensamento agrário de Kautsky.

É excessivamente fácil mostrar que as "previsões" tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. O primeiro recenseamento agrícola posterior àquele em que Lênin (1916/1960) apoiou seu importante trabalho sobre a agricultura norte-americana já mostrava tendência declinante no proletariado agrícola (18). Mais importante ainda é que se realizou algo que contraria inteiramente não só as previsões tanto de Lênin e de Kautsky, como as explicações que eles davam à sobrevivência das pequenas explorações agrícolas no capitalismo: é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e

18. Para uma interessante exposição a respeito, mostrando que os dados então disponíveis confirmavam as teorias de Lênin, mas que as transformações técnicas subsequentes fizeram retroceder as tendências por ele apontadas, ver Wright, 1988.

produção familiar - tão decisiva no argumento de Kautsky - mostra-se hoje (como veremos na parte II deste trabalho) completamente abolida, se é que alguma vez existiu.

O que se procurou mostrar neste capítulo não é uma incompatibilidade entre os pontos de vista defendidos por Lênin e de Kautsky, no que se refere à questão agrária. Ao contrário, as congruências são significativas. Mas as ênfases e, sobretudo, os eixos básicos em torno dos quais articulam-se os trabalhos de cada um, em suma, os paradigmas em torno dos quais desenvolvem-se seus "programas de pesquisa" (para empregarmos a expressão de Lakatos, 1970/1979) são diferentes.

c) Resumo e conclusões

O que isso significa para o tema deste trabalho, isto é, para a compreensão do camponês e do campesinato? Podemos resumir em quatro pontos as conclusões da exposição acima:

1) O que existe como questão agrária no corpo teórico d'*O Capital* é muito distante daquilo que a social-democracia russa e a alemã - que moldaram os paradigmas básicos pelos quais o tema foi encarado no marxismo desde então - elaboraram. De fato o que é próprio à lógica de desenvolvimento do capital é o problema da renda fundiária - ou seja, das condições de reprodução do capital ali onde um

dos elementos da produção não é mercadoria - tema que desempenha um papel desprezível nos escritos de Lênin e Kautsky.

2) Não só na obra teórica de Marx não é possível encontrar um conceito de camponês, como categoria social do capitalismo, mas também será vã - e provavelmente desembocará numa atitude pouco fértil para o conhecimento - a tentativa de buscar esse aparato conceitual na obra dos grandes clássicos marxistas que trataram do tema. Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída.

3) Essa observação não se aplica a todas as categorias do pensamento marxista: é legítima, sob o ângulo da lógica d'*U Capital*, a atribuição à classe operária, à classe capitalista e à classe dos proprietários fundiários o estatuto de categorias objetivas da vida social. Nesse sentido, é que não é possível encontrar um conceito de camponês no pensamento marxista, embora o campesinato esteja presente e seja permanentemente elaborado na prática política de partidos de orientação marxista. Isso significa

que as indicações teóricas dos clássicos marxistas voltados à questão camponesa serão tanto melhor entendidas quanto mais situadas nos contextos históricos e intelectuais dos quais derivam e que lhes dão significado.

4) Se o camponês não é, por definição, uma das classes que compõe a sociedade capitalista contemporânea, restam, no plano teórico e político, duas possibilidades. Por um lado, aquela pela qual optaram tanto Lênin quanto Kautsky, ao tentarem mostrar que o peso atual da produção familiar não impedia que as grandes tendências apontadas teoricamente estivessem em franca realização e que o mundo agrário caminharia em direção a uma polarização social semelhante à existente na sociedade como um todo. Entretanto, todos os que, por outro lado, não acreditavam neste vaticínio estariam inclinados não só a compreender as razões momentâneas da sobrevivência da agricultura familiar, mas, mais que isso, a procurar explicações alternativas às fornecidas pelas teorias disponíveis sobre a força da produção doméstica no campo, apesar do desenvolvimento capitalista. É o que será visto nos próximos dois capítulos.

Capítulo II

Diferenciação ou identidade: quando o saco de batatas pára em pé

"Ce sont les économistes qui ont défini les problèmes sociologiques qui existent à l'intérieur de la sphère de l'économie. Le résultat est qu'aujourd'hui nous ne savons presque rien des économies autres que la nôtre. Même celle-ci nous ne la comprenons qu'en partie faute d'une sociologie de l'économie de marché" (Hopkins, 1957, apud. Godelier, 1975)

a) Apresentação

Apesar de sua importância política para a social-democracia, as discussões sobre o campesinato não se limitaram, na passagem do século, aos marxistas. Mais que isso, pode-se dizer - foi o que acabamos de ver no capítulo I - que o ponto de vista pelo qual os clássicos marxistas da questão agrária encaravam a produção familiar não estimulava qualquer tentativa de estudar o fenômeno senão a partir de suas preocupações políticas centrais: no caso de Lênin, como constituir a unidade com as camadas pobres (na verdade, segundo ele, proletárias) da população rural no quadro da aliança - necessariamente provisória, dividida e conflituosa - com o campesinato como um todo; no caso de Kautsky, como demonstrar a inutilidade de se tentar ganhar para a causa social-democrata a adesão dos camponeses, enquanto pequenos proprietários de meios de produção.

É importante assinalar, sob o ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a idéia de uma economia camponesa. Se, como vimos no início do capítulo anterior, o mundo das mercadorias se define por sua socialidade contraditória - onde a ação de cada um é determinada de maneira não planejada pelo outro - será nesta alteridade que a vida social, e portanto as categorias econômicas centrais que lhe dão sentido, se constituem. Cada segmento e cada classe da sociedade serão conhecidos, em última análise pela maneira

como se inserem na divisão do trabalho. Qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas, só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à auto-negação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção.

É de certa forma contra esta perspectiva que se estrutura a obra dos autores estudados neste capítulo, Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht, para os quais a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Mais que isso, o que procuram demonstrar são leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma necessidade social. O que estabelece o critério desta necessidade não é, ao contrário do que ocorre em Marx, a relação com o outro e a superação de si próprio no quadro desta relação. Ao contrário, é no interior mesmo do organismo camponês (mais do que na sua inserção social) que serão aqui procurados os elementos que fazem dessa forma social

"the oldest and most universal mode of production known in history" (Galeski, *apud*. Shanin, 1973:63).

Evidentemente, os camponeses não são e nunca foram entidades autárquicas nem independentes, distinguindo-se assim de um sem número de formas diretamente comunitárias de vida. Entretanto, em que pese não só sua inserção, mas sua subordinação a universos mais amplos - traços que farão do campesinato uma sociedade parcial (*part-society*), para importantes antropólogos que se debruçaram sobre a questão, como veremos no capítulo IV - é possível localizar elementos de permanência, de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização própria, que não que se apóie apenas em suas diferenças com relação a outras categorias sociais.

Os formuladores marxistas clássicos da questão agrária serão aqui interlocutores permanentes - mesmo que nem sempre citados - por duas razões básicas:

1) É sobretudo em torno das opiniões de Lênin - e sobretudo com base em sua ênfase na diferenciação das classes sociais no campo - que se reorganizaram não só a agricultura soviética no período stalinista posterior à NEP como também a dos países da Europa Oriental de economia centralmente planificada. A missão de levar a luta de classes ao campo provocava situações inimagináveis em que, no caso da Polônia, por exemplo, a partir de 1948,

"...os ativistas encontravam enormes dificuldades em distinguir um 'médio' de um *koulak*, dispondo um de duas vacas e o outro, de dois cavalos" (Szurek, 1984:111).

Além disso,

"...muitos camponeses considerados ricos dividiram sua propriedade entre os membros da família, tentando parecer 'pobres' e aliviar os impostos exorbitantes que lhes eram cobrados. Retalharam, assim, uma estrutura agrária onde não cabiam redistribuições. Em seguida, quantidades consideráveis de agricultores fizeram-se passar por pobres, com vistas a se beneficiar de facilidades diversas; depois de devastar suas explorações, aderiram às cooperativas de produção - onde pela boa causa o Estado os protegia - sem melhorar, evidentemente, sua produtividade" (Szurek, 1984:111).

Alexander Chayanov, o primeiro autor aqui estudado, tinha perfeita consciência das consequências nefastas do coletivismo e não é sem razão que o próprio Lênin - cujo sentido prático era certamente mais forte que a fidelidade incondicional às teses que ele próprio defendera durante toda a vida - o convidou para chefiar a seção agrária da Academia de Ciências da URSS, cargo que manteve até os anos 1930, quando, foi expurgado pela perseguição stalinista.

Há portanto um sentido político claro na tentativa de mostrar a unidade, a identidade - ao invés da obstinada diferenciação leninista - do campesinato: trata-se de um setor - é o que os autores aqui estudados pretendem demonstrar - que possui substância social para a fundamentação senão de um projeto autônomo (1), ao menos do

1. Chayanov tinha plena consciência dos limites da ação autônoma do campesinato e não era, como veremos, adepto do isolamento e da autarcia. Entretanto, juntamente com outros importantes cientistas agrários, foi acusado em 1930 de organizar um Partido Camponês, que teria de 100.000 a 200.000 membros e uma vasta rede em vários setores governamentais. Na verdade, como mostra Medvedev (1987:83),

desejo de que na luta pela emancipação social, sua posição própria seja respeitada e valorizada. Vai aliás na mesma direção a afirmação de Tepicht - que tem um sentido sobretudo auto-crítico, já que ele participou das tentativas de organizar os camponeses poloneses em cooperativas durante os anos 1950 e foi inclusive um dos divulgadores das teses leninistas (Szurek, 1982) - de que na Polônia,

"...le problème qui se pose n'est pas celui de l'efficacité - très grande - du contrôle du pouvoir économique sur ce secteur, mais celui du contrôle que sont susceptibles d'exercer en retour les intéressés - producteurs et consommateurs de denrées agricoles - sur ce pouvoir" (Tepicht, 1973:6).

Tanto a ameaça da coletivização, quanto sua experiência concreta formam portanto o pano de fundo do qual emergem os trabalhos dos teóricos da economia camponesa aqui estudados.

2) É preciso reconhecer, entretanto, que os clássicos marxistas da questão agrária tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há, mesmo para os teóricos da economia camponesa, unanimidade: quais as transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis ? Se é relativamente fácil mostrar que as previsões apocalípticas sobre seu desaparecimento não se confirmaram, não se pode entretanto falar com tranquilidade de sua manutenção nas sociedades contemporâneas. As

"the Peasant Party was invented to provide scapegoats for the food shortages, particularly of meat products".

Vários cientistas foram imediatamente executados após "confessarem-se" responsáveis pelos problemas com o abastecimento de carne.

transformações sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem. Como veremos adiante, é imensa a contribuição de Chayanov, Tepicht e de outros estudiosos da economia camponesa que serão expostos no próximo capítulo, para a compreensão de um tipo social que, entretanto, nem de longe, possui, na sua estrutura organizacional interna, a estabilidade frequentemente a ele imputada. Nesse sentido, é o que veremos na conclusão deste capítulo, pode-se perguntar até que ponto é possível apoiar-se nas determinações dadas pelas características "internas" do campesinato para compreender sua lógica econômica.

Tanto Chayanov como Tepicht - é necessário que seja frisado, logo de início - têm perfeita consciência de que por mais importante que seja a caracterização do camponês como uma forma social estável, esta tende irrefreavelmente à transformação e no limite à extinção. No plano prático, isso se traduz pelas preocupações permanentes de Chayanov com a formação de cooperativas capazes de estimular a modernização da produção familiar e pela constatação de Tepicht de que, nas sociedades de hoje (inclusive nas de economia centralmente planejadas) a existência camponesa apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar.

b) Alexander Chayanov

Uma apreciação de conjunto sobre a obra de Alexander Chayanov é muito difícil, já que apenas três de seus textos foram traduzidos e publicados no Ocidente (Chayanov:1920/1976; 1924/1981 e 1925/1986). Felizmente, porém, o acesso a seu livro mais importante permite que se trace aqui o alcance e os limites daquela que, certamente, é a mais completa tentativa de teorização a respeito do comportamento econômico camponês, escrita por um autor cujo espírito cosmopolita (2) e cuja invejável cultura em campos estranhos à área econômica e agrônômica (3) não impediam um conhecimento minucioso do interior de seu próprio país (4).

A base deste conhecimento são escritórios locais, implementados desde 1870, para levar adiante as reformas

2. A listagem da bibliografia de Chayanov compilada por Basile Kerblay e com títulos traduzidos para o inglês mostram trabalhos sobre a agricultura da Itália, França, Bélgica e Suíça. Ver o final do volume Chayanov, 1925/1986.

3. Em seu interessantíssimo romance sobre o "1984" camponês na União Soviética, Chayanov revela-se conhecedor atualizado das principais tendências estéticas do seu tempo em artes plásticas. Além do País da Utopia Camponesa, publicado sob o pseudônimo de Ivan Kremnirov, (ver Chayanov, 1920/1976) ele escreveu mais três romances e algumas obras sobre pintura, infelizmente não traduzidas em idiomas "ocidentais".

4. É particularmente notável o trabalho de geografia agrária do *Farm Peasant Organisation* onde Chayanov estuda minuciosamente diversos sistemas de uso do solo na Rússia.

decorrentes da abolição da servidão (1861) e que se lançam num

"...vast program of economic and statistical investigation into peasant economic problems" (Thorner, 1986, p. xi).

Mais de 4.000 volumes foram produzidos por estes escritórios (*zemstvos*), até a Iª Guerra Mundial, formando um conjunto de informações sobre a economia camponesa ao qual nada de comparável foi feito em qualquer outro país até hoje. Vários dos profissionais envolvidos nestes levantamentos e nos trabalhos de apoio ao campesinato próprios aos *zemstvos* eram opositoristas ao regime tsarista e simpáticos às lutas camponesas. A força destes centros locais de produção de informações, análises e trabalho de apoio ao campesinato era tão grande e

"some of their reports were so striking that in 1890 the government passed a law forbidding any further inquiries into landlord-peasant relations, but, nonetheless, the work went on" (Thorner, 1986:xii).

O estudo desta imensa massa de dados, assim como o contacto permanente com os técnicos trabalhando nos *zemstvos*, persuadiram Chayanov de que os métodos de contabilidade empregados habitualmente em estudos econômicos revelavam-se inconsistentes quando aplicados à economia camponesa, exigindo assim uma mudança na própria atividade de recolhimento de informações e de análise estatística (Kerblay, 1986:xxxix). O problema que preocupava Chayanov é hoje de grande atualidade nas ciências sociais como um todo: era impossível compreender o campesinato imputando-lhe

categorias que não correspondiam a suas formas de vida. Embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorria a presunção de que ela gerava salário, lucro e renda. Tal abordagem - típica da economia marginalista, que através do economista suíço E. Laur impunha-se nos métodos de pesquisa econômica sobre a agricultura na Europa e particularmente na França - apresentava o grave inconveniente de demonstrar a inviabilidade (5) de estabelecimentos econômicos que entretanto existiam e podiam mesmo conhecer uma certa prosperidade. A alternativa marxista de enxergar o camponês como uma espécie de ornitorrinco social (simultaneamente patrão, empregado, proprietário e arrendatário de si próprio) parecia um recurso mais de linguagem que um instrumento para se compreender de fato aquilo que Chayanov considerava como objeto de conhecimento necessário e possível:

"the morphology of the production machine called the peasant labor farm" (Chayanov, 1925/1986: 44).

Seu empreendimento teórico, sobretudo para as condições em que se encontravam as ciências sociais da época, era monumental: não se tratava simplesmente de repudiar o

5. Um interessante exemplo desta inviabilidade contábil de um estabelecimento camponês é fornecido por Barlett (1984:151). Na Costa Rica, ela indica claramente o caso de um camponês que, pelos métodos contábeis tradicionais seria julgado um mau administrador de seus recursos e sobre o qual seria presumível um padrão de vida baixo. Na verdade, o que ela encontrou em campo era exatamente o contrário, o que se explicava pelas categorias chayanovistas que serão expostas logo adiante.

marxismo em benefício da economia neoclássica ou vice-versa, mas de elaborar uma *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas* (Chayanov, 1924/1981). É claro que entre estes sistemas econômicos não capitalistas destaca-se a economia camponesa. O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

Diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês é um

"...subject creating its own existente" (Chayanov, 1925/1986:118).

As razões que determinam suas tomadas de decisão podem ser encontradas através da observação de suas

"...organizational ideas, the machinery of its individual economic organism which is 'the subjective teleological unity of rational economic activity, i. e., running the farm'" (Chayanov, 1925/1986:118)

Não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário, é pelo estudo de seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele, enquanto "unidade subjetiva teleológica" se insere socialmente. Em outras palavras, o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não explicam por si só este objetivo e

portanto a conduta do agricultor.

A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão "balanço entre trabalho e consumo" (6). Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem necessariamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. Neste sentido,

"the volume of the family's activity depends entirely on the number of consumers and not at all on the number of workers" (Chayanov, 1925/1986:78).

Aumentando o tamanho da família crescerá a intensidade do trabalho. O importante é que tanto a satisfação das

6. Essa expressão, em inglês foi traduzida por *labor-consumer balance* e em francês por *l'appréciation de la dépense de travail et de la satisfaction des besoins*. No glossário preparado pelos editores da tradução inglesa do livro de Chayanov (Chayanov, 1925/1986:271-277), a expressão é definida como

"the calculation, not necessarily explicit or conscious, which establishes the basic economic equilibrium between drudgery of labor and demand satisfaction. The main economic aim is to organize the year's work to meet a single family demand, including the desire to save or invest capital if possible".

necessidades de consumo, como o julgamento sobre a penosidade do trabalho capaz de atingi-la são de natureza estritamente subjetiva. O valor que a família atribui a seu esforço - e que explica o volume da atividade econômica - depende da estimativa que é feita do trabalho, relativamente à satisfação ou não das necessidades de consumo. Em outras palavras, trata-se de determinar a utilidade marginal da renda obtida, relativamente às necessidades de consumo pois é isso que permite

"...establish the nature of the motivation of the peasant family's economic activity" (Chayanov, 1925/1986:46).

Dai decorrem duas outras idéias básicas do pensamento de Chayanov. Primeiramente, a renda familiar é um todo indivisível cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único. Por essa razão é equivocada a tentativa de conceber o camponês como um capitalista que é seu próprio operário. Na unidade de produção camponesa, a família

"...as a result of its year's labor receives a single labor income and weighs its efforts against the material results obtained" (Chayanov, 1925/1986:41).

O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar.

Baseado na unidade do organismo econômico familiar, na indivisibilidade de sua renda, por um lado, e na determinação estritamente subjetiva de seu processo de tomada de decisões por outro, Chayanov propõe o conceito de auto-exploração do campesinato. Não que o trabalho camponês não seja apropriado sem equivalente por outras classes sociais e inclusive pela agroindústria. Pode-se falar em auto-exploração, porém, na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes da sociedade, mas fundamentalmente pela razão entre a penosidade dos esforços empreendidos, relativamente à satisfação de suas necessidades. A exploração que outras classes exercem sobre o camponês depende antes de tudo do próprio camponês enquanto unidade de auto-determinação de sua organização econômica. A medida desta exploração é dada em função de um processo de tomada de decisões que é interno à família. É estranho ao campesinato o julgamento a respeito de sua "exploração" que não tenha como ponto de partida o fato de que a decisão de produzir é determinada por fatores interiores à unidade de produção familiar (7). Citando o trabalho em que Lênin mostra que o desenvolvimento do

7. Para Harrison (1975:411) as idéias de Chayanov formam uma teoria do desemprego voluntário, próxima à doutrina neoclássica a mais convencional. O ponto fundamental, porém, que Harrison não leva em conta, é que, no sistema econômico camponês tudo é voluntário, no sentido de que são fatores interiores à dinâmica familiar que determinam fundamentalmente as tomadas de decisão. Examinaremos no próximo capítulo de que maneira os economistas neoclássicos preocupados com problemas do desenvolvimento retomaram boa parte das preocupações de Chayanov.

capitalismo nos Estados Unidos não tende a se basear em grandes latifúndios, Chayanov conclui que mesmo com a

"...economic dictatorship over considerable sectors of agriculture, which as regards production will remain as before, composed of small-scale family labor peasant undertakings subject in their internal organization to the laws of the labor-consumer balance" (Chayanov, 1925/1986:49).

Em outras palavras, seja qual for sua função social, a produção camponesa é irredutível na sua unidade singular básica: a família.

É importante que sejam mencionados, ainda que rapidamente, quatro pontos sobre os quais não são incomuns as incompreensões a respeito do pensamento de Chayanov:

1) A determinação do comportamento camponês por uma dinâmica fundamentalmente interna à família não significa que esta se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao progresso técnico. Todos estes fatores são considerados por Chayanov - embora de uma forma que não deixa de colocar problemas, como veremos adiante - e seu modelo não supõe absolutamente uma autarcia que na Rússia de seu tempo estava longe de existir. Só que é da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamentos ou ao uso de insumos de origem industrial. O raciocínio de

Chayanov é aí apoiado nas técnicas da escola marginalista que ele conhecia bem através sobretudo da obra de Jevons. A aplicação de capital não depende apenas do fato de que ela pode reduzir a penosidade do trabalho, mas sobretudo dos impactos que os gastos de investimento terão sobre o consumo familiar e dos usos alternativos do trabalho poupado. Se o investimento de capital significar gasto de dinheiro visando a redução de esforços sem que isso se traduza num aumento da renda bruta familiar, ou de maneira a provocar uma ociosidade do trabalho, cuja utilização teria a virtude igualmente de aumentar a renda bruta, sem entretanto provocar gastos com compras de equipamentos, o investimento não será feito. Por esta razão os camponeses russos repudiavam a adoção de máquinas para o beneficiamento de cereais (tarefa aliás particularmente penosa) já que

"... the labor displaced by the machine was unable to be used on other tasks in winter..." (Chayanov, 1925/1986:39).

Não há aqui qualquer tipo de aversão ao progresso técnico nem por parte de Chayanov, nem por parte dos camponeses, mas apenas a constatação de que o uso de meios de produção de origem industrial submete-se aos imperativos determinados pela lógica da produção familiar.

2) Enquanto pequeno produtor de mercadorias, o camponês está condenado ao desaparecimento, a seu desdobramento em uma das duas classes fundamentais da sociedade: o proletariado ou a burguesia. Esse ponto de vista, defendido teoricamente,

embora atenuado, na prática da implementação da NEP, por Lênin durante toda a sua vida foi frontalmente combatido por Chayanov:

"the dynamic process of agricultural proletarianization and concentration of production, leading to large-scale agricultural production units based on hired labor, are developing throughout the world, and in the U. S. S. R. in particular, at a rate much slower than was expected at the end of nineteenth century" (Chayanov, 1925/1986:257).

Os dados dos *zemstvos* mostravam que, contrariamente ao que se poderia esperar de um processo de diferenciação social, o que acontecia na Rússia era uma tendência ao aumento da área dos pequenos estabelecimentos e de uma queda na superfície dos grandes o que se explicava em função da história demográfica dos estabelecimentos: conforme a família crescia havia maior demanda por novas áreas e, na medida em que os filhos se casavam, ficando na unidade de produção somente os pais, esta demanda declinava (8).

Onde então Lênin enxergava diferenciação, Chayanov apontava para a identidade social do campesinato. Sobre a base desta identidade moldavam-se as novas tendências do

8. É importante sublinhar que estas conclusões estão fundamentadas num acompanhamento de trajetórias de estabelecimentos agrícolas em série de trinta anos, para várias regiões da Rússia e a partir de informações inexistentes nas estatísticas brasileiras, por exemplo. Uma das bases das conclusões de Chayanov é uma certa flexibilidade no acesso à terra, já que a comuna agrícola (o famoso *Mir*) procedia a uma distribuição de terras para cada família em função de suas necessidades. Mauro de Almeida (1986:75) destacou com razão esse ponto em seus interessantes comentários sobre os estudos sobre família rural no Brasil.

desenvolvimento capitalista na época que se caracterizava pela integração vertical (através justamente das relações entre os estabelecimentos familiares e a agroindústria) e não horizontal na agricultura. Mesmo no socialismo, esta deveria ser a tendência central.

Veremos logo abaixo que este ponto é de fundamental relevância política.

3) Está completamente ausente do livro de Chayanov a importante discussão contemporânea a respeito da relação entre o tamanho do estabelecimento e seu desempenho econômico (9). O camponês não existe em virtude de especificidades naturais da produção agrícola que tornem viável sua competição com a grande empresa capitalista. Não há qualquer menção a uma possível "deseconomia de tamanho" da grande exploração que permita então o desenvolvimento da pequena (10). Não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas, ao contrário, é a existência do campesinato que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo. Prova disso é a interessante observação de que os princípios básicos da unidade de produção camponesa não são exclusivos

9. Veiga (1988a) faz um importante levantamento sobre este tema na literatura econômica internacional, concluindo de maneira fundamentada pela insignificância das economias de tamanho na agricultura.

10. Como bem observa Shanin (1984:9) "...there was no 'small is beautiful' message in Chayanov..."

do campesinato (11), mas pertencem a qualquer unidade produtiva onde

"...work is connected with expenditure of physical effort, and earnings are proportional to this expenditure..." (Chayanov, 1925/1986:90).

4) Dentro da divisão convencionalmente adotada para classificar correntes de pensamento nas ciências sociais entre individualismo e coletivismo metodológico (Nagel s/d: 481-491 e Przeworski, 1988), onde classificar o trabalho de Alexander Chayanov ? A unidade básica com a qual trabalha não são indivíduos nem motivações psicológicas individuais. Seu ponto de partida é, ao contrário, a determinação dos comportamentos individuais em função da unidade social em que se inserem: a família. A conduta da família porém é explicada por fatores de natureza estritamente econômica (12). Não existem normas a reger o comportamento das famílias senão as quantificadas nas estatísticas dos *zemstvos* e que podem ser reduzidas às leis econômicas fundamentais que foram expostas acima. O conhecimento científico sobre o sistema econômico camponês apóia-se na idéia de que as diferentes condutas individuais possuem todas uma determinação comum que é o quadro familiar em que se inserem e que as explica. Apesar do caráter econômico e

11. Vai também nesta direção o estudo sobre as padarias artesanais na França de Bertaux e Bertaux-Wiame (1987).

12. Não há em Chayanov qualquer abordagem de tipo durkheimiano em que o comportamento se explica por um código moral coletivo incorporado individualmente. É nesse sentido que sua análise é estritamente econômica.

da tentativa de imprimir objetividade às leis expostas, o trabalho estatístico e interpretativo aproxima-se entretanto do da hermenêutica contemporânea na medida em que busca na existência cotidiana do camponês as categorias fundamentais pelas quais sua vida pode ser explicada. Que estas categorias sejam elaboradas e interpretadas por Chayanov não impede que elas tenham a pretensão de retratar objetivamente as aspirações, as motivações e os determinantes do processo de tomada de decisão, que são de natureza subjetiva. O interesse do esforço de Chayanov é tanto maior que sua interpretação não se limita à exposição de casos específicos ou à simples repetição empírica de fatos localizados observados, mas pretende imprimir universalidade, necessidade social à existência camponesa. O campesinato deixa de ser uma categoria social transitória, contingente, prestes a ser varrida da história pelas portas dos fundos do desenvolvimento.

Da mesma forma que localizamos no capítulo anterior as razões políticas e históricas que nos resguardam de ver nas idéias dos clássicos marxistas da questão agrária aquilo que não são - expressões científicas universais de um objeto de estudo que, no interior do marxismo, não é passível deste

tipo de tratamento - é importante assinalarmos aqui as preocupações de natureza prática a que responde a elaboração de Alexander Chayanov.

Logo na Introdução de seu livro ele mostra quem são seus interlocutores, aqueles que imprimem sentido inclusive operacional a seu pensamento:

"...many thousands of agricultural officers and cooperative workers appeared in the depths of the countryside. They not only observed and studied, but in their professional work were obliged to organize peasant farming, to enter in detail into the basis of its organizational plan, to seek and find ways to change it, and to build a new Russian countryside by means of their molecular work" (Chayanov, 1925/1986:36).

Da mesma forma que é em torno do diálogo com militantes de um partido marxista que Lênin e Kautsky elaboram seu pensamento agrário, é no contacto com os extensionistas rurais de seu tempo e a partir dos problemas que eles enfrentam que Chayanov monta sua teoria. O importante a assinalar aqui é que os desafios colocados aos extensionistas são de natureza eminentemente prática: trata-se, para eles, de tentar melhorar o desempenho econômico dos camponeses e é com essa perspectiva que se colocam as questões que determinam tanto um levantamento estatístico específico e original quanto a orientação geral de seu trabalho. Por mais que as posições das principais entidades representativas dos agrônomos russos fossem anti-tsaristas (13) sua atividade cotidiana não consistia em organizar

politicamente os camponeses ou fazer junto a esses a propaganda de um novo regime que viesse melhorar suas vidas e sim em aspectos econômicos e técnicos. Nesse sentido, independentemente do sistema econômico no qual se inserissem os camponeses, a missão dos agrônomos que junto a eles trabalhavam consistia em encontrar formas organizacionais que propiciassem a cada unidade individual de produção - ainda que isso envolvesse aspectos importantes de organização cooperativa - melhoria de renda, progresso técnico, etc. A ênfase de Chayanov na motivação do camponês explica-se não por qualquer tipo de inclinação marginalista, mas por que era em torno do comportamento econômico, técnico e organizacional dos agricultores que se estruturava o trabalho prático ao qual sua teoria procurava de certa forma responder. Em suma, sob a ótica de um extensionista seria impossível trabalhar apoiado em idéias cuja essência jogasse por terra - e era o caso do marxismo dominante na

13. Desde o final do século XIX a

...expansion of the agricultural colleges had increased the supply of agricultural specialists. Unable to find employment in the few large estates, they had no alternative but to accept posts in the zemstvo organizations. This explains why the Russian agricultural officers suddenly turned their attention to peasant economics, the principal preoccupation of the zemstvos. After 1905, this new generation of agricultural economists became powerful enough to gain intellectual control of the principal agricultural societies of the country. The agricultural associations of Moscow, St. Petersburg, Kharkov, and, to a large degree, the Free Economic Society, were directed no longer by the nobility but by the leftist intelligentsia whose role was to be decisive in the orientation of Russian agrarian thought up to World War I' (Kerblay, 1986:xxviii).

social-democracia de então - a possibilidade minimamente estabelecida de um sentido a longo prazo para o seu trabalho.

Isso dito, é claro que um dos desafios básicos colocados tanto para o Estado soviético como para os agrônomos trabalhando em campo, a partir da Revolução, estava na modernização da agricultura do País. O retumbante fracasso do caminho da coletivização forçada e da instalação de grandes "fábricas de grãos e carnes", trilhado pelo novo regime em seus primeiros anos, foi uma das razões para que os dirigentes soviéticos implantassem a Nova Política Econômica, em 1923, na qual o trabalho familiar na agricultura passaria, não sem reservas, a ser valorizado. O último capítulo do livro de Chayanov (1925/1986), "A Família Camponesa como Componente da Economia Nacional e suas Possíveis Formas de Desenvolvimento", pode ser interpretado como uma tentativa de oferecer um fundamento racional ao projeto político de compatibilização do socialismo com a agricultura familiar. O interessante - sob o ângulo conceitual, o que mais nos interessa aqui - é o reconhecimento de Chayanov da impossibilidade - no quadro de um progresso técnico acelerado, de uma integração crescente na vida social - de o campesinato conservar as características constitutivas de sua substância social, que

ele tão cuidadosamente estudou. Em outras palavras, o campesinato ao se manter no quadro da modernização da agricultura soviética tenderia fatalmente a perder seus atributos essenciais e, assim, a negar-se como categoria social específica. Vejamos a questão mais de perto.

O ponto de partida está na constatação de que a forma mais importante de "penetração" do capitalismo na agricultura reside na integração vertical de uma infinidade de estabelecimentos pulverizados que passam a funcionar sob o comando centralizado da agroindústria. Por mais que os agricultores sejam explorados por essa modalidade de organização de seu trabalho, o fato é que Chayanov atribui ao capital a importante virtude de ampliar o universo social no qual a vida camponesa se localiza:

"these trading links that convert the natural, isolated family farm into one of a small commodity producer are always the first path for the penetration (14) of capitalist relations into the countryside. Through these connections, every small peasant undertaking becomes an organic part of the world economy, itself experiences the effects of the world's general economic life, is powerfully directed in its organization by the

14. Não é à toa que Chayanov, diferentemente de Lênin, não fala em desenvolvimento, mas em penetração do capitalismo no campo. A primeira palavra traz a idéia de forças internas que provocam o movimento de transformação de um determinado fenômeno: para Lênin, a diferenciação social. Já o segundo termo aponta para uma força que vem de fora - e é esse o sentido da idéia de concentração vertical. Não é o capitalismo que se desenvolve no campo destruindo o que antes dele existia. São sim capitais que tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, socializando-as, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico, sem entretanto destruí-las.

capitalist world's economic demands, and, in its turn, together with millions like it, affects the whole system of the world economy" (Chayanov, 1925/1986:258)

De fato, a agroindústria e o capital financeiro estavam-se encarregando de fazer da agricultura familiar parte absolutamente integrante da divisão social do trabalho em nível internacional e por aí subvertendo seus traços essenciais. Com efeito, a integração com a agroindústria só era possível caso a organização econômica do estabelecimento camponês deixasse de corresponder fundamentalmente às forças internas que Chayanov analisou e passasse a obedecer a padrões impostos pela agroindústria em termos de quantidades produzidas, qualidade dos produtos, momentos de venda, em suma, essa forma de "penetração" do capitalismo na agricultura tinha o condão de revirar inteiramente os fundamentos da produção camponesa, sem que entretanto isso significasse um processo horizontal de diferenciação social, nos moldes previstos por Lênin. A integração com a agroindústria significa em última análise que o camponês não é mais o "sujeito criador de sua própria existência", expressão tão cara a Chayanov: esse sujeito agora não se situa mais internamente no estabelecimento camponês, mas está no mercado. Como veremos na parte II deste trabalho, esse processo já se desenvolvia em alguns países capitalistas - na Dinamarca, por exemplo, desde o final do século XIX.

Mas é justamente da Dinamarca que vem uma modalidade específica desta integração vertical. Com efeito, nada obrigava que fossem capitais privados os agentes organizadores deste verdadeiro planejamento do trabalho agrícola. Nesse sentido, Chayanov percebeu claramente aquela que seria uma das mais importantes modalidades assumidas pela socialização crescente do trabalho camponês: o cooperativismo.

"Sometimes this vertical concentration, in accord with the general economic situation, assumes, not capitalist, but cooperative or mixed forms. In this case, control of the system of trade, elevator, irrigation, credit, and processing undertakings that concentrate and guide agricultural production in part or in whole belongs, not to the holders of capital, but to the organized small commodity producers who have contributed their own capital to these undertakings or have been able to create social capital" (Chayanov, 1925/1986:263).

Ora se no capitalismo era possível o desenvolvimento cooperativo do processamento, da armazenagem, do transporte dos produtos agrícolas - sobre a base da produção familiar individual - com mais forte razão essa possibilidade deveria ser encarada para a construção do socialismo num país que, como a Rússia em meados dos anos 1920, dispunha de mais de 18,5 milhões de explorações agrícolas. Constatada a ineficiência sobre o aumento da produção agrícola da tentativa de rápido desenvolvimento das fazendas coletivas - decisão sobre a qual o jovem governo soviético voltou atrás em 1923 com a NEP - a junção dos agricultores em cooperativas era um meio de se evitar o trauma da

coletivização forçada, sem que isso significasse, porém, estagnação técnica e produtiva. A organização cooperativa, neste sentido, possui propriedades semelhantes às reveladas pela capital agroindustrial: ela

"...oblige the small producer to change his farm's organizational plan according to cooperative selling and processing policy, to improve his techniques, and to transfer to improved methods of tillage and livestock farming, insuring a fully standard product, subjecting it to careful sorting, processing, packing, and canning according to world market demand" (Chayanov, 1925/1986:268)

O desenvolvimento desta integração vertical - e, sobre sua base, a formação de um setor cooperativo cada vez mais poderoso envolvendo não somente a compra e venda de produtos agrícolas, como também seu transporte e até a produção das máquinas e insumos necessários à agropecuária - deveriam oferecer ao país as condições para que passasse do capitalismo de estado, em que se encontrava no início dos anos 1920, na opinião de Chayanov (1925/1986:265), para um futuro sistema econômico socialista. O básico para Chayanov é que não havia qualquer razão para se pensar naquilo que na época da primeira coletivização ficara conhecido como "fábricas de grãos e carnes" como forma social e politicamente mais racional e evoluída para se chegar ao socialismo. Ao mesmo tempo, os camponeses, em sua organização cooperativa, obrigavam-se a enquadrar-se de maneira tão estrita, tão controlada, tão submetida a normas reguladoras das quantidades e da qualidade dos produtos, que era impossível assimilar esse conjunto de propriedades

familiares pulverizadas a algo que se aproximasse da famosa "anarquia da produção" onde forças espontâneas de mercado responsabilizam-se por regular a oferta de mercadorias. A concentração vertical lança as premissas para que, sobre uma base concorrencial, a agricultura possa tornar-se um setor completamente planejado e isso até num país capitalista. Num ambiente econômico de início de construção de economia centralmente planificada, *a fortiori*, é muito difícil que se cumpra a asserção leninista de que "a pequena produção mercantil é um viveiro de capitalismo". Não só é possível planejar a oferta, como também é muito improvável que o agricultor nesta situação possa apropriar-se do excedente que ele produz. A possibilidade de manipulação deste excedente pelo Estado, inclusive através do mecanismo de preços é suficientemente importante para que, apoiado na concentração vertical da produção familiar, erga-se hoje, no capitalismo contemporâneo, um planejamento agrícola que os outros setores da produção social estão longe de conhecer, como veremos na parte II deste trabalho. Já estava claro para Chayanov que este caminho, que países capitalistas estavam trilhando, oferecia potencial ainda maior de desenvolvimento numa organização planejada do sistema econômico.

As aventuras de Alexis, alias, mister Charlie - personagem do romance publicado por Chayanov em 1920 - no país da utopia camponesa, mostram bem a vocação a que se destinava a

produção familiar na agricultura. Não o isolamento, nem mesmo a manutenção imutável dos atributos internos que definiam o campesinato como sistema econômico: era inevitável, mais que isso, desejável, que a "morfologia desta máquina chamada unidade de produção familiar" - para falar como Chayanov - perdesse com o tempo seus atributos essenciais. E não é à toa que no último parágrafo de seu livro, ele afirma:

"in all probability, in the first phases of the development of cooperation these changes will not be particularly great. But, undoubtedly, with the quantitative increase of elements of social economy in our countryside we will encounter the development of a new economic psychology, and we expect that the evolution of the agriculture will, in many respects, be a gradual denial of those bases of the family farm which have been established in our study of the present-day peasant farm" (Chayanov, 1925/1986:269)

c) Jerzy Tepicht

é possível uma elaboração teórica sobre o campesinato que reúna as forças internas localizadas por Chayanov com as razões estruturais reponsáveis, segundo os marxistas, pelo paradoxo da reprodução da economia familiar na agricultura contemporânea? De certa forma, e com base na avaliação auto-crítica de uma experiência prática, é a essa síntese que o economista Jerzy Tepicht dedicou sua mais importante obra, redigida após as inúmeras e fracassadas tentativas de organização cooperativa forçada da agricultura na Polônia. Foi ao final de sua vida que Tepicht fez a revisão dos princípios leninistas que, na qualidade de diretor do

Instituto de Economia Agrícola de Varsóvia, procurou oferecer como base teórica ao trabalho dos extensionistas e dos militantes comunistas de seu país. O que nos interessa aqui não é tanto esse aspecto político, mas sim o resultado em termos do aprofundamento da própria definição de campesinato da tentativa de unificar num só corpo teórico as teses marxistas com as de Chayanov. Veremos que o resultado a que chega Tepicht não é muito diferente daquele alcançado por Chayanov: por mais que seja possível discenir as forças internas que determinam o comportamento camponês, a atuação efetiva destas forças depende, antes de tudo, do ambiente social no qual a exploração agrícola se insere. Neste sentido, é o que será demonstrado, trata-se de uma forma de produção (de um modo de produção, para usar os termos de Tepicht) que, cedo ou tarde, o capitalismo tende a destruir.

Tepicht parte da constatação de que, tendo existido em praticamente todas as formações sociais historicamente conhecidas, é legítimo caracterizar-se o campesinato como um modo de produção. Embora não seja gerador de formações sociais específicas, já que possui justamente a capacidade de incrustar-se em diferentes formações sociais, o campesinato pode ser identificado por uma série de características universais (15):

15. Diversos autores dedicam-se a estabelecer tipologias a respeito do campesinato. As mais interessantes são a de Shanin (1973), a de Galeski (1973) e a de Thorner (1973).

* unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família (16)

* uso intensivo de trabalho

* natureza patriarcal da organização social (17)

Além destas três características básicas do modo de produção camponês, inspiradas nitidamente em Chayanov, Tepicht encontra outra, de orientação claramente marxista e que dá como que um novo sentido aos traços acima expostos: a família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. A base desta diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro, como mostra Marx, no pequeno trecho d'*O Capital* dedicado à análise da propriedade parcelar citado no capítulo anterior (cf. capítulo I, p. 3). O essencial, ao contrário, é a obtenção

16. é interessante observar que, segundo Weber (1905/1981:8)

“a moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido viável sem a presença de dois importantes fatores de seu desenvolvimento: a separação da empresa da economia doméstica, que hodiernamente domina por completo a vida econômica, e, associado de perto a este, a criação de uma contabilidade racional”

17. Este ponto é desenvolvido de forma bastante interessante nos trabalhos de Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979).

de uma renda que permita fundamentalmente a reprodução da própria família:

"contrairement au capitaliste qui n'engage pas de nouveaux fons sans compter au moins sur un taux proportionnel de profit, à la différence du salarié qui demandera pour chaque heure supplémentaire de travail autant, sinon plus, que pour ses heures normales, le 'personnel' d'une exploitation familiale paysanne fournit, pour augmenter son revenu global, un surcroît de travail, payé à un prix plus bas et faisant baisser la moyenne de sa 'paie' collective" (Tepicht, 1973:35).

Mas se é assim, por que razão os indivíduos que compõem a família não procuram aumentar sua renda recorrendo ao mercado de trabalho assalariado e abandonando, no limite, a atividade familiar ? Existe uma forte razão econômica (que vai além da idéia chayanovista de solidariedade intra-familiar) a explicar tal comportamento. É que as famílias camponesas possuem em seu interior forças que Tepicht chama de *marginais* ou *não transferíveis*:

Dans la plupart des fermes paysannes d'Europe, l'essentiel des travaux des champs est assuré par le chef de famille et par les membres de la famille en pleine force. Par contre, le service des étables, des porcheries et de la basse-cour est assuré surtout par le travail à mi-temps des femmes, enfants, vieillards, plus les marges de temps disponibles du chef de la famille, en somme, par le 'forces marginales' de la ferme. On pourrait les appeler aussi non transférables puisque la même famille, dès qu'elle quitte son exploitation agricole, n'a plus recours à ces forces pour assurer sa subsistance. Mais tant que, pour une raison ou une autre, la famille paysanne n'a pas d'alternative, force lui est d'accepter pour son travail un revenu 'marginal' qui complète son minimum d'existence" (Tepicht, 1973:37-38).

Esta é a razão pela qual, na maior parte dos países europeus, a produção familiar especializa-se na oferta de produtos de origem animal, ou outros intensivos em mão-de-

obra, deixando para os estabelecimentos apoiados em trabalhadores assalariados as grandes lavouras de cereais. Neste sentido a permanência na condição camponesa, longe de representar uma conquista ou mesmo uma opção exprime inferioridade, o fato de que a organização interna da família camponesa é tal que nela a sociedade encontra uma fonte importante de trabalho gratuito. A eficiência do campesinato está naquilo que o agrônomo francês Louis Malassis chama de sua "capacidade de sofrer" (apud. Tepicht, 1973:41).

é interessante observar que, neste ponto, a análise de Tepicht é idêntica à abordagem de Kautsky e Lênin, para quem

"...l'existence de la petite paysannerie s'explique non pas par la supériorité technique de la petite production agricole, mais par le fait que les petits paysans abaissent leurs besoins au-dessous des besoins des ouvriers salariés et se surmènent infiniment plus que ces derniers" (Lênin, 1899/1969:13/14).

Por mais que Tepicht se preocupe com a efetiva valorização do trabalho camponês na Polônia, ele não pode deixar de reconhecer que a grande virtude da economia camponesa, do ponto de vista social, está justamente em sua debilidade e em sua capacidade de submissão, traços que se, de um lado, apóiam-se sobre a organização interna da família camponesa, por outro, não podem ser entendidos fora do ambiente econômico no qual estas famílias vivem. Que estas "forças marginais e não transferíveis" cumpram uma importante função em economias relativamente pobres, onde tanto o

desenvolvimento técnico da produção agrícola, quanto do próprio mercado urbano de trabalho sofram limites sérios, é compreensível e coerente. Generalizar entretanto a atuação destas "forças marginais e não transferíveis" à agricultura familiar européia como um todo impede que se perceba aquilo que no final de seu livro Chayanov deixa claro: o desenvolvimento da integração da agricultura familiar ao mercado estirpa do interior da família os elementos determinantes de sua conduta econômica.

Ao centrar o eixo da existência da economia familiar européia nas "forças marginais e não transferíveis" Tepicht, em suma, não leva em conta as transformações que tendem a eliminar essas forças inclusive do próprio funcionamento da economia familiar na agricultura em países europeus. Muitos desses trabalhos que Tepicht descreve como próprios tradicionalmente à mulher (ordenha de leite, por exemplo) são hoje mecanizados. Mais que isso, em diversos países europeus, a transformação na base técnica da produção familiar foi de tal magnitude que tornou dispensável o próprio trabalho feminino, ampliando a ocupação da mulher em atividades profissionais urbanas. Na Dinamarca (Morkeberg, 1978) um quarto das mulheres de agricultores trabalhavam fora da propriedade em 1975. E esse percentual tendia a crescer. Na Inglaterra, o trabalho feminino na agricultura, longe de concentrar-se em pesadas tarefas manuais como no passado, volta-se cada vez mais a funções de natureza

administrativa. Gasson (1980:166) mostra que embora o trabalho da mulher na agricultura venha crescendo nos últimos anos (correlativamente à própria queda do trabalho assalariado), boa parte desse trabalho é feito em tarefas referentes à

"...decision making and administration. Their role in the farm office is particularly important with many wives helping and some having sole responsibility for farm records and accounts".

Vamos discutir esses aspectos referentes às transformações da estrutura social da agricultura dos países capitalistas centrais na segunda parte deste trabalho. O importante a assinalar aqui é que se for verdadeira a suposição de Tepicht de que a existência camponesa apóia-se fundamentalmente nas forças marginais e não transferíveis do estabelecimento camponês, então podemos dizer que há uma tendência nítida nos países europeus (sobre os quais ele apóia sua tese) a que o campesinato seja eliminado da vida social contemporânea. O intrigante é que essa eliminação, se por um lado, corresponde ao veredito marxista, nega-o porém, por outro lado, já que não dá lugar a uma estrutura social classista e polarizada.

d) Resumo e conclusões

Podemos resumir as idéias expostas neste capítulo aos seguintes pontos básicos:

1) É possível encontrar no interior da família camponesa os elementos geradores de sua conduta específica, que não corresponde à racionalidade capitalista. O balanço entre trabalho e consumo, a composição demográfica da família são explicativos das decisões econômicas do campesinato.

2) Na medida em que se concentra sobre os elementos internos à família camponesa, Chayanov alcança aquilo que, como vimos, não podia sequer ser procurado no marxismo: explicar as leis de funcionamento de um segmento social cujo comportamento não se compreende estritamente em função da lógica da economia mercantil.

3) Não existe no livro de Chayanov um estudo minucioso do ambiente econômico no qual se insere esta forma específica de existência social. Para Chayanov, o "sistema econômico camponês" existe e pode se desenvolver no interior de organizações sociais as mais diferentes. Daí resulta justamente sua universalidade e a possibilidade de sua caracterização como sistema econômico.

4) Entretanto, no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, e elimina o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa.

5) O principal interesse da tentativa de Tepicht de unificar num só corpo analítico as forças internas formadoras do campesinato e as funções econômicas que ele preenche na reprodução social pode ser assim resumido: longe de ser uma forma universal capaz de se incorporar às sociedades as mais diversas, o campesinato aparece como um tipo social específico sobre o qual o desenvolvimento capitalista exerce um efeito altamente desagregador.

6) Nesse sentido - é o que se estudará na Parte II deste trabalho - a estrutura social da agricultura contemporânea dos países capitalistas centrais tem por base uma forma social que, sem corresponder à polarização prevista pelos clássicos marxistas da questão agrária, não possui tampouco os traços básicos daquilo que se pode chamar de campesinato.

Antes porém de passarmos ao estudo desta nova categoria social, é importante que duas questões sejam abordadas: primeiramente, vale à pena analisar a maneira como as preocupações de Chayanov com relação à especificidade do comportamento camponês aparecem em alguns dos debates contemporâneos sobre o desenvolvimento econômico. É o que será examinado no próximo capítulo. Em seguida procuraremos estudar o campesinato sob um ângulo diferente daquele

abordado por Chayanov e os economistas. Com efeito, no capítulo IV, por oposição à "morfologia" exposta por Chayanov e vários economistas, estaremos em busca de uma "fisiologia" do campesinato. Veremos então quais as condições sociais em que a existência camponesa é possível.

Capítulo III

A microeconomia do comportamento camponês

"Há sem dúvida grande perigo na aplicação de métodos modernos a condições primitivas: é mais fácil aplicá-los erroneamente que com acerto. Mas a asserção que se tem feito às vezes, de que não podem em absoluto ser utilmente aplicados, parece basear-se numa concepção dos objetivos, métodos e resultados da análise que tem pouco em comum com a apresentada neste e em outros tratados modernos" (Marshall, 1890/1982:249)

a) Apresentação

Na Introdução ao *Peasant Farm Organisation*, Chayanov defende-se da "acusação" - cujas consequências no interior da jovem República Soviética ultrapassavam perigosamente o estrito campo da luta de idéias - de ser um partidário da escola austríaca da utilidade marginal. Basicamente, seu argumento é que não compartilha da teoria neoclássica para o estudo dos grandes agregados econômicos. Entretanto, para analisar o comportamento de unidades econômicas individuais, os fatores de natureza macro-social são insuficientes, como o próprio Marx já havia percebido:

"In the first volume of *Capital*, K. Marx recognizes the possibility of a consumer's evaluation of benefits, but asserts that it is impossible to deduce from it the social phenomenon of price. In analogous fashion, I have disclosed the presence of a labor-consumer balance in the peasant farm's economic practice and the great part it plays in determining the volume of family economic activity, but I do not at all consider it possible to deduce from this a whole system of the national economy" (Chayanov, 1925/1986:46).

De fato, como vimos acima, Chayanov distancia-se das teorias marginalistas, tanto no sentido de que evita imputar ao campesinato categorias estranhas a sua existência econômica, como também no fato de que não propõe qualquer modelo macroeconômico baseado nestas categorias específicas à produção familiar. Tudo indica que esta declaração não é apenas um meio de escapar ao "patrulhamento" a que fatalmente a Escola da Organização da Produção estava sujeita. Ela reflete antes a convicção de que é impossível

entender a unidade de produção familiar sem que a lógica que preside seu processo de escolha econômica tenha sido destrinchada. E para isso - bem como para qualquer teoria a respeito do comportamento do consumidor, por exemplo - a escola austríaca fornece instrumentos de análise dos quais a economia política clássica e marxista encontram-se totalmente desprovidas.

Não é à toa então que, quarenta anos após a publicação da obra de Chayanov, autores de formação estritamente neoclássica, e com base nos métodos fornecidos por esta escola de pensamento, retomam e desenvolvem as preocupações do economista russo: existe um comportamento específico do campesinato? é possível uma teoria que coloque em relevo os motivos fundamentais que presidem suas escolhas econômicas? Mais que isso, será que, entre camponeses, condutas aparentemente paradoxais com relação à poupança, o investimento e o consumo não encontram explicação num uso estritamente racional dos fatores dos quais dispõem? E será que a compreensão desta racionalidade não é capaz de fornecer subsídios importantes a políticas de desenvolvimento econômico? é exatamente num contexto em que os próprios economistas colocam-se estas questões que a obra de Chayanov é traduzida para o inglês (1966) vindo ao encontro de uma das preocupações mais marcantes da época, como mostrou Thorner:

"Most of those who are today seeking to understand the economic behavior of the peasantry seem to be unaware that they are traversing much the same ground trod from the 1860's onward by several generations of Russian economists. The problems that are today plaguing economists in countries like Brazil, Mexico, Turkey, Nigeria, India, and Indonesia bear striking similarities to those that were the order of the day in Russia from the emancipation of the serfs in 1861 down to the collectivization of agriculture at the end of the 1920's...(Thorner, 1986:xi).

Quais eram esses problemas ? Basicamente, eles se concentravam na questão dos motivos do subdesenvolvimento e das perspectivas e políticas necessárias para sua superação. O importante aqui - e é o que aproxima a abordagem dos economistas neoclássicos do tema antecipado pelo pensamento precursor de Chayanov - é que durante os anos 1960 foi elaborada uma quantidade significativa de modelos microeconômicos sobre o comportamento camponês. A preocupação prática subjacente a estes modelos é também bastante próxima à de Chayanov: não se pode implementar políticas de modernização da agricultura sem a compreensão dos fatores que presidem a tomada de decisão por parte dos agricultores.

O objetivo deste capítulo é apresentar resumidamente algumas destas contribuições para que possamos no capítulo IV nos perguntar a respeito daquilo que a abordagem "morfológica" de Chayanov deliberadamente ignorou: quais são as condições sociais de existência do campesinato ou, para usar os termos de Georgescu-Roegen (1969), qual a "fisiologia" da produção camponesa ?

O terreno da presente exposição não poderia ser mais vasto. Inúmeros economistas debruçaram-se sobre o tema propondo modelos importantes e frequentemente baseados em relevantes trabalhos de campo. Uma apresentação completa de todos eles nos distanciaria do objetivo básico desta parte do trabalho, que é a compreensão e a tentativa de uma definição concisa e operacional do que é camponês. Entretanto é possível - cometendo uma enorme quantidade de omissões, sem dúvida - expor uma síntese das mais significativas tentativas de estudo dos fatores determinantes das opções econômicas do campesinato que a teoria neoclássica produziu. Vou seguir, para tanto, as sugestões contidas na recente e decisiva contribuição de Frank Ellis (1988). Três modelos serão aqui resumidos. Primeiramente, o de Theodore Schultz (1964/1965), onde a família camponesa opera em moldes tais que nada a diferencia de uma empresa moderna, no que se refere a sua racionalidade econômica. Já Lipton (1968) vê na lógica econômica da família camponesa o contrário daquilo encontrado por Schultz: não a busca do lucro, mas a aversão ao risco. Por fim, Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969) retomam e desenvolvem os termos em que Chayanov colocou o problema da especificidade do processo de tomada de decisões no interior da família. Ao final do capítulo resumo as conclusões alcançadas (1).

1. Ellis trabalha na verdade com cinco modelos. Na presente exposição não abordo um caso importante, mas que não modificaria qualitativamente os resultados aqui alcançados que é a situação de parceria, meação e arrendamento: os

b) O maximizador de lucro

Poucas teorias sobre a agricultura tiveram repercussão prática tão significativa quanto a celebrizada por Theodore Schultz na expressão "pobres, mas eficientes". Com efeito, publicado em 1964, o livro deste professor da Universidade de Chicago e prêmio Nobel de Economia - *Transformando a Agricultura Tradicional* - exerceu enorme influência na formação de intelectuais e técnicos responsáveis pela implantação, em países do Terceiro Mundo, de centros de extensão e pesquisa nos quais boa parte da Revolução Verde se enraizou. Aqui, o que mais interessa na obra de Schultz é a apresentação da agricultura "tradicional" não como expressão de indolência, atavismos culturais retrógrados, etc., mas, ao contrário, como um sistema coerente e racional de uso dos fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito.

A raiz desta perfeição está numa dupla inseparável: eficiência e maximização de lucro. Nada mais distante da realidade da agricultura tradicional que a imagem do Jeca Tatu: contrariamente a uma importante vertente do pensamento

camponeses *sharecropping*. Por outro lado fundi numa só exposição aquilo que o rigor de Ellis exigiu que fosse objeto de tópicos distintos: em sua exposição sobre os modelos de equilíbrio trabalho/consumo ele separa os casos em que não existe mercado de trabalho daqueles onde o assalariamento e o pagamento de salários são supostos.

econômico do início dos anos 1960 (Georgescu-Roegen, 1960, por exemplo) Schultz refuta a noção de que a produtividade marginal do trabalho no meio rural dos países pobres é igual a zero. Caso as unidades produtivas deixem de contar com qualquer dos membros que as compõem enquanto trabalhadores, o resultado será uma inevitável queda do produto: não há população sobrando na agricultura tradicional.

É exatamente daí que Schultz deduz a racionalidade destes agricultores. Mesmo em situações em que a moeda praticamente inexistente, do ponto de vista da relação entre os insumos dos quais dispõem e os resultados econômicos atingidos, eles se conduzem de maneira equivalente a empresas modernas. É perfeitamente legítimo que se faça abstração de todo o conteúdo cultural e até psicológico envolvendo a ação dos indivíduos: seu resultado traduz a conduta maximizadora de lucros. O agricultor não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto, mas, mais que isso, essa operação leva em conta o nível relativo dos preços, de maneira a minimizar os custos e/ou maximizar os resultados da produção. Em outras palavras, o agricultor comporta-se de maneira eficiente não só sob o ângulo técnico, mas também alocativo. Eficiência econômica é um conceito bem determinado na microeconomia: trata-se da capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar a maior quantidade possível de produtos e também (sem o que não há eficiência) escolher entre os fatores -

por definição - escassos, aqueles que correspondam ao menor preço e/ou que propiciem a maior renda. Plantar mais, por exemplo, é uma decisão que leva em conta fundamentalmente a produtividade marginal dos fatores: o investimento no recurso básico do qual dispõe a agricultura tradicional (o trabalho) é feito com base na melhor combinação possível dos fatores de forma que um trabalho adicional e que represente esforço com retorno insuficiente não será realizado; da mesma forma, é impensável que o agricultor deixe de esforçar-se para alcançar a situação ótima que, no quadro dos recursos por ele disponíveis, pode atingir.

Por mais que a teoria de Schultz se baseie em pressupostos facilmente contestáveis - a começar pelo fato de que a noção de eficiência econômica é inconcebível fora de um mercado competitivo, o que não existe naquilo que ele define como agricultura tradicional, como veremos no próximo capítulo - ela tem um mérito inegável. Num momento em que não eram poucas as teses que atribuíam a pobreza à preguiça (2) ou à ignorância, Schultz aponta para um comportamento absolutamente racional.

Nada mais distante, entretanto, do pensamento de Schultz que uma visão romanticamente apologética dos povos onde a agricultura tradicional é praticada. Ao contrário, do outro

2. Boserup (1970/1983:18) por exemplo, fala da importância nas políticas coloniais do mito do homem africano preguiçoso.

lado da moeda do comportamento eficiente, encontra-se, inseparavelmente, a pobreza. Não se pode alcançar eficiência alocativa melhor que aquela ensinada por séculos de experiência aos produtores tradicionais. Sua emancipação da miséria depende, antes de tudo, que sejam alterados os meios com que trabalham. Caso contem com máquinas e insumos modernos, os agricultores saberão encontrar uma razão entre seus custos e resultados econômicos tal que seu comportamento maximizador se traduza por substancial aumento do produto. Não há conservadorismo no comportamento do camponês tradicional: se ele não investe mais - explicar esta atitude era um dos principais desafios dos economistas nos anos 1960 - é exatamente porque o lucro é seu móvel (3) e, partindo somente de terra, trabalho, enxada e estrume, não adianta trabalhar mais com retornos permanentemente decrescentes. É igualmente ilusória - e subestima a capacidade racional dos indivíduos - a perspectiva de que uma combinação diferente destes fatores poderia resultar num aumento do produto. Somente máquinas e insumos de origem industrial, combinados com um sistema de pesquisa e extensão (voltados precisamente para este tipo de modernização) podem elevar a produtividade do trabalho e também permitir a

3. É exatamente porque o lucro é uma aspiração universal dos agentes econômicos que "em princípio o pensamento econômico básico é tão aplicável a países pobres como a países ricos" (*apud*. Salomon, 1977:16). Da mesma forma é o princípio que permite a compreensão das mudanças fundamentais no curso da história da agricultura (Schultz, 1968:56-58)

liberação de mão-de-obra do campo para as cidades, sem que isso se traduza numa queda no nível da oferta agrícola.

Esta constatação traz uma consequência no mínimo ambígua: por um lado, ela sugere a mudança nas condições materiais em que vive o agricultor já que é impossível, com os recursos de que dispõe, que ele consiga elevar sua produtividade. Por outro lado porém, esta mudança é tamanha, que na maior parte dos casos será inacessível à grande massa dos agricultores, já que, por definição, ela é realizada nos parâmetros institucionais de uma economia de mercado. É bem possível, neste sentido, que o preço da "transformação da agricultura tradicional" seja o sacrifício social de uma grande quantidade de agricultores tradicionais. E é exatamente por esta razão que Schultz costuma ser classificado entre os economistas mais conservadores, no que se refere aos problemas agrários. Michael Lipton, cujo pensamento examinaremos logo abaixo, é de opinião que as idéias de Schultz, de certa forma, jogam fora o bebê junto com a água do banho, quando se trata de modernização e neste sentido classifica-as como "a doutrina do pessimismo revolucionário" (Lipton, 1968).

É importante assinalar, porém, que na ortodoxia schultziana um papel importante cabe ao Estado no desenvolvimento

econômico: o estímulo seja à produção interna seja à importação dos insumos que compõem a agricultura moderna, a implantação de centros de pesquisa capazes de adaptar os progressos técnicos da agronomia ao meio ambiente nacional e local (pesquisas com variedades de alto rendimento, por exemplo) e a difusão deste conjunto de inovações através de um amplo sistema de extensão.

Podemos resumir a cinco pontos básicos o essencial no pensamento de Schultz:

1) Não existe um conceito de camponês como categoria econômica provida de uma lógica de conduta diferente de outros segmentos produtivos da sociedade. É exatamente com base nesta premissa que Schultz aponta para a racionalidade da agricultura tradicional.

2) Entre a agricultura tradicional e a moderna, a dicotomia é completa, não por qualquer tipo de racionalidade própria a cada uma - já que suas motivações econômicas são idênticas - mas porque não há evolução lenta e gradual que leva uma à outra: se depender da própria agricultura, se não houver intervenção estimuladora do Estado, a agricultura tradicional é incapaz de sair do marasmo secular que a caracteriza.

3) Não se pode aprimorar ou melhorar a agricultura tradicional a partir dos fatores que ela costumeiramente emprega. O que caracteriza os países pobres não é a má utilização dos fatores existentes, mas sim a sua baixa produtividade.

4) Do ponto de vista social, os resultados da aplicação das teorias de Schultz a países do Terceiro Mundo podem ser extremamente perversos.

5) Cabe ao Estado tomar a iniciativa de implantar centros de experimentação e de difusão que permitam aos agricultores o acesso às modernas tecnologias.

c) O minimizador de riscos

A ortodoxia schultziana não foi a única maneira de a economia neoclássica voltar-se para o campesinato. A idéia de que a meta dos agentes econômicos é a maximização de seu bem-estar e que, de forma geral, os indivíduos são racionais no sentido de definirem meios a seu alcance e levarem em conta o conjunto da situação em que se inserem para atingir este objetivo, esta idéia não resulta necessariamente no comportamento maximizador de lucros. Ao contrário, a microeconomia dos anos 1960 mostra que é perfeitamente

possível a montagem de modelos de maximização alternativos ao de Schultz.

Um dos mais importantes fatores que Schultz não leva em consideração ao postular a identidade de comportamentos entre os agricultores tradicionais e as empresas econômicas modernas é a significativa diferença de riscos existente entre ambas. É evidente que em qualquer sociedade mercantil, existe um grau de incerteza ligado às atividades econômicas. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, mais que incerteza, lida-se com a idéia de riscos (4) e estes são significativamente maiores do que no capitalismo avançado.

É exatamente por possuírem o discernimento de levar em conta o fator risco que os agricultores tradicionais não podem nortear-se pelo comportamento maximizador de lucros: é com esta contestação que, em 1968, Michael Lipton publica um artigo marcante, contestando diretamente o livro de Schultz. A partir de então, Lipton torna-se o autor mais expressivo de uma vertente no pensamento econômico que define o agricultor tradicional a partir da aversão ao risco. Vale à pena examinar seus argumentos.

4. "Nessas condições, portanto, não é surpresa encontrar um grande número de pequenos agricultores para os quais prevalece um critério de decisão sobre o uso de recursos, em que a garantia de um nível mínimo de resultado econômico, suficiente para a subsistência da família, vem em primeiro lugar", afirma Homem de Mello (1982:96-97), citando importantes estudos que corroboram a idéia da aversão ao risco.

É importante destacar, de início, que Lipton também vê no agricultor tradicional um maximizador: não de lucros, mas de oportunidades de sobrevivência. E para tanto o essencial é levar em conta um ambiente ecológico e social hostil a esta sobrevivência.

Em primeiro lugar as oscilações climáticas são muito mais violentas no mundo tropical que no temperado. Estas mudanças não permitem que as decisões de investimento dos agricultores se apóiem numa média previsível de situações naturais, com base na qual em alguns anos se ganharia mais e em outros menos. Isso porque a privação dos agricultores é de tal magnitude que eles não podem nunca se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do mínimo necessário a sua sobrevivência. Neste sentido, é claro que eles não optam por maximizarem seus lucros em situações em que ganhos adicionais seriam eventualmente possíveis, se houver em torno destes ganhos adicionais o risco de perdas que impliquem a redução do produto aquém da subsistência. Assim, a competição neoclássica perfeita, onde os custos dos investimentos são estimados em função de seu produto marginal não se aplica: mesmo numa situação em que uma empresa moderna optaria por correr riscos - já que o que fosse perdido neste ano poderia ser recuperado num ano de melhor sorte - isso não é possível para o agricultor tradicional:

"A bad year or two, in an optimal policy sequence, will not prevent the Western farmer from retaining land and other assets sufficient to follow through the sequence; they will ruin the Indian farmer. His first duty to his family is to prevent such ruin; with growing population, fewer and fewer have enough land left for subsequent optimising experiments" (Lipton, 1968:335).

Além deste fator natural, existem aspectos sociais e institucionais que bloqueiam a conduta de maximização de lucros (5). A precariedade da informação sobre os preços reflete um mercado altamente imperfeito em que os elementos materiais da produção não são simplesmente fatores produtivos passíveis de uma equivalência mercantil:

"The labour market (while becoming less imperfect as urban contact and population pressure weaken hereditary job assignment) is still dominated by caste. In some parts of India, a Brahman can not plough" (Lipton, 1968:336).

Da mesma forma, as regras sociais ligadas à herança refletem mais a busca de segurança que de rentabilidade. A divisão das terras entre os filhos responde ao critério de que as parcelas férteis e as inférteis são atribuídas equanimemente fazendo com que a necessidade de assegurar a sobrevivência

5. Ponto de vista idêntico é defendido por Galbraith (1979:56):

"Toda inovação envolve, ou supõe-se que envolva, um certo risco...Mas o risco, no presente contexto, tem um caráter especial de premência. Para o agricultor próspero do Ocidente um prejuízo na colheita significa perda de renda. Isso é desagradável, mas nem sempre acarreta perda física e, certamente, nunca da própria vida...Para a família, entretanto, que vive dentro do limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte. Assim encarado, o risco não é coisa que deva ser aceita casualmente. Entre os muito pobres, a aversão ao risco, como é denominada pelos economistas, é muito forte - e por motivos perfeitamente razoáveis".

de cada um acabe prejudicando, evidentemente, o rendimento de todos.

Incertezas climáticas, imperfeições de mercado, regras sociais impedindo o funcionamento das mais elementares normas da competição perfeita, tudo isso faz com que

"...an optimising peasant seeks survival algorithms, not maximising ones" (Lipton, 1968:331).

Temos aí, portanto, uma imagem da racionalidade e da capacidade maximizadora do camponês bastante distante da universalidade schultziana. E é claro que as consequências práticas do camponês avesso ao risco só poderiam ser diametralmente opostas àquelas contidas na idéia do agricultor maximizador de lucros.

Se o comportamento econômico é regido pela aversão ao risco, existirá, evidentemente, um espaço técnico (6) no interior do qual é possível uma alocação dos próprios fatores da agricultura tradicional de forma a promover seu crescimento:

"All this does not imply that tropical farming is impossible to organise rationally. The alternative to the optimising peasant need not be the pessimising optant. Some practices - covering manure pits, ploughing across the slope - produce more output...with hardly any increase in inputs. Some allocative decisions - higher seed-rates on poorer soils, appropriate mixed legumes on marshy ground - are similarly always indicated" (Lipton, 1968:334).

6. A idéia de que pode haver progresso no quadro dos recursos existentes na "agricultura tradicional" está presente em dois trabalhos que marcaram época na literatura a respeito: Boserup (1965/1970) e Sahlins (1974).

Em suas conferências na BBC Lipton traduziu esta idéia de maneira simples e lapidar:

"...if a man is maximizing his efficiency in washing his face with one hand tied behind his back, it is cheaper to untie his hand than to buy him a sponge" (Lipton, 1968/1988:260).

Toda a questão está nos aspectos institucionais que impedem a melhor utilização destes fatores. Mas o traço decisivo do campesinato é justamente o constrangimento a uma permanente subutilização de sua potencialidade produtiva com o objetivo de evitar o risco. E exatamente por isso, desde que alguns destes fatores sejam eliminados, é possível no quadro dos meios materiais da agricultura tradicional promover políticas de desenvolvimento.

Não é muito clara a posição de Lipton sobre a maneira como vencer estes fatores que provocam o comportamento de aversão ao risco e por vezes fica-se com a impressão de que ele, na verdade, não preconiza a sua eliminação (7). Essa impressão

7. "...imperfect factor markets in very poor countries are not relics of ignorance and conservatism, ready to collapse at the slightest incentive (or executive order). They fulfill a precise function in a tightly knit social structure. The function is to permit the inheritance of security, both of tenure and of employment. The structure is a socio-religious ecology in which tolerance of traditional factor uses alone preserves the harmony between oppressor and oppressed - and hence the acceptance of some residual responsibilities by the oppressor" (Lipton, 1968:337) Esta idéia de equilíbrio da pobreza está presente também no trabalho de Galbraith (1977:61), baseado igualmente na experiência hindu: "não nos deve, pois, surpreender, embora isso aconteça, que o pobre também se acomode à sua pobreza, especialmente o pobre rural. Essa tendência à acomodação é fato da maior importância".

é reforçada quando em trabalhos posteriores ele define o "viés urbano" (Lipton, 1977) que preside as decisões sobre o crescimento econômico como o motivo fundamental do próprio subdesenvolvimento.

Podemos resumir o essencial do pensamento de Lipton aos seguintes pontos:

1) é perfeitamente possível compreender o campesinato a partir da idéia de comportamento otimizador: existe uma conduta racional, no sentido da adequação de meios a fins determinados, considerando-se o contexto em que esta adequação opera.

2) é exatamente essa racionalidade que impede a idéia de maximização de lucros de tornar-se explicativa do comportamento camponês. Ao contrário, o essencial na racionalidade camponesa é a conduta de aversão ao risco.

3) Nesse sentido, existe especificidade no tipo de cálculo econômico realizado pelo camponês, quando comparado com empresas capitalistas, por exemplo.

4) O desenvolvimento econômico não passa, no essencial, pela incorporação à agricultura tradicional dos meios técnicos característicos dos progressos científicos recentes. Ao contrário, exatamente por terem um comportamento de aversão

ao risco, é possível que uma realocação dos fatores ao alcance dos camponeses seja propiciadora de crescimento, desde que se eliminem as condições institucionais que bloqueiam sua melhor utilização.

5) Existe em Lipton elementos que fazem suspeitar de uma posição marcadamente conservadora no que se refere às condições sociais e institucionais que determinam o comportamento camponês de aversão ao risco.

d) A aversão à penosidade

Nos dois itens anteriores, não foi feita qualquer observação significativa com relação ao nível de consumo da família. No modelo de maximização do lucro, este é um fator irrelevante: as decisões são tomadas em função da produtividade marginal dos fatores. Já em Lipton, a família visa atingir um mínimo de subsistência, mas esse patamar é um dado invariável da análise econômica.

Ora, o que caracteriza o campesinato é exatamente a fusão entre a unidade de produção e a de consumo. É perfeitamente possível portanto que a análise microeconômica se volte para cada um destes aspectos constitutivos do campesinato: o trabalho fornecido pela família e a renda (monetária ou não) daí derivada. Mais que isso, se na microeconomia estes dois elementos são objeto de tópicos distintos (a teoria da

produção e a teoria do consumidor), um dos desafios básicos que a existência do campesinato lança para a teoria é exatamente a elaboração de um modelo unificado desta dupla dimensão. Ou nas palavras de um importante economista:

"...the household firm simply transfer *transfers in kind* a part of the household input potential to the firm and a part of its output to the household. The consequence of this institutional hybridization is that the models of the household firm have also to be hybrids of the theory of the productive firm and the theory of the consumer household" (Krishna, 1969:185).

A relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário a que sejam atingidas é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual o campesinato se define. Esta idéia rigorosamente chayanovista é o ponto de partida de três entre os mais importantes modelos sobre o comportamento camponês dos anos 1960: o de Mellor (1963), o de Sen (1966) e o de Nakagima (1969). Não se trata aqui de expo-los detalhadamente, mas apenas de indicar que é nos moldes mesmo em que Chayanov constrói seu objeto de estudo que a questão é retomada por estes autores nos anos 1960 e apontar alguns desdobramentos.

Nestas abordagens, é em termos subjetivos que se define o equilíbrio econômico da família camponesa. Isso significa que, da mesma forma que em Chayanov, são fatores internos que determinarão seu desempenho produtivo, fundamentalmente a contraposição entre o produto marginal do trabalho e seu custo. Este dilema neoclássico básico entre trabalho e ócio - entre o prazer derivado do produto do esforço, diante da

satisfação propiciada pelo descanso - assume, no caso da produção camponesa, entretanto, uma fisionomia particular. Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho - embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho. Não é, como em Schultz a produtividade marginal dos fatores que orienta as decisões de investimento dos agricultores. Na verdade, esta produtividade marginal é objeto de uma avaliação subjetiva cuja base não são os preços de mercado, mas sim o imenso esforço despendido para se atingir a produção de subsistência e, portanto, a tendência à renúncia a este esforço, tão logo as necessidades básicas tenham sido encontradas. Em seu importante artigo, Mellor (1969:519-520) explica o problema:

"Universally, the marginal utility of added goods and services income is very high until the requirements of subsistence are met. To achieve subsistence, farmers choose to convert their labor into goods and services even at very low marginal returns. It follows that the utility attached to increments of goods and services will be lower once basic subsistence has been met"

A pobreza, por um lado e a fusão entre a unidade de consumo e a de produção, por outro, determinam então um nível de equilíbrio particular à economia camponesa (8). Aliás é

8. Sen (1966:425-427) e Nakagima (1969) oferecem demonstrações matemáticas e gráficas destas proposições. É interessante observar que Nakagima declara, logo na introdução de seu trabalho, ter-se inspirado em Chayanov. Quanto à especificidade teórica do estudo do campesinato no

nestes termos, muito mais que em função de razões culturais ou psicológicas que pode ser explicado o fato de que

"...farmers in low income countries have limited aspirations for material goods and services" (Mellor, 1963:519).

Esse equilíbrio é inalterável enquanto o comportamento da família for determinado por causas fundamentalmente endógenas. É claro que o ponto em que o aumento da desutilidade marginal do trabalho encontra a queda na utilidade marginal da renda varia em função do tamanho da família, da relação entre consumidores e trabalhadores no seu interior, dos meios técnicos com que trabalha, da quantidade de terra disponível, dos preços agrícolas e da renda trazida por atividades não agrícolas (artesanais, por exemplo). Esses fatores, como bem mostra Nakagima (1969:166-176) e como já apontara anteriormente Chayanov, podem alterar o ponto de equilíbrio, mas não sua natureza, isto é, sua determinação subjetiva.

Há um elemento entretanto capaz de alterar significativamente a racionalidade camponesa: é a existência de um mercado de trabalho. Neste caso, o esforço familiar

quadro da economia neoclássica, é interessante a proposição de Sen, comentando um estudo segundo o qual as unidades de produção familiares trabalhavam com prejuízo: "This illustrates the danger of analyzing peasant equilibrium in terms of ideas borrowed from a capitalist economy" (Sen, 1966:443). O trabalho mais recente de Barlett (1984:139) mostra a importância de "...alternative cost-benefit methodologies..." no estudo das realidades agrárias no Terceiro Mundo.

passa a ser comparado não apenas com a renda obtida no estabelecimento agrícola, mas adquire outro parâmetro que é o custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho. As necessidades básicas podem então ser alcançadas não mais a partir do trabalho no interior da unidade produtiva, mas da venda da força de trabalho. Da mesma forma, a compra de trabalho por parte da família camponesa torna-se possível, o que indica também um elemento externo à família na obtenção de seu equilíbrio econômico:

"Without a labor market, as is assumed here, the marginal productivity of labor in subjective equilibrium tends to vary from family farm to family farm. In most, the main causes will be the differences in (a) quantities of nonlabor resources farms have; (b) numbers of workers in farms; and (c) numbers of dependents in farms" (Nakagima, 1969:169).

A suposição da existência de um mercado de trabalho porém torna insuficientes estas causas internas. O equilíbrio deixa de ser estritamente subjetivo. Não que o objetivo da família se altere: trata-se sempre de "maximizar a utilidade". A introdução do mercado de trabalho introduz, entretanto, uma variável exógena à determinação do nível de equilíbrio. É perfeitamente concebível que a família opte que alguns de seus membros trabalhem como assalariados, e portanto, que sua produção caia, encontrando no mercado de trabalho um meio de obter suas necessidades de subsistência. Isso significa, em outras palavras, que a introdução do mercado de trabalho no modelo de equilíbrio entre a desutilidade marginal do trabalho e a utilidade marginal da renda (o famoso balanço chayanovista entre trabalho e

consumo) faz com que as decisões a respeito do uso do trabalho sejam separadas daquelas tomadas com relação ao consumo. Neste sentido, uma vez admitida a existência do mercado de trabalho, a unidade de produção camponesa deixa de ser a fusão entre o empreendimento produtivo e a família consumidora.

O aprofundamento destas idéias exigiria necessariamente sua elaboração algébrica e gráfica, o que escapa aos objetivos deste trabalho. O importante aqui é a formulação, no quadro mesmo da economia neoclássica, de uma lógica (isto é de objetivos e de meios racionais para atingí-los) da unidade de produção familiar diferente da maximização do lucro e da minimização dos riscos. E da mesma forma que fizemos nos dois itens anteriores, vejamos rapidamente as consequências políticas dos modelos de aversão à penosidade. É preciso ter em mente que estes modelos pretendem fundamentalmente responder a uma questão prática: como promover a maior integração das unidades de produção familiares ao mercado de produtos e insumos, de maneira a elevar sua renda e, presumivelmente, seu bem-estar, assim como a disponibilidade de produtos agrícolas na sociedade como um todo? Note-se que esta questão é bastante semelhante à que norteava a preocupação de Chayanov e à qual ele respondia preconizando a organização cooperativa da produção familiar.

A resposta de Mellor (1963:523) ao problema é inequívoca: deve-se introduzir um conjunto de estímulos em termos de tecnologia, gerência e conhecimentos que elevem a "transformação de tempo de trabalho em produto agrícola". Além disso, novos bens devem ser oferecidos para que desapareçam as limitações às aspirações de consumo. Também as inovações tecnológicas são indispensáveis e neste sentido a localização de "indivíduos inovadores" desempenha função importante. O que Mellor preconiza, em suma, é que sejam introduzidos no interior da economia camponesa um conjunto de condições que forcem a ruptura de seu equilíbrio que, endogenamente, tende a ser estático. Suas conclusões práticas portanto aproximam-no assim das teses schultzianas (9).

9. Inúmeros são os economistas que, com base nas mesmas premissas teóricas que Mellor chegam a conclusões de políticas semelhantes. Fisk (1975:61), por exemplo, afirma que

"...the involvement of the rural peasant population in economic development is mainly to be achieved through their enhanced participation in the advanced monetized sector of the economy through wage labor or cash cropping"

Num sentido semelhante, Singh *et al.* (1986:3) dizem que

"one of the great problems for these countries is that efforts to predict the consequences of agricultural policies are often confounded by complex behavioral patterns characteristic of households in semicommercialized, rural economies"

Weisblat (1969:40) propõe o apoio àquilo que chama indivíduos inovadores:

"In both traditional and dynamic societies there are innovators. In the traditional society it is, of

Sen e Nakagima parecem bem mais prudentes a respeito. O trabalho de Sen não chega a oferecer propostas de políticas. Ele mostra entretanto que nem sempre a modernização corresponde a uma verdadeira vantagem social. Ao contrário, é provável que, socialmente, a existência de unidades produtivas marcadas pelo típico equilíbrio camponês permita a oferta de bens agrícolas em condições em que a terra e o trabalho sejam utilizados com resultados melhores que em empresas capitalistas. É que o "custo do trabalho" camponês (dado pela sua apreciação subjetiva determinada pelas necessidades de se atingir o nível de subsistência) é inferior ao nível salarial pago pelos empresários capitalistas. Uma de suas hipóteses (que lembra consideravelmente a idéia chayanovista de auto-exploração) é que

"the peasant family is guided properly by its calculation of the real labor cost, reflecting the rate at which the members are ready to substitute labor for output, but the capitalist farmer is misguided by an inefficient market mechanism" (Sen, 1966:443).

Sen não deduz desta hipótese a superioridade da produção camponesa sobre a capitalista. Mesmo porque, como vimos na estudo do pensamento de Tepicht, não é evidente que, dado o nível de pobreza no interior do qual as famílias estarão

course, a minority group. If one wants to bring about change in both economic and social structure, we should support, encourage, and help this innovative group until it is in a position to put the traditional majority on the defensive and induce them to change their basic concepts"

"prontas a substituir trabalho por produto", isso represente verdadeiramente uma vantagem social...

Já Nakagima (1969:178-179) contesta diretamente a solução proposta por Mellor perguntando-se se a introdução brusca deste conjunto de mudanças nos padrões de produção e de consumo não provocarão uma elevação na "pobreza sentida" por parte dos agricultores. O que Nakagima preconiza, em suma, é um certo gradualismo nas políticas de modernização.

Podemos resumir os principais aspectos expostos neste item aos seguintes pontos:

1) A principal virtude da idéia de "camponês avesso à penosidade" é a integração num modelo único da produção familiar e do consumo doméstico. As decisões sobre o consumo têm especial influência sobre a produção. Em outras palavras, há um tipo especial de motivação característico do campesinato que efetivamente faz dele uma forma social particular. Colocando a ênfase nestes aspectos, Mellor, Sen e Nakagima podem ser vistos como continuadores do trabalho de Chayanov.

2) Neste modelo as decisões econômicas da família dependem estritamente de seu equilíbrio subjetivo: o valor do

trabalho e dos bens de consumo variam em virtude de se ter ou não atingido a satisfação das necessidades básicas de subsistência. O importante é o caráter endógeno da determinação do comportamento econômico.

3) Esse equilíbrio subjetivo pode ser alcançado em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, a idade de seus membros componentes, o nível dos preços, a extensão cultivada, a tecnologia disponível, e a participação de elementos não agrícolas na formação da renda. Essas variações não alteram a natureza do equilíbrio subjetivo.

4) A suposição da existência do mercado de trabalho, porém, põe abaixo a determinação subjetiva das opções econômicas da família. O custo de oportunidade do trabalho torna-se um parâmetro decisivo nas decisões produtivas da unidade de produção familiar. Neste caso, para usar a expressão de Chayanov, o camponês não é mais uma "unidade subjetiva teleológica".

e) Resumo e conclusões

é evidente que os casos expostos aqui não esgotam, nem de longe, os modelos explicativos a respeito do comportamento microeconômico do camponês. Não é este o objetivo do

presente capítulo. Espero ter apontado três problemas que me parecem importantes:

1) Na economia contemporânea a questão da racionalidade camponesa possui um peso significativo. O fato de terem por base teórica conceitos derivados fundamentalmente da sociedade capitalista não impediu aos economistas neoclássicos a construção de importantes modelos explicativos a respeito do comportamento econômico camponês. Sob esse ponto de vista, inclusive, é preciso assinalar que a contribuição da economia neoclássica é significativamente mais importante que a dos autores de orientação marxista: é que os neoclássicos procuram razões endógenas de um determinado comportamento, enquanto que no marxismo, as determinações de natureza social aparecem frequentemente como necessárias e suficientes (10). Assim, a extração de sobretrabalho e a dominação política tornam-se fatores explicativos: compreender o campesinato é examinar fundamentalmente as funções que ele desempenha na reprodução de um determinado sistema global. Já os neoclássicos, centrados no problema da tomada de decisões, procuram na própria família camponesa os elementos determinantes de sua conduta.

10. Cabe ao chamado marxismo analítico enfrentar o problema das opções em torno da ação individual. Mas esta parece a única corrente que, inspirada no marxismo, inclinou-se nesta direção. Cf., entre outros, Elster, 1986 e Przeworski 1988.

2) Procurou-se aqui apontar a diversidade das lógicas camponesas estudadas. O importante é que as três vertentes expostas apóiam-se na premissa de uma racionalidade definida em moldes estritamente econômicos: a busca de lucros, a minimização dos riscos e a aversão à penosidade são objetivos cuja realização supõe a mobilização de certos meios que, nos três casos, podem ser objetivados num cálculo econômico. A exposição destes três casos permite também que se mostre, por um lado, a importância histórica do trabalho precursor de Alexander Chayanov, mas, por outro, a possibilidade de que a "morfologia" da unidade de produção camponesa seja construída a partir de parâmetros que não são exatamente aqueles com que o economista russo trabalhou.

3) Ao se voltar para o campesinato, os economistas neoclássicos procuram fundamentar respostas ao problema prático do desenvolvimento econômico. Não só não existe homogeneidade nas proposições de políticas, como nem sempre a mesma compreensão teórica da família camponesa conduz a resultados políticos idênticos. A noção de equilíbrio econômico subjetivo produz tanto propostas de modernização acelerada quanto a recomendação de extrema prudência nas transformações da vida agrária.

Capítulo IV

Os limites da racionalidade econômica

"the family farm...is not just a way of producing crops and livestock; it is a way of producing people - good people" Paarlberg, (1976)

a) Apresentação

Estudamos, nos capítulos II e III, alguns dos principais modelos microeconômicos do equilíbrio camponês. A abordagem privilegiou fundamentalmente a unidade individual de produção e as determinações básicas de suas escolhas econômicas. Esta é uma característica da própria microeconomia (o primado do indivíduo e a localização de elementos racionalmente discerníveis a nortearem seu comportamento) e que, como vimos, respondia à preocupação prática com a montagem de políticas adequadas para o desenvolvimento. Com efeito, nada seria mais desastroso que fundamentar orientações programática em pressupostos que não correspondem ao estreito leque de opções que, de fato, o produtor tem pela frente (Galbraith, 1977).

Assim, mesmo quando avesso à conduta que dele esperavam agências de desenvolvimento e cientistas, o camponês procedia de maneira racional: essa foi certamente uma importante contribuição da economia do anos 1960 à compreensão do problema agrário em vários países do Terceiro Mundo.

Existe entretanto uma ambiguidade básica nesta contribuição. Na maioria dos casos, os economistas não analisam de maneira minimamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam. O próprio Chayanov,

em sua obra mais importante, nos diz pouquíssimo a respeito das condições exteriores que permitiam o funcionamento do equilíbrio entre trabalho e consumo. Com exceção do último capítulo de seu livro, sua obra transmite a impressão de que a unidade de produção familiar possui por si só a virtude de produzir as leis econômicas por ele tão bem analisadas, independentemente do conjunto de circunstâncias exteriores em que está envolvida. A família camponesa torna-se assim uma entidade abstrata e sem história. Tudo se passa como se a economia camponesa fosse um produto necessário de qualquer forma de organização familiar na agricultura.

Tepicht, de certa forma, tentou levar esta abstração ao seu limite formulando o conceito de modo de produção camponês, que se incrustaria nas mais diferentes formações sociais e épocas históricas, sem com isso perder sua identidade própria. O próprio uso do conceito marxista de modo de produção para caracterizar o campesinato reforça a idéia de que seus traços fundamentais são independentes das condições sociais e históricas onde se insere. O modo de produção é justamente, ele mesmo, uma certa unidade entre relações sociais (família) e forças produtivas (forte peso do trabalho manual) que gera um tipo de comportamento cujo eixo de determinação é fundamentalmente interno. É nesse sentido preciso que o conceito de modo de produção camponês padece do paradoxo de que, embora inspirado no materialismo histórico, é necessariamente, uma categoria sem história:

ele permanece igual a si mesmo no curso de sua secular existência.

Já os autores neoclássicos procuram ressaltar a racionalidade econômica do camponês. O próprio Lipton indica que a estratégia de aversão ao risco é uma forma de maximização da utilidade, específica a determinadas condições sociais. A pobreza do agricultor tradicional em Schultz não elimina sua racionalidade econômica, que pode ser estudada com os mesmos instrumentos e critérios dos que se aplicam a qualquer economia de mercado. Sen e Nakagima, embora mais prudentes (1), também põem em evidência a racionalidade econômica do campesinato.

1. O texto de Sen em que nos apoiamos no capítulo III termina com a seguinte advertência:

"Finally, a general remark. This paper is basically an attempt to apply the postulates of rational behavior to the details of allocational decisions in peasant and dual economies. The differences between the allocational results of the peasant economies and those of the others are traced here to differences in objective circumstances. It is seen that the special features of peasant and dual agriculture made familiar by two decades of development economics can be fitted well into a framework of rational behavior. Nevertheless, it is worth emphasizing that, for the purpose of this paper, rationality is an assumption that is explored and not a hypothesis that is tested" (Sen, 1966:448, grifos meus, R. A.).

A mesma precaução é tomada por Nakagima (1969:166):

"We economists cannot say anything about the 'rationality' itself of the utility function or of the production function of a family farm, say, in an underdeveloped society, even if they appear to be somewhat queer from the point of view of people in an advanced society"

O que entretanto os economistas absolutamente não colocam em questão são os limites desta racionalidade econômica e não o fazem por não estudarem a fundo o conjunto do ambiente social em que a vida camponesa se desenvolve.

A idéia central do presente capítulo pode ser assim resumida: a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas (2). Vida em comunidade; vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida, conforme será visto no ítem b) deste capítulo. Nas sociedades camponesas, a economia não existe como esfera institucional autônoma da vida social, para usar uma expressão de Karl Polanyi (1944/1980). Além da personalização dos vínculos sociais, isso se traduz na

2. "The traditional peasant family's productive functions are organically linked with the totality of its economic, socializing and cultural functions" (Galeski, 1968:266)

ausência de uma contabilidade racional, no envolvimento das operações produtivas e do próprio consumo familiar num conjunto de motivações que só se explicam pelo tipo de constrangimento que a unidade de produção individual sofre por sua completa submissão às regras comunitárias em que está mergulhada. A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz a partir do objetivo de gerar, não só os meios de vida, mas, sobretudo um modo de vida. A unidade indissolúvel da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam: a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sangue-sugas.

Redfield, Kroeber, Mendras, Wolf, expressões mais relevantes da literatura sociológica e antropológica dedicada ao assunto entre os anos 1930 e 1960, viam nos camponeses grupos sociais de transição entre sociedades tribais primitivas e o universo urbano. Por mais que se possa criticar como evolucionista a idéia de *continuum* rural-urbano, presente sobretudo nos trabalhos de Redfield (3), ela aponta para um traço importante do campesinato que é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, mas ao mesmo tempo a constatação de que -

3. Cf. por exemplo, Pahl, 1966.

diferentemente de sociedades tribais, por exemplo - estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive.

A antropologia clássica percebeu e debruçou-se sobre a diferença essencial entre sociedades camponesas e tribais. A parcialidade da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios - cuja organização escapa à razão estritamente econômica - ela se relaciona com o mundo exterior, inclusive através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias.

Qual a base econômica desta inserção ? É com muita frequência que se caracteriza o camponês como produtor de mercadorias e mesmo com a ajuda do conceito marxista de produção simples de mercadorias. Existe aí um mal entendido fundamental. A idéia de produção simples de mercadorias exige a constituição de um mercado competitivo que se encarrega de imprimir aos produtos um selo social (seus preços) pelos quais são reconhecidos como partes alíquotas da divisão do trabalho. O funcionamento deste mercado supõe laços impessoais entre os agentes econômicos (condição fundamental para que o trabalho social se distribua de maneira não planejada entre os diferentes ramos da produção) e um nível de agilidade e integração entre os diferentes mercados que justamente não se encontram no ambiente característico das sociedades camponesas, fortemente marcado

por vínculos pessoais, hierárquicos e pela fusão das operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida. Os mecanismos pelos quais as vendas de produtos se confundem com um conjunto de prestações pessoais (obrigação de vender a um comerciante, atendimento a membros da família em caso de doenças, obrigações comunitárias de natureza ritual, etc.) indicam justamente a maneira incompleta, parcial com que os mecanismos de mercado atuam e, portanto, os limites da própria razão econômica no funcionamento das sociedades camponesas.

A característica constitutiva do campesinato, conforme ensinou Chayanov, é a fusão entre a unidade de produção e a de consumo: é então em torno da família que os modelos de equilíbrio camponês operam, como vimos nos capítulos II e III. Porém é nos mercados em que se insere que se constitui, sob o ângulo econômico, a socialidade camponesa. É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis que reside o segredo inclusive de sua organização econômica "interna". Aí se encontram os fatores socialmente explicativos das racionalidades camponesas.

Em trabalho recente, apoiado por muitos anos de experiência de campo e de atividade docente sobre o tema, o economista Frank Ellis (1988) traz uma contribuição simples, mas decisiva a respeito. Além de seu caráter familiar, do ponto

de vista econômico, o campesinato se define por dois outros traços básicos:

- 1) a integração parcial aos mercados e
- 2) o caráter incompleto destes mercados

Essa dupla caracterização indica, por um lado a exposição permanente do campesinato a forças de mercado, sua existência como parte de um conjunto social ao qual se subordina, mas ao mesmo tempo, ela aponta para a particularidade da integração social camponesa: ela é parcial, não só no sentido de que parte da subsistência vem da auto-produção, mas também indica uma certa flexibilidade nestas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar sem, com isso, comprometer sua reprodução social. Além disso, esta caracterização aponta para o caráter imperfeito ou incompleto destes mercados. É bem verdade, como lembra Ellis (1988:10), que

"in economics market imperfection is a relative concept which is defined by comparison to a hypothetical ideal, perfect competition".

Por mais polêmica que seja a noção de competição perfeita em plena época de capitalismo de monopólios e com o grau de intervenção do Estado em todos os setores da vida social, o particular à economia das sociedades camponesas é que a transformação dos produtos em mercadorias depende de vínculos, em geral personalizados, onde os preços são

ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda praticamente inexistem (4), como será demonstrado abaixo, no item c) deste capítulo. A natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social. Nos limites à universalização dos mecanismos de formação dos preços reside uma particularidade essencial do campesinato.

Se o campesinato pode ser definido por sua integração parcial a mercados imperfeitos, sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil. Sob ângulos distintos, tanto Marx como Weber perceberam, neste sentido, a incompatibilidade entre campesinato e capitalismo, o fato de que as condições sociais geradas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura minavam as bases do ambiente no qual o campesinato pode subsistir. O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social. É a um breve comentário a respeito da posição de Marx e Weber com

4. "Naquele tempo, a produção era grande; o que não tinha era preço": essa é uma observação recorrente dos agricultores por mim entrevistados, em pesquisa realizada no Sudoeste do Paraná entre 1977 e 1980 (Abramovay, 1981), quando se referiam a seu passado. Isso indica a inexistência, até o início dos anos 1960, de mecanismos de mercado ágeis e operantes a nível nacional. Produtos abundantes, mas que não chegavam a ser vendidos são a referência também de agricultores no Norte do Paraná quando falam dos anos 1940 e 1950 (Abramovay, 1984).

relação ao nosso tema que será dedicado o item d) deste capítulo.

Convém salientar que, sempre que possível, procurarei exemplificar as conclusões teóricas aqui alcançadas a partir de estudos de caso, boa parte dos quais realizados por equipes das quais participei (5).

b) Sociedades camponesas

O termo caiu em desuso e à primeira vista é até impróprio. Que as sociedades sejam capitalistas, socialistas, feudais, isso parece indicar um conjunto de normas sociais, um certo nível de desenvolvimento material, padrões de relação entre as pessoas e uma estrutura jurídica e política reveladora da dinâmica social. Mas como é possível existirem sociedades camponesas se ninguém nunca ouviu falar, por exemplo, de um Estado camponês ? Será que por trás da expressão não se esconde uma imagem corporativa da vida social, como se pudessem existir sociedades metalúrgicas, bancárias, ou até,

5. Entre 1977 e 1980 juntamente com Leilah Landim Assumpção, Maria Emília Lisboa Pacheco, Jean-Pierre Leroy, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Humberto Cunha participei na FASE (Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional) de uma equipe interdisciplinar que realizou uma pesquisa sobre a produção familiar em regiões de fronteira agrícola, em áreas do Pará, do Maranhão e no Sudoeste Paranaense (Convênio Finep/Inan/Fase, 1978a, 1978b, 1979a, 1979b). Não hesitarei em utilizar os exemplos que o minucioso trabalho de campo realizado pela equipe trouxe à tona, mesmo que as conclusões que hoje extraia destes casos não sejam exatamente aquelas a que chegamos dez anos atrás. Pessoalmente fui responsável pela pesquisa no Sudoeste do Paraná.

de maneira mais geral operárias, como se cada uma possuísse regras próprias de funcionamento às quais se pudesse dar o nome de sociedade? Vejamos a questão mais de perto.

É sobretudo a partir do trabalho do antropólogo norte-americano Robert Redfield que a expressão ganha estatuto científico no interior das ciências sociais, no final dos anos 1940. Num estudo publicado em 1956 (Redfield, 1956/1961a) ele mostra de maneira sugestiva como o camponês é convertido em legítimo objeto de estudo pela antropologia. Vale à pena acompanhar seu raciocínio.

Em 1922, lembra Redfield (1956/1961a:7), Malinowski e Radcliffe-Brown publicam dois livros que se tornam "claramente o padrão de pesquisa na antropologia social". Em que consiste este padrão?

"Each anthropologist had gone alone to a remote place, lived in a small and self-contained community, and come back to report a culture as a whole, and as a whole that could be understood as a system of functionally interrelated parts" (Redfield, 1956/1960a:7).

Como bem ressalta da Matta (1983), Malinowski e Radcliffe-Brown inauguram na antropologia britânica a abordagem funcionalista, cujo traço básico residia na convicção de que as sociedades ditas "primitivas" possuíam racionalidade na sua organização social, que podia ser compreendida cientificamente como uma totalidade auto-determinada, onde cada manifestação material ou cultural tomava significado.

relativamente ao papel por ela desempenhado na reprodução da sociedade em questão (6).

Esta abordagem - que contém não só um método, mas sobretudo uma teoria a respeito da vida social (7) - logo rompeu o confinamento exclusivo das comunidades isoladas, prossegue Redfield (1956/1960a:10):

"The anthropologist no longer studies a primitive isolate, no longer sees only communities that form natural self-contained systems, and no longer works alone"

é claro que no estudo, por exemplo, de uma comunidade de armênios morando em Boston, de pescadores malaios, ou da comparação entre comunidades rurais norte-americanas e francesas, o padrão de pesquisa é muito diferente daquele praticado por Malinowski e Radcliffe Brown. Há entretanto uma preocupação comum que é, para usar a expressão de Margaret Mead "o uso disciplinado da pequena sociedade primitiva como modelo conceitual" (8).

6. "Estamos hoje muito longe da afirmação feita há muitos anos por uma célebre autoridade que, ao responder uma pergunta sobre as maneiras e os costumes dos nativos, afirmou: 'nenhum costume, maneiras horríveis'. Bem diversa é a posição do etnógrafo moderno, que, armado com seus quadros de termos de parentesco, gráficos genealógicos, mapas, planos e diagramas, prova a existência de uma vasta organização nativa, demonstra a constituição da tribo, do clã e da família e apresenta-nos um nativo sujeito a um código de comportamento e de boas maneiras tão rigoroso que, em comparação, a vida nas cortes de Versalhes e do Escorial parece bastante informal" (Malinowski, *apud* da Matta, 1983:10).

7. Procurei estudar as dimensões teóricas, metodológicas e epistemológicas dominantes na formação da sociologia rural como disciplina científica em Abramovay, 1990a.

O campesinato é um dos mais importantes casos aos quais este "modelo conceitual" se aplica, exatamente pelo fato de possuir modos de vida que são específicos, mas por pertencer a um conjunto social onde é diretamente influenciado e mesmo dominado por instituições nacionais e por elementos da vida urbana (9). Quando os antropólogos norte-americanos estudavam tribos indígenas da Califórnia ou das Grandes Planícies, não precisavam prestar muita atenção, para compreender sua cultura, nas relações com as cidades modernas - a menos que estivessem interessados em explicar fenômenos como, por exemplo, a aculturação. Quando entram em contacto com a América Latina, entretanto - e a primeira pesquisa de Redfield (1930) foi realizada nos anos 1920 - os antropólogos percebem conexões permanentes com a vida das cidades, ausentes entre os índios norte-americanos.

"In Latin America anthropology has moved from tribe to peasantry" (Redfield, 1956/1960a:17).

8. *Apud* Redfield, 1956/1960a:11.

9. "Com efeito, enquanto não existe a cidade, os camponeses também são inexistentes; o que existem são os aborígenes. Os camponeses são indivíduos rurais, autóctones, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantêm relações econômicas e intelectuais. Ao contrário do aborígene, o camponês sabe que fora de seu grupo existem outros homens e os reconhecem como tais. Os estrangeiros não são forçosamente encarados como inimigos; os povoados têm instituições específicas para tratar com os estranhos ao grupo. Até uma data recente, os camponeses eram geralmente iletrados (o aborígene, por sua vez, é um pré-letrado), mas cada aldeira dispunha sempre de especialistas sabendo ler e escrever, que asseguravam o contato com a cidade e as autoridades" (Mendras, 1954/1969:34).

Mas é no quadro teórico e metodológico do funcionalismo que esta mudança ocorre. Da mesma forma que os trobriandeses de Malinowski ou os andamaneses de Radcliffe-Brown, os camponeses formarão uma totalidade, provida de estrutura social e sobretudo, de uma cultura próprias. Seu envolvimento por um conjunto mais amplo não elimina a natureza sistemicamente integrada de sua vida social, mas faz dela uma totalidade parcial. É nesse sentido, que, seguindo a orientação de Kroeber, Redfield (1956/1960a:18) coloca o campesinato como sociedade parcial provida de uma cultura parcial e define:

"I shall call peasants who have, at the least, this in common: their agriculture is a livelihood and a way of life, not a business for profit...one sees a peasant as a man who is in effective control of a piece of land to which he has long been attached by ties of tradition and sentiment"

Apesar do desmantelamento do paradigma funcionalista nos anos 1960 (Gouldner, 1971), esta definição de Redfield permanece até hoje entre alguns dos mais importantes estudiosos da questão. Num trabalho de grande influência, Shanin (1973:63-64), por exemplo, resume:

"To put in a telegraphic style, we shall delimit peasantry as a social entity with four essential and interlinked facets; the family farm as the basic multi-functional unit of social organisation, land husbandry and usually animal rearing as the main means of livelihood, a specific traditional culture closely linked with the way of life of small rural communities and multidirectional subjection to powerful outsiders"

O que há de especificamente camponês na definição de Shanin reside em dois elementos básicos: a cultura tradicional e o

modo de vida de pequenas comunidades rurais (10) São estas as características que marcarão a particularidade do ambiente social no qual a economia camponesa opera. Vejamos estas duas características, que na verdade funcionam em unidade indissolúvel.

A aldeia, primeiramente, materializa o caráter comunitário da vida camponesa (Georgescu-Roegen, 1969). Assim como em torno da família forma-se a "morfologia" do campesinato, é na aldeia que se define a sua "fisiologia" (Georgescu-Roegen, 1969) Apesar de a organização econômica apoiar-se em unidades produtivas individuais, estas não estão isoladas nem se vinculam umas às outras simplesmente através dos laços impessoais fornecidos pelo mercado. Por maiores que sejam as diferenças internas entre os camponeses por um lado entre estes e os agentes sociais fundamentais para a vida da aldeia (comerciante, padre, proprietário fundiário), é nos limites da comunidade que se opera o essencial da socialização camponesa:

"Le paysan vit sa vie toute entière et tous les aspects de celle-ci dans une collectivité locale peu nombreuse qui est une société d'interconnaissance, c'est-à-dire qu'il y connaît tout le monde et tous les aspects de la personnalité d'autrui (Mendras, 1974:15).

10. Estes dois aspectos foram abordados por Redfield no estudo da "pequena comunidade" (Redfield, 1956/1960b), por um lado, e na oposição entre pequena e grande tradição, (1956/1960a).

A prática, tão típica em sociedades camponesas, de formas de ajuda mútua no trabalho, por exemplo, é uma importante expressão deste caráter personalizado das relações sociais (11). Um caipira paulista entrevistado por Antônio Cândido (1964/1977:68) diz que

"no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o 'tempo da caridade' - justamente por essa disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse".

Essas relações operam-se sempre num quadro de reciprocidade (12) cuja natureza nada tem a ver com a identidade objetiva envolvida na troca mercantil. É nesse sentido aliás que

11. Referindo-se ao município de Santo Antônio do Tauá, no Pará, os pesquisadores do Convênio Finep/Inan/Fase (1978b:145-146) afirmam:

"Esses sistemas fundamentam-se em (e são fundamentadores de) redes de relações entre as unidades domésticas baseadas em laços familiares, de amizade e de compadrio".

12. Polanyi faz da reciprocidade um dos princípios estruturadores da vida social e material em sociedades anteriores ao capitalismo. Ele abordou os comportamentos sociais que não obedecem às leis do mercado sob um ângulo histórico e não a partir de situações contemporâneas, embora cite exaustivamente Malinowski e Evans-Pritchard. Apesar disso, suas reflexões sobre a questão da reciprocidade são essenciais:

"La réciprocité implique que les membres d'un groupe agissent envers les membres d'un autre groupe de la même façon que les membres de ce groupe, ou d'un troisième, ou d'un quatrième, agissent envers eux. Elle ne renferme aucune idée d'égalité, de justice et n'obéit pas à une règle souveraine. La réciprocité signifie plutôt et uniquement qu'il y a un écoulement à double sens ou circulaire de biens...Les groupes subviennent mutuellement à leurs besoins en ce qui concerne les articles entrant dans cette relation de réciprocité" (Polanyi, 1957/1975:220).

Firth (1969:23) propõe aos economistas voltados ao problema do subdesenvolvimento, em importante conferência mantida no final dos anos 1960, que se pense sobre "...a matriz institucional da tomada de decisão econômica ..." dos camponeses. Assim, para ele,

"family labor is a quasi-economic concept - only quasi because the ties which hold the members of the family together in cooperative work cannot be subsumed solely in terms of their common economic interest in production and its reward...a peasant economy is one which links purchasers and consumers, resource allocation and product allocation, in a network of ties which are more personal, more directly perceptible, than in a more developed, complex economy" (Firth, 1969:25)

Esta sociedade de interconhecimento funciona também no sentido vertical, não só entre camponeses, mas inclui todo o universo social com o qual se relacionam: o proprietário fundiário (em situações de parceria), o comerciante, o prestador de dinheiro (13), o padre, etc. Na verdade, só há especificamente campesinato ali onde um código de conduta partilhado comunitariamente, inclusive por setores sociais antagônicos, seja estruturador da vida social. A pequena comunidade exige um comportamento cujas normas ultrapassam de muito as regras jurídicas envolvidas simplesmente na

13. Na pesquisa realizada no Sudoeste do Paraná, citada logo acima constatei que os agricultores referiam-se aos comerciantes a quem, no passado vendiam suas safras, sempre pelo nome. Eram muito frequentes as situações em que o comerciante "ajudava" o agricultor por uma doença e este retribuía tornando-se seu cliente. É claro que neste caso, a reciprocidade envolve provavelmente uma relação de dominação econômica. O importante entretanto é o caráter personalizado e a sujeição desta relação a normas de reciprocidade para que possa funcionar. Em tempo: gerentes de banco ou de cooperativas, no período atual, nunca eram tratados pelo nome, mas sim pela função. Abramovay, 1981.

troca de mercadorias. A ajuda, a reciprocidade e a caridade, para usar o termo do caipira entrevistado por Antônio Cândido norteiam também as relações entre ricos e pobres: é nesse sentido aliás, que Scott (1976) fala da "economia moral do camponês" que impõe aos poderosos obrigações com relação aos mais fracos cujo não cumprimento está na raiz inclusive de revoltas sociais. Um dos aspectos mais importantes por ele encontrado em seu estudo sobre sociedades camponesas do Sudeste Asiático é uma ética da subsistência onde a aldeia garante um sistema em que um mínimo de segurança para os mais pobres tem como contrapartida uma certa estabilidade de sua sujeição. Assim, direito à subsistência e reciprocidade são os dois princípios morais que regem a vida da aldeia (14).

Também Redfield (1956/1960a:75) enxerga na comunidade camponesa papéis sociais agregadores de segmentos distintos:

"...in European history up to very recent times no peasant revolt had revolution for its goal, and...the prevailing relation between the peasant and his gentry has not been one of oppressor and oppressed but rather ...the peasant has thought that the rich should be generous and the powerful should not abuse their power. The occasional resentment of or hatred for a rich and powerful man seemed to me on the whole to represent cases where someone had failed to preserve the traditional and approved roles and statuses of gentry and peasantry"

E num âmbito mais extenso, a partir do estudo de seis revoluções camponesas contemporâneas, Wolf (1969) também encontra a ética da subsistência como elemento básico da

14. "These elites should, ideally assume a protective role akin to village patern of sharing" (Scott, 1976:41).

vida camponesa e sua desagregação como fundamental para a explicação de movimentos revolucionários.

é aliás em torno da ética da subsistência que tanto Wolf como Scott concebem sociologicamente o elemento pelo qual Lipton caracteriza a economia camponesa: a aversão ao risco (15). É exatamente a busca de segurança, num quadro compartilhado de obrigações de lealdade, dependência, reciprocidade, que explica a existência de uma "renda alvo" (*target income*) para usar a expressão de Scott, além da qual os camponeses tendem a limitar suas atividades produtivas e suas aspirações de consumo (16). Em sua tipologia do campesinato latino-americano, Wolf (1955:458) concebe a

15. No mesmo sentido, Forman (1975/1979:31) afirma:

"...o princípio básico organizador no setor camponês de economia é a maximização da segurança e a minimização do risco".

16. Este é um dos pontos básicos em que Firth (1951/1974:125) se separa da maioria dos antropólogos de sua geração:

"uma observação mais cuidadosa conduz à opinião de que o camponês possui um conjunto de necessidades altamente expansível. O que o tem impedido até agora de satisfazê-las tem sido seus meios limitados".

Firth, na verdade, interessa-se muito mais pela mudança nas sociedades camponesas que na estabilidade de seu equilíbrio interno.

comunidade rural como o elemento regulador (17) de uma conduta contraditoriamente estabilizadora:

"...the community at one and the same time levels differences of wealth which might intensify class divisions within the community to the detriment of the corporate structure and symbolically reasserts the strength and integrity of its structure before the eyes of its members"

A manutenção dos "...padrões tradicionais de consumo" (Wolf, 1955:460) exige inclusive rituais de natureza reguladora entre os quais se destaca a feitiçaria, atuando no sentido de evitar ostentação de poder e riqueza que exerceriam um efeito disruptivo sobre a comunidade local.

Evidentemente, a universalidade do poder agregador da feitiçaria é muito discutível. Apesar do valor empírico e heurístico dos estudos citados acima, não há dúvida de que o funcionalismo - em que teoricamente se baseiam - estimula uma visão idealizadamente integrada da vida social. Não é difícil encontrar limites a esta partilha de valores comuns por setores opostos; não é também tão óbvio que a ruptura desta partilha seja suficientemente explicativa de

17. A comunidade é um fator decisivo na limitação às diferenças sociais no interior de uma sociedade camponesa para Eric Hobsbawn (1973:4):

"By and large the characteristic of traditional peasants is a much higher degree of formal or informal (mostly localised) collectivity, which both tends to inhibit permanent social differentiation within the peasantry and to facilitate, or even impose communal action"

revoluções sociais. Da mesma forma, a condenação do consumo julgado supérfluo nem sempre é tão rígida como o pretendem Wolf e Scott (18)

O importante é que, quando se fala em campesinato, os dois elementos básicos apontados por Shanin estarão sempre presentes: a comunidade e a partilha de um conjunto de valores não decorrentes simplesmente dos vínculos impessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis. É difícil resumir estes valores de maneira positiva: há ocasiões em que fatores étnicos, religiosos são decisivos em sua moldagem. Em outras - foi o que observei em meu estudo sobre o Sudoeste do Paraná (Abramovay, 1981) - a ética camponesa é surpreendentemente secular. Mas sempre que se falar em campesinato, a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais (e por vezes - mas nem sempre - cerimoniais) são determinantes.

É sobre a base destes vínculos particulares à vida camponesa que se estrutura a relação econômica que as unidades de

18. Se Scott (1976) estudou o campesinato sob o ângulo da ética da subsistência Popkin (1979), ao contrário procurou analisar os agricultores do Sudeste Asiático sob o prisma do individualismo metodológico, inspirado fortemente na teoria da ação racional. Para uma exposição e um balanço da discussão entre eles ver Abramovay, 1990b.

produção individuais mantêm com a sociedade como um todo. É o que será visto a seguir.

c) A particularidade dos mercados

Nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica. Apesar disso, entretanto, o campesinato caracteriza-se não só por sua organização social específica, mas pela forma como se insere na sociedade global através de laços econômicos particulares. Esta é uma contradição própria a sua natureza social: embora a razão econômica seja insuficiente para compreender seu modo de vida, como vimos acima, ele não é, sob o ângulo produtivo auto-suficiente. Neste sentido, o traço básico das sociedades camponesas é a integração parcial a mercados imperfeitos. Examinemos estes dois aspectos

Integração parcial ao mercado não é isolamente nem produção exclusiva de auto-subsistência. A idéia não envolve, tampouco, um gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. O importante não é simplesmente o auto-consumo que, no limite, existe em qualquer unidade de produção agrícola (19), inclusive num estabelecimento capitalista. O

19. Em recente tese de doutorado, Schlüsselhuber (1989) constatou que na França contemporânea a produção auto-consumida representa 10% da produção comercializada. Quase

fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda, em função de circunstâncias ocasionais. A produção de mandioca no Nordeste, por exemplo, responde a este critério de flexibilidade: o agricultor pode "jogar" com as condições de mercado e optar pela venda ou pelo consumo direto do produto em função da situação momentânea e de sua expectativa com relação aos preços.

É claro que esta possibilidade, em princípio, se apresenta a qualquer produtor mercantil. O que é característico do campesinato, entretanto, é que sua opção não consiste simplesmente em escolher o melhor momento para vender o produto - o que aliás, normalmente ele não pode fazer - mas sim no fato de que caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido. Esta flexibilidade explica assim a razão de a mandioca ocupar um espaço tão crucial na vida camponesa, em detrimento, frequentemente, de produtos potencialmente mais rentáveis: como produto alimentar, ela amplia a margem de opção do camponês. Os estudos de Herédia (1979) e Garcia Jr. (1983) fornecem bons exemplos deste "cálculo camponês", por eles chamado de alternatividade. Comercializar a farinha de mandioca ou reservá-la ao consumo familiar não significa que o mercado deixa de ser levado em

40% do orçamento alimentar dos casais de agricultores é constituído por produtos auto-consumidos. Praticamente todos os agricultores possuem uma horta, dois terços dos suinocultores destinam seu produtos ao consumo doméstico e a maioria da produção francesa de coelhos é auto-consumida.

consideração, mas que o camponês atua segundo uma estratégia na qual o grau de sua integração ao mercado não é dado de antemão e é, neste sentido, parcial.

O caráter parcial da integração ao mercado é permitido também pelo fato de que nem todos os meios de produção são comprados (20). Na maior parte das vezes, em sociedades camponesas, a relação do agricultor com o mercado refere-se à compra de sua subsistência e à venda dos produtos de seu trabalho. Boa parte dos elementos materiais que entram no processo produtivo não foram convertidos em mercadorias, o que aumenta as chances da alternatividade.

A alternatividade, entretanto, não é sinônimo de independência e soberania econômica por parte do produtor. Ao contrário, ela é a reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa dependência pessoal daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Nesse sentido, o caráter imperfeito dos mercados é um elemento central na definição do campesinato. Examinemos o problema com mais atenção.

20. "Limitar as despesas em dinheiro com instrumentos e meios de trabalho é condição básica de seu cálculo, para não depender a sua condição de pequeno produtor das flutuações do mercado dos produtos do seu trabalho" (Garcia, Jr., 1983:29). Esta é também uma característica que aponta como camponesa a sociedade existente no Sudoeste Paranaense antes do início das políticas de modernização dos anos 1970: os meios de produção não eram comprados (Abramovay, 1981).

A economia neoclássica identifica o "mercado perfeito" por alguns atributos básicos que Ellis (1988:10) resume:

"Perfect competition emphasises the neutrality of the price mechanism and its role as the arbiter of all economic decisions. There are many buyers and sellers in the markets for both inputs and outputs. No producer or consumer is able to influence price levels by individual action. There is freely available and accurate information on market prices. There is freedom of entry and exit in any branch of activity, and, indeed, competition ensures that inefficient producers are forced out of production while only the most efficient survive. In the perfect competition model no coercion, domination, or exercise of economic power, by some economic agents over others, can exist."

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.

Por outro lado, uma das características centrais das sociedades camponesas é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. A frequente existência de unidades comerciais microscópicas no interior mesmo das comunidades camponesas nada tem a ver com a existência de "muitos compradores e vendedores para insumos e produtos". Os "taberneiros", "bodegueiros", "marreteiros", tão frequentes em nossa paisagem rural são, na verdade, prepostos de comerciantes mais poderosos que exercem, eles

sim, um poder de monopólio na compra e venda de produtos. O próprio estabelecimento destes microcomerciantes obedece também a um rígido esquema de patronagem. Ora, os comerciantes maiores, com sua rede de prepostos locais, fazem o vínculo entre o agricultor e o mercado nacional: neste vínculo não há estrutura competitiva. O arroz do Maranhão é um exemplo típico: até o final dos anos 1970, os pequenos produtores de arroz ligavam-se a usineiros locais que possuíam uma rede de micro-agentes comerciais; no interior, capazes de captar-lhes o produto camponês. As próprias dificuldades de comunicações, transportes e informações propiciavam de fato um poder de monopólio àqueles que conseguiam abrir os caminhos por onde estes produtos integrariam os mercados nacionais (21).

Isso significa que a integração dos camponeses ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. E é claro que os problemas de informação e infraestrutura são importantes na explicação do fenômeno. Mesmo numa situação de relativa prosperidade dos agricultores, como encontrei na história do Sudoeste Paranaense antes dos anos 1970 (Abramovay, 1981), os

21. Os usineiros de arroz são

provavelmente os agentes que mais se apropriam do excedente gerado. além de serem os que definem algumas das condições vigentes no mercado local, principalmente o preço de compra e o montante transacionado (Maluf, 1977:29).

agricultores entregavam o produto ao comerciante e só tomavam conhecimento do preço depois que o comerciante voltava dos mercados consumidores de Porto Alegre ou São Paulo.

O próprio caráter comunitário da vida camponesa, além da existência de fatores de natureza extra-econômica regendo o uso dos recursos materiais de produção e consumo, bloqueiam a livre entrada e saída dos produtores e não elevam a eficiência a critério importante de sobrevivência econômica. Aqui, muito mais importante que a capacidade competitiva típica em uma estrutura concorrencial de mercado, é a formação da cadeia de patronagem, clientelismo e dependência em que a reprodução camponesa se apóia.

É claro que a noção de concorrência perfeita pode ser considerada uma construção utópica incompatível com a existência de fato, nos dias de hoje, de um forte poder de monopólio de grandes grupos econômicos. As estruturas e o funcionamento dos mercados em que estes grupos se apóiam são porém radicalmente distintos daqueles que caracterizam o ambiente em que vive o campesinato. Ellis cita cinco aspectos básicos para os quais é possível encontrar exemplos bastante reveladores em estudos de caso brasileiros:

- 1) O mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente. O crédito é obtido de fontes locais e ligase a

condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses

2) Não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Mais que isso, a obtenção de insumos passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade.

3) As informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais.

4) Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.

5) As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.

Vejamos alguns exemplos de cada um destes tópicos.

1) Por maior que seja o monopólio de grandes grupos econômicos operando junto, por exemplo, a produtores de pequenos animais integrados à agroindústria contemporânea, o fato é que, normalmente,

"credit is abundantly available from developed financial markets (banks, credit agencies, etc.) at competitive market rates of interest" (Ellis, 1988:11).

As taxas de juros respondem inclusive a critérios nacionais dados por um conjunto de variáveis ligados à política macroeconômica, de maneira, portanto, completamente independente de circunstâncias locais.

No ambiente econômico em que vive o campesinato, ao contrário,

"capital markets are fragmentary or non-existent, credit is obtained from local landlords, merchants, or moneylenders at rates of interest which reflect the individual circumstances of each transaction, not a market clearing condition" (Ellis, 1988:11).

Um dos exemplos mais claros desta situação é a prática até hoje generalizada no Nordeste e no Norte do Brasil de venda "na palha" ou "na folha": o comerciante compra antes mesmo da colheita - às vezes no momento do plantio - a produção do camponês por um preço evidentemente muito inferior ao prevalecente no mercado. Esta venda permite ao produtor financiar seu consumo até o momento da colheita, quando sua safra estará empenhada para este comerciante.

Na verdade, neste caso, as figuras do comerciante e do prestador de dinheiro encontram-se fundidas num só personagem. Dada a própria miséria do agricultor e sua necessidade vital do crédito para sobreviver até o momento da colheita, não é difícil perceber que, nestas condições, ele não tem outra chance senão entregar-se nos braços do

comerciante/usurário. Mesmo aqueles que conseguem escapar desta dependência, nela mergulham tão logo um problema de saúde - e portanto a necessidade de dinheiro - se abata sobre a família.

É neste sentido que, referindo-se a Santo Antônio do Tauá, Pará, os pesquisadores do Convênio Finep/Inan/Fase (1978b:156-157) ressaltam

"a importância do pequeno comerciante, como agente capaz de garantir-lhe (ao agricultor) o crédito de que possa vir a necessitar, através não só do sistema de venda fiado, como também através do fornecimento de pequenas somas de dinheiro. Observe-se que a precariedade de recursos em que vive o lavrador faz com que qualquer imprevisto que perturbe o andamento cotidiano de seu trabalho - como, por exemplo, uma doença - possa acarretar a impossibilidade de suprir sua família dos bens de subsistência que lhe são necessários. Daí a importância do estabelecimento da relação de freguesia com um comerciante: uma relação de patronagem baseada na fidelidade da compra, pelo lavrador, em determinado estabelecimento comercial (sendo que a fidelidade também na entrega de seu produto dependerá do interesse do comerciante em que isso seja feito)".

Os vínculos de pessoa a pessoa envolvidos na "venda na palha" ficam nítidos também neste trecho de entrevista realizada em Santa Luzia, Pindaré-Miriam, Maranhão, em que o agricultor explica por que vende só para um comerciante:

"Porque às vez o sujeito, é o seguinte, aquilo depende daquele que realmente serve a gente na hora de maior necessidade, não sabe ? É, foi o que comprou o arroz na folha. Para depois que eu cortasse esse arroz, com mais tempo lá na frente entregar, não sabe ?" (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:25).

No Baixo-Tocantins (Pará) a própria formação do circuito de comercialização dos produtos depende de vínculos pessoais:

"O comerciante lá de Belém trava conhecimento com uma pessoa que esteja por dentro da área, em geral uma pessoa de certa influência nos povoados. Aí entrega a ele uma certa quantidade de dinheiro para ele financiar a pimenta e depois receber, sendo que o comerciante fixa o preço que quer receber pela pimenta. Por exemplo, entrega o dinheiro e diz: na safra a pimenta será comprada a Cr\$ 21,00. Aí esse preposto executa todo o processo e depois levar uma comissão. Agora ele pode, por sua vez, tentar comprar a pimenta por menos, por exemplo, por Cr\$ 20,00). Então, além da comissão ainda fica com esse pequeno lucro, no caso de conseguir comprar a pimenta por menos" (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:39)

É claro, neste sentido, que o financiamento da produção camponesa não é uma operação que possa ser compreendida dentro de um mecanismo tipicamente de mercado. Em primeiro lugar, como se vê pela entrevista acima, o preposto do comerciante é "uma pessoa de certa influência nos povoados": o mercado é personificado em relações particulares. Além disso, o comerciante e o prestador de dinheiro são normalmente uma figura só. Esta fusão existe não só no Pará e no Maranhão, mas também - no período anterior à difusão das instituições vinculadas ao Sistema Nacional de Crédito Rural - no Sudoeste do Paraná, embora esta fosse uma região bastante próspera.

Neste sentido, é impossível saber exatamente quais eram as taxas de juros (22), inclusive porque o adiantamento de

22. "...o usuário pode aqui devorar todo o excedente, só deixando os mais necessários meios de subsistência (o montante que mais tarde constituirá o salário) aos produtores (o que mais tarde reaparece como lucro e renda fundiária), sendo por isso extremamente absurdo comparar a

produtos não aparece explicitamente como empréstimo, mas como contrapartida a uma espécie de cessão de direito. Um traço também generalizado nestes casos - convém enfatizar - é que a "sociedade de interconhecimento pessoal" (para usarmos a expressão de Mendras) é decisiva no funcionamento deste sistema. As circunstâncias pessoais (necessidade, doença, etc.) e seu conhecimento minucioso por parte dos agentes envolvidos na operação são básicas para que as relações de dependência envolvidas nas situações de troca possam efetivamente aparecer como manifestações de reciprocidade.

2) Para um estabelecimento agrícola operando numa "economia industrial de mercado" (Ellis, 1988:11), insumos diversificados são disponíveis em quantidades suficientes para a procura dos agricultores e por vendedores competitivos. Um exemplo disso, no Sudoeste do Paraná, hoje, é a visita frequente que os agricultores recebem de vendedores de fertilizantes e pesticidas e as tentativas inclusive de "empurrar" o produto elevando seu uso acima até das necessidades das lavouras. Por mais que seja possível falar em estrutura oligopolista nas indústrias petroquímicas e de fertilizantes em vários de seus segmentos, o fato é que, na comercialização do produto, há uma prática de competitividade.

grandeza desse juro ali onde ele abrange, com exceção do que cabe ao Estado, a mais-valia toda, com a magnitude da taxa de juros moderna..." (Marx, 1894/1986:108).

é totalmente distinta a situação nas sociedades camponesas. Em primeiro lugar, o produto frequentemente não é disponível e, quando existe, passa pelas mãos dos circuitos comerciais que acabamos rapidamente de descrever. Os insumos não formam um segmento autônomo de mercado, mas compõem um conjunto de condições objetivas da reprodução material ao qual o camponês só tem acesso na medida em que se submeta aos vínculos de dependência que o ligam ao comerciante/usurário.

Este ponto é importante porque o uso de insumos de origem industrial não é incompatível com o campesinato. Em situações típicas de *cash-crop* os agricultores financiam, além de sua própria subsistência, parte dos meios de produção. Forma-se aí a situação paradoxal de agricultores produzindo para o mercado internacional, em condições porém em que sua existência econômica fica inteiramente na dependência das circunstâncias locais em que vivem. É típico, neste sentido, o caso da pimenta-do-reino na região do Baixo Tocantins no Pará, onde a venda "na folha" é praticada amplamente. O trecho de uma entrevista com um agricultor é revelador, neste sentido:

"Para arrumar patrão é só chegar e dizer: eu tenho tantas pimenteiras, não tenho adubo, não devo pra ninguém, qualquer um dá o adubo, dá o dinheiro para ajudar nos serviços que falta, quando chega a safra aí entrega pro comércio, desconta o que tirou e devolve o lucro" (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:42).

Nesta situação, convivem estruturas de mercado verdadeiramente paralelas. É óbvio que o financiamento da

pimenta é feito também por agentes de um sistema financeiro estruturado segundo os moldes nacionalmente dominantes. Só que nem todos os agricultores conseguem o acesso a este sistema, seja por não disporem da propriedade da terra, seja por não despertarem nos bancos a confiança de que desfrutam agricultores de maior porte. Com isso formam-se situações inclusive onde

"o comerciante recebe o adubo financiado pelo Banco para supostas plantações e o revende para o pequeno produtor, fiado, com juros altíssimos" (Convênio Finep/Inan/Fase, 1979a:43)

Por mais que esse seja um caso extremo, o importante é a existência, ao lado de uma agricultura funcionando segundo os mecanismos nacionais de mercado, de uma ampla camada de produtores cuja pobreza impede o acesso ao crédito, obriga o uso de empréstimos junto a comerciantes locais e favorece a reprodução - neste caso, evidentemente, num processo de deterioração acelerada - da estrutura econômica típica da sociedade camponesa. Os mecanismos de mercado característicos da vida camponesa alimentam-se assim, na maior parte dos casos, da pobreza dos agricultores, tanto quanto sua reprodução miserável conta com as estruturas imperfeitas pelas quais seus produtos tornam-se mercadorias (23). Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais os mercados imperfeitos convivem ao lado de mecanismos mercantis nacionalmente e internacionalmente integrados.

23. A usura "...não altera o modo de produção, mas suga-o como parasita, e o torna miserável. Ela o esgota, enerva e força a reprodução a prosseguir em condições cada vez mais lastimáveis" (Marx, 1894/1986:108)

3) Um dos elementos cada vez mais importantes nas operações econômicas de uma sociedade moderna é a rapidez das informações. Por maior que seja o poder manipulador sobre os preços de uma agroindústria ou de uma cooperativa, há limites a esta prática dados pela rapidez das informações: as cotações das principais *commodities* são divulgadas nos grandes meios de comunicação. Em trabalho de campo realizado recentemente na Alta Araraquarense (SP), surpreendi-me ao perceber a atenção de um produtor familiar de laranja ao noticiário econômico na televisão e particularmente para as cotações do dólar norte-americano: sua safra já estava vendida antes mesmo da colheita para uma grande indústria do ramo. Nada entretanto se assemelhava à venda na folha. O preço fora fixado de antemão em dólar, protegendo o agricultor contra a desvalorização da moeda. A indústria financiava exclusivamente os meios de produção do agricultor, e não seu consumo familiar, respeitando, porém a situação existente no mercado de crédito. Não havia qualquer tipo de vínculo pessoal na operação e a indústria, no caso, não estava sequer sediada na região. E as informações com relação a tecnologias eram não só abundantes, como o uso dos mais modernos métodos de produção estimulados.

Salta aos olhos a diferença com relação à situação tipicamente camponesa onde as informações sobre preços e

tecnologias são pobres, fragmentadas e ficam em grande parte à mercê dos comerciantes.

4) A transformação da terra em equivalente de mercadoria é uma das características básicas da formação de uma agricultura capitalista. Nas estruturas tipicamente capitalistas de mercado

"there is a freehold market in land, so that the potential exists for new entrants to begin farming and unsuccessful farmers to exit from agriculture" (Ellis, 1988:11).

Veremos na parte II deste trabalho que é seguramente exagerada esta afirmação de Ellis: nos países capitalistas avançados, a interferência tanto do Estado como das organizações profissionais não permite que se fale de um livre mercado de terras. Além disso, o ingresso de novos agricultores na atividade passa por um conjunto de regras que nem de longe se reduzem às que prevalecem normalmente na compra e venda de mercadorias.

Apesar disso, entretanto, é nítida a diferença entre o processo de ocupação e transferência de terras numa sociedade capitalista e em situações onde é predominante o peso do campesinato. Os inúmeros casos estudados por Martins (1979; 1980:45-66) e condensados no termo terra de trabalho mostram bem como, numa sociedade camponesa, os critérios de uso do solo podem ser particulares. O uso da terra responde a um conjunto de normas sociais sobre as quais a comunidade

tem um poder decisório superior ao do indivíduo isoladamente e que extrapolam, frequentemente, as próprias regras nacionalmente vigentes sobre as transferências de propriedades. Na verdade, as sociedades camponesas montam um sistema jurídico próprio a reger suas operações econômicas, particularmente constrangedor no que se refere ao uso do solo. Referindo-se a produtores de arroz e babaçu no Maranhão, Soares (1981:75) mostra que

"...apesar de as terras serem comunais, não só as roças são 'direito' adquirido pelos lavradores que as cultivaram, como sua utilização lhes garante, uma vez abandonadas, o 'direito da capoeira', isto é, o direito sobre as terras em descanso temporário. Ou seja, lhes é reconhecida a prioridade no caso de se voltar a empregá-las. Por suposto, este 'direito' depende da aquiescência coletiva e, portanto, se sustenta nas relações que o interessado mantém com os demais atores envolvidos"

Num sentido semelhante, Marc Bloch (1968:201) revela que a desagregação das sociedades camponesas típicas do feudalismo francês passa pela eliminação de um conjunto de "servidões coletivas" que iam das pastagens comuns ao direito ao *glanage* (ato de recolher nos campos, após a colheita os grãos que escaparam aos colhedores) e que, todos, limitavam a soberania do indivíduo sobre o uso do solo.

É verdade que nos países capitalistas avançados - sobretudo na Europa Continental - os limites à soberania do indivíduo sobre o uso e a própria venda da terra fazem dela um bem que escapa às regras vigentes na comercialização das mercadorias em geral, como será visto no capítulo VII (item e). A

regulação destes limites porém - e esta é a diferença central com relação às sociedades camponesas - se faz a partir de critérios nacionalmente estabelecidos, com base em discussões que extrapoliam a comunidade local, passando não só pelas associações profissionais, como pelas municipalidades e o próprio poder central.

5) Já apontamos a pobreza dos produtores como uma das bases sociais em que se apóiam os mercados imperfeitos próprios às sociedades camponesas. Há situações entretanto em que, mesmo no quadro de uma certa abundância, onde as necessidades fundamentais das famílias estão preenchidas, o capital mercantil e usurário, para usar os termos de Marx, domina a produção. Em geral, o isolamento das comunidades, a dificuldade de suas comunicações com o exterior favorecem situações em que operam com grandes vantagens aqueles comerciantes que conseguem formar uma rede de compra e venda que rompa as barreiras que separam a comunidade em questão da sociedade nacional. Detentor dos caminhos pelos quais passa esta rede, é claro que o comerciante/usurário exercerá o poder econômico decorrente de sua situação de monopólio. Um dos mais típicos exemplos, neste sentido, é o aviamento característico das regiões ribeirinhas da Amazônia.

A partir destas características, Ellis (1988:12) fornece uma definição de camponeses que contribui para distinguí-los não só de capitalistas agrários e assalariados rurais, mas também daqueles estabelecimentos familiares que operam em mercados de produtos e fatores plenamente desenvolvidos - a cujo estudo será dedicada a parte II deste trabalho:

"Peasants are farm households, with access to their means of livelihood in land, utilising mainly family labour in farm production, always located in a larger economic system, but fundamentally characterised by partial engagement in markets which tend to function with a high degree of imperfection"

Não é apenas a base técnica do processo produtivo que distingue o citricultor da Alta Araraquarense do camponês do Pindaré Mirim. O que mostra a definição de Ellis é que pela maneira como socializa o produto de seu trabalho é que o camponês se define enquanto categoria específica (24). A ênfase no mercado não reduz a importância das condições de produção do agricultor. Mesmo em situações onde os mercados de produtos, fatores, crédito, etc. se integram nacionalmente, nem todos os agricultores a eles conseguem o acesso. Muitos vêm-se empurrados pela própria miséria a perpetuar-se nos laços particulares de dependência que fazem de sua inserção na divisão social do trabalho o objeto de

24. "O que distingue o capital portador de juros, na medida em que este constitui um elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital usurário, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. São apenas as condições modificadas em que funciona e portanto também a figura totalmente transformada do mutuário que confronta o prestamista de dinheiro" (Marx, 1894/1986:112).

uma relação localizada de monopólio. É o caso dos produtores de pimenta do Baixo Tocantins no Pará cujos produtos dirigem-se aos mercados internacionais e cujos insumos são em grande parte de origem industrial, mas cuja reprodução depende dos vínculos pessoais de patronagem e clientela característicos do capital mercantil e usurário.

Outros, ao contrário - é o que ocorreu de maneira massiva no Sul do Brasil - integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho (25). O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do

25. Em 1969 Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou uma coletânea na qual apontava para esta questão então central na sociologia rural dos países capitalistas avançados. Ela mostra, nestes casos, a decadência de um "gênero de vida": toma o lugar do camponês

"...uma profissão, a do agricultor, que não produz mais em primeiro lugar para viver (como acontecia com o camponês), e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional" (Queiroz, 1969:9).

agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social.

d) Capitalismo e campesinato

A incompatibilidade frontal entre o campesinato e o ambiente social e econômico capitalista foi posta em evidência tanto por Marx em suas rápidas anotações a respeito, como por Weber (1906/1979) em sua célebre conferência nos Estados Unidos. A questão examinada por Ellis sob a expressão "mercado incompleto ou imperfeito" é a mesma estudada por Marx em suas rápidas anotações, no livro III d'*O Capital* sobre as "formas antediluvianas do capital". Ellis coloca ênfase nos mecanismos de formação de preços característicos destes mercados. Marx vai mostrar que as classes sociais que neles se apropriam do trabalho e do produto excedente, não são especificamente capitalistas e atuam sobre a base de um tipo de vínculo entre produtores e o mercado, incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Neste sentido, é importante assinalar que, mesmo não existindo em Marx uma teoria sobre a economia camponesa, há indicações fundamentais sobre o ambiente social no qual ela pode se reproduzir:

"O capital usurário como forma característica do capital portador de juros corresponde ao predomínio da pequena produção, dos camponeses que trabalham para si

mesmos e dos pequenos mestres-artesãos" (Marx, 1894/1986:108).

Por mais explorado que seja o produto de seu trabalho, mesmo que classes de não trabalhadores vivam dos resultados do seu esforço e ainda quando se insere em circuitos mercantis, não é possível que se tome o campesinato como um setor social sobre cuja base possa ocorrer a acumulação capitalista. É claro que o capital mercantil e usurário prospera comprando a preços aviltados o produto do camponês. Mas ele realiza aí justamente o que Marx chamava de *profit upon alienation*, forma de enriquecimento característica de um período histórico em que o capital não revolucionou o conjunto da vida social. E é seu tipo específico de inserção mercantil - em que a universalidade impessoal das relações burguesas está ausente, em que o processo de dominação é extra-econômico - que dá possibilidade de existência desta categoria social que Marx não hesitava em tratar como classe de bárbaros.

Neste sentido, a insistência de Marx e dos clássicos da questão agrária que o sucederam na fatal desapareção do campesinato sob o capitalismo é não apenas consistente com suas teorias, mas fundamentada historicamente. Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem. Na pesquisa que realizei no Sudoeste do Paraná, isso era nítido. A chegada simultânea à região, no final dos anos 1960, dos bancos com o crédito

rural - cujas taxas eram determinadas nacionalmente - dos vendedores de máquinas e insumos - que abriam a possibilidade de transformações técnicas aceleradas e em larga escala - e das cooperativas - que integravam o agricultor aos mercados internacionais de produtos - com tudo isso, a vinculação clientelística aos comerciantes, que fornecia um dos pilares da reprodução camponesa, perdia sua base objetiva (26). A ampliação dos horizontes sociais, a instauração do cálculo econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas não permitem que o caráter localizado e tradicional do campesinato sobreviva. O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais.

Nesse sentido, a previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura, tanto quanto na indústria, possui ao menos uma virtude histórica: as formas de produção familiar existentes em seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria mais ou menos rapidamente, mas inelutavelmente, de remover.

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do

26. Maluf (1988:274) também mostra a

* redução do espaço de reprodução do capital usurário - via de regra associado ao capital comercial tradicional - substituído pelo crédito oficial*.

campesinato, não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura. Sua concepção sobre a vida social, como vimos no capítulo I - bem como o horizonte histórico em que trabalhou, onde praticamente inexistia o fenômeno contemporâneo da produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista, que será nosso objeto nos capítulos a seguir - sua concepção teórica só permitia que estabelecimentos baseados na oposição entre capital e trabalho se encarregassem de imprimir universalidade à atividade agrícola, de integrá-la à divisão do trabalho e desenvolvê-la tecnicamente. O trabalho individual, familiar, representava, para ele, um estágio inicial, primitivo, no próprio avanço das relações de mercado. Tão logo o mercado tomasse conta do conjunto da vida social, a contradição embutida na mercadoria entre a natureza ao mesmo tempo social e privada do trabalho tomaria corpo em classes sociais antagônicas. E nesse sentido, não havia qualquer razão a que a agricultura escapasse ao movimento geral do capitalismo.

Max Weber também insistiu na diferença central entre o camponês europeu e o agricultor norte-americano: enquanto na Europa a dependência das decisões comunitárias e dos vínculos tradicionais determinavam as possibilidades de ação, nos Estados Unidos imperava o mais absoluto

individualismo econômico. Isso não se devia a qualquer traço atávico das culturas recíprocas destes povos, mas ao fato de que

"na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América...na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor" (Weber, 1906/1979:415).

Tanto Marx quanto Weber então, a partir de perspectivas teóricas distintas, viram o abismo que separa o camponês do ambiente econômico e social próprio ao capitalismo. Weber não foi tão categórico quanto Marx no sentido de enxergar na oposição entre trabalhadores assalariados e capitalistas rurais a forma dominante de produção no campo. O que nem um num o outro poderiam porém adivinhar é que a paisagem rural do mundo capitalista contemporâneo seria dominada por uma forma de produção baseada na família, mas inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais. A esta forma e seu futuro na sociedade moderna é dedicada a parte II deste trabalho.

e) Resumo e conclusões

1) é impossível um conceito positivo e rigoroso de camponês no interior da teoria marxista, pelo que vimos no capítulo I. O resultado alcançado até aqui mostra que se trata mais de um limite da teoria que do próprio campesinato: nos capítulos II e III foram expostos elementos teóricos explicativos do campesinato, sob o ângulo principalmente das

determinações internas à organização da família. Agora podemos estudar o ambiente em que a lógica camponesa opera.

2) Não se pode compreender o campesinato com base na idéia de comportamento econômico. A antropologia clássica voltada ao tema, sob o termo de sociedades camponesas, revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato. Os fatores "internos" estudados nos capítulos II e III só podem operar a partir de um ambiente social, cultural e econômico específico. Isso quer dizer que a organização familiar é uma condição necessária, mas nem de longe suficiente para a existência das condutas que tanto Chayanov como a economia neoclássica dos anos 1960 contribuíram para desvendar.

3) Em outras palavras, é possível e útil uma definição conceitual rigorosa de camponês. Para isso, deve-se examinar com atenção a maneira pela qual se dá a inserção das famílias no quadro da divisão social do trabalho. Tanto a venda das safras, como a compra de insumos passam por uma integração parcial a mercados incompletos, para retomarmos os termos de Ellis (1988). Por aí se estabelece uma diferença de natureza social entre o campesinato e a produção familiar característica dos países centrais e que

será estudada na parte II deste trabalho. O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.

4) Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

Parte II

Capítulo V

Estados Unidos: um mito Jeffersoniano ?

"Não é possível ganhar, hoje, uma fortuna na agricultura...O agricultor não pode esperar ganhar mais do que um equivalente modesto de seu trabalho como administrador. Ele está na Europa e também em grande parte neste país, excluído da participação nas grandes oportunidades abertas ao talento comercial especulativo" (Weber, 1906/1979:416).

a) Apresentação

Em 1981, a *Revista de Economia Política* publicou dois importantes artigos (Nakano, 1981; Aidar e Perosa, 1981) com dados aparentemente definitivos sobre o peso da agricultura familiar e os limites às grandes empresas no campo em países de capitalismo avançado. Não só na Europa Continental, onde a herança histórica camponesa tinha um peso determinante na própria formação das estruturas agrárias, mas também nos Estados Unidos e Grã-Bretanha (Nakano, 1981:3-4) era de empreendimentos de caráter familiar que dependia fundamentalmente o crescimento da produção agropecuária.

Nesta mesma época, uma verdadeira bateria de trabalhos acadêmicos ou de vulgarização nos EUA procurava apontar exatamente o contrário. Na verdade, o peso da produção familiar na agricultura norte-americana, afirmavam estes trabalhos, é a versão contemporânea do mito jefersoniano da democracia agrária e que funciona como cortina de fumaça: nada mais conveniente para os interesses das grandes corporações - que dominam, crescentemente, não só a venda de insumos, o processamento, a distribuição e a armazenagem de produtos agrícolas, mas também a própria produção de alimentos e fibras - que prosseguir seu avanço de maneira despreocupada, respaldadas na crença popular de que a democracia agrária norte-americana prossegue intacta. Esta é basicamente a tese de um trabalho muito citado (Vogeler,

1981) como demonstração de que o modelo norte-americano "one farm, one farmer, one household" (Schertz, 1982) não existe mais. Mais que isso, o mito (1) da *small family farm* permitiria que as grandes corporações continuassem obtendo subsídios públicos que, sob o pretexto de apoiar a "agricultura", constituíam-se, na verdade, numa forma de privatização de recursos sociais (2).

A partir da segunda metade da década de 1970, esta foi uma discussão importante na cena política norte-americana. As grandes corporações pareciam ter feito da agricultura um

1. A idéia de que a produção familiar na agricultura norte-americana não passa de um mito a serviço das grandes corporações entre nós é partilhada por Graziano da Silva (1987), citando expressamente o livro de Vogeler. Não se trata aqui de negar que tenha havido uma intensa manipulação a respeito. Em 1951, por exemplo, em plena Guerra Fria, o Ministro da Agricultura dos Estados Unidos escrevia:

"The love of freedom is deeply rooted in the family farm community...This love of freedom is the real backbone of democracy...The ideas - democracy and communism - are pitted against each other in a vast world struggle...Farm families have moral values to offer that are of great importance to American democracy" (USDA, *apud* Friedmann, 1978:97).

Citações como esta podem ser encontradas às dezenas. Elas não podem servir porém como demonstração que o caráter fundamentalmente familiar da agricultura norte-americana seja de fato um mito. Como bem aponta Veiga (1989a), o que Vogeler não questiona é qual a base material em que respousa este mito. Ou será que as classes dominantes e os políticos conservadores são tão poderosos que mantêm a opinião pública norte-americana enganada sobre uma realidade social inexistente ou insignificante em seu país?

2. É importante lembrar que, apesar do pioneirismo norte-americana na moldagem da política agrícola contemporânea - sobretudo a partir do *Agricultural Adjustment Act* do *New Deal* de Roosevelt - vou me abster de tocar no tema aqui, voltando a ele quando tratar da agricultura da Europa Continental, no capítulo VII, item e).

terreno de concentração e poder, onde as saudáveis regras da livre concorrência acabariam cedendo lugar às manipulações de preços e isso num setor tão sensível como o da alimentação. Alguns dados, de fato, eram alarmantes. Um quinto da produção norte-americana de alface pertencia a uma só firma, a Inter Harvest (filial da United Fruits), cujos trabalhadores assalariados plantavam o produto, colhido mecanicamente e imediatamente resfriado para ser distribuído por todo o país. 60% de toda a produção hortícola era controlada por corporações das quais um punhado de não mais de 1.000 empresas tinham controle de 30% da oferta total. 28% da produção avícola e 33% da de boi gordo estavam entre as mãos de grandes grupos econômicos, além da cana-de-açúcar, vinhos e o reflorestamento (Dorel, 1985). O grande público tomava contacto com a questão e o Congresso norte-americano fazia dela um tema importante em sua agenda.

Deste debate, uma unanimidade emerge: o peso das gigantescas empresas capazes de dominar não só os processos industriais, comerciais e de distribuição, mas a própria produção agrícola aumenta de forma preocupante. Se até o início dos anos 1970, são raras as informações confiáveis a respeito, em termos nacionais, uma publicação especial do Censo de 1974 sobre as *corporate farms* vem preencher algumas lacunas e fornece sinais desta intensa concentração.

A partir desta unanimidade, porém pode-se detectar uma divergência básica entre os especialistas no assunto. Por um lado estão aqueles que vêm neste peso atual de grandes empreendimentos capitalistas na agricultura não só uma realidade presente, como sobretudo o destino inelutável da organização do espaço rural norte-americano. À direita como à esquerda, glorificando-a ou deplorando sua existência, muitos enxergam na *corporate farming* a imagem futura da agricultura. Outros, ao contrário, procuram enfatizar que o domínio destas grandes unidades empresariais é importante, mas que existem razões consistentes para que a produção familiar tenha desempenhado historicamente e continue a jogar num futuro próximo um papel decisivo na produção de alimentos e fibras nos Estados Unidos. O poder das *corporate farms* seria imenso, real, mas tóxico e localizado.

O objetivo deste capítulo é fazer um balanço de algumas das principais informações a respeito da situação da agricultura familiar nos Estados Unidos. A fonte fundamental de informação utilizada aqui são artigos especializados, publicados por cientistas sociais tanto universitários como trabalhando no Ministério da Agricultura (USDA) que possui uma notável equipe de pesquisadores. Veremos que os mesmos dados dão margem frequentemente a interpretações antagônicas muitas das quais dependem, em última análise da definição que se tenha de "agricultura familiar". No próximo item (b) serão expostos dados estatísticos demonstrando a base

fundamentalmente familiar em que se apoiou o desenvolvimento agrícola norte-americano. Evidentemente, não há unanimidade entre os pesquisadores a respeito da natureza social da agricultura dos Estados Unidos. O ítem c) procura examinar os argumentos daqueles que consideram a agricultura fundamentalmente bipolarizada entre um punhado de grupos que a dominam inteiramente e uma multiplicidade de pequenos estabelecimentos com expressão econômica cada vez menor. A seguir, o ítem d) analisa justamente a característica central da agricultura norte-americana que é a existência de estabelecimentos grandes por suas dimensões econômicas, porém apoiados sobre o trabalho familiar. Isso não significa, é claro, que o assalariamento não possua um peso importante. O ítem e) estuda o peso e a natureza das grandes sociedades anônimas atuando na agricultura dos EUA.

Tanto quanto possível, a exposição procura concentrar-se nos aspectos basicamente descritivos da agricultura familiar norte-americano. Deixaremos para o capítulo VIII o estudo das teorias que procuram explicar o peso e as funções da agricultura familiar nos países de capitalismo avançado.

b) Fim do mito ou mito do fim ?

Em 1913, o economista russo M. Gimmer, apoiado em dados do Censo norte-americano de 1910, afirmava que, nos Estados Unidos, a imensa maioria dos estabelecimentos é formada por

explorações fundamentadas no trabalho pessoal e que o capitalismo agrícola estava em franca decomposição: "monstruosa falsidade", retruca Lênin em seu célebre e notável trabalho de 1916, em que procura demonstrar que, apesar da redução sensível no tamanho dos estabelecimentos por área, as explorações norte-americanas crescem em intensidade no que se refere ao uso de máquinas, equipamentos e sobretudo de trabalho assalariado. Para Lênin (1916/1960:30), com efeito, o trabalho assalariado é o principal indicador do caráter capitalista de uma determinada agricultura. Em 1910, 45,9% dos estabelecimentos em todo o país registravam despesas com assalariados.

O historiador Gavin Wright (1988), em interessante artigo mostra que embora os prognósticos leninistas com relação à extensão do assalariamento na agricultura norte-americana não se tenham cumprido, em 1920, o peso do assalariamento era, de fato, muito importante, tendo declinado sensivelmente a partir de então. Num estudo para uma região específica de North Dakota em 1920 (Cass County) Friedmann (1978) indica também que a importância da "produção simples de mercadorias" (3) não impedia que quase metade do trabalho

3. Friedmann é uma das autoras que mais aprofundou o debate sobre a natureza social da agricultura familiar no capitalismo avançado. Se ele fala em produção simples de mercadorias, o pressuposto é o pleno desenvolvimento do mercado, inclusive do mercado de trabalho e a inexistência das obrigações coletivas que marcam aquilo que Weber (1906/1979:417) não hesitava em chamar de "colonização semicomunista" característica da ocupação européia pré-moderna

necessário numa exploração especializada em trigo tivesse que vir do assalariamento. É bem verdade que, no caso por ela estudado, este assalariamento se reduzia apenas a certas épocas do ano, restringia-se a um número limitado de pessoas e poderia inclusive ser abolido tão logo a família, por seu crescimento demográfico natural, adquirisse uma dimensão pela qual o trabalho contratado se tornasse quase inexistente.

O caso estudado por Harriet Friedmann nos conduziria à situação insólita na qual um estabelecimento seria mais capitalista em sua fase inicial de existência e perderia o caráter capitalista justamente quando estivesse relativamente estabelecido, isto é, quando, por exemplo, o primeiro filho homem atingisse uma idade que o permitisse integrar ativamente a força de trabalho familiar. Um outro exemplo desta dificuldade: um estudo feito no Quebec mostra que 48,1% dos estabelecimentos que empregaram até um trabalhador assalariado em 1971, dispensaram qualquer tipo de mão-de-obra contratada em 1976 (Ghorayshi, 1986:152). Seriam capitalistas em 1971 e familiares em 1976 ?

Como se vê, não são pequenos os problemas classificatórios (4) pelos quais passa o estudo da diferenciação social dos

4. É preciso frisar que, sob a ótica marxista, este não é um problema arbitrariamente classificatório, onde as categorias pudessem ser construídas em função, por exemplo, do interesse do pesquisador. A diferenciação social dos produtores, em Marx, é uma lei objetiva do desenvolvimento

produtores na agricultura. Uma das formas de se resolver estes problemas está em renunciar ao peso senão exclusivo, ao menos decisivo que a abordagem leninista atribui ao trabalho assalariado e montar uma somatória de critérios que incluiriam não só o pagamento de salários ou não, mas também a propriedade da terra, as formas de gestão do estabelecimento, as diferentes situações demográficas, os elementos tecnológicos, etc.

Curiosamente, não foi nesta direcção multifacética que se inclinou o principal economista norte-americano que, nos anos 1960 dedicou-se ao problema, em trabalhos que são referência obrigatória na discussão do assunto até hoje. Ao contrário, Radoje Nikolitch, pesquisador do *United States Department of Agriculture*, USDA (o Ministério da Agricultura) trabalhou com uma classificação que não poderia ser mais "leninista": o que define um estabelecimento familiar não é seu tamanho físico, nem seu volume de vendas ou o montante dos recursos ali investidos e sim o grau em que a gestão e o trabalho no estabelecimento apóiam-se efetivamente na família e em seus membros. Ora, uma vez que, em média, a oferta de trabalho por parte da família norte-americana é de 1,5 equivalente homem-ano, daí se pode deduzir que qualquer estabelecimento que requeira três ou quatro das sociedades mercantis e a divisão da sociedade em duas classes antagônicas nada mais senão um desdobramento lógico e histórico desta lei. Por esta razão, o trabalho assalariado é decisivo: ele indica quem vive fundamentalmente do próprio trabalho e quem depende no essencial da exploração do trabalho alheio.

mais homens-ano para sua operação não poderá ser classificado como familiar. Tampouco será familiar aquela unidade de produção onde a gerência dos negócios dependa de trabalho contratado. É importante observar que não entra no cálculo de Nikolitch o trabalho dos filhos menores de 15 anos nem tampouco o trabalho das esposas dos chefes de estabelecimentos, o que evidentemente subestima a importância da contribuição familiar frente à mão-de-obra contratada.

O critério para a definição da unidade de produção familiar não poderia ser mais estrito. Segundo o pesquisador canadense Ghorayshi (1986), este piso deveria ser estabelecido em cinco trabalhadores assalariados. Embora não forneça a explicação técnica ou sociológica deste número, ele aponta importantes autores contemporâneos que estabelecem este patamar como linha divisória entre unidades de produção familiares (ou pequeno burguesas, como preferem alguns...) e capitalistas. É o que fazem Therborn (1979, *apud* Ghorayshi, 1986) com relação à Suécia, Ornstein (1983, *apud* Ghorayshi, 1986) em seu estudo sobre o Canadá e Stavenhagen (1975, *apud* Ghorayshi, 1986) ao analisar as classes sociais nas sociedades agrárias. Um importante geógrafo especializado justamente no estudo dos grandes empreendimentos agropecuários do Oeste norte-americano estipulava também que as grandes explorações eram as que

empregavam o equivalente a cinco trabalhadores assalariados permanentes por ano (Gregor, 1970).

Pois bem, mesmo com esta definição certamente estrita, o que nos dizem os dados levantados por Nikolitch ? Que a agricultura norte-americana, ao menos até 1969, era sem sombra de dúvida predominantemente familiar, tanto sob o ângulo do número de estabelecimentos, como da perspectiva do volume de vendas assegurado.

A tabela I aponta para esta realidade.

Número de unidades produtivas (UPs) e suas vendas por tipo de unidade produtiva, EUA, 1949, 1959 e 1964 (a).

Valor das vendas anuais e classes das unidades produtivas em US\$	Número de unidades Produtivas			Vendas			Porcentagem de todas as Unidades Produtivas					
							Número			Vendas		
	1949(b)	1959	1964	1949(b)	1959	1964	1949	1959	1964	1949	1959	1964
	Milhares de Unidades Produtivas			Milhões de Dólares			Porcentagem					
Todas as Unidades Produtivas	4.905	3.698	3.153	22.28	30.471	35.221	100	100	100	100	100	100
Todas as Unidades Produtivas Familiares	4.641	3.53	2.996	14.03	21.136	22.648	95	95	95	63	69	64
Menos de 10.000(c)	4.301	2.892	2.271	9.282	8.391	6.413	88	78	72	42	27	18
10.000 e mais (c)	344	638	725	4.748	12.745	16.235	7	17	23	21	42	46

(a): Alaska e Havai não incluídas.

(b): 1949 corrigido pela mudança na definição censal de 1959

(c): entre 1949 e 1964 a classe de US\$ 10.000 não representa o mesmo tamanho por causa de mudanças nos custos e outras características da atividade. É mais um indicativo que uma medida precisa.

FONTE: Nikolitch, 1969:534, a partir de dados dos Censos Agrícolas dos anos citados.

A tabela I indica, primeiramente, um declínio impressionante no número total de explorações agropecuárias. Esta queda aliás, diga-se de passagem, persiste, posteriormente, durante a década de 1970, embora neste último período, o ritmo da queda tenha sido bastante atenuado (Schertz, 1979:13). Em números de estabelecimentos, os ultra-

familiares (1) - *larger-than-family farms* - correspondiam a apenas 5%. Asseguravam porém, em 1969, nada menos que 38% das vendas. Longe de mostrar um aumento que pudesse revelar-se avassalador, porém, esta proporção é mais ou menos constante desde 1949, tendo baixado para 30% em 1959 e subido para 35% em 1964. Outra revelação importante do quadro é que a relevância econômica dos estabelecimentos familiares não se explicava simplesmente por seu grande número. Em muitos casos, o volume de suas operações era significativo, metade deles (48%) tendo vendas superiores a US\$ 10.000 anuais. Se tomarmos os estabelecimento cujas vendas situam-se entre US\$ 20.000 e US\$ 99.999 em 1964, unidades consideradas como "médias" (2) nada menos que 68,2% deste total são garantidos por explorações que contam com menos de 1.5 homen-ano de trabalho assalariado (tabela II). Neste sentido, afirma Nikolitch (1969:533),

1. Esta divisão entre familiares e ultra-familiares baseia-se em tabulações especiais da *U. S. Census of Agriculture*, razão pela qual não poderemos utilizar a mesma tabela para o período mais recente.

2. Estes valores entre US\$ 20 mil e 99,9 mil podem hoje ser considerados baixos. Entretanto, é preciso lembrar que os preços de 1965 correspondem a apenas 40% dos preços, por exemplo, de 1982 (Sumner, 1985:293), em virtude da própria inflação norte-americana. Em valores de 1982, esta faixa estaria entre US\$ 80 e 400 mil dólares, volume de negócio respeitável, apesar de familiar.

Tabela II

Unidades produtivas e suas vendas por uso de homens/ano de trabalho assalariado, por tamanho de unidade produtiva. EUA, 1964.

Homens/Ano de Trabalho Assalariado	Distribuição Percentual de grupos específicos de unidades produtivas									
	Todas		Grandes (a)		Médias (b)		Pequenas (c)		Tempo Parcial (d)	
	Número	Vendas	Número	Vendas	Número	Vendas	Número	Vendas	Número	Vendas
Nenhum	49.8	19.4	2.1	1.3	15.7	13.6	35.0	32.6	65.5	52.0
Menos de 0,5	38.0	30.4	3.9	2.2	35.5	30.6	50.3	50.4	32.5	40.5
0,5 a 0,9	4.9	8.2	3.3	1.2	13.3	12.6	8.5	9.4	1.2	2.3
1,0 a 1,4	2.6	6.5	5.7	3.3	10.9	11.4	3.5	4.2	0.3	0.6
1,5 a 2,4	2.1	7.3	10.7	6.3	11.3	12.9	2.0	2.5	0.1	0.4
2,5 a 4,9	1.5	8.2	20.7	13.7	9.1	12.0	0.6	0.8		0.8
5,0 a 6,9	0.4	3.3	11.2	8.2	2.2	3.3	0.1	0.1		0.5
7,0 a 9,9	0.3	2.9	10.8	8.8	1.2	2.0	(e)			0.5
10,0 a 14,9	0.2	3.1	11.0	10.9	0.6	1.1				0.5
15,0 acima	0.2	10.7	20.8	43.4	0.6	0.5				1.9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

(a): Unidades Produtivas com vendas de \$100.000 ou mais.

(b): Unidades Produtivas com vendas de \$20.000 a \$99.999 inclusive.

(c): Unidades Produtivas com vendas de \$5.000 a \$19.999 inclusive.

(d): Unidades Produtivas com vendas de \$5.000 ou menos.

(e): Espaços em branco indicam menos de 0.05 por cento.

FONTE: Nikolitch, 537: a partir de tabulações especiais a partir do censo agrícola de 1964.

"family farms have been expanding rapidly in the hard core of our commercial agriculture..."

A análise regional da produção familiar, aliás, reforça esta sua convicção. O mapa 1 (anexo 1, cf. final da tese) indica a distribuição regional da agricultura familiar norte-americana. Com relação à distribuição geográfica da produção familiar, a situação descrita neste mapa com base em dados de 1964 mantém-se até hoje, ainda que os números referentes a cada região possam ter-se modificado desde então. Com efeito, em trabalho certamente o mais completo sobre as grandes empresas agropecuárias norte-americanas, Dorel

(1985) mostra que estas se distribuem ao longo de um *croissant* que sai da Flórida, percorre a região pecuária do Texas, passa pelos grandes pomares e hortas californianos até chegar àquela que é uma nova fronteira agrícola do grande capital, no Estado de Washington, onde até a Boeing possui um empreendimento agropecuário... Entretanto toda a região cerealífera, de produção de leite, e suínos, entre outros, pertence majoritariamente a estabelecimentos familiares.

Desta distribuição geográfica, Nikolitch (1969:533) extrai uma conclusão fundamental para que se entenda a natureza desta produção familiar: as family farms são mais numerosas ali onde mais se desenvolveu a mecanização dos trabalhos agrícolas (1).

"This indicates their compatibility with this kind of technological advance".

Ou seja, não se trata de unidades produtivas contando no essencial sobre a "auto-exploração" de um grande volume de trabalho familiar. Por mais que a atividade das famílias seja extensa e penosa, o peso do trabalho humano no valor total da produção tende irrefreavelmente ao declínio e isso

1. Pfeffer (1983) fornece uma interessante explicação histórica dos três sistemas agrários dominantes na formação da agricultura norte-americana: a parceria e o arrendamento, decorrentes da desagregação do sistema escravista no Sul; o trabalho assalariado, apoiado tanto no passado latifundiário colonial como na disponibilidade de mão-de-obra barata na costa Oeste; e as unidades de produção familiar oriundas da migração de trabalhadores livres em situação de relativa disponibilidade de terras nas Grandes Planícies e em toda a região central do país.

sobretudo nas explorações de caráter familiar, mais até do que naquelas grandes unidades empresariais que contam basicamente, para seu funcionamento, com a mão-de-obra assalariada. Ou, segundo interessante e recente texto de Reinhardt e Barlett (1989:203),

"...family farm persists in many instances due to economic competitiveness. This competitiveness derives from the technical aspects of agricultural production and its compatibility with certain organizational and operational aspects of the family farm"

A tabela III mostra justamente que, em 1964, nos setores de laticínios, cereais, fumo e avicultura - produtos que, nesta época, já conheciam um avanço técnico inegável - o peso do trabalho assalariado é bastante reduzido, diante das culturas de algodão, legumes, frutas e nozes, onde a mecanização ainda não avançara tanto.

Tabela III

Peso do trabalho familiar na produção de produtos agropecuários. Estados Unidos, 1964

Mercadorias	Trabalho Assalariado Não-familiar como percentagem da mão-de-obra requerida (1964)
Cereais	15.8
Fumo	29.9
Algodão	54.2
Outras Culturas	59.4
Legumes	80.7
Frutas e Nozes	79.2
Aves	33.2
Laticínios	11.7

Fonte: Mooney, 1982/1987:33, a partir de dados do censo agrícola de 1984.

Foi sobre a base desta preponderância do trabalho familiar que a agricultura conheceu, sobretudo após a crise de 1929 sua imensa prosperidade. Em 1969, era preciso 70% a menos de trabalho para produzir 36% a mais de alimentos e fibras que logo após a Segunda Guerra Mundial. Num prazo maior, este declínio é ainda mais sensível: em 1918, os trabalhos agropecuários empregavam 24 bilhões de horas-homem. Em 1950, passam para 15 bilhões, chegando em meados de 1970 a apenas 5 bilhões de horas-homem por ano (Schertz, 1979:28). Estes ganhos de produtividade não são estranhos ao fato de, em 1965, a agricultura contribuir com nada menos de um terço dos excedentes comerciais norte-americanos. Exatamente nos setores onde a produção familiar é predominante que os Estados Unidos conseguem exercer um controle impressionante sobre o comércio mundial (2), assegurando 48,5% das vendas de trigo, 60,1% da de cereais forrageiros e nada menos que 86% das de soja (Kroll, 1987:101 e 115).

Esta redução na necessidade de trabalho humano no quadro de um aumento generalizado do produto - ou seja, a elevação da produtividade do trabalho - se deu em condições tais que a proporção de trabalho assalariado com relação ao familiar manteve-se globalmente estável durante este período de declínio, em torno de 25% do total entre 1930 e 1967 (Nikolitch, 1969:538).

2. O uso do poder econômico da agricultura norte-americana como instrumento nas relações internacionais foi por mim abordado em Abramovay, 1983.

Nikolitch não extrai de sua análise uma conclusão apologética com relação à produção familiar em geral na agricultura norte-americana. Ao contrário, ele mostra que, entre 1959 e 1964, os pequenos estabelecimentos (com vendas entre US\$ 5.000 e US\$ 20.000) e os explorados em tempo parcial (*part-time*, isto é, que têm uma renda tão baixa - inferior a US\$ 5.000, que seus proprietários só sobrevivem por causa de uma outra ocupação remunerada) estão em franco declínio. De fato, há uma concentração da produção na agricultura dos EUA não num punhado cada vez menor de empreendimentos capitalistas, mas, ao contrário,

"...in a rapidly expanding number of adequate farms of medium and large size" (Nikolitch, 1969:542).

Não se tratava então para Nikolitch de negar a tendência à concentração da produção em estabelecimentos maiores, mais eficientes e mais produtivos: esta tendência entretanto - esse é um dos aspectos mais importantes em seus textos - não pode ser identificada ao extermínio da agricultura familiar.

c) Concentração e proletarianização

Não é possível que a estrutura social da agricultura se conserve imune ao profundo movimento de concentração que atinge a economia norte-americana como um todo e em particular seu segmento agroalimentar. Assim como firmas monopolistas controlam a oferta de máquinas, insumos e a comercialização, processamento e distribuição de alimentos e

fibras, nada mais lógico que a implantação destas grandes empresas no interior mesmo da produção agropecuária. Na opinião de três entre os mais importantes adeptos destas teses,

"as long as U. S. agriculture remains dominated by these petty bourgeois farmers, we can expect its capitalist development to be constrained" (Goss *et. al.*, 1980:101).

Ora é evidente que estes "*petty bourgeois farmers*" não tinham capacidade de colocar qualquer constrangimento ao desenvolvimento agrícola norte-americano, inclusive porque a agricultura *strictu sensu* tornou-se uma atividade cada vez mais caudatária da indústria e cujo peso econômico vai-se tornando verdadeiramente marginal. Embora o setor de alimentos e fibras norte-americano esteja entre os mais importantes, do ponto de vista do valor da produção e do emprego, somente 3,4 milhões de pessoas trabalhavam em atividades agropecuárias, diante de 20 milhões naquelas ligadas diretamente aos setores correlatos, em 1979 (3). Neste ano, a agropecuária produziu US\$ 70 bilhões, mas o processamento, a distribuição e o marketing acrescentaram a este valor US\$ 415 bilhões: para cada dólar criado na agricultura, seis dólares são gerados em atividades

3. Estes dados postos em destaque no fundamental trabalho de Goodman *et al.*, 1987, são bem diferentes do estudo recente publicado pelo próprio USDA, pelo qual o Censo Agrícola norte-americano de 1987 apontava um total de 7,7 milhões de trabalhadores, dos quais 2,5 milhões de assalariados, 2,8 milhões de responsáveis e 3,6 milhões de membros não remunerados da família. Cf. Oliveira e Cox, 1989.

industriais, comerciais, de distribuição, armazenagem e marketing (Goodman, *et al.*, 1987:163).

Mas é com relação ao trabalho assalariados que se concentram os argumentos mais fortes a respeito da falência definitiva da *family farm*. Vimos acima, que o declínio na necessidade de trabalho humano na agricultura norte-americana incide de maneira mais ou menos homogênea tanto sobre os assalariados como sobre a própria família, tanto é assim que até o final da década de 1970, três quartos do trabalho global na agricultura são fornecidos pela família. Estes dados porém vão até 1967. Desde então, a situação mudou consideravelmente e se até meados da década de 1960 de cada três trabalhadores um era assalariado, em 1977 esta relação cai (4) a dois para um (figura 1, anexo 2, cf. final da tese).

Além disso, a porcentagem de assalariados trabalhando 150 dias ou mais nesta função (e portanto, configurando-se claramente como proletariado agrícola) também sobe conforme mostram os dados da tabela IV: de 20% do total do uso de trabalho assalariado em 1968-70, esta modalidade (150 dias ou mais) passa para 23% e segundo Goss *et. al* (1980:108) havia "inúmeras razões" para acreditar que esta tendência

4. Mais uma vez aqui os dados de Oliveira e Cox apontam para uma quantidade maior de trabalhadores. Segundo Schertz (1979:27) eles não chegam a quatro milhões, metade dos quais é de assalariados. Para Oliveira e Cox, como vimos, são 7,7 milhões, apenas um terço dos quais assalariados.

continuaría. De fato, o estudo de Oliveira e Cox (1989:apêndice I) mostra que esta proporção sobe para 27% em 1981 e 32% em 1987.

Tabela IV

Frequência e Mudança na Incidência de Pessoas (em milhares) que realizaram trabalho agrícola assalariado durante o ano, por duração do trabalho agrícola assalariado. EUA, vários anos.

Período de Tempo	Total de Trabalhadores	Duração do trabalho assalariado agrícola em dias			
		Menos que 75	75-149	150-249	250 ou mais
1968-1970	2659	1857 (69%)	286 (8%)	206 (8%)	310 (12%)
1971-1973	2677	1761 (12%)	249 (9%)	249 (9%)	358 (13%)
1974-1976	2713	1774 (12%)	264 (10%)	264 (10%)	352 (13%)
Mudança Percentual	2	-4,5	13,6	28,2	13,5

Fontes: Goss et al., 1980:109, *apud* Mc Elroy (1974), Smith an Rowe (1978) e Rodefeld (1979).

O exame dos dados de estabelecimentos que tiveram gastos com salários considerados pelos autores como grandes (US\$ 5.000 ou mais) aponta também na mesma direção: passam, entre 1964 e 1974 de 5,4% para 9,1% do total (1). E o número médio de trabalhadores empregados também cresce de 5,3 para 7,6 para os de curta duração e de 2,6 para 3,2 no caso dos de longa duração entre 1964 e 1974.

Ainda no que se refere ao trabalho assalariado, por fim, a partir de metodologia proposta por Rodefeld, um economista do USDA, nos anos 1970, vários autores colocam em questão as próprias informações em que se apoiaram as opiniões de Nikolitch sobre o trabalho familiar. Determinar a natureza

1. Não fica claro no texto se os autores deflacionaram ou não estes dados

social do estabelecimento apenas pelo tipo de trabalho nele realizado é impróprio, argumenta Rodefeld (1973). É preciso levar em conta também o tipo de relação com a terra. E neste sentido, não se pode considerar como familiares aqueles estabelecimentos cujos operadores não sejam seus proprietários. Por esta razão a categoria "tenants" (que inclui parceiros, arrendatários, etc.) deve ser excluída. E com esta exclusão, percebe-se que os estabelecimentos ultra familiares (*larger than family farms*) não são mais 95% do total, com 64% das vendas, mas sim 78,6% das unidades produtivas com 49,3% do faturamento do setor.

Tabela V

Mudanças no número de estabelecimentos e vendas brutas por tipo de estabeleciment

Tipo de Estabelecimento	Número de estabelecimentos			Vendas Brutas		
	1959 (milhares)	1964	Mudança (%)	1959 (US\$ milhões)	1964	Mudança (%)
Familiars	2808	2475	-11,9	15224	17276	+11,9
Perceiros/Arrendat	721	521	-27,7	5912	5372	- 9,1
Ultra-Familiars	139	122	-12,2	7202	8915	+23,8
Industriais	26	32	+23,1	2024	3512	+73,5
Total	3695	3150	-14,7	30362	35075	+15,5
	(X de estabelecimentos)			(X vendas)		
Familiars	76	78.6		50.1	49.3	
Perceiros/Arrendat	19.5	16.5		19.5	15.3	
Ultra-Familiars	3.8	3.9		23.7	25.4	
Industriais	0.7	1		6.7	10	
Total	100	100		100	100	

Fonte: Goss, et al., 1980:115, *apud*. Rodefelf, 1978a.

d) Uma estrutura agrária bimodal ?

É fundamentalmente a partir destes argumentos e dados que vários autores falam da irrelevância crescente do trabalho familiar, colocando em dúvida inclusive (no caso de Rodefelf e Vogeler) seu papel histórico na formação recente da agricultura norte-americana. O livro de Vogeler (1981) simplesmente reproduz os dados contidos na tabela V e daí conclui que a agricultura familiar nos EUA é um mito.

Num importante trabalho posterior, também muito citado sobre o tema, Buttel (1983) é mais prudente que em seu texto

escrito em conjunto com Goss e Rodefeld (Goss *et al.* 1980) mas não hesita em falar de uma tendência à estrutura bimodal da agricultura norte-americana, onde só subsistiriam a massa de pequenos estabelecimentos, irrelevantes do ponto de vista econômico, ao lado de um punhado de empresas baseadas no trabalho assalariado e responsáveis pela maior parte da oferta agrícola. O próprio Buttel (1983:98), entretanto, mostra a especificidade do uso do trabalho assalariado e portanto da estrutura social do capitalismo agrário norte-americano:

"...U. S. agriculture is, in the main, dominated by petty capitalist (or 'larger-than-family') farmers who employ a dispersed wage labor force with relatively few laborers on each farm. Full-time agricultural wage laborers typically exhibit many noneconomic ties with their employers - for example, growing up in the same rural community, partial in-kind remuneration (especially in the case of housing)..."

Se a agricultura norte-americana tende realmente ou não a uma estrutura bipolar, esta é uma discussão ainda não resolvida entre os especialistas. De qualquer maneira, mesmo aqueles que acreditam na dominação cada vez mais importante dos grandes estabelecimentos (em termos de volumes de vendas) não fornecem informações que corroborem a hipótese de que estas unidades produtivas baseiam-se no fundamental em trabalho não familiar. Vejamos a questão mais de perto.

Com relação às críticas de Rodefeld a Nikolitch, pode-se apontar dois problemas. Em primeiro lugar, não se vê a consistência da eliminação dos *tenants* da categoria trabalho

familiar. Ao menos duas pesquisas da década de 1980 (Wells, 1983; Mann, 1984) mostram como os produtores que partilham os frutos do seu trabalho com o proprietário da terra (*sharecroppers*) contam com mão-de-obra familiar em seu processo produtivo seja na região Sul, ou no Oeste californiano. O estudo de Wells, em particular, é interessante para atenuar a visão caricatural de que toda a produção de frutas e legumes estaria sob o controle direto das *corporate farms*. Ao contrário, ela mostra não só o peso dos *sharecroppers* na produção de morangos, mas sua perfeita adequação técnica e social às necessidades do processo produtivo, tanto maior quanto mais difíceis se tornam as fontes de mão-de-obra barata para as grandes empresas.

Além disso, mesmo que se elimine os *tenants*, a quantidade de estabelecimentos familiares continua extremamente significativa: eles corresponderiam a 79% do total de unidades produtivas (Reinhardt e Barlett, 1989:209).

Em outras palavras, a idéia de uma estrutura agrária crescentemente dual nos Estados Unidos - onde haveria, por um lado, um setor altamente capitalizado apoiado fundamentalmente em mão-de-obra paga e com controle cada vez maior sobre a terra e os recursos produtivos e, por outro, um segmento de pouca expressão comercial e baixa competitividade, este sim familiar - esta idéia subestima a capacidade histórica que as explorações familiares norte-

americanas apresentam não só de acompanhar, mas inclusive de liderar o progresso técnico (1).

Não há dúvida de que o assalariamento aumenta como proporção do trabalho total e de que ele se concentra cada vez mais nos maiores estabelecimentos. Entretanto, é preciso levar em conta dois fatores. Primeiramente, foi e continua sendo muito grande a quantidade de estabelecimentos cujo valor da produção é alto, mas que não emprega sequer um assalariado. Além disso, entre aqueles maiores estabelecimentos que usam mão-de-obra extra-familiar, o número médio de assalariados - por estabelecimentos é suficientemente baixo para sugerir que em muitos casos há, na verdade, uma combinação entre o trabalho (e não só a gestão) familiar e o contratado.

Em 1974, por exemplo, 90% dos estabelecimentos com vendas superiores a US\$ 200 mil declararam despesas com trabalhadores assalariados. Em média, cada um dispunha do equivalente a oito trabalhadores permanentes. Das explorações situadas na classe imediatamente abaixo (US\$ 100 mil a US\$ 199 mil) a metade tinha o correspondente a menos

1. É interessante neste sentido a crítica de Marsden et al. (1987:299) ao trabalho de Buttel:

"While this dualist model may be useful in drawing attention to the generalised pattern of uneven development of productive forms, it tends to underemphasise the changing divisions of farm family labour and the search among farmers for either survival or accumulation strategies as a process of continual adaptation leading to a wide variety of production relations"

de um assalariado e, na média desta categoria de venda, o número de assalariados correspondia ao equivalente a 2,5 por estabelecimento (Buttel, 1983:94). É uma quantidade na qual evidentemente a contribuição do trabalho familiar continua sendo decisiva.

Mesmo os dados do Censo de 1987 não apontam para tamanha massificação do trabalho assalariado na agricultura norte-americana. Como proporção do valor da produção, o trabalho assalariado representa um montante inferior a 8% (tabela VI). Para que se tenha uma idéia do que significa este dado basta lembrar que no Brasil esta proporção, em 1970 era de 24,5% passando para 34,6% se incluirmos no cálculo as despesas com empreitadas, em 1970, e de 20,2% passando para 27,9% se contadas as despesas com empreitadas em 1980.

Tabela VI

Participação dos salários no valor da produção agropecuária nos EUA, 1987

1959:	8,5
1964:	7,9
1974:	5,7
1978:	6,3
1982:	6,3
1987:	7,9

Fonte: U.S. Census of Agriculture, 1987

Existem autores que colocam frontalmente em dúvida a tendência à bipolarização da estrutura agrária norte-americana. Sumner (1985:293), fornece dados interessantes a respeito. Entre 1965 e 1982 o número de explorações vendendo mais de US\$ 100 mil (em valores de 1982) sobe de 160.000 para quase 300.000, de 5% para 12% do total dos estabelecimentos e de 43% a 68% do total das vendas. Outro importante estudo (*U. S. Congress Office of Technology Assessment*, 1986:93) mostra que numa subdivisão de cinco categorias de estabelecimentos (*small, part-time, moderate, large, very large*) são as *moderate* (vendas entre 100 e 200 mil dólares, em valores de 1982) as que mais crescem em número de estabelecimentos praticamente mais que dobrando sua participação no total entre 1969 e 1982. Mesmo em termos de participação nas vendas, enquanto as *small* e as *part-time* caem - drasticamente no primeiro caso - as *moderate* aumentam sua participação nas vendas em 24% entre 1969 e 1982, bem mais que o aumento obtido pelas *very large* (9%) embora significativamente menos que os das *large* (36%), como se vê abaixo, na tabela VII. É somente pelo critério - sem dúvida importante - de renda líquida que as *very large* aumentaram assustadoramente sua participação na renda líquida da agricultura, passando de 35,8% em 1969 para nada menos que 63,5% do total em 1982. Mesmo este conhecido fenômeno de que são as maiores unidades produtivas as que mais se beneficiam das políticas governamentais de estabilização de preços, ampliando assim sua renda líquida, não significa que se

camínhe inexoravelmente para a eliminação social e econômica das outras classes, como veremos no capítulo VIII quando examinarmos as idéias de W. Cochrane. Embora o relatório *U. S. Congress Office of Technology Assessment*, (1986) projete drástica redução no número de *moderate farms* para o ano 2.000 (passariam de 180.689 em 1969 para 75.011) ele não se arrisca a prever as tendências ligadas à participação deste segmento na oferta agrícola total.

Tabela VII

Porcentagem da renda bruta dos estabelecimentos agrícolas obtida por cada classe de venda. EUA, 1969-1982, dólares de 1982. Em porcentagem.

Classes de venda	1969	1974	1978	1982	1982/1969 variação %
<i>Small</i>	17,2	12,7	12,1	5,5	- 68
<i>Part-time</i>	22,1	24,3	24,3	21,9	- 0,9
<i>Moderate</i>	15,4	18,1	18,3	19,1	+ 24
<i>Large</i>	15,4	17,5	17,9	21,0	+ 36
<i>Very Large</i>	29,9	27,4	27,5	32,5	+ 9
Total					

Observação: *Small* < US\$ 20.000; *Part-time* = US\$ 20.000-99.999; *Moderate* = US\$ 100.000-199.999; *Large* = US\$ 200.000-499.999 e *Very Large* > 500.000

Fonte: *U. S. Congress Office of Technology Assessment*, 1986: 92

Como se vê, não é tão evidente assim a tendência à bipolarização da agricultura norte-americana. E mesmo que a tendência apontada por Buttel seja, de fato, a dominante, isto não significa que é sobre o trabalho não familiar que

estas grandes unidades produtivas se apóiam. Este aliás é um ponto aceito por ambos os lados, tanto por aqueles que acreditam na polarização crescente da agricultura como pelos que não julgam este processo inexorável nos Estados Unidos.

Aliás, é curioso como se comete com frequência o equívoco primário de determinar a natureza social de um estabelecimento agrícola por sua dimensão econômica medida em termos de volume de venda. Friedland e Pugliese (1989:151), por exemplo, sugerem que as unidades produtivas acima de US\$ 200 mil pertenceriam à *agriculturally-based bourgeoisie* (2). Outros autores, mesmo não fazendo tão diretamente esta associação ilustram o fenômeno do declínio da produção familiar com os dados a respeito da crescente concentração econômica da produção. O equívoco conceitual aí é grave pois impede que se estude o fenômeno decisivo nos países capitalistas avançados da grande produção que funciona justamente em regime de economia familiar. Têm razão então Reinhardt e Barlett (1989:207-208) quando lembram que

2. O texto de Friedland e Pugliese (1989) é uma tentativa desesperada de salvação do paradigma leninista de interpretação do desenvolvimento capitalista na agricultura. Eles falam da importância dos trabalhadores assalariados na Inglaterra, na França (!) na Itália, na Espanha e em Portugal. Não fornecem, entretanto, uma só informação empírica a respeito. Quando vão analisar o comportamento político dos proletários rurais na Itália e na Espanha eles percebem claramente a vinculação entre este proletariado e

"...the retarded development of the productive forces and social relations of production... (Friedland e Pugliese, 1989:153)

"the crucial distinction is between agricultural production based on the use of household labour for the purpose of household livelihood, and agricultural production undertaken as an investment and characterized by the separation of ownership, management, and labour"

e ilustram seu raciocínio com dados de seus trabalhos de campo onde constataram que

"Strawberry farms in California average only 34 acres in size but gross over \$850.000 in annual sales, and many are family owned and operated".

Da mesma forma, o trabalho do *U. S. Congress Office of Technology Assessment* (1986:92) afirma:

"Large and very large commercial farms include a range of diverse farms. The great majority of these are family owned and operated. Many farms in these classes require one or more full-time operators, and many depend on hired labor on a full-time basis."

e) As corporações no campo

Mas é inegável também o imenso peso econômico dos grandes estabelecimentos agropecuários nos Estados Unidos. O que são exatamente estes estabelecimentos? Onde se concentram? Quais seus mecanismos básicos de reprodução?

Em primeiro lugar, como vimos não se pode confundir as grandes e muito grandes explorações com as corporações cuja importância na agricultura norte-americana é crucial. Apenas 5% dos estabelecimentos grandes e muito grandes pertencem a corporações que não são propriedade de famílias (U. S.

Congress Office of Technology Assessment, 1986). O que são estas corporações ?

É graças ao trabalho de um geógrafo francês, Gerard Dorel, que hoje esta questão pode ser respondida com certa precisão, bem como ao recenseamento especial sobre *corporate farms* que, em função das preocupações da opinião pública com o "fim da produção familiar", o USDA publicou em 1978, com base em informações de 1974 (3). É no interior do *corporate farming* que estão os verdadeiros gigantes da agricultura norte-americana.

O Censo computou 28.442 *corporate farms*, ocupando 10,7% da superfície agrícola e contribuindo com 18,2% do valor total das vendas. Nem todas entretanto podem ser consideradas como parte do pequeno conjunto de empresas gigantescas que chegam a exercer poder oligopolista em alguns segmentos da oferta agrícola. Na verdade não são poucos os estabelecimentos familiares que adotam o estatuto jurídico de corporação por razões fiscais ou de sucessão hereditária. A tabela VIII mostra que das 28.442 *corporate farms* existentes em 1974,

o que, no mínimo, deveria abalar a convicção de que a ampliação do proletariado agrícola é a forma social dominante de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais...

3. Em 1969 havia sido publicado um recenseamento especial sobre os estabelecimentos em sociedade, mas segundo Raup (1973) com grandes imprecisões.

apenas 4.772 possuíam um volume econômico que as situava como empreendimentos excepcionalmente grandes.

Tabela VIII

As *corporate farms* nos Estados Unidos (1974)

Corporate farms com vendas anuais de

	Menos de US\$ 100 mil	De US\$ 100 mil a US\$ 500 mil	Mais de US\$ 500 mil	Total
Número	12.522	11.148	4.722	28.442
% de todos os estabs/ comerciais	0,9%	0,6%	0,3%	1,8%
% da superf/ agrícola	3,1%	5,8%	1,8%	10,7%
% do valor total das vendas	?	?	?	18,2%

Fonte: Dorel, 1986:12

Mas o coração do grande empreendimento agropecuário norte-americano não atinge sequer estas 4.722 empresas. Na verdade, não é incomum que um mesmo grupo possua mais de uma fazenda: 736 sociedades controlam assim 2.305 fazendas, com um valor médio da produção anual por fazenda de US\$ 2,3 milhões, em 1974. Embora nem sempre exijam grandes superfícies para o exercício de suas atividades (76 destas explorações milionárias cobrem menos de 3,6 hectares cada !) seu tamanho médio é bem superior ao do conjunto das explorações existentes no país: 2.193 hectares, contra 213 hectares.

O mapa 2 (anexo 1, cf. final da tese) mostra onde as *corporate farms* se concentram. Quase ausentes ao leste do Mississippi, com exceção da Flórida, elas descrevem aquilo que Dorel chama de *croissant périphérique* do qual a região produtora de grãos está ausente. Na Califórnia e no Texas, dois Estados que contribuem em conjunto com 16% do valor da produção norte-americana, as grandes explorações em sociedade são particularmente numerosas e entram com 30% no total das vendas.

Apesar de sua inegável importância, a imagem de uma agricultura inteiramente dominada por estes gigantescos estabelecimentos está bem longe da realidade. A tabela IX mostra que as *corporate farms*, em geral (ou seja o conjunto dos 28.442 estabelecimentos, dos quais a maioria, como vimos, na verdade, é familiar) são majoritárias apenas no valor da produção de produtos hortícolas e na produção de mudas para replantio. Embora importante no setor de carne bovina, aves e frutas e legumes, sua participação na oferta raramente atinge um terço do total. Segundo cálculos mais recentes de Reinhardt e Barlett (1989:209) 88,1% das *corporate farms* eram detidas por famílias e as sociedades não familiares contribuían com apenas 6,5% do total das vendas na agricultura dos EUA.

Tabela IX

O lugar da *corporate farms* nos EUA em 1974.

Produções	Valor da produção americana comercializada Milhoes de US\$.	Parte das "Corporate Farms" (%)
Horticultura	1699	60.3
Frutas	2935	31.5
Algodão	2260	15.8
Legumes	2338	36.9
Avicultura	6191	28.1
Engorda		
32.8		
Ovinos	448	23.1
Cereais	24620	4.9
Tabaco	1670	3.3
Forragens	2002	10.2
Laticínios	8194	6.3
Suínos	5395	5
Total	80598	18.2

de Bovinos | 18300

Fonte: Dorel, 1985:38, a partir de dados do recenseamento especial norte-americano sobre *corporate farming*.

Se levarmos em conta apenas as 736 sociedades que possuem mais de uma fazenda formando então o núcleo central dos gigantescos estabelecimentos, veremos (tabela X), mais uma vez, que seu peso na oferta de cereais, tabaco, algodão, sementes e forragem, leite, suínos e ovinos é desprezível, sendo significativo porém na produção de legumes, melões, outras culturas de campo aberta, engorda de bovinos e produtos avícolas.

Tabela X

O lugar das "corporate farms" controladas pelas 736 maiores empresas agropecuárias norte-americanas na produção agrícola comercializada, 1974

Produções Comercializadas	Nome das sociedades com vários estabelecimentos envolvidos nestas produções		Valor da produção das corporate farms		3/1
	Valor Total nos EUA				
	(1) em milhões \$	(2)	(3)	(4) em milhões	
Cereais	24.620	290	109	0.4	
Tabaco	1.670	10	26	1.6	
Algodão	2.260	68	93	4.1	
Forragens	2.002	197	39	1.9	
Legumes	2.339	103	329	14	
Outras culturas	3.924	98	686	17.4	
Frutas	2.935	187	295	10	

Sementes	1.699	130	220	13
Aves	6.191	137	742	12
Laticínios	8.194	50	49	0.6
Engorda de bovinos	18.301	364	2143	11.7
Suínos	5.395	77	33	0.6
Ovinos	448	31	11	2.5
Total	80.598	736	4.807	6

Fonte: Dorel 1985:59

Vamos discutir no capítulo VIII as diferentes teorias a respeito do peso da agricultura familiar nos países de capitalismo avançado. Salta aos olhos porém no caso americano a ausência das grandes corporações dos setores tradicionalmente dominados pela produção familiar. Não por falta de tentativas de aí entrar. Em 1927, por exemplo, a *Wheat Farming Corporation of Topeka*, no Kansas, implantou uma produção mecanizada em larga-escala numa superfície de 65 mil acres (26,5 mil hectares, aproximadamente). O

fracasso econômico foi tão monumental que provocou em 1931 um conjunto de leis, no Kansas proibindo as corporações de

"producing, planting, raising, harvesting, or gathering wheat, corn, barley, oats, rye or potatoes or the milking of cows for dairy purposes". (*Kansas Statutes Annotated apud Raup, 1973:277*)

No North Dakota a legislação proíbe as atividades de qualquer tipo de corporação na agricultura. As limitações legais a suas atividades não impediram, porém, o desenvolvimento das grandes corporações. As leis norte-americanas determinam que somente estabelecimentos com área inferior a 160 acres podem beneficiar-se, por exemplo, do fornecimento de água para irrigação, fruto de trabalhos públicos em represas e barragens. Esta legislação tem sido bem pouco respeitada e na década de 1970, na Califórnia, de um total de 10 milhões de hectares irrigados 1,3 milhão ainda se encontravam em mãos de proprietários que ultrapassavam o módulo estipulado. Aliás, um dos fatores mais importantes no desenvolvimento do poder econômico das grandes corporações foi o conjunto de isenções fiscais com que o legislador americano beneficiou o acesso de não agricultores à propriedade da terra, a partir dos anos 1960. De todas as corporações norte-americanas estudadas no levantamento de 1969, mais da metade haviam iniciado suas atividades durante a década de 1960. O então governador da Califórnia, Ronald Reagan, foi um dos maiores propagandistas do investimento de capitais urbanos na agricultura... (*Raup, 1973:280*). Dorel mostra também como os trabalhos públicos de drenagem e irrigação, foram decisivos no processo de

apropriação das novas fronteiras agrícolas tanto da Flórida como do Oeste pelos grandes grupos empresariais que hoje formam o setor conhecido como *corporate farming*.

Além dos trabalhos públicos e do acesso a fontes de financiamento barato para sua expansão (Dorel, 1986:465) as grandes empresas agropecuárias norte-americanas puderam contar com uma fonte de financiamento muito reveladora de sua natureza social: a mão-de-obra barata - que, dos *coolies* chineses (nada menos que metade dos assalariados agrícolas da Califórnia em 1.884) aos mexicanos do *Bracero Program* (1942-1964), passando por japoneses e filipinos - foram, juntamente com os subsídios públicos, o grande trunfo do qual dispôs o processo de modernização das imensas propriedades, sobretudo no Oeste norte-americano. Não é portanto somente em função do passado latifundiário desta região que Dorel a assemelha em muitos aspectos às *plantations* tropicais, mas também por sua capacidade de mobilizar recursos públicos subsidiados e mão-de-obra mal paga como bases de sua prosperidade.

f) Resumo e conclusões

1) Que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas nos países capitalistas avançados seja de natureza familiar, este é um fato cuja demonstração não seria sequer necessária. O que se discute é se sua importância social é

correlativa a seu peso econômico, ou se, ao contrário, não se trata de uma espécie reservatório de mão-de-obra dentro do qual vive uma população cuja fonte de renda vem no essencial de fora da agricultura e cuja contribuição à oferta agrícola, na verdade, é mínima. Os dados apresentados neste capítulo permitem que esta questão seja respondida. Estudos sobre tabulações especiais do Censo Agrícola mostraram, entre os anos 1950 e 1960 que os estabelecimentos familiares contribuem com cerca de dois terços do total do valor da produção nos EUA.

2) Não foi nosso objetivo aqui explicar as razões de tal estrutura da produção agropecuária. Um fato porém já pode ser trazido à tona: é totalmente infundada a associação tão frequente entre agricultura familiar e "pequena produção" ou "produção camponesa". Desde o trabalho de Nikolitch até os estudos do *U. S. Congress Office of Technology Assessment*, (1986), independentemente das previsões contidas em cada um, o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, a completa integração aos mercados são traços decisivos desta forma contemporânea da agricultura familiar.

3) A maior parte dos críticos à idéia da especificidade da estrutura social agrícola - relativamente à dominante na sociedade como um todo - põe em realce a concentração do processo produtivo como prova de que o campo, pela dominação das grandes empresas, acabará por trilhar o rumo da cidade.

Embora a concentração do processo produtivo agrícola seja real, ela não pode ser confundida com o estabelecimento de unidades empresariais baseadas fundamentalmente no trabalho assalariado. A assimilação indevida destas duas coisas impede que se perceba o fenômeno central: é sobre a base da unidade familiar que se processa a própria concentração do processo produtivo.

4) Grandes grupos econômicos investiram na agricultura, sobretudo a partir dos anos 1960. Expressão geral do desenvolvimento capitalista no campo? Pode-se duvidar disso por duas razões básicas. Primeiramente, quando se analisa o peso econômico das grandes corporações e sobretudo de seu segmento mais importante vê-se que, com exceção de alguns produtos específicos, sua participação na oferta total é bem pequena. Além disso, a base fundamental da prosperidade destes empreendimentos está menos na eficiência que na capacidade de mobilização de mão-de-obra barata e recursos subsidiados.

Capítulo VI

A Agricultura Familiar no País dos *Landlords*

"De que utilidade seria, num Estado moderno, a existência de uma província cujo solo fosse inteiramente cultivado à maneira da antiga Roma, por camponeses proprietários?...Para que isso serviria, senão para produzir homens? O que é, em si, uma perfeita inutilidade" (Arthur Young, 1774, *apud* Mantoux, 1906/1928/s.d.:170)

a) Apresentação

Difícilmente o observador do país de vanguarda do capitalismo mundial no século XIX poderia resistir à associação entre modernização da agricultura, grande propriedade fundiária, desaparecimento dos camponeses e formação do proletariado rural. Mesmo que se lamentasse o custo social do progresso, sobretudo a extinção da *yeomanry*, não parecia haver outro caminho para o crescimento da capacidade produtiva que o da concentração dos capitais e das terras. A separação entre proprietários fundiários, empresários agrícolas e trabalhadores expropriados aparece, então, não só como expressão histórica do caso inglês, mas como paradigma mesmo do desenvolvimento capitalista para toda a economia clássica, no mínimo até Marx.

Apesar do exagero contido em expressões como "desaparecimento da *yeomanry*" ou extinção do campesinato no período da Revolução Industrial (Hobsbawn, 1971/1978) a situação britânica atual está muito longe daquela que permitia, em 1906, Paul Mantoux (1906/1928/s.d) falar da Inglaterra como "o país clássico da grande propriedade e das grandes fazendas". Nosso objetivo aqui não é a análise histórica do paradoxo que levou do domínio dos *yeoman* à concentração fundiária e, posteriormente, ao fortalecimento, sobretudo após a Iª Guerra Mundial, da agricultura familiar; tampouco abordaremos as políticas públicas que estimularam

este fortalecimento, tema ao qual será dedicada o item e) do capítulo VII. O trabalho de Veiga (1988b) fornece indicações importantes a respeito, no que se refere ao caso inglês. Trata-se apenas, neste capítulo, de expor os principais dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola contemporâneo justamente no país em que as tradições camponesas foram, senão destruídas, ao menos seriamente enfraquecidas já no período anterior à Revolução Industrial. Na parte b) serão fornecidas as características básicas da estrutura social da agricultura britânica e na c) o processo que reuniu dois elementos frequentemente considerados como opostos: o progresso técnico e a agricultura familiar.

b) A volta do modelo tripartite ?

Em 1988 alguns dos mais importantes economistas, antropólogos sociais, historiadores e sociólogos rurais britânicos reuniram-se para realizar uma revisão bibliográfica crítica sobre a relação entre a família e o empreendimento econômico na agricultura. Problemas ligados à sucessão hereditária, à formação não só profissional e técnica mas cultural do agricultor, à influência do caráter familiar no desempenho econômico da unidade produtiva compuseram uma significativa agenda de pesquisas que Gasson *et al.* (1988) procuraram resumir. Na verdade, seu texto é o resultado de importantes pesquisas que se desenvolvem no

país a respeito da família rural e da natureza de suas atividades econômicas ao menos desde os anos 1970.

O ponto de partida do trabalho está numa constatação recorrente na literatura britânica sobre o tema: é o caráter familiar da produção que caracteriza fundamentalmente a estrutura social da agricultura. É interessante observar que mesmo autores que lançaram a hipótese contrária, acabaram por voltar atrás. Com efeito, num *paper* apresentado no Oitavo Congresso Internacional de Sociologia Rural, Bell e Newby (1974:86), dois dos mais importantes estudiosos britânicos dos problemas agrários, procuram insurgir-se contra a sociologia rural de seu país que sempre enfatiza o papel dos *farmers* e saem em busca daquelas explorações onde existem relações antagônicas de classe. Os autores formulam inclusive a idéia de que a estrutura tripartite característica do período "clássico" da agricultura britânica estaria para voltar, agora com os grandes capitais financeiros investindo na terra com finalidades especulativas ocupando o papel dos *landlords* e as corporações fazendo as vezes dos capitalistas. Os atuais *farmers* desapareceriam e seriam transformados em assalariados agrícolas (Bell e Newby, 1974:94).

Contrariamente ao que faz por exemplo Dorel (1986) com relação à agricultura norte-americana, Bell e Newby (1974:93), entretanto, não citam qualquer dado empírico de

apoio a suas hipóteses e limitam-se a fornecer impressões a respeito:

"The movement of finance capital into agriculture has accelerated considerably in the last two years. No statistic are yet available, but we would estimate that a very significant number of farm sales in East Anglia over the past two years has been to non-agricultural finance companies, often on a lease back basis" (grifos meus, R. A.).

As informações por eles colocadas no texto, entretanto, mostram antes de tudo os limites das grandes explorações baseadas fundamentalmente em trabalho assalariado no país. Em 1968, havia 1,8 trabalhador para cada estabelecimento agrícola (1). Somente 6% das explorações empregavam mais de 4 assalariados. Mesmo nas fazendas maiores os "modos personalizados de controle da força de trabalho" (Bell e Newby, 1974:95) eram ainda largamente dominantes.

O reconhecimento destes limites fica claro em trabalho posterior dos mesmos autores em colaboração com dois outros pesquisadores (Newby *et al.* s/d) onde embora críticos com relação à abordagem "romântica" da *small farming*, reconhecem a importância social e econômica da produção familiar e propõem-se a estudar não mais as grandes empresas capitalistas baseadas no trabalho assalariado, mas justamente os empreendimentos familiares.

1. Note-se que em 1983 esta proporção cai para 0,75 trabalhador por estabelecimento (Burrell *et al.*, 1984).

Mas o que é exatamente esta produção familiar ? Gasson *et al.* (1988:2) propõem critérios certamente mais flexíveis que os adotados por Nikolitch com relação aos Estados Unidos para responder a esta questão. O estabelecimento familiar, dizem eles, caracteriza-se por três traços básicos:

"a) the principals are related by kinship or marriage; b) business ownership is usually combined with managerial control and c) control is passed from one generation to another within the same family".

Por estes critérios, nada menos que 97,5% dos estabelecimentos na Inglaterra e País de Gales eram genuinamente familiares. Nos últimos anos, ao contrário do processo massivo de entrada do capital financeiro na apropriação do solo rural de que suspeitavam Bell e Newby em 1974, o que houve foi um reforço da exploração individual e familiar da terra (2), o que nem sempre é sinônimo de propriedade individual do solo. O grupo de sociólogos liderados por Terry Marsden (cf. por exemplo, 1986b) vem desenvolvendo interessantes estudos na Grã-Bretanha sobre a flexibilidade no uso do trabalho e da capacidade administrativa das famílias rurais. Por este estudo eles perceberam a existência, por exemplo, de um processo de negociações entre famílias possuidoras de valores muito altos imobilizados em terras e instituições financeiras que buscavam ativos de longo prazo de realização para seus

2. Na Inglaterra não houve qualquer estudo mais aprofundado sobre o tema: é o que permite a afirmação de Gasson *et al.* (1988:2) de que

"it seems unlikely that the proportion of companies would have increased significantly" (grifos meus, R. A.)

investimentos. Não se trata, entretanto, de uma expropriação, pois não só o caráter familiar do processo de trabalho persiste, como também é a família que define basicamente aqueles que serão os futuros agricultores: a esmagadora maioria dos agricultores britânicos (83% no final dos anos 1960) são filhos de agricultores (3), o que mostra o papel decisivo da família (4) na reprodução social desta categoria (Gasson, 1969):

"...family is becoming more rather than less significant as a means of entry to farming" (Gasson *et. al.*, 1988:21)

Além disso, a proporção de terras próprias relativamente às arrendadas vem aumentando historicamente. As terras próprias são 62% em 1983 contra 57% em 1970. A evolução histórica neste sentido é impressionante: as terras arrendadas ou principalmente arrendadas, eram 88% do total em 1908.

c) Família e concentração

É possível porém que os critérios adotados por Gasson *et al.* (1988) sejam colocados em questão, já que mesmo

3. Com base num estudo no interior da Comunidade Económica Europeia, Fennell (1981:19) afirma:

"Farm is an unusual occupation in that such a large proportion of the new entrants come from within the sector through family succession".

Voltaremos a este tema no próximo capítulo.

4. "...families rather than corporate bodies remain the predominant owners and occupiers of farm business" (Marsden *et. al.* 1987:300).

estabelecimentos com as características por eles citadas poderiam, teoricamente, apoiar-se majoritariamente no trabalho assalariado. Aliás, como assinalam Newby *et al.* (s/d:42) a concentração da produção agrícola britânica não escapa à regra dos demais países capitalistas - metade do valor da produção concentra-se no extrato das 10% mais prósperas entre as unidades produtivas. Além disso, os estabelecimentos de tempo integral (*full-time farms*), cuja operação exige não mais que dois trabalhadores contribuam apenas com 13% da área de lavouras e 15% da área de colheita de forragens. Já as unidades produtivas com quatro trabalhadores ou mais, em tempo integral, usavam 50% da área agrícola britânica, embora formassem apenas 15,7% dos estabelecimentos (Marsden *et al.*, 1986ba:504-505). Em contraste com os outros países europeus, de estrutura muito mais fragmentada, como veremos no próximo capítulo, na Inglaterra, 82% da superfície agrícola útil encontra-se com os estabelecimentos de mais de 50 hectares (Servolin, 1989:167).

E é claro que a concentração do processo produtivo manifesta-se de maneira muito mais visível nos setores a montante e a jusante da agricultura. Em 1982, as 100 maiores empresas (por vendas) asseguravam 60% das vendas no setor agroalimentar. Dez firmas dominavam o mercado com o controle de 30% das vendas alimentares. As cinco maiores manufaturas detinham 70% do mercado em 60 diferentes produtos (Barlow,

1988:238). Em 1979, dos 23,55 bilhões de libras gastos pelos consumidores em alimentos, apenas um quarto iam para os agricultores (Barlow, 1988:239).

Se estes dados revelam a concentração crescente do processo produtivo, estão entretanto longe de indicar uma tendência à dominação da agricultura por unidades produtivas onde o trabalho assalariado seja o essencial. Os próprios Marsden *et al.* (1986b) são os primeiros a reconhecê-lo

"Farming in Britain, as in other parts of Europe, is still essentially a family-based activity despite the attempts by external capitals to transform agricultural production relations" 273.

Vale à pena examinarmos alguns dados neste sentido.

Da mesma forma que em todos os países capitalistas avançados, a quantidade de trabalhadores na agricultura vem caindo vertiginosamente. A população economicamente ativa na agricultura, que era 23% do total em 1851, passa para 9% em 1901 e 2,4% em 1982 (5). No período mais recente este declínio persiste, embora a um ritmo menor: a tabela XI mostra que nos anos 1970 a força de trabalho ocupada na agricultura e horticultura cai 2% ao ano, enquanto que nos anos 1980 o declínio é aproximadamente de 1% ao ano. Cabe

5. Dados do British Labour Statistics (1976), do Population Census (1971) e do Annual Review of Agriculture 1983 e 1984 compilados por Burrell *et al.*, 1984. Outras informações oficiais constantes desta publicação de Burrell *et al.* (1984) serão citadas pelo nome de seus autores daqui para a frente.

assinalar que nos anos 1960, o volume anual de trabalho na agricultura baixava 6% ao ano.

Tabela XI

A força de trabalho na agricultura e na horticultura. Inglaterra e País de Gales. 1977-1986

	Trabalhadores	% de mudança
1977	615.245	
1978	618.162	+0,5
1979	603.354	-2,4
1980	590.296	-2,2
1981	580.747	-1,6
1982	576.515	-0,7
1983	570.549	-1,0
1984	565.863	-0,8
1985	566.418	+0,1
1986	560.080	-1,1
Delínio total 1977-86		-9,0

Fonte: Errington, 1988:2

Diferentemente do que parece ocorrer nos Estados Unidos, entretanto, o trabalho assalariado na Grã-Bretanha cai de maneira mais acentuada que o familiar (6). Em 1977 os assalariados permanentes correspondem a 22,4% da força de

6. Para os EUA este é um assunto polêmico. Como vimos, Schertz (1979), estima que este aumento da participação do trabalho assalariado é maior que o exposto por Oliveira e Cox (1989). Ver capítulo V, ítem c).

trabalho na Inglaterra e País de Gales. Já em 1986 esta proporção baixa para 17,9%. O trabalho assalariado temporário, embora a um ritmo menos acentuado que o permanente, também declina 6,6% entre 1977 e 1986. O resultado foi que, no quadro da diminuição geral das necessidades de trabalho na agricultura, a proporção do esforço familiar subiu com relação àquele vindo de fora do estabelecimento agrícola. Assim, em 1986, o trabalho familiar representava 63% do total na Grã Bretanha. A figura 2 (anexo 2, cf. final da tese) deixa bem clara esta situação.

Qual o perfil dos estabelecimentos que empregam trabalhadores assalariados de maneira permanente ? Em 1983, das 186 mil unidades produtivas existentes no país, apenas 6 mil (3,2%) empregavam mais de cinco assalariados em caráter permanente. Somente 1.600 (0,8%) tinham mais de 10 empregados permanentes e no interior destas apenas 400 fazendas reuniam mais de 20 trabalhadores durante o ano todo. A dispersão dos assalariados permanentes é flagrante: 58% deles encontram-se em grupos de menos de 4 assalariados. Apesar disso, em alguns setores o trabalho assalariado guarda uma importância crucial: metade dos assalariados estão concentrados em apenas 9.000 estabelecimentos (Burrell *et. al.*, 1984).

O emprego de uma quantidade pequena de trabalhadores assalariados por parte da esmagadora maioria dos estabelecimentos agrícolas não é decorrência de limitações econômicas ou de escassez de recursos, mas sim das próprias necessidades técnicas do processo produtivo. Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar britânica não pode ser caracterizada como um negócio pequeno. Tanto é assim que é mais difícil tornar-se agricultor que se estabelecer como pequeno empresário em qualquer outro domínio da produção social. Embora a agricultura se componha de pequenos negócios, estes começam de um piso extremamente elevado:

"Hence even to start small in farming means thinking in terms of big money" (Newby *et. al.*, s/d:48)

Prova disso é que na Grã-Bretanha, fora da agricultura, somente 1,7% da população possui uma fortuna que excede 20 mil libras, volume detido por 16% dos agricultores na década de 1970 (Newby *et. al.*, s/d:48).

De fato, é comum que estabelecimentos com uso restrito de trabalho tenham faturamentos extremamente elevados. Para ilustrar esta questão é importante ter em mente que as estatísticas britânicas classificam os estabelecimentos agrícolas em função de sua capacidade de absorção de trabalho. Estão incluídas entre as familiares, aquelas explorações cujo uso de trabalho é inferior a 600 *standards man day (smd)*. Acima deste limite supõe-se que a família deverá recorrer a trabalho adicional. Baseados nos dados do

Farm Management Survey da Universidade de Cambridge, Newby *et al.* mostram que o mesmo "tamanho humano" de estabelecimento pode resultar em enormes variações de renda. Assim, a média de renda para todos os estabelecimentos familiares (até 600 *and*) estudados em 1974/75 era de 2.353 libras. Entretanto, com o mesmo volume de trabalho, aquelas unidades produtivas que conseguiam produzir fundamentalmente cereais alcançavam uma renda de 6.000 libras por acre. O que indica claramente a compatibilidade entre o trabalho familiar e um empreendimento econômico que está longe de poder ser caracterizado como pequeno.

Mesmo o *part-time farming*, prática tão recorrente nos países capitalistas avançados, não caracteriza forçosamente uma situação transitória e em direção à proletarização. Num estudo levado adiante em três áreas da Inglaterra (o Cinturão Verde Metropolitano, West Dorset e East Bedfordshire) Marsden *et al.* (1987) apontam para uma flexibilidade importante do estabelecimento familiar, no sentido de poder contar com fontes não agrícolas de renda que lhe permitem continuar na atividade, investindo e enfrentando a concorrência. O estabelecimento agrícola estaria perdendo sua "centralidade" no sentido de que há um conjunto de fontes de renda que contribuem para a reprodução da família. O interessante é que a contribuição de rendas exteriores à agricultura não se limita às faixas mais pobres dos estabelecimentos agrícolas, mas é significativa

também entre os que Marsden *et al.* (1986b:277) caracterizam por sua "estratégia de acumulação" (7). E isso para uma região em que as exigências em recursos produtivos são particularmente altas, o Cinturão Verde Metropolitano de Londres. Esta flexibilidade se expressa não só na existência de trabalho fora do estabelecimento, mas também, como mencionamos rapidamente acima, em formas de propriedade até certo ponto inéditas, mas que, convém insistir, não eliminam - nem tendem a fazê-lo - o caráter familiar da unidade produtiva. Marsden *et al.* (1986a) resumem:

"Such strategies may also necessitate more corporate forms of business organization within the family, perhaps involving outside capital, diversifying the farm business into non-agricultural areas, or redirecting family income through non-agricultural work by family members"

Redefinição - e não destruição - é o que marca a agricultura familiar britânica hoje. Se é cada vez menos frequente a existência do estabelecimento familiar puramente agrícola, o que parece estar mudando não é tanto a presença dominante - na gestão e no trabalho - da família, mas sim o caráter exclusivamente agrícola da unidade produtiva. A unidade básica de produção diversifica-se em um conjunto de atividades, que exigem habilidades e formas de gestão

7. Num estudo a respeito do Canadá, Ghorayshi (1986:148) chega à mesma conclusão:

"The dominant belief in the rural sociology literature has been that off farm work is specific to small farms or low-revenue operators. Although a high proportion of small farmers works off the farm, off farm work is not just associated with small or low-income farmers"

específicas. O interessante é a capacidade surpreendente que o grupo familiar vem revelando de cumprir as exigências necessárias a este processo de diversificação mantendo porém sua unidade básica.

d) Resumo e conclusões

Os pensadores econômicos clássicos foram grandes admiradores da capacidade da agricultura britânica, a partir do século XVIII, de elevar sua produtividade, aumentar a oferta agrícola e, ao mesmo tempo, liberar braços para a industrialização. A Revolução Agrícola conseguiu historicamente resolver a quadratura do círculo que consistia em aumentar a produção com uma contribuição cada vez menor de trabalho humano e por isso foi exaltada como verdadeiro modelo de progresso econômico e técnico. Seu vertiginoso declínio, a partir de 1870, e com ele a redução do imenso poder até ali detido pela aristocracia fundiária revela o calcanhar de Aquiles do próprio modelo tripartite de organização social da agricultura que dominou - embora não tão exclusivamente como se supõe com frequência (8) os

8. Mesmo durante os séculos XVIII e XIX quando a aristocracia fundiária ainda tinha poder decisivo sobre a vida britânica esta imagem é caricatural. Em 1831, metade dos 275 mil estabelecimentos poderiam ser classificados como familiar. Em 1851, mais de 60% dos estabelecimentos tinham menos de 100 acres. Em 1870, quando o número de estabelecimentos havia dobrado, as "small farms" representavam mais de 80% do total. A área controlada pelas grandes e médias fazendas caiu de 78% para 66% do total entre 1851 e 1870. (Veiga, 1988b:1-2). E o declínio dos *landlords*, longe de se traduzir em plena dominação

campos ingleses: os preços (9) resultantes desta agricultura organizada em moldes tão científicos não podiam enfrentar a concorrência dos produtos agrícolas que o avanço nos meios de transporte e comunicações colocavam na Europa, vindos dos Estados Unidos, da Argentina ou da Austrália.

O deslocamento da produção baseada fundamentalmente no trabalho assalariado na Inglaterra não veio de grandes *plantations*, nem tampouco de unidades camponesas de produção, mas, ao contrário, de estabelecimentos altamente integrados ao mercado mundial e cujos proprietários eram colonos sem qualquer tipo de tradição camponesa (Friedmann, 1985:19-20): as grandes planícies norte-americanas, o Canadá, a Austrália, a Argentina contribuíram decisivamente para a ruína daquilo que no século XIX considerava-se como modelo de desenvolvimento.

É sobretudo entre as duas guerras que a agricultura recupera a importância estratégica que a caracterizou no período da Revolução Industrial, em virtude dos riscos em que se via o país de ter limitadas suas importações de alimentos. Os estabelecimentos familiares, que sucederam os grandes empreendimentos capitalistas em derrocada desde o final do capitalismo sobre a produção agrícola abriu na verdade um espaço onde se afirmou a *family farm*.

9. "L'agriculture métropolitaine, sacrifiée à la cause de la nourriture à bon marché, connut après 1880 une profonde décadence. A la veille de la première guerre mondiale, elle n'assurait plus que 125 jour par an de l'approvisionnement national" (Servolin, 1985:165).

século XIX, permitiram à Grã-Bretanha fortalecer seu abastecimento interno. O notável no caso britânico é que não houve qualquer tentativa de ressucitar a estrutura clássica da agricultura inglesa quando o país necessitou de um desempenho agrícola favorável, já no século XX. Foi a produção familiar fundamentalmente que permitiu que a participação doméstica na oferta total de bens alimentares passasse de 46,7% em 1955/56 para 61,8% em 1983 (Burrell, *et al.*, 1984).

As tentativas de localizar na Grã-Bretanha contemporânea uma espécie de renovação da separação clássica entre propriedade fundiária, capital e trabalho assalariado até aqui fracassaram. Mais uma vez entretanto, é preciso assinalar que o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas britânicos não se opõe ao movimento de concentração do processo produtivo. Mesmo as unidades operando em regime de tempo parcial realizam investimentos que garantem sua manutenção. O caso britânico sugere de maneira interessante que a própria associação tão frequente entre *part-time farming* e precariedade econômica e técnica é indevida. A agricultura familiar oferece a flexibilidade de compor de maneira diversificada sua renda global. O simples fato de esta composição não se localizar estritamente na agricultura mostra que não se trata aí do balanço chayanovista entre trabalho/consumo. O próprio desenvolvimento técnico impede que o problema da penosidade seja o determinante nas opções

do agricultor. O estudo destas determinações exige que se coloque em realce um elemento até aqui ausente, ao qual nos dedicaremos no próximo capítulo: a capacidade da política agrícola moderna moldar as estruturas sociais da produção agrícola.

Capítulo VII

Mercado, Estado e Desenvolvimento na Comunidade Económica Europeia

"L'agriculteur ne sera plus maître chez soi comme à l'époque de polyproduction autarcique et il perdra en partie l'apparence de liberté individuelle qu'a un petit producteur indépendant dans un marché de masse. Mais il regagnera cette indépendance perdue par une participation effective et collective aux décisions globales qui commandent directement et effectivement son sort" (Mendras, 1967:300)

a) Apresentação

O carácter quase exclusivamente familiar da agricultura europeia continental é tão conhecido, que sua demonstração empírica se torna desnecessária. Situações como as da grande produção cerealífera em torno do *Bassin Parisien* constituem-se exceções (1) que confirmam a regra de que dos 7 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes na Comunidade Económica Europeia (CEE) no início dos anos 1980 (sem contar Espanha e Portugal, portanto), metade tinha menos de 10 hectares e a esmagadora maioria do total não contava com sequer um trabalhador assalariado (Rambaud, 1986).

É muito frequente que se associe a importância da agricultura familiar na Europa de hoje ao peso do campesinato na sua formação histórica. Por esta interpretação, haveria uma espécie de conflito entre as necessidades do progresso técnico, económico e social e sua base histórica que tenderia a preservar uma moldagem oposta à evolução para uma organização mais racional da agricultura. Em outras palavras, a agricultura familiar seria, antes de tudo, uma herança com a qual os povos europeus teriam que conviver e por cujo peso pagariam caro, na forma de subsídios a um enorme conjunto de produtores

1. Exceções cujo peso económico, não é, entretanto, desprezível: o número de explorações na França com mais de 100 hectares passou de 20 mil a 35 mil no último quarto de século e seu controle sobre a superfície agrícola útil nacional é de 20% (Servolin, 1989:178)

ineficientes. Neste sentido, o caráter familiar seria antes de tudo um resquício, uma sombra do passado que as gerações futuras teriam que eliminar.

O mínimo que se pode dizer destas afirmações é que pecam pela unilateralidade. Não há dúvida de que as estruturas agrárias europeias apresentam com frequência um grau de atomização que prejudica o uso produtivo do solo; é certo também que muitos estabelecimentos oferecem um custo para a sociedade absolutamente não justificado por seu desempenho econômico; e não será difícil encontrar muitos dos traços tipicamente camponeses da vida rural europeia até hoje.

Apesar disso, entretanto, seria um equívoco caracterizar a agricultura do Continente como uma atividade fundamentalmente conservadora, tributária do passado e incapaz de superar os obstáculos que sua herança histórica lhe impôs. Ao contrário, é impressionante a rapidez com que os agricultores europeus se recuperaram do desastre da IIª Guerra Mundial e transformaram o Continente numa potência agrícola que sofre hoje dos problemas ligados justamente a sua modernização acelerada e em larga escala: superprodução, armazenamento de excedentes, endividamento daqueles que mergulharam a fundo na transformação permanente de suas bases técnicas, nem sempre conseguindo obter o retorno suficiente para amortizar suas dívidas - estas são questões

muito mais cruciais que as eventualmente derivados de qualquer tipo de "atraso" técnico no meio rural europeu.

Aqui, da mesma forma que nos Estados Unidos - e, da maneira geral, em todo o mundo capitalista avançado - foi a agricultura familiar que, sobretudo após a IIa Guerra Mundial, responsabilizou-se não só por assegurar um consumo alimentar mais que suficiente aos europeus, mas por garantir ao Continente o lugar hoje de primeiro exportador mundial de produtos agrícolas. Este desempenho só foi possível em virtude de um conjunto tão grande e profundo de transformações na agricultura familiar que faz dela não a resistência de formas sociais anteriores, mas, ao contrário, uma realidade econômica e social absolutamente inédita que, com sua base ancestral, guarda semelhança cada vez mais pálida.

Em importante trabalho recente Claude Servolin (1989) chega a conceber a agricultura familiar contemporânea como criatura do Estado e de sua política agrícola: senhor daquilo que produz, do patamar técnico em que opera, de sua própria base fundiária, dos mercados de que depende e até da sua própria renda, o Estado contemporâneo responde pela reprodução social da agricultura familiar talvez mais que por qualquer outro segmento produtivo da sociedade. Nos Estados Unidos, somente o complexo militar recebe atenção governamental tão relevante quanto a agricultura.

É para este traço essencial da agricultura de hoje que este capítulo procura chamar a atenção. Não se trata de características exclusivamente européias. Nos Estados Unidos, mais uma vez, em 1978, nada menos que 54% da receita das 482 mil unidades produtivas que faturaram entre US\$ 40 e 199 mil - responsáveis por 40% das vendas do setor - vieram de pagamentos governamentais envolvendo garantia de preços, controle da oferta e estocagem (Sumner, 1985:293). Se nos setores de maior lucratividade, onde operam predominantemente as grandes corporações, estas transferências diretas de fundos públicos não foram tão significativas (2), elas parecem vitais entretanto ali onde a agricultura familiar impera.

Na Europa a situação não é diferente. Responsável por 40% da renda dos agricultores britânicos (Marsden et al. 1987), quase metade da dos franceses (Servolin, 1989), e 40% da dos produtores suíços de leite (Valarché, 1974:181), o Estado interfere diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico em que os produtores operam e também na própria evolução das estruturas fundiárias. Aliás, mesmo os autores neoclássicos, de resto tão convictos da eficiência do mercado na alocação racional dos fatores econômicos,

2. Embora elas tenham ocorrido sob a forma de subsídios fiscais à compra de terras e de trabalhos públicos beneficiando grandes proprietários, sobretudo na Costa Oeste, como vimos no capítulo V, item e).

trataram sempre a agricultura como exceção e preconizaram políticas estruturais com o objetivo de alcançar a alocação ótima dos fatores (Schultz, 1953).

O panorama descritivo da agricultura familiar contemporânea seria inaceitavelmente incompleto se nele não se incluísse ao menos alguns aspectos referentes à organização dos mercados e ao papel crucial desempenhado pelo Estado. Abstive-me de tocar nestes aspectos até aqui já que nos exemplos norte-americano e britânico a própria demonstração de que a produção agrícola depende de unidades de produção que não repousam no essencial sobre o trabalho assalariado era necessária, uma vez que a discussão a respeito está presente na literatura especializada destes países. Na Europa Continental isso nem se discute. Por esta razão poderemos concentrar-nos aqui em aspectos mais qualitativos da descrição do caráter familiar da agricultura contemporânea.

É importante que fique claro então que muito do que será exposto aqui corresponde também a realidades não européias: da mesma forma que na Holanda, a um produtor canadense, tão importante quanto dispor de terra, é possuir uma cota controlada pelo governo, que lhe permita produzir leite; políticas de estruturas colocadas em ação na França a partir de 1962 e na Europa desde o relatório Mansholt de 1968, estiveram também presentes no meio rural norte-americano; o

Agricultural Adjustment Act, expressão do *New Deal* rooseveltiano no campo, foi a peça legislativa de certa forma precursora de toda a política agrícola contemporânea. Isso sem falar da política de extensão e pesquisa que, implantada nos EUA desde meados do século XIX, foi posteriormente seguida em todo o mundo capitalista.

Tratar qualquer destas políticas aqui no detalhe escaparia ao nosso objetivo central que é fornecer um quadro descritivo pelo qual fique claramente estabelecido o caráter familiar da agricultura no capitalismo avançado. Como entretanto é necessário qualificar este seu atributo básico, vamos dedicar alguma atenção à organização dos mercados e à intervenção do Estado, naquilo que é importante para a definição da estrutura social básica que marca o meio rural nestes países.

Assim, a exposição terá quatro partes. Primeiramente (item b) serão fornecidos dados que demonstram os extraordinários ganhos de produção e produtividade na Europa desde a IIa Guerra Mundial, ainda que no quadro de um declínio acelerado da mão-de-obra agrícola. Num segundo momento (item c) aponta-se para o caráter profundamente heterogêneo e diversificado do meio rural, em que pese o domínio absoluto da agricultura familiar: se é evidente que a evolução não conduziu nem tende a levar a uma estrutura onde predomine o trabalho assalariado, não é tão óbvio que a família persista

em seus atributos e funções tradicionais. A agricultura individual parece estar suplantando a familiar. O ítem d) refere-se à organização dos mercados. Embora seja tentador aproximar as milhões de unidades produtivas unidas entre si pelos vínculos impessoais do mercado a uma estrutura competitiva perfeita, nada seria mais falso. Desde o século XIX, a organização dos mercados pelos próprios produtores, juntamente com o Estado, tem sido uma das condições básicas da prosperidade agrícola do capitalismo avançado. Serão expostos, ainda, (ítem e) alguns aspectos da intervenção do Estado, que ultrapassam a política de preços e oferta de produtos e atingem a organização e a estrutura básica das explorações agrícolas, de seu uso do solo e dos recursos produtivos: é a chamada política de estruturas.

b) Produzir mais com menos gente

Apesar de uma base fundiária pouco favorável, em virtude da grande parcelização do solo, a mecanização agrícola avançou bastante na Europa após a Iª Guerra Mundial, inclusive como consequência da reconversão a finalidades civis da indústria bélica. Entretanto, da mesma forma que nos Estados Unidos, (Goodman et al, 1987:42), foi somente com o aumento em larga escala no uso das inovações de natureza química (fertilizantes, pesticidas) e biológica (sementes de alta potencialidade) que a maior produtividade do trabalho pode se traduzir no aumento significativo dos rendimentos da

terra. É o que mostra a tabela XII com relação à França. Embora o número de tratores tenha crescido cinco vezes entre 1929 e 1949, os avanços na produtividade são relativamente modestos. Já entre 1949 e 1960, o aumento no uso de fertilizantes (associado ao de sementes selecionadas) leva a ganhos bastante consideráveis.

Tabela XII

A Evolução da Agricultura Francesa no
Pós-Guerra

	1929	1949	1960
Produção e Rendimento			
Trigo: Produção (milhões de T)	8	8.1	10.8
Rendimento (quintais/hectare)	17	19	25
Cevada: Produção (milhões de T)	1.3	1.4	5.7
Rendimento (qx/hectare)	16	16	30
Milho: Produção (milhões de T)	0.4	0.2	2.8
Rendimento (qx/hectare)	14	6	34
Leite: Produção (milhões de T)	138	130	246
Rendimento (hl/vaca/ano)	nd	19	25
Vinho: Produção (milhões de hl)	57	43	61
Carne: (milhões de toneladas)			
Bovinos	0.69	0.67	0.96
Suínos	0.57	0.77	1.18
Aves	nd	nd	0.5
Meios de Produção			
Tratores (mil)	27	137	680
Colheitadeiras Motomecânicas (mil)	nd	5	50
Ordenhadeiras	4	nd	124
Fertilizantes N (milhões de T)	0.16	0.23	0.5
Fertilizantes P (milhões de T)	0.49	0.44	0.87
Fertilizantes K (milhões de T)	0.22	0.32	0.68

Fonte: Kroll (1987:30)

Os avanços na produtividade persistem durante a década de 1960 nos principais países europeus (tabela XIII). Nos anos 1970 a tendência não é diferente e apesar da mão-de-obra em queda, os ganhos na produção são constantes e generalizados. Os rendimentos de milho na França multiplicam-se por dez entre 1949 e 1980. Os de trigo por 2,5 assim como o de leite. A produtividade do trabalho sobe 5,5% ao ano entre 1949 e 1962 e 7,3% ao ano entre 1959 e 1969, o que permite à França tornar-se exportadora líquida de cereais desde o final dos anos 1950 (Coulomb, 1983:21).

Tabela XIII

Evolução dos rendimentos de leite e cereais-Países selecionados 1958-1972

Produtividade Técnica	PAÍSES				
	RFA	FRANÇA	ITÁLIA	BAIXOS	BÉLGICA
Rendimento em Leite (Kg/vaca)					
aumento de 1957 a 1972	+34%	+42%	+64%	+16%	+9%
Rendimento em Cereais (Kg/ha)					
aumento de 1956/60 a 1973/74	+48%	+87%	+52%	+45%	+42%

Fonte: Kroll (1987:85).

O êxodo rural e agrícola foi massivo e generalizado em toda a Europa, como indicam as informações da tabela XIV. O número de explorações agrícolas cai e a superfície média dos estabelecimentos aumenta consideravelmente. Com mão-de-obra declinante somente os tratores, as colheitadeiras e posteriormente os equipamentos mecânicos de coleta de leite, poderiam fazer frente às necessidades técnicas do processo produtivo. Mas é claro que a incorporação destas máquinas e

insumos supunha uma escala produtiva cuja base fundiária deveria ser cada vez maior.

Tabela XIV

Estrutura das Explorações agrícolas Países Seleccionados, 1958 a 1972

Estrutura das explorações	PAISES				
	RFA	FRANÇA	ITALIA	BAIXOS	BÉLGICA
População ocupada na agricultura (diminuição de 1958 a 1972)	-51%	-40%	-53%	-35%	-51%
Explorações Agrícolas acima de 1 ha (diminuição de 1960 a 1972)	-28%	-25%	-21%	-34%	-36%
Aumento da SAU (*) média de 1 ha das explorações: 1960 a 1972	+36%	+36%	+18%	+39%	+53%
SAU média das explorações acima de 1 ha em 1972	12,7 ha	22,2 ha	8 ha	13,8 ha	13 ha

Fonte: Kroll, 85.

(*): Superfície Agrícola útil

Os agricultores europeus, porém, souberam superar, num primeiro momento, os obstáculos técnicos que a atomização das unidades produtivas (3) opunha à mecanização agrícola. Num relatório sobre o tema a partir de uma pesquisa envolvendo nove países do Continente, Jansen (1969) aponta formas comunitárias de partilha ou o alugel de máquinas como

3. Na Suíça, na década de 1960, havia regiões em que cada produtor tinha até 13 lotes dispersos, com uma média nacional 8,7 (Jansen, 1969). Mesmo ali onde a dispersão dos lotes não é tão importante, o tamanho das explorações poderia ser um obstáculo à mecanização dos trabalhos agrícolas. Na Alemanha, ainda na década de 1980, as explorações com mais de 50 hectares ocupam apenas 20% da superfície agrícola útil (SAU). Na Itália, 53% da SAU está com explorações de menos de 20 ha. (Servolin, 1989:167, 168).

um importante meio de tornar viável a mecanização dos trabalhos agrícolas ali onde seria impossível ao produtor isoladamente adquirir estes equipamentos. Jansen constatou a generalização desta prática na Suíça e na Dinamarca. Na Alemanha, 70% dos agricultores atingidos pela pesquisa pertenciam aos *maschinenkleingemeinschaften* (pequenas associações de máquinas), que organizavam seu uso em comum. Na França também os GAEC (*Groupement Agricoles d'Exploitation en Commun*) tiveram uma importante função neste sentido (4).

Portanto, apesar de sua base fundiária menos avantajada, a agricultura europeia alcançou um patamar técnico perfeitamente comparável com o dos países de colonização recente e vasta extensão territorial. A explicação não está no fato de o progresso técnico ter se concentrado em formas poupadoras de terra, mas não de trabalho, como foi o caso japonês. Na Europa como nos Estados Unidos, não só os rendimentos por unidade de solo, mas a própria produtividade do trabalho cresceram muito, o que permitiu este espetacular aumento do produto em condições de êxodo intenso. Mas na Europa, ao menos nas primeiras décadas da modernização intensiva, a cooperação entre os agricultores funcionou como

4. Consolidados juridicamente pelas leis de orientação de 1962, às quais voltaremos abaixo, os GAEC obedeciam a regras estritas para poderem beneficiar-se de uma série de vantagens fiscais: constituídos pelos próprios agricultores, não poderiam ter mais que um assalariado por associado e tinham seu tamanho máximo limitado.

importante fator contrabalançando as limitações da estrutura fundiária à mecanização dos trabalhos agrícolas

Nos anos 1970 e 1980 o êxodo persiste, embora já a um ritmo menor que anteriormente na última década (5). No interior da população ativa agrícola francesa, por exemplo, são sobretudo os assalariados permanentes, os membros não remunerados da família (*autres aides familiaux*) e os cônjuges, que vêem seu lugar no interior da força de trabalho agrícola declinar mais sensivelmente, como se observa na tabela XV.

5. A taxa de desaparecimento das explorações agrícolas na França, que foi de 3% entre 1965 e 1975 cai para 2% entre 1975 e 1981 (Lamarche, 1987:455). Vimos no capítulo anterior que, na Grã-Bretanha também, o ritmo de queda da população ativa agrícola diminuiu nos últimos anos.

Tabela XV

População Agrícola por Categoria Franca, Anos Seleccionados					
	1970	1979	1981	1983	1985
Em milhares					
Responsável	1588	1263	1199	1130	1057
Cônjuges	1052	730	704	654	604
Outros membros não remunerados da família	872	462	461	440	414
Não-de-Obra familiar total	3512	2455	2364	2224	2075
Assalariados permanentes	335	211	192	177	166
Total da mão de obra em atividade	3847	2688	2556	2401	2241
	1970/79	1979/81	1981/83	1983/85	
	% MEDIA DE VARIAÇÃO ANUAL				
Responsável	-2.5	-2.6	-2.9	-3.3	
Cônjuges	-4.0	-1.8	-3.6	-3.9	
Outros membros não remunerados da família	-6.8	-0.1	-2.3	-3.0	
Não-de-Obra familiar total	-3.9	-1.9	-3.0	-3.4	
Assalariados permanentes	-5.0	-4.6	-4.0	-3.2	
Total da mão-de-obra em atividade	-4.0	-2.1	-3.1	-3.4	

Fonte: Servolin (1989) 299.

Se em 1936 a França contava com 1.879 mil assalariados permanentes, e em 1954 com 1.154 mil (Coulomb, 1983:13), em 1985, eles se reduzem a 166 mil, 7,4% da população ativa agrícola. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos onde a participação do trabalho assalariado no total parece

ter aumentado em termos relativos com o êxodo rural, na Europa - inclusive, como vimos, na Grã-Bretanha - são os assalariados os que mais rapidamente perdem o lugar. Os 300 mil assalariados permanentes na Dinamarca em 1940 não são mais que 50 mil em 1967 (Jansen, 1969:357). Os dados da Tabela XVI (Fennel, 1981:21) mostram esta mesma realidade para diversos países europeus: o agricultor trabalha cada vez mais sem a ajuda de assalariados e também sem o auxílio daquilo que nosso Censo Agropecuário chamaria de "membros não remunerados da família".

Tabela XVI

Declínio percentual da mão-de-obra principalmente ocupada na agricultura por tipo de ocupação.

	Responsáveis	Membros não remunerados da família	Assalariados
BÉLGICA	-51	-79	-65
DINAMARCA	-35	-82	-76
RFA	-46	-59	-71
FRANCA	-40	-63	-57
IRLANDA	-31(a)	(b)	-65
ITÁLIA	-41(c)	-77(c)	-33(c)
LUXEMBURGO	-37	-57	-73
HOLANDA	-25	-32	-50
REINO UNIDO	-27	-45	-51

(a): somente masculinos e incluindo trabalhadores familiares.

(b): não disponível separadamente. (c): 1960-1973.

Fonte: Fennel, 1981:21

c) Ainda a família ?

O quase completo desaparecimento dos assalariados permanentes da maior parte dos países europeus (6) não significa que a homogeneidade social tenha tomado conta do meio rural do Continente. Ao contrário, a diversidade é a marca dominante neste conjunto de agricultores reunidos sob a rubrica "familiar". Boa parte deles, na verdade praticam a agricultura simplesmente enquanto esperam a aposentadoria e a transmissão da propriedade a sucessores. Nada menos que 40% dos *chefs d'exploitation* na França terão trocado sua atividade pela aposentadoria entre 1983 e 1993 (Coulomb, 1985). As explorações muito pequenas vêm perdendo aceleradamente o lugar: dois terços dos estabelecimentos com menos de 10 hectares e mais da metade daqueles entre 10 e 20 hectares desapareceram durante os anos 1960 e 1970.

O *part-time farming* é generalizado na Europa Continental, assim como Inglaterra e nos Estados Unidos. Dos 2.400 mil "ativos agrícolas" em 1983 na França, apenas 874.000 o eram em tempo integral. Somente 56% dos 1,2 milhão de estabelecimentos então recenseados no país retiravam da agricultura a totalidade de seus ganhos, sem dedicar-se a outras atividades (Coulomb, 1985:16).

6. Na Alemanha Federal, o assalariamento corresponde a 14% do total da mão-de-obra ocupada na agricultura (Zurek, 1986:380)

Da mesma forma que ocorre com relação à Grã-Bretanha, os pesquisadores franceses contemporâneos indicam porém que a agricultura em tempo parcial não é necessariamente sinônimo de precariedade técnica e atraso econômico. Nela não estão apenas os estabelecimentos condenados fatalmente à extinção pela marcha do progresso. O fato é que o *part-time farming* não reflete necessariamente uma situação de pobreza, mas sim, com frequência, estratégias de reprodução social onde a preservação da situação de agricultor tem um peso importante (7). É cada vez mais frequente que as esposas dos jovens agricultores tenham um tipo de formação que as impulsiona a procurar ocupação no mercado urbano de trabalho. 90 mil agricultores na França são casados com mulheres que exercem uma profissão não agrícola (Servolin, 1989). Na Dinamarca, nada menos que 26% das esposas de agricultores exerciam uma atividade regular assalariada não agrícola em 1975. A progressão neste sentido é nítida: 6% em 1960, 13% em 1966 e 17% em 1968 (Morkeberg, 1975:98). Embora Morkeberg observe que é nos menores estabelecimentos onde mais se concentra a quantidade de mulheres que se assalariam fora da agricultura, isso não significa que sejam explorações

7. Este é um tema que vem ganhando muita importância hoje na Europa. A interação entre a produção agropecuária e outras atividades econômicas não agrícolas é um caminho cada vez mais preconizado não apenas para o desenvolvimento da produção familiar, mas para a própria defesa do meio ambiente, evitando-se o que na França se chama de desertificação rural. A associação entre o estabelecimento agropecuário e atividades de turismo e outros pequenos negócios mostra-se promissora. Este tema foi tratado em interessantes textos e seminários. Entre outros, cf. Jollivet, org, 1988; Muller *et al.*, 1989.

atrasadas ou condenadas à extinção. No entanto, o trabalho feminino fora da propriedade traz uma fonte de renda não agrícola ao estabelecimento que, por isso, é classificado como sendo de tempo parcial.

A agricultura em tempo parcial exprime muitas vezes a opção de ampliar o círculo social no qual tradicionalmente se fecha a agricultura familiar. É interessante observar, neste sentido, que 65% dos agricultores franceses no final dos anos 1980 são diplomados do ensino superior, frequentaram universidades e conviveram durante anos com um ambiente no qual os valores tradicionalmente rurais pesam cada vez menos. O quadro oferecido do mundo rural francês por Pierre Bourdieu (1965) em seu estudo sobre a prática popular da fotografia mudou de forma radical. Cada vez menos se pode falar de comportamentos, valores, enfim de um ethos tipicamente rural, dados pela tradição, pelos laços solidários da comunidade local ou mesmo pela família. Esta aliás foi reduzida a um tamanho cada vez mais próximo das famílias urbanas. Não é mais a família ampliada, com sua generosa disponibilidade de trabalho a base da agricultura, mas, sobretudo a partir dos anos 1960, o casal (Gervais et al., 1976) e frequentemente, hoje, o agricultor individual que leva adiante aquilo que na França se costuma chamar de "agricultura de responsabilidade pessoal" (Servolin, 1989:20). Assim, a própria palavra "família" deve ser usada

com prudência quando se faz alusão à estrutura social do campo hoje.

É bem verdade que Gasson (1980) mostrou, na Grã-Bretanha, que as mães têm um papel importante na socialização para o trabalho agrícola das futuras gerações e que este papel será desempenhado com tanto mais sucesso quanto mais a atividade econômica for próspera. A importância da família na sucessão é certamente crucial. Não é menos verdade porém que a sucessão na Europa hoje é um dos mais graves problemas enfrentados pelos agricultores. Na Holanda, por exemplo, o número de agricultores que não têm sucessores é absolutamente impressionante: 52% em 1968, 60% em 1972 e 63% em 1976 (Fennel, 1981:28). Tudo indica que o desempenho da função tradicionalmente ligada à reprodução social de um conjunto de habilidades e valores do qual dependia o exercício da agricultura é cada vez menos importante e com ele a própria família. Os elementos que faziam tradicionalmente da agricultura um modo de vida vão se dissolvendo diante daqueles que a transformam num puro segmento da divisão social do trabalho.

A reprodução da família como objetivo social básico das atividades produtivas, tal como o concebia por exemplo Chayanov, a família como "unidade teleológica da atividade econômica racional" (para usar sua expressão, cf. capítulo II, item b) está definitivamente colocada em questão. O

agricultor tende a comportar-se como microempresário capaz não só de atuar conforme as exigências do mercado, mas - pelo que apontam as pesquisas britânicas e francesas - diversificar suas atividades como resposta às crises cada vez mais frequentes de superprodução em que o próprio progresso técnico o lançou. A perda destes atributos, que culminou num tipo de organização técnica do trabalho em que desaparece a função econômica da família ampliada, teve início, na verdade, no controle e na organização dos mercados por parte das associações de produtores, desde o século XIX. É o que veremos a seguir.

d) O mercado sob controle

Foi sobretudo a partir do caso dinamarquês que Alexander Chayanov pode prever uma profunda modificação da psicologia econômica da agricultura familiar, como decorrência do "aumento quantitativo dos elementos de economia social em seu interior" (cf. capítulo II ítem b). Chayanov não se referia simplesmente ao poder transformador das relações de mercado. De fato, foi o que observamos no capítulo IV, os vínculos mercantis são um elemento conservador na vida camponesa, sempre que servirem para reproduzir o domínio restrito e localizado do pequeno capital mercantil e usurário. Ao contrário, eles têm o poder de colocar em questão a organização dominante dos modos de vida, ali onde contribuem para ampliar o horizonte social e econômico em

que operam os agricultores. Mais que isso, o planejamento e o enquadramento coletivo das atividades mercantis individuais retiram da família o eixo determinante da quantidade produzida por cada agricultor. O produto, o volume, o padrão técnico a obedecer e os próprios preços são fatores que escapam inteiramente não só ao domínio da família, como também às influências locais que tradicionalmente comandam a reprodução camponesa. Na agricultura de hoje, o comando não está com o agricultor mas sim entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. A agricultura familiar é certamente a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção. Sua pulverização em milhões de pequenas unidades mercantis tem como contrapartida a unidade no plano da oferta, a obediência a um planejamento frequentemente estrito, em suma a capacidade de funcionar em grande parte como organismo único.

A Dinamarca, neste sentido, tem um papel precursor naquilo que Servolin (1989) não hesita em chamar de invenção da agricultura individual contemporânea. Vale à pena examinarmos o caso com mais atenção já que ele sintetiza o padrão básico de organização dos mercados na agricultura contemporânea.

Em 1786 os camponeses dinamarquese já haviam conquistado direitos que somente depois da IIa Guerra Mundial serão alcançados na França. O fim da prática do domicílio forçado, a emancipação da servidão, o estatuto do arrendatário - que tornava obrigatórios os inventários no começo e no fim dos contratos, para que os investimentos realizados pelos agricultores fossem reembolsados - a criação, já em 1788, de um banco público de crédito concedendo empréstimos a longo prazo e com baixas taxas de juros para os agricultores comprarem terras - que fez com que em 1818 estes já possuíssem metade das terras que cultivavam (Servolin, 1985:175) - a outorga da condição de plena cidadania, tudo isso serviu de base a uma

...classe moyenne de paysans et d'une nouvelle structure agraire, armature de la société démocratique du XIXe siècle" (Nordmann, 1973:323).

É interessante observar que, em meados do século XVII, apenas 6% das terras aráveis encontravam-se em mãos de camponeses livres (Nordmann, 1973:321). Tanto uma série de guerras desastrosas que levaram à ruína das finanças públicas, como também a própria ascensão de uma burguesia comercial muito próspera fizeram que a coroa vendesse a maior parte das terras sob seu controle (50% das terras do país) separando-se assim seus interesses dos da nobreza fundiária (Servolin, 1985:174).

Apesar de uma significativa industrialização nos anos 1870, a agricultura não foi um domínio significativo de

investimento capitalista. Ao contrário, o processo de industrialização do país foi simultâneo ao reforço econômico, social e político do campesinato, tanto mais que a reforma agrária fez com que 87% dos estabelecimentos agrícolas já pertencessem aos agricultores em 1873, chegando esse total a 95% em 1905.

Juntamente com a Inglaterra, a Dinamarca foi dos poucos países europeus que rejeitou a solução protecionista para a crise agrícola provocada pelo afluxo de cereais baratos à Europa a partir de meados do século XIX. Só que diferentemente da Inglaterra, foram sobretudo os representantes no Parlamento do campesinato (base essencial do partido *Venstre*, a esquerda), que derrubaram a alternativa protecionista. É que o campesinato dinamarquês passava por uma intensificação crescente de seu trabalho, recorrendo fundamentalmente à produção animal; portanto, quanto mais baratos os cereais usados nas propriedades, maiores suas chances de prosperidade.

Mais importante que esta simples reconversão técnica é que ela não ocorre como fenômeno individual, mas como ação coletiva. Os agricultores não levavam seus produtos isoladamente ao mercado, mas, já desde meados do século XIX, estavam inseridos, enquadrados numa dinâmica exportadora que não se poderia desenvolver sem o crescimento acelerado de um esquema cooperativista, responsável não somente pelas

vendas, mas também pela padronização e pela industrialização dos produtos. No início do século, cada cidade possuía sua cooperativa de transformação industrial e em 1914 o número de cooperativas chega a 1.668 (Nordmann, 1973:323). Um episódio relatado por Servolin (1985:176) mostra extraordinária capacidade dos agricultores não só de atuarem como força organizada, mas de se adaptarem a mudanças no quadro econômico:

"Au départ, les producteurs de porcs exportaient pour l'essentiel sur pied en Allemagne. En 1887, l'Allemagne soucieuse de développer sa propre production frappa les porcs danois de droits prohibitifs. En moins de huit ans, les producteurs danois se reconvertirent totalement: dorénavant ils produisirent du bacon pour l'Angleterre, ce qui nécessita un changement complet du type de porc élevé, la construction d'une industrie d'abattage et de transformation et la constitution de nouveaux réseaux commerciaux. Dès 1890, le nouveau système commençait à fonctionner et cinq ans plus tard il avait totalement remplacé l'ancien".

Os agricultores dinamarqueses foram capazes de se inserir nas necessidades do desenvolvimento capitalista, fornecendo aqueles produtos essenciais à mudança no padrão de consumo das sociedades cuja renda urbana se elevava de forma mais ou menos massiva: as cidades alemãs e inglesas, ávidas por artigos protéicos. O peso das exportações era absolutamente determinante nos preços e portanto na formação da renda dos agricultores. Nesse sentido, era fundamental que eles soubessem e pudessem atuar de forma coordenada para enfrentar todos os desafios colocados pela concorrência internacional, o que vai exigir que os negócios não sejam deixados ao sabor da iniciativa dos produtores num mercado

funcionando de maneira espontânea. As relações comerciais passam então ser assumidas por organismos de Estado:

"L'exportation fait de l'agriculture une affaire nationale, une affaire d'état. De plus en plus, ce sont ces bureaux d'exportation...qui régulent les marchés et les prix, pratiquent des péréquations de prix, orientent les productions. Au moment de la grande crise de 1932, le système fut renforcé par la création d'un comité d'exportation unique pour chaque branche et intégrant la production, la transformation et l'exportation. Ces comités furent créés par le Ministère de l'Agriculture. Mais leur gestion fut remise à la profession en 1950. Ainsi en 1933, au coeur de la crise, le Danemark inventera le contingentement de la production agricole. Et avec quelle efficacité ! Entre 1932 et 1934, le nombre de porcs passa de 5,4 millions à 3 millions de têtes...et le prix du bacon doubla" (Servolin, 1985:177).

Crédito cooperativo, capacidade de controle e regulação coletiva da oferta sob a assistência técnica e operacional do Estado, em suma, organização, enquadramento e disciplina foi o que os sindicatos agrícolas (*landboforeninger*) conquistaram de forma sem dúvida precoce. Sob este comando centralizado,

"le volume de la production, le niveau des prix n'avaient plus rien à voir avec l'état des marchés locaux et de la demande intérieure. Pour chaque produit, le marché se trouve unifié sous l'autorité des bureaux d'exportation fondés par les coopératives: chaque branche de production est par eux organisée verticalement 'en filière'. C'est par eux que passent la régulation des marchés et des prix, l'orientation des productions" (Servolin, 1989:37).

Sob modalidades históricas as mais diversas, o modelo dinamarquês foi seguido em toda a Europa e hoje o controle

centralizado do Estado e das organizações profissionais sobre a produção e os preços não poderia ser maior. Na França, coube sobretudo às organizações ligadas à Juventude Agrária Católica o papel de liderar o processo de reconversão técnica e econômica que ampliou decisivamente o poder competitivo da agricultura nos últimos trinta anos. É fundamentalmente das organizações da juventude cristã que nasce a idéia dos "agrupamentos de produtores" que, constituídos pelos sindicatos, em determinadas regiões tinham dois objetivos básicos: estandardizar os produtos, sob o ponto de vista de sua qualidade, da apresentação e da garantia, por, selos distintivos, de que são produtos regionais. Além disso, os agrupamentos de produtores editam regras estritas de comercialização, com o objetivo explícito de controlar a oferta (Mallet, 1962:207)

Na Comunidade Econômica Européia, já em 1958 é criado um Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas dos seis países membros (COPA). Uma de suas funções é planejar juntamente com os Estados nacionais os problemas ligados ao excesso de oferta que, desde 1954 aparece na Europa (Oury, 1959).

A capacidade de planejamento dos organismos nacionais e europeus compostos pelo Estado e pelas representações profissionais está muito longe de evitar frequentes e crescentes problemas de excedente na oferta e tampouco os

conflitos entre agricultores de diferentes países na implementação das políticas. Uma desvalorização cambial é suficiente para colocar abaixo toda uma política de equalização de rendas entre diversos países. Os países de moeda forte como a Alemanha, por exemplo, puderam ampliar consideravelmente sua participação nos mercados europeu e internacional de produtos agrícolas nos últimos anos. A proteção dos produtores nacionais frequentemente se choca com as necessidades de levar adiante a teoria das vantagens comparativas nas trocas intercomunitárias: é assim que, em 1985, a Alemanha recusa-se a seguir a orientação comunitária de reduzir seus preços internos de trigo. A política de sustentação dos preços do leite e que levou à formação de imensos estoques deveria, para a Inglaterra, ser praticamente abolida, já que seus produtores, como também os holandeses, suportariam a queda de preços daí decorrente. Tal solução aniquilaria milhões de pecuaristas do restante do Continente... (Kroll, 1987)

É claro, portanto, que o enquadramento estrito, o planejamento rigoroso das atividades produtivas e do próprio padrão técnico que as sustenta não é suficiente para evitar a superprodução e os gastos públicos com apoio à renda dos agricultores em contextos de depressão dos preços decorrentes de uma oferta pletórica (8). O importante porém

8. Atualmente, nada menos que 70% do orçamento global da CEE é consagrado à agricultura (Servolin, 1989).

é que estas questões não são colocadas aos agricultores direta e imediatamente no mercado. Seu nível de produção não responde apenas à sinalização que recebem do mecanismo de preços: eles não possuem soberania para reagir autonomamente às mensagens emitidas pelas cotações. Sua resposta passa por uma esfera pública, institucional, negociada, que distribui cotas, fixa rendas, estabelece requisitos técnicos, enfim, faz da agricultura, apesar de sua imensa pulverização na oferta, um dos segmentos mais sujeitos ao controle estatal no mundo de hoje. Vejamos então um dos aspectos mais importantes deste controle público que é a política de estruturas e rendas. Da mesma forma que o enquadramento do processo produtivo pelas organizações profissionais e pelo Estado, a política de estruturas contribuiu decisivamente para esta criação original do Estado contemporâneo que é o agricultor familiar.

e) O Estado previdenciário na agricultura

Em 1968, onze anos após o acordo de Roma que lhe deu origem, a Comissão Agrícola da Comunidade Económica Européia publica um memorando sobre a reforma da agricultura no Continente, conhecido como relatório Mansholt (9), do nome de seu autor, por cujo diagnóstico o meio rural deveria sofrer transformações profundas e urgentes, dando origem a nova

9. A exposição que segue sobre o relatório Mansholt está apoiada basicamente em Kroll, 1987.

estrutura já nos anos 1980. Mansholt queria excluir do panorama econômico todas as unidades produtivas não competitivas, elevando o tamanho médio dos estabelecimentos europeus para uma faixa entre 80 e 120 hectares. Para se ter uma idéia do significado desta cifra, basta lembrar que, na França por exemplo, de fato, as explorações agrícolas aumentaram muito de tamanho médio, mas passaram de 10 hectares em 1950 a 25 hectares em meados dos anos 1980 (35 ha se forem excluídos do cálculo os estabelecimentos com menos de 1 ha, Coulomb, 1985). Apesar da distância entre o que preconizou vinte anos atrás e a realidade atual, o diagnóstico de Mansholt é importante e em torno dele estabeleceu-se boa parte das políticas de estruturas européias a partir de então.

Desde a implantação da CEE, dizia Mansholt, a produção vinha aumentando 3,3% ao ano e a produtividade do trabalho avançava 7% ao ano. Nos dez anos que se seguiram ao acordo de Roma, 4,5 milhões de trabalhadores ativos deixaram o campo. Estes ganhos de produtividade vinham, porém provocando um problema crescente: os gastos alimentares dos consumidores da Comunidade cresciam no máximo 2,7% ao ano. Numa espécie de malthusianismo às avessas, a produção aumentava muito mais que o consumo, o auto-abastecimento comunitário estava garantido e mesmo ultrapassado para os mais importantes produtos. Como as possibilidades de exportação tampouco cresciam tanto quanto o nível da

produção e da produtividade, a pressão dos estoques sobre os orçamentos comunitários ia-se tornando cada vez mais pesada. O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola que gasta 500 milhões de unidades de conta em 1960 vê suas despesas com o setor elevadas em 1967 a nada menos que 1,5 bilhão.

Qual o problema? Estruturas inadequadas, responderá Mansholt. Em 1968, a superfície média das explorações é de 11 hectares e seu crescimento anual conserva-se muito lento. Apenas 3% das explorações agrícolas da CEE têm mais de 50 hectares e dois terços delas situam-se abaixo de 10 hectares. Há um notório subemprego da mão-de-obra. Contando com o equivalente a 1,5 unidade de força de trabalho em tempo integral, estas explorações poderiam funcionar com metade disso. Além do que, metade dos agricultores da CEE tinham mais de 57 anos e sua formação técnica precária impedia o aumento da eficiência.

Remédio para a ineficiência: ampliar a competitividade, a escala técnica, reduzir custos, ampliar a renda pelos ganhos de produtividade, imprimir à agricultura "maior racionalidade econômica" (Mansholt, 1986, *apud*. Kroll, 1987:82), eliminando os produtores menos eficientes, patrocinar o êxodo rural: ao invés de concentrar a ação do Estado em apoio de preços, como fora feito até então, Mansholt preconizava que se alterasse a própria estrutura agrária: redução no número de estabelecimentos, elevação de

seu tamanho médio, exigência de respeito a um nível técnico mínimo para a concessão de financiamentos, disciplina dos produtores e concentração da oferta, estes eram os componentes básicos da políticas de estruturas preconizadas pelo relatório Mansholt.

O diagnóstico e a terapia de Mansholt apoiavam-se em importante precedente na Europa. Com efeito, logo ao se implantar na França, o regime gaullista de 1958 eliminou metade dos subsídios e suprimiu os mecanismos existentes de indexação dos preços. Apesar da revolta inicialmente despertada por esta política, ela logo conseguiu a adesão daquela parcela dos agricultores que estava disposta justamente a substituir a política dominante no país até o fim da IVª República (garantia de preços, que eternizava a manutenção na atividade de produtores ineficientes e impedia uma alocação mais racional dos fundos públicos) por algo próximo ao que será posteriormente apregoado por Mansholt. De fato, o parecer em que se fundamentam as leis de orientação de 1960 e 1962 na França, constata que a população rural do país é muito maior do que o exigido por seu emprego racional e produtivo. Assim, o número de explorações, que chegava a quase 2,3 milhões em 1955, deveria ser reduzido num prazo muito rápido a, no máximo 1 milhão. O ritmo de declínio no número de explorações agrícolas não permitia que, espontaneamente, tal redução ocorresse. Portanto, caberia ao Estado patrocinar e

organizar um processo de êxodo agrícola e rural e ao mesmo tempo definir um modelo, um tipo de exploração agrícola que correspondesse às necessidades do país e que seria o único a receber apoio oficial. A Carta Agrícola da Va República define pela primeira vez o padrão produtivo da agricultura familiar moderna: trata-se de uma exploração

"mise en valeur directement par deux unités de main-d'oeuvre, ou plus en cas de sociétés de culture ou de groupements d'exploitants, dans des conditions permettant une utilisation rationnelle des capitaux et des techniques, une rémunération du travail d'exécution, de direction et des capitaux fonciers et d'exploitation" (Gervais et al., 1976:593).

Com base nesta definição, o Estado francês implantou uma política que preenchia dois objetivos básicos. Primeiramente, administrar politicamente o êxodo rural: não se tratava de fazer dos campos do país algo semelhante ao descrito por Steinbeck nas *Vinhas da Ira*: ao contrário, o processo de eliminação dos agricultores idosos ou com extensões excessivamente reduzidas nem de longe foi deixado a cargo do mercado. Indenizações àqueles que solicitavam a aposentadoria antecipada (10), cursos habilitando para o trabalho em outros setores - fora da agricultura - a mão-de-obra ativa obrigada a migrar, compuseram parte importante daquilo que Coulomb (1983) chama de "administração social do êxodo rural".

10. Todos os agricultores com mais de 3 hectares que aceitassem vender o lote receberiam uma indenização vitalícia correspondente a cerca de US\$ 250 mensais (Gervais et al. 1976:596)

As terras então liberadas não eram simplesmente ocupadas ao sabor do mercado. Primeiramente, o Estado colocava exigências técnicas cada vez mais estritas para quem se habilitasse a ingressar na atividade agrícola. Qualquer plano de implantação de uma nova unidade produtiva, deveria submeter-se ao parecer técnico de uma comissão da qual participavam representantes da profissão, do Estado e dos poderes locais (municipalidade). Comissões deste tipo também passaram a ter um grande poder sobre as transações fundiárias. Poderiam vetar não só o desmembramento de lotes que os tornassem excessivamente pequenos para uma exploração racional, como também o agrupamento que desse origem a explorações consideradas indesejavelmente grandes. As SAFER (*Sociétés d'Aménagement Foncier et d'Établissement Rural*, organismos locais criados pelas representações profissionais, com o apoio do Estado, para atuar no mercado fundiário) atribuem-se prioridade de compra, o que dá aos poderes públicos uma razoável capacidade de influência na organização fundiária do país (11). A criação de uma exploração agrícola sob responsabilidade de um industrial, de um comerciante ou um profissional liberal deve ser autorizada pela prefeitura.

11. Ao menos em tese: na prática, é claro que a influência real do poder público sobre o mercado de terras é determinada pela correlação de forças a nível local. Não é, evidentemente em todas as localidades que as leis referentes à organização fundiária aplicavam-se com o mesmo rigor.

Os resultados desta política, sob o ângulo da reorganização agrária foram significativos. Nada menos que um quarto da superfície agrícola útil, 8,5 milhões de hectares foram liberados pelos mecanismos de indenização e atribuídos a 500 mil agricultores (Gervais *et al.*, 1976:612). Por aí, ela consolidou o poder cada vez maior sobre a agricultura daquela fração de produtores que soube ou pode ter acesso às formas dominantes de progresso técnico e que portanto recebeu o apoio do Estado para dominar cada vez mais a agricultura francesa

Foi a partir de sua política de estruturas que o Estado pode estipular claramente na Europa Ocidental uma política de rendas para a agricultura e de preços agrícolas ao consumidor. O princípio básico desta política consiste em conciliar dois objetivos básicos contidos nas próprias declarações de princípio que deram origem à CEE:

"Assurer au plus bas prix la production des denrées alimentaires et agricoles; assurer un niveau de vie suffisant à la population agricole, notamment par le relèvement du revenu individuel de ceux qui travaillent dans l'agriculture" (Gury, 1959:7).

A política de estruturas tem a função básica de permitir a regulação estatal sobre o nível da oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor. Isso seria absolutamente impossível, caso a disparidade técnica fosse muito grande e a oferta dos setores de menor

produtividade fosse importante para assegurar o abastecimento. Em tal hipótese, os setores mais avançados tecnicamente desfrutariam sempre de uma renda diferencial, pois os preços de base teriam como referência os produtores menos eficientes. A padronização dos modelos produtivos, o estabelecimento claro do tipo de exploração a ser estimulado e apoiado pelos poderes públicos permitem em suma que a determinação da renda agrícola se dê em condições que não pressionem excessivamente os preços dos alimentos e das fibras. Veremos no próximo capítulo a exposição teórica mais detalhada deste aspecto. Sua menção é importante pois a simples descrição da ação estatal na criação desta nova categoria social de produtores rurais não pode omitir a imensa capacidade que os poderes públicos tiveram de determinar institucionalmente o nível de renda dos agricultores. Mais uma vez aqui, o mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade. A renda agrícola é um tema decisivo de discussão pública e responde a critérios institucionalmente estabelecidos.

Na Suíça por exemplo, a *ordonnance générale sur l'agriculture* determina que o trabalho do agricultor deve ser remunerado na mesma medida que o dos operários qualificados da indústria ou do artesanato. É por esta paridade de rendas com trabalhadores urbanos que seria

possível fortalecer no país aquilo que sua lei agrícola de 1951 chama de *paysannerie saine* (Valarché, 1974:172-173).

Na Dinamarca, nos anos 1960, a renda do agricultor era também equivalente à de um assalariado urbano (Jansen, 1969). Desde os anos 1950, na Holanda, os poderes públicos tentam ligar a formação da renda agrícola ao nível geral dos preços, estipulando uma equivalência salarial para a renda agrícola e procurando fazê-la variar segundo o índice geral dos salários.

Na França, mesmo na ausência de uma definição legislativa tão explícita, a renda do agricultor é fixada por critérios fundamentalmente institucionais:

"L'état considère l'agriculteur en sa seule qualité de travailleur et non comme chef d'entreprise produisant pour un marché...la validation du travail de l'agriculteur est prise en charge par l'état" (Servolin, 1989:106).

Nos países europeus (e apesar da retórica liberal dos dirigentes norte-americanos, a situação nos EUA não é muito diferente, como veremos no capítulo VIII) a agricultura não é encarada pela sociedade e pelos próprios agricultores na qualidade de negócio do qual se pode esperar a obtenção de lucros, como em qualquer outra atividade comercial. Se o Estado é ao mesmo tempo responsável e guardião da renda agrícola; se estipula seu nível e arca com as despesas a ela correspondentes, em contrapartida, exige dos agricultores

que se contentem a retirar do solo o correspondente à renda das outras categorias de trabalhadores na sociedade. Não é mais o mercado que imprime chancela social ao produto pelo mecanismo dos preços: esta função de validação de seu trabalho (Servolin, 1989) foi transferida gradualmente para suas organizações econômicas e posteriormente para o Estado. Neste sentido é impossível conceber a estrutura agrária contemporânea, a permanência em seu interior de milhões de unidades produtivas de caráter individual, as diferenças que a separam de todos os outros segmentos econômicos da sociedade, fora do quadro que a criou e a mantém viva: o Estado previdenciário agrícola (Servolin, 1989).

Não que os desígnios de Mansholt tenham se realizado. De fato, na França, por exemplo, em tese, seria possível o mesmo nível de produto oferecido pelos 1,2 milhão de explorações agrícolas com apenas um quinto ou um sexto deste total de estabelecimentos. Aliás, é neste sentido que, constatando a existência de uma vastíssima pulverização da oferta na maior parte dos países europeus, um documento de 1985 da *Comissão sobre as Perspectivas da Política Agrícola Comum* preconiza, na esteira do relatório Mansholt, que os mecanismos de preços tornem-se mais importantes na alocação de recursos agrícolas que os subsídios públicos. Em outras palavras, que os preços sejam colocados a um patamar suficientemente baixo para eliminar produtores menos

eficientes (12). É neste sentido que a Comissão sugere que a política de atribuição de cotas seja substituída por uma política de preços para regular a oferta excessivamente abundante de vários produtos, a começar pelo leite e pelos cereais. (Kroll, 1987:185-192). Soluções semelhantes foram expostas durante o período do governo Chirac recentemente na França.

Resta a saber se uma nova "corrida à produtividade" conseguirá resolver um problema básico: será que na busca

12. Aliás, em torno deste problema giram as intermináveis negociações entre os Estados Unidos e a CEE no quadro do GATT. Os representantes europeus não hesitam em acusar os norte-americanos de, sob o pretexto de estimular o liberalismo econômico, pretender a destruição da agricultura do Continente.

"Pour les états-Unis, afirma Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, il s'agit de nous écarter du marché et de prendre notre place". Ele prossegue, observando que "pour l'Europe, l'agriculture est un élément fondamental et personne ne nous poussera à renoncer à un système (la Politique Agricole Commune) qui permet de sauver notre agriculture. Nous n'allons pas désertifier 30% de nos terres pour faire plaisir à un pays qui ne comprend pas nos problèmes. Il ne peut pas y avoir de développement rural sans agriculture" (in Lemaitre, 1990:6).

É permanente, nos responsáveis agrícolas europeus, a oscilação entre a visão liberal que tende a tratar a agricultura como puro negócio (Mansholt e este documento de 1985 ao qual fazemos aqui referência, por exemplo) e aquela (que Delors expõe quando se trata de se contrapor aos Estados Unidos) onde seu desenvolvimento é associado a variáveis não estritamente econômicas. Em matéria de liberalismo econômico entretanto, a distância entre a retórica e a ação é imensa. Em 1986, a proteção da agricultura dos países capitalistas centrais custou US\$ 26 bilhões nos EUA e US\$ 24 bilhões na CEE, consumindo, convém reiterar, 70% do orçamento da comunidade. (De Janvry, 1989:32).

de um novo patamar técnico, ainda mais produtivo, os agricultores não estarão contribuindo crescentemente para tornar socialmente obsoleta uma parte sempre maior do produto de seu trabalho ? Este é um dos temas principais teorizados sobretudo por autores norte-americanos para explicar os paradoxos do comportamento da agricultura hoje. Como será visto no próximo capítulo, W. Cochrane sintetizou a questão de maneira magistral. E é contra esta lógica "produtivista" - que tem a perversa particularidade de conduzir sempre a excedentes que serão transformados em crescentes custos sociais na forma de subsídios à renda dos agricultores - que se insurge um segmento importante entre os próprios produtores, que encara a especialização e o avanço produtivo incessante cada vez mais como uma armadilha.

Uma elite tecnicamente bem preparada tomou conta da agricultura européia, com base num modelo intensivo e de produtividade crescente. Os excedentes que daí nasceram não conduzem forçosamente, por parte dos agricultores, a uma reação de tipo darwinista, pela sobrevivência dos mais fortes. Sem renunciar à excelência técnica, não são poucos os que colocam em questão hoje a própria lógica que os levou, nas últimas décadas, a se colocarem num patamar tanto mais produtivo quanto mais baseado em dívidas e riscos. A produtividade não é mais o critério exclusivo da própria excelência técnica. Com ela o próprio corporativismo das

organizações profissionais é seriamente questionado: o meio rural readquire importância, diante da agricultura. O ambiente, a qualidade de vida, o temor da desertificação rural tornam-se fatores a serem levados em conta na própria alocação de fundos públicos que marca indelevelmente a existência dos agricultores. E é neste sentido que o tema abordado no fim do capítulo VI e no início deste a respeito da pluriatividade dos agricultores ganha um sentido que extrapola a esfera puramente econômica. O patamar técnico atingido pela agricultura do mundo desenvolvido hoje é suficientemente alto para que boa parte da oferta agrícola seja assegurada por unidades produtivas de tempo parcial (13). Em outras palavras, na medida mesmo em que o Estado tem a capacidade de administrar socialmente o nível de êxodo rural e agrícola, não há qualquer tipo de fatalidade em que a especialização crescente e sua lógica de intensificação infinita prossigam. É perfeitamente possível - e é a isso que chamam a atenção os estudiosos franceses e britânicos - que num quadro técnico compatível com as necessidades da oferta, o trabalho do agricultor possa desconcentrar-se da agricultura e voltar-se a outros segmentos da sociedade em que seja mais útil.

Não se trata aqui de aprofundar esta discussão. O objetivo básico deste capítulo, uma vez estabelecido de maneira

13. Na Noruega, os estabelecimentos "pluriativos" são cada vez mais importantes, em detrimento daqueles puramente agrícolas (Hetland, 1986).

irrefutável o caráter familiar da estrutura agrária do capitalismo avançado hoje, foi apontar a imensa diversidade de que esta forma social se reveste. Os elementos aqui colocados parecem suficientes para que, no próximo capítulo, possamos nos debruçar sobre sua interpretação.

f) Resumo e conclusões

1) Relativa pulverização econômica por um lado (no quadro porém de unidades suficientemente grandes para apresentar desempenho econômico e técnico invejável) e rigoroso planejamento estatal estes são os elementos fundamentais da prosperidade da agricultura européia contemporânea.

2) Isto significa que o peso atual da agricultura familiar não decorre fundamentalmente do peso do passado camponês no Continente, mas de um conjunto de políticas de organização do setor.

3) As organizações profissionais e o Estado desempenharam um papel decisivo na própria formação deste setor que conserva os traços de uma estrutura competitiva, mas que é, ao mesmo tempo, capaz de reagir a decisões institucionais como se fosse um organismo único. Embora responda fundamentalmente a mecanismos de preços, não se trata, na agricultura européia contemporânea, de uma economia de livre concorrência: o peso das organizações profissionais e sobretudo do Estado na

estruturação dos mercados, nas compras e vendas de terra, na avaliação do gabarito técnico dos agricultores, na implantação de políticas de reciclagem da mão-de-obra e de assistência àqueles que abandonam o setor, numa verdadeira administração política do êxodo rural, este peso é tão grande que talvez em nenhum setor econômico da vida européia contemporânea seja tão evidente como na agricultura o contraste entre um planejamento estatal estrito e a vigência de uma estrutura social atomizada.

4) A implantação desta estrutura não se faz sem problemas: nem todos os agricultores conseguem alcançar as políticas de modernização; além disso, é cada vez mais duvidoso que a própria busca incessante da modernização seja o objetivo decisivo a ser atingido. Ganha força, inclusive nas organizações profissionais européias, a noção de que tão importante quanto a agricultura é a revalorização do meio rural e, para isso, torna-se não só aceitável, mas recomendável a diversificação das atividades econômicas dos agricultores tendo em vista inclusive a preservação do meio ambiente contra a "desertificação rural". Esta preocupação porém, nem de longe, é unânime. O próprio relatório de 1985 da CEE, ao qual nos referimos logo acima, que preconiza a eliminação dos produtores menos eficientes via preços, mostra um caminho de desenvolvimento no qual acreditam muitos dos responsáveis pelas políticas européias - embora

recuem frequentemente em suas posições liberais quando está em questão a disputa de mercados com os Estados Unidos.

5) Mas talvez o mais importante ponto de estrangulamento da agricultura européia contemporânea esteja no custo de sua sustentação pelo Estado, que consome nada menos que 70% de toda a verba da Comunidade Econômica Européia. Em diversos países europeus, cerca de metade da renda dos agricultores vem do Estado, formando aquilo que Servolin (1989) chama de Estado previdenciário agrícola.

Capítulo VIII

As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico

"A natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra quanto ocorre nas manufaturas" (Smith, 1776/1983:42)

a) Apresentação

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante. Nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto o auto-emprego e a atividade familiar não remunerada caíram, como proporção do emprego total, de 50,5% para 16,9% entre 1900 e 1960, este declínio na agricultura, no mesmo período foi de 78,5% para 67,4% (Friedmann, 1978:73). E isso naquele, entre os países capitalistas avançados, em que o trabalho assalariado agrícola tem a maior relevância. Por mais que não se possa reduzir a família a um tipo idealmente estático, por mais importantes que sejam suas mudanças e mesmo que suas funções tradicionais encontrem-se francamente em crise, não há como negar a particularidade da agricultura no ambiente econômico geral do mundo de hoje.

Os exemplos fornecidos nos três capítulos anteriores poderiam alongar-se. Os casos da Austrália e da Nova Zelândia são, entre nós, menos conhecidos que os do Japão, mas não escapam à regra comum: é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados. Mais que isso, pode-se dizer

que se trata de uma opção que se generalizou e que fornece inclusive a pedra de toque da política agrícola moderna (1).

Qual a raiz de um traço tão generalizado em circunstâncias tão diversas ? Por que motivo, tanto em nações de colonização recente, como os Estados Unidos e o Canadá, quanto naquelas de tradições camponesas seculares, a unidade individual de produção fornece o denominador comum do desenvolvimento agrícola hoje ? Estudamos no último capítulo o paradoxo fundamental da agricultura capitalista dos países centrais: o de um setor atomizado em milhões de unidades produtivas, mas que funciona de certa forma como organismo único sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais e cada vez mais a partir de critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos. O Estado previdenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo

1. A idéia de que a agricultura familiar resulta de uma opção dos mais importantes países capitalistas é o eixo da explicação sobre os casos da França e da Dinamarca no trabalho de Servolin (1989:39):

“les sociétés occidentales se sont, dans leur ensemble, ralliées à cette solution, ...elles se sont livrées à cette entreprise de construction de l'agriculture individuelle moderne, ...elles en ont fait, pourrait-on dire, la forma 'légitime' de leur production agricole”.

Além destes casos, os Estados Unidos, a Inglaterra e o Japão, são analisados por Veiga. Veiga (1989a:41-47) sobretudo insiste na hesitação com que diversas nações acabaram por adotar o apoio às unidades de produção familiar, inclusive - é o caso do Japão, por exemplo - após tentarem, sem sucesso, implantar o modelo tripartite inglês, que a economia política clássica tinha por paradigmático.

rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria formação da renda do setor.

Já reunimos nos capítulos acima elementos empíricos suficientes para aprofundar um esclarecimento de natureza conceitual, já abordado anteriormente no capítulo IV: o que se encontra aqui em pauta não é absolutamente a existência da "pequena produção" no interior do capitalismo. A prosperidade agrícola que constatamos nos três capítulos anteriores nem de longe pode ser atribuída a qualquer tipo de "pequena produção". Por um lado, este termo - "pequena produção" - é suficientemente impreciso para designar habitualmente tanto o agricultor do Pindaré-Mirim quanto o produtor familiar cuja integração ao mercado é completa e cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico. Por outro lado, o emprego da mesma expressão para realidades tão diferentes quanto a do camponês do Bangladesh e a do produtor canadense de leite, além de induzir a confusão repousa sobre um mal entendido teórico: seu pressuposto é de que a relação que o camponês de Santo Antônio do Tauá (PA) e o citricultor da Alta Araraquarense (SP) mantêm com a sociedade capitalista é, em última análise, da mesma natureza. Ambos são produtores de mercadorias, operam com a família e fornecem trabalho excedente para o capital. Por que não, então, considerá-los,

ambos, como categorias socialmente identificadas, apesar, é claro, de suas diferenças ?

O que se escamoteia sob o nome de "pequena produção" é o abismo social que separa camponeses - para os quais o desenvolvimento capitalista significa, como vimos no capítulo IV, a fatal desestruturação - de agricultores profissionais - que vêm-se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea.

O paradoxo básico da questão agrária - a existência da agricultura familiar no capitalismo - foi encarado pelos clássicos do marxismo sob o ângulo de uma espécie de competitividade perversa que o excesso de trabalho e a miséria absoluta propiciavam ao camponês: sua "infinita capacidade de sofrer", retomando os termos de Louis Malassis, é que lhe permitia ficar no mercado, mas sabendo que o progresso técnico acabaria fatalmente por apertar a corda que sua própria pobreza colocava-lhe em volta do pescoço.

Durante os anos 1970 foram inúmeras as tentativas de se interpretar este paradoxo básico da questão agrária sob o resguardo teórico althusseriano da articulação dos modos de

produção (2). O "setor camponês" teria a missão histórica de rebaixar o valor da força de trabalho oferecendo produtos alimentares a preços menores que aqueles de uma empresa capitalista e a isso se dava o nome de "funcionalidade da pequena produção". Não são poucos os autores que, ainda hoje trabalham com esta idéia (Bartra e Otero, 1987), que se choca ao menos contra dois argumentos:

1) comercializando seus excedentes a partir de longas cadeias de intermediação, dominadas pelo capital mercantil e usurário, não se vê por que mecanismo as baixas cotações recebidas pelos camponeses se transformariam automaticamente em baixos preços para os consumidores (3). Isso só ocorreria caso houvesse ambiente de competitividade, acesso às informações, funcionamento pleno dos mercados, fatores que eliminariam o poder local de comerciantes e usurários que acabam por absorver o essencial do excedente camponês. Mas

2. "...este estudio se ubica decididamente en la perspectiva del análisis de la articulación de modos de producción, y rechaza como eufemismos o deformaciones los enfoques que hablan de marginalismo, dualismo o colonialismo interno" declara Bartra (1974/1977:9) em livro que se tornou referência obrigatória na América Latina. O problema da articulação dos modos de produção era paradigmático neste momento, sobretudo na literatura em língua francesa. A base teórica da explicação estava em que os modos de produção jamais existem em estado puro, mas trazem sempre em si elementos que, historicamente lhes são anteriores (Rey, 1977). E somente uma concepção evolucionista (Faure, 1977) do capitalismo poderia impedir a percepção da utilidade destas formas não capitalistas ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

3. Este é em resumo o argumento utilizado por Souza (1980) na discussão sobre o tema entre especialistas brasileiros durante a década de 1970.

nesse caso, é claro que não se trataria mais de produção camponesa. Portanto o problema da articulação do capitalismo com outro modo de produção perderia inteiramente o sentido, como base para a explicação da existência da produção familiar na agricultura.

2) é dificilmente concebível que uma função tão importante ao desenvolvimento capitalista, como o estabelecimento do valor da força de trabalho, se apóie, de maneira estrutural, sobre um setor não capitalista da sociedade. Não que isso, historicamente não possa ocorrer. Mas trata-se então, neste caso, de um sinal claro de que a questão básica da estabilização das formas de produção de mais-valia relativa não se encontra resolvida. Neste sentido, cai por terra a idéia de funcionalidade da pequena produção para o capital: enquanto a alimentação da população depender no essencial de um setor dominado por formas ancestrais de capital, pouco dinâmico sob o aspecto técnico e incapaz de reagir com rapidez a estímulos de mercado, o capitalismo tem pela frente um obstáculo a remover e não um setor com cujas diferenças acaba por integrar-se e com cujo atraso conta para seu próprio progresso.

Em suma, não se trata aqui, então, de explicar nada que se assemelhe à "pequena produção", seja como sobrevivência do passado, seja enquanto setor capaz de realizar o jogo pelo

qual o atraso técnico é supostamente compensado pelo fornecimento de trabalho abundante e sub-remunerado.

Feita esta primeira advertência, de caráter substancial, resta uma outra que se refere ao próprio modo de exposição do problema. O caráter familiar da agricultura moderna foi objeto de um número tão grande de análises e interpretações que seria, além de maçante, praticamente impossível listá-las e expo-las de maneira minimamente completa. A exposição aqui tem início (item b) com a discussão de um paradoxo básico na economia agrícola do capitalismo avançado: aquele pelo qual o aumento da produção e da produtividade não se origina fundamentalmente na elevação dos preços ao produtor. A idéia básica é de que o agricultor produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores. É claro que está aí embutido um mecanismo de transferência setorial de renda, importante para a compreensão da agricultura contemporânea. É importante assinalar, entretanto, que se o agricultor se mantém na atividade, apesar deste quadro, isto não se deve apenas à escassez de oportunidades de trabalho fora do meio rural, mas também à valorização de seu patrimônio fundiário: de certa forma, aquilo que ele deixa de ganhar nas cotações agrícolas volta virtualmente a seus bolsos na elevação do valor de sua terra. O sacrifício pela renúncia à renda presente é atenuado pela obtenção de uma renda diferida, futura.

Para onde vai esta renda? No ítem c) é posta à prova a idéia de que a "agroindústria" pode ser considerada como a principal beneficiária dos resultados econômicos ligados às particularidades sociais do setor agrícola. Em seguida (ítem d) são expostos os elementos que mostram uma função global importante para a agricultura: a de permitir o rebaixamento a longo prazo do valor da força de trabalho, mas não com base em qualquer tipo de produção campeonesa. No ítem e) esta função é interpretada à luz de uma corrente teórica contemporânea, a escola regulacionistas, que dedicou grande atenção justamente aos padrões de consumo na formação do período de prosperidade que caracteriza o capitalismo avançado entre o fim da IIa Guerra Mundial e o início dos anos 1970. O ítem f), por fim, é dedicado ao exame daquelas particularidades que fizeram da agricultura, diferentemente dos mais importantes setores econômicos da vida moderna, um segmento tão particular. A idéia básica aí é que, diferentemente da expressão tão generalizada entre especialistas brasileiros, a agricultura é uma atividade por definição avessa à industrialização. Enquanto estiver apoiada fundamentalmente em elementos vivos, a agricultura não será uma indústria.

b) O agricultor e o besouro

O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor

abandonaria irremediavelmente sua atividade. Assim pode ser resumido importante trabalho apresentado por um dos mais ilustres economistas norte-americanos a um simpósio da Associação Internacional de Economia. Por que razão, pergunta Johnson (1969), nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa Ocidental e na Oceania a economia agrícola está baseada na unidade de produção familiar ? A resposta tem início com a listagem de um conjunto de enganos (*mistakes*) que estão na raiz da atual estrutura agrícola. O mais grave entre eles é o que leva os agricultores a uma situação permanente de super-investimento sem que possam realisticamente contar com perspectivas adequadas de retorno. A produção torna-se excessiva, no sentido de que sua venda não propiciará o suficiente para a remuneração do custo dos fatores. É isso então que explica o caráter excepcional que, neste setor, têm os empreendimentos ultra-familiares (*larger than family farms*). Assim (4), para Johnson (1969:248),

"...the viability of the family farm depends on the conditions which create the problem of low factor returns in modernized agriculture".

Num sentido semelhante, outro importante economista agrícola norte-americano fala das baixas taxas de retorno na agricultura, definidas como as situadas aquém de seu custo de oportunidade. Se os agricultores fossem esperar de seus investimentos uma rentabilidade correspondente a um

4. A respeito desta terminologia (*larger than family farms*) ver capítulo V, ítem b.

equilíbrio entre insumo e produto, calcula Tweeten (1969:799) eles teriam que investir US\$ 4,2 bilhões (valores de 1947-49) menos do que investiram para obter o mesmo retorno. Em outras palavras, este era o montante daquilo que teriam ganho caso obtivessem a renda correspondente ao custo de seus fatores. Neste sentido, Tweeten revela que nada menos que dois quintos de todo o trabalho dispendido na agricultura entre 1952 e 1961 foi excessivo, isso é, remunerado inadequadamente.

Por que razão, porém, os agricultores persistem nesta conduta que acaba por ser-lhes prejudicial? Por que teimam em investir e em produzir cada vez mais? Seu comportamento é tanto mais paradoxal que, com grande frequência, tanto a teoria econômica quanto a opinião comum associam a elevação da produção e da produtividade a estímulos de preços pelos quais os empresários dirigem-se a um determinado setor. De fato na indústria, os movimentos da produção estão relacionados globalmente com respostas a preços. Não é menos verdade também que, no Brasil, cada vez que os preços agrícolas encontram-se num patamar considerado baixo, forma-se rapidamente a expectativa de que a produção vai declinar.

Nada semelhante aconteceu nos Estados Unidos. Exatamente nos momentos de maior expansão tanto da produtividade como da oferta

"...there was no relative price increase to induce greater farm output"

conforme explicam Wilcox, Cochrane e Herdt (1951/1974:81). Foi aliás W. Cochrane quem elaborou a mais completa explicação para este desconcertante comportamento dos agricultores. Com efeito, em seus estudos de longo prazo sobre as oscilações das variáveis econômicas ligadas à agricultura, Cochrane observou o curioso fenômeno de que os momentos de grande avanço técnico no setor (particularmente o que tem início a partir da década de 1950, quando além das inovações mecânicas, as químicas e biológicas incorporam-se rapidamente ao processo de trabalho) foram exatamente aqueles em que os agricultores passaram por graves crises decorrentes de pressões baixistas sobre os preços:

"...periods of rapid agricultural development - periods of rapid technical improvement and development - are invariably periods of economic distress and hard times for farmers" (Cochrane, 1979:350).

A essência do fenômeno reside num mecanismo que se difundiu na literatura de economia agrícola sob o nome de *treadmill* (5): sua estrutura competitiva, diante da concentração que a envolve, torna efêmeros os resultados da inovação tecnológica para a maioria dos agricultores, mas, ao mesmo tempo, impede que eles escapem da busca contínua de inovações. Vejamos a questão mais de perto.

5. Trata-se de uma espécie de moinho de estrutura circular movido por pessoas a ele amarradas que andam sobre degraus colocados em volta da circunferência. Era usado como instrumento de disciplina para presidiários. O termo tem o sentido figurado de trabalho monótono, sem sentido algum (cf. Webster's *New Twentieth Century Unabridged Dictionary*).

A partir do momento em que um agricultor ou um pequeno grupo deles (chamados por Cochrane de "*early-bird farmers*") adota uma inovação tecnológica significativa, seus custos cairão, porém não os preços, na medida em que estes são ditados pelas condições sociais médias onde a tal inovação ainda não foi adotada. Na medida em que a estrutura produtiva é atomizada e concorrencial, será praticamente impossível evitar que a inovação se generalize, interrompendo os dias felizes em que os primeiros utilizadores da nova tecnologia podiam embolsar seus frutos. Os agricultores médios (*average-farmers*), utilizando as novas técnicas, provocarão a elevação da oferta de maneira a baixar os preços, eliminando então os lucros decorrentes justamente do caráter limitado da inovação. A vantagem dos *early-bird farmers* é extinta e eles se vêm na mesma situação que seus seguidores. Já os agricultores retardatários (*laggard farmers*) cedo ou tarde acabarão por deixar o mercado, vendendo suas terras provavelmente para aqueles que foram os primeiros inovadores e conseguiram acumular recursos durante o período em que suas inovações tinham difusão limitada.

Como se vê, o desenvolvimento técnico na agricultura acaba por pressionar os preços permanentemente para baixo. É claro que esta tendência é mais ou menos geral no capitalismo e atinge também a indústria. A diferença porém é que, num setor economicamente concentrado, o processo de transformação do progresso técnico em redução de preços não

é tão violento e costuma inclusive ser administrado pelos grandes grupos que dominam o ramo.

A situação descrita acima é em grande parte hipotética, na medida em que, como vimos, sobretudo no capítulo VII (item e), o Estado contemporâneo tem uma função decisiva na manutenção da renda agrícola. Será então, pergunta Cochrane, que com a política sistemática de sustentação de preços o *early bird farmer* não transformará em ganho permanente aquilo que numa situação puramente concorrencial era forçosamente provisório? Mais que isso, se os preços são mantidos institucionalmente, será que a generalização da inovação técnica não faria do próprio *average farmer* um beneficiário da nova situação? Em sua resposta, Cochrane faz intervir um fator adicional que é o mercado de terras: com seus ganhos elevados, os agricultores vão querer investir cada vez mais e isso elevará o custo dos fatores, particularmente o preço da terra, a um ponto tal que acabará por consumir a renda extraordinária decorrente do progresso técnico. Além disso, é claro que justamente em virtude do controle institucional sobre a renda agrícola, esta tende a ser mantida num padrão apenas suficiente para garantir a abundância da oferta: o nível de preços tende a se adaptar aos novos patamares de custos que a situação de inovação tecnológica impõe. Assim então, conclui Cochrane (1979:394).

"any gain in income to American farmers, whether it emanates from a technological advancement that serves to develop the farm economy, or from an increase in farm exports (as in 1972-73), or from governmental programs of price and income assistance, or from some combination of all of these, must be dissipated in the competitive process through falling product prices and/or rising prices of the scarce of production (i. e., land)"

A pulverização da oferta agrícola, a estrutura fundamentalmente concorrencial que marca o setor são as responsáveis por uma conduta em que a baixa remuneração dos fatores pode ser não somente compatível, mas decisiva para a própria busca incessante do progresso técnico. O agricultor procura adiantar-se numa corrida onde não pode evitar que seu próprio deslocamento para a frente transforme-se em força propulsora de velocidade a seus concorrentes.

O único ganho decorrente desta espécie de jogo de soma zero é a própria valorização fundiária para a qual a política de sustentação de preços oferece uma contribuição decisiva. Não só os *early birds farmers* têm a chance de comprar a terra de agricultores "retardatários", como também o valor patrimonial sobe de maneira a compensar relativamente as perdas decorrentes da regulação estatal dos preços. O emprego dos fatores produtivos a um retorno inferior a seus custos de oportunidade não se explica então apenas negativamente, em função da escassez de oportunidades de trabalho fora da agricultura, mas também pela substituição da renda presente por renda futura na forma de valorização

da própria terra. É neste sentido que Cochrane (1979:394) sustenta:

"The income gains to farmers resulting from such governmental activities will be used by the larger, more efficient, more aggressive farmers to expand their operations through the purchase and acquisition of the productive assets of their smaller, less efficient neighbors"

A importância da explicação de Johnson, Tweeten e Owen com relação aos "enganos" dos agricultores norte-americanos não deve obscurecer a existência de um cálculo econômico, por parte dos agricultores, absolutamente adequado ao ambiente econômico e social do capitalismo avançado: o comportamento do agricultor contemporâneo exprime menos uma racionalidade específica e diferente da socialmente dominante do que uma lógica onde a renúncia ao ganho presente deve ser necessariamente compensada pela obtenção de retornos futuros e não aceita resignadamente como tradução econômica da natureza familiar da unidade produtiva.

A tabela XVII, sobre a qual faremos comentários posteriores, mostra bem este fenômeno: apesar de uma queda anual nos preços agrícolas entre 1950 e 1968, o valor da terra elevou-se no período nada menos que 5,6%.

Tabela XVII

Indicadores selecionados de desempenho agrícola. Estados Unidos. Taxa anual de variação entre 1950 e 1968.

Indicador econômico	Taxa
Preços ao consumidor (todos os itens)	2,0
Preços alimentares no varejo	1,9
Preços agrícolas (todos)	- 0,2
lavouras	- 0,2
animais	0,1
Preços dos insumos agrícolas	0,8
Preços das terras agrícolas (EUA, todas as terras)	5,6
Preços da maquinaria agrícola	3,2
Preços dos fertilizantes	- 0,6
Preços dos produtos químicos para a agricultura	0,0 (*)
Produtividade da terra agrícola (produto por acre)	2,5
Produtividade do trabalho agrícola (produto por homem/hora)	6,8
Valor dos ativos produtivos por estabelecimento (EUA)	6,6
Valor das exportações agrícolas (EUA)	4,5
Valor das importações agrícolas (EUA)	2,8
Renda real dos estabelecimentos	
Total	- 3,2
Por estabelecimento	1,2

Fonte: De Janvry, 1981:177

* Refere-se ao período 1965-1968

Quem ganha com isso ? Quais os beneficiários desta conduta onde se renuncia à renda presente em benefício da renda diferida e que se explica tanto pela estrutura competitiva do setor como em função da intervenção estatal permanente em que vive ?

A convergência entre autores marxistas e neoclássicos, neste sentido, é notável. Em ambos os casos, encontramos fortes argumentos e dados que apontam para uma função verdadeiramente estratégica que a agricultura exerceu nos países capitalistas centrais: a oferta abundante de produtos agrícolas a preços declinantes e que, sobretudo, permitissem que parte cada vez menor do orçamento familiar fosse dedicada ao consumo de alimentos. Antes porém de desenvolvermos os argumentos neste sentido, convém desfazer um frequente mal entendido.

c) Um trabalhador para a agroindústria ?

Durante os anos 1970, vários autores procuraram mostrar a agroindústria como a receptora direta daqueles custos produtivos que não se transformavam em preços recebidos pelos agricultores. A explicação da natureza familiar da agricultura estaria assim na capacidade que um segmento específico do capitalismo de monopólios teria em se

articular com a agricultura a partir de um princípio permanente e particularizado de troca desigual: além da exploração de seus próprios operários, a agroindústria receberia um valor adicional decorrente da diferença entre o que efetivamente se pagava aos agricultores e os preços - superestimados - pelos quais estes produtos entravam em suas planilhas de custos (6).

Trata-se de argumento dificilmente sustentável. Significaria dar à agroindústria uma posição excepcional com relação a todos os outros setores dominantes no capitalismo: é impossível que cada ramo da produção possa permanentemente superestimar os custos reais de sua matéria-prima. Isso distorceria inteiramente as relações econômicas e contábeis no interior do sistema. Além disso - convém insistir neste aspecto em que tocamos no início do capítulo - a alimentação é um dos elementos básicos na composição do valor da força de trabalho. No livro I d'O Capital Marx (Parte IV) mostra como a redução do valor da força de trabalho é a base

6. É sobre a base deste raciocínio que Samir Amin (1977:81-83), por exemplo mostra que tanto o campesinato da periferia como o da França eram explorados pelo "capital dominante". Não é à toa que, para ele, o problema da agricultura familiar no capitalismo avançado não traz qualquer novidade, mas corresponde ao que Kautsky já havia desenvolvido. Ora, como vimos no capítulo I, Kautsky só concebe a existência da agricultura familiar no capitalismo como o momento transitório pelo qual o excesso de trabalho consegue compensar seu atraso técnico. Entre nós este ponto de vista foi, e de certa forma é, generalizado. Em minha dissertação de mestrado (Abramovay, 1981) trabalhei com a idéia de que o agricultor familiar era antes de tudo um produtor de excedente para a agroindústria.

objetiva para a forma especificamente capitalista de produção e como esta redução depende não do aumento da produtividade em qualquer segmento da divisão do trabalho, mas naqueles nos quais se apóia diretamente o consumo dos trabalhadores assalariados. A redução no valor da produção alimentar, aliás, é uma preocupação básica de toda a economia clássica. A produção alimentar não é vista simplesmente como um ramo qualquer da divisão do trabalho: ela tem a virtude especial de transformar imediatamente os aumentos de produtividade aí obtidos em redução dos custos de manutenção do trabalhador. Que o resultado desta redução seja uma elevação no padrão de vida das massas, um aumento na parte do produto que vai para a classe capitalista ou uma combinação de ambos, é algo que depende de circunstâncias histórico-concretas, como veremos mais abaixo no ítem e) deste capítulo ao nos referirmos à teoria da regulação e ao fordismo. O essencial, entretanto, é que a hipótese de que a agroindústria teria condições de incorporar para si os benefícios de sua relação concentrada com um setor competitivo fere frontalmente dois princípios básicos do capitalismo. O da isonomia entre setores de natureza semelhante e sobretudo aquele pelo qual a base para a acumulação capitalista na sociedade como um todo será tanto mais sólida quanto menor for o gasto que as famílias consagrarem a itens alimentares. A absorção direta e restrita dos benefícios de mecanismos de troca desigual por grandes empresas monopolistas só é possível de maneira

permanente ali onde as próprias relações de mercado encontram-se em estágio precário de desenvolvimento. Isso quer dizer que preços agrícolas baixos originários de produção camponesa, não se transmitem necessariamente à sociedade. Aí sim, o poder de lucrar sobre a base de mecanismos de troca desigual é tanto maior quanto mais imperfeitos forem os mercados em questão. É muito mais fácil que este tipo de mecanismo possa se impor a produtores de pimenta no Baixo Tocantins (PA), cuja sobrevivência é totalmente dependente dos comerciantes a quem vendem seus produtos, do que no Alto Uruguai (RS), onde as cooperativas divulgam os preços de Chicago a todo instante e onde os próprios canais pelos quais passava o tipo de reprodução clientelística do camponês já foram praticamente extintos (7).

d) Uma nova "funcionalidade" ?

Se não é diretamente para a agroindústria, aonde vai então o resultado desta conduta econômica que consiste em substituir o ganho presente pela valorização patrimonial, em virtude dos próprios mecanismos de obtenção do progresso técnico ?

7. É importante neste sentido a observação que faz Maluf (1988:viii) de que em vários produtos da agricultura brasileira a "intermediação comercial autônoma" extinguiu-se (laranja e tomate) ou está muito reduzida (soja).

Pelo que foi desenvolvido até aqui, a resposta deve ser óbvia: a agricultura tem um papel decisivo no processo de rebaixamento permanente do custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda, onde se beneficiam não só os setores que lidam diretamente com a compra de produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicada diretamente à alimentação.

Esta é a razão pela qual Johnson (1969) percebia uma queda na renda agrícola nos Estados Unidos, apesar do imenso crescimento das safras e da produtividade. No mesmo simpósio de que participou, referindo-se à Suécia, um economista mostra que a renda dos agricultores excepcionalmente poderia atingir níveis equivalentes aos dos salários industriais e que à previsão de aumento de 4% anuais nos ganhos dos operários, correspondia uma expectativa de elevação de apenas 1% ao ano na renda da agricultura (Renborg, 1969:231).

Todas as comparações a respeito de rendas agrícolas e de setores da economia urbana mostram, com efeito, que, nos países capitalistas avançados, os agricultores frequentemente não alcançam sequer o correspondente ao salário de um trabalhador com um mínimo de qualificação. Em

1910, nos Estados Unidos, a renda média das pessoas envolvidas na agricultura era 62% inferior às dos trabalhadores fabris. Em 1960 estavam abaixo deste referencial em 43,5%, segundo o USDA (Owen, 1966/1975:62). Esta aliás é a base objetiva da capacidade que tem o Estado, em vários países europeus, como vimos no capítulo VII (item f), de estabelecer o nível de preços agrícolas tomando por referência uma renda onde os agricultores avaliam sua atividade não a partir do custo de oportunidade do capital, mas sim do custo de oportunidade do trabalho (8). Ainda que sem a mesma definição institucional, a realidade norte-americana não é, neste sentido, muito diferente, como mostra Johnson (1969:2):

"Studies by my students and myself do indicate that young men do enter and leave U. S. agriculture on the basis of the ratio between agricultural and manufacturing wage rates. However, the farmer who discovers, on reaching middle age, that his friends who left agriculture now have higher returns to their labour than he to his, cannot just leave agriculture and obtain the wages they obtain. The migrating middle-aged farmer has to be content with wages paid unskilled workers in retailing, the service industries and local government".

O que aconteceria se o retorno do trabalho e do capital aplicado na agricultura fosse idêntico ao de outros setores econômicos ? Os preços subiriam e neste sentido é interessante a observação de Johnson (1969:247):

8. "Quel monde étrange que celui dans lequel une grande partie de la masse des propriétaires des moyens de production lutte pour obtenir le niveau de revenu que la loi reconnaît à ceux qui leur vendent leur force de travail" ! (Gervais *et al.*, 1976:624).

"A cynic might assert that the family farm is an institution which functions to entice farm families to supply batches of labour and capital at substandard rates of return in order to supply the general economy with agricultural products at bargain prices"

Este processo de transferência de renda não é particular ao regime capitalista. Mesmo em economias centralmente planificadas, ele desempenha um papel fundamental, como foi o caso da industrialização soviética, por exemplo. A única diferença entre o que ocorreu nos Estados Unidos e na União Soviética está na forma de operar a transferência. Esta ao menos é a opinião de outro importante economista norte-americano: segundo Owen (1966/1975), nos países Ocidentais, funcionou o modelo "mili-marshalliano" que fez do mercado o agente de uma transferência intersetorial em detrimento da agricultura. Ao invés de, como na União Soviética, entregarem seus produtos a um poder centralizado que fixava-lhes institucionalmente os preços, os agricultores norte-americanos são obrigados a vender suas safras a preços sobre os quais o Estado exerce um poder decisivo cuja base é exatamente a pulverização econômica do setor (Owen, 1966/1975:49-50). Os benefícios do progresso tecnológico na agricultura são rapidamente repassados para os setores não agrícolas, na medida mesmo em que as inovações técnicas aumentam a oferta e conduzem a uma redução nos preços médios. Por aí, os agricultores produzem um excedente econômico

*canalizado para atividades de investimento no setor não-agrícola, sem exigir em troca uma transferência de

valor produtivo equivalente para o setor agrícola" (Owen, 1966/1975:40).

O que caracteriza então a agricultura nos países desenvolvidos é uma

"...forma dinâmica de tributação intersectorial, inteligentemente aplicada pela 'mão invisível' (Owen, 1966/1975:51).

Essa taxação implícita nos preços pode ser quantificada ?

As tentativas neste sentido são bastante consideráveis e apontam todas, em primeiro lugar, na direcção de um aumento da produtividade na agricultura superior ao dos setores não agrícolas, sem que haja, aumento correspondente na renda. Owen (1966/1975) por exemplo mostra que nos períodos de 1937-48 e 1948-57, a produtividade dos fatores na agricultura norte-americana cresceu respectivamente 2,7% e 3,7% ao ano na agricultura e somente 2% nos setores não agrícolas. Num prazo maior, 1909-1949, a agricultura teve ritmo de mudança tecnológica duas vezes superior ao da indústria.

As comparações entre margens de lucro na agricultura e na indústria revelam para onde foi o essencial do produto deste avanço técnico, como explica Owen (1966/1975:52):

"...um lucro agregado negativo é sem dúvida a condição 'normal' no setor agrícola. Em contrapartida, as margens de lucro de todas as manufaturas nos Estados Unidos durante a década dos 50 variaram entre 4 a 5% do valor das vendas, deduzidas as taxas. Ainda mais impressionante é que o lucro agregado do maior setor de

sociedades anônimas não-agrícolas, também deduzidas as taxas, variou de 16,8 a 24,5 bilhões de dólares por ano, durante a década de 1950, com o lucro médio, baseado em 5 anos, aumentando de US\$ 16,5 bilhões em 1950 para US\$ 22,3 bilhões em 1960. Tivesse o setor agrícola experimentado um rendimento suplementar proporcional às taxas de lucro desses componentes do setor não-agrícola, tal retorno adicional teria aumentado a renda líquida dos agricultores, em 1960 de 1,5 a 2 bilhões de dólares*

A tabela XVII (ver acima, p.293) mostra que uma das consequências deste processo de transferência de renda foi a contribuição da agricultura na redução dos preços alimentares e, conseqüentemente, no índice geral do custo de vida nos Estados Unidos. Entre 1950 e 1968, enquanto os preços ao consumidor subiam 2% ao ano os produtos agrícolas conheciam uma redução de 0,2%. É interessante observar que além da elevação espetacular na produtividade do trabalho (6,8%), decorrente em grande parte do próprio êxodo rural, os rendimentos da terra conhecem também uma progressão importante (2,5%).

Na França igualmente é nítida a defasagem entre a elevação da produtividade agrícola e a compressão da renda do setor:

Entre 1946 e 1962 a evolução da produtividade agrícola foi de 100/272, enquanto a não agrícola evoluiu de 100/189,2. O rendimento por cabeça de pessoa ativa no mesmo período evoluiu, contudo, de 100/167,8 na agricultura, enquanto nos setores não agrícolas a sua evolução foi de 100/205,4 (Vergopoulos, 1974/1977:115)

Mesmo o êxodo rural e a imensa redução na população agrícola não foram capazes de reduzir aquilo que os autores frances apontam como desproporção entre o montante de trabalho dedicado à agricultura e a remuneração deste trabalho.

Com efeito, no início dos anos 1960, a agricultura francesa contava com 20% da população ativa, mas só produzia 10% das riquezas nacionais (Kroll, 1987:194). Em 1974, com 11% dos trabalhadores, o valor monetário dos produtos agrícolas não ia além de 6% do PIB (Gervais *et al.*, 1976:155). Em meados da década de 1980, para 8% da população ativa, a agricultura entra com 4% do PIB. Sinal de baixa produtividade? Esta é uma hipótese que os índices de progresso técnico no campo obrigam a descartar. No período 1949-62 a agricultura faz parte dos ramos de transformação mais rápida na economia francesa, conhecendo uma elevação de 6,8% na produtividade, comparada com os 5,5% obtidos nos outros setores. Entre 1973 e 1982, a produção agrícola na CEE aumentou 18%, contra 9% da industrial, embora neste mesmo período, a população ativa tenha caído 31% na agricultura e 9% na indústria (Kroll, 1987:196-197)

Se então a relação entre participação na população ativa/participação no PIB que em todos os outros setores da economia francesa é de 1/1, na agricultura é de 2/1 (Coulomb, 1985:25-26), isso não se deve a atraso do setor, mas ao fato de que os ganhos da produtividade agrícola foram repassados para outros setores sociais pelos mecanismos que permitiram de maneira permanente uma sub-avaliação do trabalho agrícola, num contexto de progresso técnico acelerado.

Por mais importantes que sejam os mecanismos de preços neste processo permanente de transferência de renda, sobre cuja base se explica, em grande parte, o caráter relativamente excepcional dos estabelecimentos baseados no trabalho assalariado em larga escala, na agricultura capitalista avançada, é claro que o mercado não teve sozinho o poder de levá-lo adiante. Este ponto é suficientemente conhecido para que possa aqui ser apenas mencionado. Com efeito, a partir da crise de 1929, o Estado capitalista moderno montou um imenso aparato intervencionista sem o qual a estrutura agrícola concorrencial levaria o setor fatalmente à bancarrota e impediria que, de maneira minimamente estável, ele cumprisse as funções estratégicas que desempenhou desde então. Mais do que proteger os agricultores, o sentido da intervenção estatal tem sido o de permitir a estabilização da oferta e dos preços agrícolas. É claro que isso só é possível se for garantida uma renda suficiente para cobrir as despesas de exploração e de manutenção da família do agricultor. Neste sentido, a política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso (9) entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares. O importante é que, por mais que as diferenças entre os ganhos agrícolas e o de outros setores possam ser compensadas pela valorização

9. Tanto Cochrane (1979) como Gervais *et al.* (1976) trabalham com esta idéia de compromisso.

patrimonial, o fato é que a renda agrícola é cada vez mais estabelecida institucionalmente.

O preço desta política para a sociedade tem sido elevadíssimo, como já notamos no capítulo VII (cf. por exemplo, nota..). O importante é que a estrutura familiar e o caráter competitivo da agricultura fornecem a base social objetiva para que o Estado assuma a função simultânea de controle da renda agrícola e ao mesmo tempo dos preços alimentares. Os dois termos básicos de que se compõe a agricultura capitalista dos países centrais - dispersão na oferta e intervenção estatal generalizada - são na verdade inseparáveis: é exatamente por sua natureza social específica, por seu caráter familiar, que a agricultura é obrigada a tolerar o mecanismo de transferência de renda com o qual a sociedade se beneficia de sua atividade. Ao mesmo tempo, o Estado preserva esta estrutura familiar e competitiva - ainda que sob o protesto frequente do liberalismo ortodoxo - pois ela assegura a possibilidade de um controle institucional sobre a renda agrícola e os preços alimentares, que seria impossível caso o setor tivesse a mesma concentração econômica que a indústria automobilística, por exemplo.

e) Agricultura e fordismo

Estes dados devem ser suficientes para demonstrar por que a ênfase no estudo da agricultura no capitalismo avançado está muito mais em suas funções globais para a economia, do que na sua capacidade setorial de representar um segmento significativo no processo de acumulação capitalista. São estas funções que tornam aceitáveis, como vimos no capítulo VII (ítem e) a massiva intervenção do Estado no setor e sua consideração explícita como um segmento diferenciado cuja exploração não tem por critério nem por objetivo a obtenção de patamares de lucratividade compatíveis com o restante da economia. Antes de fazer do produto agrícola base imediata de acumulação capitalista e extração de mais-valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar-se crescentemente a bens não alimentares e sobretudo os duráveis. Com efeito, a redução permanente e em larga escala do valor da força de trabalho foi a base essencial da mudança mais importante no capitalismo desde, sobretudo, a Segunda Guerra Mundial, e que transformou significativamente a cesta de consumo da grande massa de assalariados dos países centrais. Neste sentido, é interessante observar a convergência entre as análises e os dados expostos acima com os elementos centrais de uma importante escola de pensamento contemporânea, a

teoria da regulação. Com efeito, Aglietta (1976), Boyer (1986) e Lipietz (1986), entre outros, demonstraram o papel decisivo de novas formas de consumo, baseadas não só no acesso da massa dos assalariados aos bens duráveis, mas na conversão dos salários em força motriz do próprio crescimento após a IIa Guerra Mundial. Não se trata, é claro, de aprofundar a exposição a respeito da teoria da regulação, nem sequer de testar empiricamente seus pressupostos. Vale à pena entretanto comentá-la, na medida em que ela vai na mesma direção de um dos elementos básicos aqui desenvolvidos: o de que, no capitalismo avançado, não cabe à agricultura transformar-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade, mas sobretudo auxiliar no processo geral de moldagem de um novo modelo de consumo e, por aí, de acumulação. Vejamos a questão mais de perto.

É sobretudo pelo desenvolvimento do setor de meios de produção que o capitalismo se desenvolve. É daí que vem sua força dinâmica. Neste sentido, a miséria das massas não é, nem de longe, obstáculo à acumulação de capital. O próprio progresso técnico faz com que o departamento da produção social encarregado da oferta de meios de produção (D I) se desenvolva mais rapidamente que aquele ligado ao consumo direto dos indivíduos e famílias (D II). O mercado cresce em

função do aprofundamento da divisão do trabalho e não do consumo pessoal.

É basicamente com estas idéias que Lênin levou adiante seu combate contra os postulados econômicos populistas entre 1893 e 1899. Seu apoio teórico fundamental eram os esquemas da reprodução simples e ampliada desenvolvidos por Marx no Livro II d'*O Capital*. Lênin considerava próprio ao capitalismo a exclusão da massa de assalariados do consumo de novos gêneros desenvolvidos pela ampliação da capacidade produtiva. Esta premissa não o levava entretanto ao prognóstico de que o capitalismo esbarraria seriamente num problema de mercado (Lênin, 1899/1969:49-50), pois ainda que limitado, o desenvolvimento do departamento II conduzia a um desenvolvimento muito maior do departamento I e é neste que residia a força de crescimento do sistema (Lênin, 1983/1966).

Que esta imagem do capitalismo pudesse ao final do Século XIX generalizar-se é tão certo quanto o fato de que hoje ela não corresponde mais ao que ocorre, ao menos nos países centrais. Erro teórico? Mais uma vez, foi o que vimos no capítulo I, a teoria é incompreensível fora de seu contexto histórico: não apenas a ênfase na relativa independência entre o consumo pessoal e o crescimento capitalista era importante na polêmica contra os populistas, mas, de fato, até, no mínimo, 1929, o capitalismo cresceu sem incorporar

as grandes massas ao consumo de produtos que extrapolassem o necessário a sua sobrevivência mais imediata (10). Neste sentido, Lipietz (1986) fala do *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* como um estudo pioneiro a respeito de um tema central na teoria da regulação: os regimes de acumulação (11). Com efeito, o que caracteriza o momento anterior à IIa Guerra Mundial é o caráter extensivo do regime de acumulação vigente e a tendência daí decorrente de que o departamento I cresça muito mais rapidamente que o setor reponsável pela oferta de bens de consumo (DII). Não existe, no regime extensivo, integração orgânica,

10. O nível de pobreza absoluta nos Estados Unidos, por exemplo, caiu drasticamente desde os anos 1930, quando três em cada quatro famílias recebiam menos de US\$ 2.000 por ano. Em 1941 esta proporção desce para 3/5, em 1950 para 1/5 e em 1962 para 1/8, tomando por base o dólar constante de 1929 (Miller, 1973:120). Outro estudo mostra um quadro menos otimista: definindo uma linha de pobreza em torno de US\$3.000, o *Council of Economic Advisers* situava, em 1962, um quinto das famílias norte-americanas abaixo deste patamar e 12% abaixo de US\$ 2.000. De uma renda de US\$ 3.000, um terço seria consumido com alimentação, numa família de quatro membros e US\$ 800 com habitação, sobrando US\$1.200 para transporte, vestuário, cuidados pessoais, recreação, etc. (*Council of Economic Advisers*, 1973:376-378). O importante, de qualquer maneira, é que até 1929 muito mais que um terço das famílias estava simplesmente excluída do mercado de consumo de bens duráveis. Segundo Aglietta (1976), este total chegava a 45% do total.

11. O regime de acumulação é um

“...mode de réallocation systématique du produit régissant sur une période prolongée une certaine adéquation entre les transformations des conditions de la production et les transformations des conditions de la consommation. Um tel régime d’accumulation se résume par la donnée d’un schéma de reproduction décrivant de période en période l’allocation du travail social et la répartition des produits entre les différentes sections de la production” (Lipietz, 1986:32).

dependência funcional entre a produção capitalista e o consumo assalariado. O processo de produção e o modo socialmente dominante de consumo são desarticulados. Não é naqueles bens com os quais os assalariados gastam o essencial de suas rendas que se concentram os setores mais dinâmicos do sistema. As mudanças no processo de trabalho correspondente à grande indústria ainda não se traduzem por transformações equivalentes no processo de consumo. (Aglietta, 1976:60). Trata-se, neste sentido, de um longo período histórico em que os salários são muito baixos e as jornadas de trabalho imensas. Nestas condições, diz Aglietta (1976:61), a relação salarial ainda não está plenamente constituída: por seu trabalho os assalariados são, sem dúvida a força motriz do sistema, mas não por seu consumo.

Esta situação, que se encontra, em grande parte, para a teoria da regulação, na raiz da crise de 1929 - na medida em que conduz a um desequilíbrio intolerável entre os dois grandes departamentos da produção social - se transforma, sobretudo após a IIa Guerra Mundial, quando o fordismo passa a caracterizar o capitalismo avançado. O termo, como explica Lipietz, é emprestado a Gramsci e indica não apenas um aumento espetacular na produtividade, mas sobretudo a criação de novas formas de consumo que se tornariam vitais tanto para a acumulação capitalista quanto para sua coesão social (12). As normas sociais de consumo (13) operário vão

12. 'Le fameux 'haut salaire' est un élément qui se rattache à cette nécessité: il est l'instrument qui sert à

então adaptar-se às novas condições de produção, sem o que não haveria mercado para a massa crescente de produtos:

"Les transformations profondes de la division technique du travail permises par la chaîne de production semi-automatique élèvent énormément la capacité de production et requièrent par conséquent des conditions sociales propres à la circulation de masses de marchandises en augmentation rapide...cette façon de faire progresser la productivité du travail entraîne que l'investissement nourrit l'investissement sur une échelle toujours plus colossale, que l'élargissement des marchés dois se faire coûte que coûte..." (Aglietta, 1976:99).

Novos produtos entram então na cesta de consumo operário:

"Ce mode de consommation uniforme de produits banalisés est une consommation de masse. C'est une condition essentielle de l'accumulation capitaliste parce qu'elle contrecarre la tendance au développement inégal de la section I" (Aglietta:1976:131).

O fordismo envolve, portanto

"le principe d'une articulation du procès de production et du mode de consommation, constituant la production de masse qui est le contenu de l'universalisation du salariat" (Aglietta, 1976:96).

Embora os teóricos da regulação não tenham destacado explicitamente este ponto, eles fornecem elementos suficientes para que se possa concluir que a agricultura

sélectionner une main-d'oeuvre adaptée au système de production et de travail, et à la maintenir stable. Mais le haut salaire est un instrument à double tranchant: il faut que le travailleur dépense "rationnellement" son salaire plus élevé, afin de maintenir, de rénover et, si possible, d'accroître son efficacité musculaire et nerveuse, et non pour la détruire ou l'amoinrir" (Gramsci, 1934/1977:700).

13. "Il y a formation d'une norme sociale de consommation ouvrière qui est un déterminant essentiel du rapport salarial parce qu'elle est une modalité fondamentale de la plus-value relative. Par la norme sociale de consommation, le mode de consommation est intégré dans les conditions de production" (Aglietta, 1976:130).

desempenhou um papel decisivo no próprio estabelecimento deste novo regime de acumulação (14). De fato, o rebaixamento a longo prazo do valor da força de trabalho foi a condição necessária para a formação desta nova norma social de consumo. E neste sentido o caráter familiar da produção abriu o caminho para que os alimentos pesassem cada vez menos nos orçamentos dos assalariados como explica Aglietta (1976:59):

"La petite production marchande fut progressivement intégrée à la production capitaliste. Cette intégration créa une tendance permanente à la hausse de la productivité du travail dans l'agriculture et provoqua une grande extension de la production de moyens de production pour l'agriculture. Il en résulta une forte tendance à la baisse des prix agricoles qui vinrent se fixer au niveau juste nécessaire pour fournir le revenu monétaire permettant l'entretien d'une famille agricole, plus la valorisation du capital prêté par les firmes intégratrices et les banques. La baisse des prix agricoles fut elle-même décisive pour la diminution du salaire. Non seulement elle favorisa l'accumulation dans la section productrice des moyens de production; mais la concurrence dans l'agriculture permit le développement d'une puissante industrie agro-alimentaire".

É importante salientar também que o próprio produto agrícola sofreu transformações que o integraram nesta nova norma social de consumo. Ele foi padronizado, massificado e pode assim participar da verdadeira revolução que atingiu os padrões sociais de consumo alimentar, com base num aumento na ingestão de produtos de origem animal e de gêneros que passavam cada vez mais por processamento industrial. Estas

14. Este aspecto e a ligação feita aqui entre o caráter familiar da agricultura no capitalismo avançado e suas funções no estabelecimento do fordismo foram sugeridos, de maneira original, nos trabalhos de Veiga (1988b, 1989a e 1989b).

mudanças entretanto não implicaram numa elevação dos gastos alimentares dos assalariados, como explicam Kenney *et al.* (1989:135) em interessante aplicação da teoria da regulação à agricultura contemporânea dos Estados Unidos:

"Food prices fell in real terms, occupying an ever smaller portion of the consumer budget. And the form in which food was delivered to consumers resembled that of the other consumer industries"

É semelhante a conclusão a que se chega no exame de dois gráficos fornecidos no trabalho de Wilcox *et al.* (1951/1974). A figura 3 (anexo 3, cf. final da tese) na sua parte superior, mostra elevação tanto da renda disponível como dos gastos alimentares, embora estes, já no início dos anos 1950 cresçam menos que aqueles. O que é sensível é o declínio dos gastos alimentares como proporção da renda total, aproximando-se no início dos anos 1970 de 15%. Segundo Wilcox *et al.* o declínio nos gastos alimentares é correlativo à queda tanto nos preços agrícolas como também na própria renda dos agricultores, como se pode ver na figura 4 (cf. anexo 3, final da tese) que indica, num longo período histórico, um índice de paridade desfavorável à agricultura, com exceção do período correspondente e imediatamente posterior à IIa Guerra Mundial.

Numa interessante tentativa de comparação a respeito das estruturas sociais e econômicas vigentes em países capitalistas da América Latina e nas nações centrais, De Janvry (1981) chega a conclusões bastante próximas às dos

teóricos da regulação embora não os tenha como base de referência. Ele distingue, com efeito, aquelas sociedades onde existe uma articulação social entre salários e lucros, em que

"...the necessary relation between the development of production and consumption capacities (i. e. between derived demand for capital goods and final demand for wage goods) implies a social articulation between capitalists and laborers (De Janvry, 1981:27-28).

das economias desarticuladas, onde não são os salários os responsáveis por transmitir impulso decisivo à acumulação capitalista. Sob o regime de articulação social, é nos gastos salariais que se encontra o essencial da expansão do mercado, enquanto que nas situações desarticuladas é no consumo de camadas minoritárias da população ou nas exportações. Ora é justamente nos Estados Unidos, no período de consolidação do modelo fordista, que a agricultura acabou por desempenhar um papel importante (15).

15. Apesar do interesse de seu modelo e embora forneça os dados suficientes para concluir neste sentido, De Janvry não atribui importância ao fato de que nos países capitalistas avançados, a produção alimentar não é garantida por unidades produtivas repousando sobre o trabalho assalariado. Se a modernização e o progresso técnico foram decisivos na conquista da abundância alimentar, o fato de esta apoiar-se em unidades de produção familiares ou individuais foi decisivo para que seus preços fossem relativamente baixos. Curiosamente ele reduz esta função de rebaixamento do valor da força de trabalho à economia tradicional do Terceiro Mundo e, ainda assim, à fase histórica que antecede o desenvolvimento do capitalismo na agricultura:

"Functional dualism is thus only a phase of the development of capitalism in the periphery; it is being destroyed over time by being used today. It does not have its own stable laws of reproduction as Amin and Bartra suggested" (De Janvry, 1981:37).

"...in the years 1938-52, U. S. farmers enjoyed an especially favorable investment climate maintained by government price-support policies that had become an integral part of the pattern of articulated accumulation. The rapid adoption of yield-increasing innovations that ensued resulted not only in rapid productivity increases but also in a reduction in the real price of farm commodities, which in the 1950s and 1960s was sufficient to offset the rising costs of food processing and marketing and to keep food-price inflation below the general rate. Despite the side effects of large carry-over surpluses and high fiscal costs, on balance, federal management of the agricultural sector made a positive contribution to accumulation and growth." (De Janvry, 1981:176).

Produção familiar, progresso técnico permanente, safras abundantes, renda agrícola em queda (relativamente à renda nacional como um todo) e participação decrescente dos custos alimentares no orçamento dos assalariados, eis então que as particularidades da agricultura contemporânea quando comparadas a outros setores da sociedade adquirem todo seu sentido. Não há dúvida de que este padrão de desenvolvimento agrícola encontra seus limites na própria tendência permanente à superprodução hoje característica dos países capitalistas avançados. Os dados expostos acima referem-se sobretudo ao período compreendido entre a IIa Guerra Mundial

O que De Janvry, contrariamente aos teóricos da regulação, não percebe é que a articulação social, por ele tão bem posta em destaque, será tanto mais eficiente quanto mais real a tendência histórica à redução do valor da força de trabalho e que esta, como ele mesmo mostra na citação acima, passa por uma diminuição sensível nos gastos alimentares das famílias e pela conjugação, particular ao capitalismo avançado, entre progresso técnico e preços agrícolas em queda.

e o início dos anos 1970 quando então o fordismo entra francamente em crise. O estudo desta crise fugiria inteiramente aos objetivos deste trabalho. O importante aqui não é tanto discutir um padrão de desenvolvimento como fato historicamente imutável, mas mostrar que durante a fase que consolidou o mercado de consumo de massas característico das sociedades capitalistas centrais, a agricultura contribuiu decisivamente para que os gastos dos assalariados se emancipassem de sua dependência daquela reduzida cesta de bens que marca a vida da classe operária até no mínimo a crise de 1929 e integrassem novos produtos que, por sua vez, tornam-se centrais como fatores de impulso ao crescimento como um todo.

f) Capitalismo e natureza

Existe uma ligação direta entre o caráter familiar da agricultura e sua contribuição ao estabelecimento do regime fordista característico do capitalismo avançado após a IIa Guerra Mundial. Por que motivo, porém, esta ligação não pode ser estabelecida em outros setores da vida econômica? Assim como na agricultura foi possível compatibilizar a dispersão na oferta com o progresso técnico e, por aí, pressionar e controlar os preços em função de objetivos que extrapolam de longe a própria agricultura, por que o mesmo não ocorreu com os outros ramos da produção social que participam igualmente na composição da cesta de consumo dos assalariados? Por que

não foi possível estabelecer setores de transporte, construção de moradias, artigos de limpeza doméstica e higiene pessoal com base em economia familiar ? É claro que nestes itens também foi imenso o aumento da produtividade do trabalho e esta é uma das expressões mais importantes da elevação do salário real que marca os países capitalistas avançados desde a IIa Guerra Mundial (16). Mas não é necessário demonstrar que nestes setores não aparece, nem de longe, a particularidade que caracteriza a agricultura no capitalismo avançado.

A especificidade social e econômica da agricultura no capitalismo contemporâneo só é explicável a partir da base natural em que se assenta. Por maior que seja o desenvolvimento técnico - como o demonstram os altos índices de produtividade do trabalho e de rendimento da terra - e apesar das inovações trazidas sobretudo depois da IIa Guerra Mundial no plano genético e químico, o fato é que a agricultura conserva-se uma atividade fundamentalmente tributária da natureza e dependente de elementos biológicos sobre cujo ritmo e sequência o controle humano é limitado. Vejamos a questão mais de perto.

16. Veiga (1988b:67) fornece dados importantes a respeito: entre 1955 e 1966 o poder de compra dos assalariados (incluindo os salários indiretos) subiu anualmente 2,5% nos EUA e na Grã Bretanha, 5% na Alemanha e 5,3% na França. Para o Japão o crescimento foi de 3,2% entre 1953 e 1961 e de 7,8% entre 1961 e 1966. Para que se tenha uma idéia do contraste com relação ao período anterior à crise de 1929, Veiga (1988b:65) lembra, que, segundo Aglietta, os salários reais cresceram nos dez anos anteriores à crise de 1929 ao todo apenas 2% nos EUA !

Uma das mais importantes sistematizações a respeito foi a do economista norte-americano John Brewster em texto que se tornou, merecidamente, uma espécie de clássico no assunto. Por que razão, pergunta Brewster (1950/1969), na agricultura a mecanização, diferentemente do que ocorre na indústria, não elimina o caráter familiar da unidade de produção econômica? Com efeito, no período pré-mecânico tanto a agricultura como as atividades não agrícolas assemelhavam-se, no sentido de que em ambas os trabalhos obedeciam a uma ordem sequencial, "um após o outro" executados pelo mesmo indivíduo ou família (Brewster, 1950/1969:3)/

Embora apologista entusiasmado da livre empresa - da qual a agricultura familiar era, para ele, um dos derradeiros redutos - a análise de Brewster lembra muito as observações básicas de Marx nos capítulos do livro I d'*O Capital* dedicados à cooperação, à manufatura e à grande indústria. O fato é que a própria fábrica de alfinetes da *Riqueza das Nações* aponta para uma diferença essencial entre agricultura e indústria. O que, mesmo antes da introdução das máquinas, a cooperação simples inaugura é a transformação em elementos simultâneos daquilo que antes era obrigatoriamente sucessivo. Sobre este princípio, mostrou Marx, desenvolver-se o sistema fabril que é apenas uma extensão e um aprofundamento da cooperação e da divisão técnica do trabalho que ela implanta. As máquinas intervêm justamente sobre a sequência das operações. É a possibilidade de que a

sucessão no tempo das tarefas de transportar o fio metálico, de endireitá-lo, de cortá-lo, de aguçá-lo a sua extremidade, de preparar sua extremidade superior para receber a cabeça do alfinete (para usar as imagens de Adam Smith) se torne simultaneidade no espaço que permite a posterior substituição das ferramentas por máquinas, mas sobre a base do mesmo princípio. É pela mudança na ordem temporal das atividades que o trabalho, as ferramentas e as máquinas especializadas revolucionam o processo produtivo.

Submetida a forças naturais e ao fato de lidar com elementos vivos, a agricultura enfrenta obstáculos insuperáveis no processo de divisão do trabalho: é impossível, como diria o Conselheiro Acácio, colher e plantar ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Por mais que se reduza o tempo de germinação de uma cultura ou de gestação de um animal, o ritmo natural continua a decidir a ordem das operações produtivas. Neste sentido a Revolução Industrial na agricultura consiste em mudanças essenciais nos instrumentos de trabalho, mas não na sequência em que são usados. As operações agrícolas encontram-se tão separadas antes da introdução das máquinas quanto depois.

Este ponto foi colocado em destaque igualmente por Claude Servolin em importante trabalho de 1972. O que ele mostra é que a própria noção de trabalho não pode ser aplicada simplesmente à produção agrícola como à industrial. Ele

mesmo resumo, em seu mais recente livro, as colocações de 1972:

"...le travail agricole ne produit pas à proprement parler les matières végétales et animales, qu'elles soient destinées à des consommations intermédiaires (matière fourragères, par exemple) ou directement à la consommation humaine. Au sens strict du terme, l'agriculture n'est que l'exploitation par l'homme de certains processus biologiques: la reproduction et la croissance de végétaux et d'animaux domestiqués. L'essentiel de l'opération, c'est-à-dire la production de la matière nutritive, est accompli par les organismes vivants eux-mêmes. Le rôle de l'homme se borne en somme à fournir à ces organismes l'ensemble des conditions nécessaires à leur développement et à recueillir la matière nutritive produite" (Servolin, 1989:39)

Em outras palavras, o produto vivo não se deixa subdividir como o alfinete: não é possível que alguém se especialize na produção da sacarose do açúcar, um outro na sua biomassa, etc. Estes elementos não podem ser separados e se o forem não se tratará mais, rigorosamente falando, de agricultura, como veremos mais abaixo, no final deste item, ao abordarmos as modernas biotecnologias.

Mas se a divisão do trabalho é tão limitada, como é possível então que ocorra o progresso agrícola? De duas maneiras, responde Servolin (1972). Primeiro, pelo melhoramento das aptidões produtivas das espécies vegetais e animais trazido por sua seleção genética e, além disso, pelo controle das condições ambientais de desenvolvimento dos animais e das plantas: alimentação, fertilização, condições sanitárias, etc.

Quanto aos instrumentos produtivos e aos próprios insumos, não são eles os responsáveis pela elevação da produtividade. Seu grau de eficiência é proporcional às aptidões dos animais e plantas aos quais se aplicam. Não é a colheitadeira que produz o trigo nem a ordenhadeira mecânica que fabrica o leite. E é exatamente neste sentido então que, por definição, o trabalho agrícola não é industrial.

O que as contribuições de Brewster e Servolin mostram é que a diferença entre agricultura e indústria não se refere simplesmente ao tempo de produção, como supõem, por exemplo Mann e Dickinson (1978/1987). Tanto é assim que a hipótese de que

a capitalização da agricultura avança mais rapidamente nas esferas onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso (e de que)...as esferas da produção caracterizadas por uma relativamente rígida não-identidade entre o tempo de produção e o tempo de trabalho provavelmente não serão atrativas ao grande capital, e assim deixadas, de certa forma, ao pequeno produtor" (Mann e Dickinson, 1978/1987:17),

esta hipótese foi refutada empiricamente por Mooney (1982/1987), que não teve dificuldade de mostrar que, se verdadeira a idéia de Mann e Dickinson, o trabalho assalariado deveria concentrar-se ali onde fosse menor a variação de seu emprego durante o ano. A produção de laticínios é um exemplo que desmente a tese de Mann e Dickinson, pois sua variação no uso de mão-de-obra durante o ano é baixa e não se trata, na maior parte dos casos, de um setor de grandes concentrações de assalariados.

O que, em última análise, tanto Brewster como Servolin colocam em questão - e que não pode ser reduzido simplesmente à questão do tempo de produção - é que a agricultura, opondo-se ao aprofundamento da divisão do trabalho, bloqueia os elementos que levam à formação do trabalhador coletivo de Marx, ao menos por quatro razões básicas:

1) A especialização funcional e das tarefas desenvolve-se na indústria, mas não na agricultura: foi justamente o que Adam Smith demonstrou com sua fábrica de alfinetes. Embora existam apanhadores de café ou de cana-de-açúcar é o volume da safra que implica a sua colheita por um coletivo de pessoas e não o fato de este trabalho resultar de uma especialização decorrente do desenvolvimento da divisão técnica do trabalho. Ao contrário, na agricultura, quando o trabalho se mecaniza, a tendência é a uma brutal redução na quantidade necessária de trabalhadores. Na esmagadora maioria dos casos, o progresso técnico na agricultura não resulta de sua subdivisão. As etapas produtivas e sua sucessão na produção de cana-de-açúcar não se alteraram fundamentalmente do século XVII para cá.

2) é impossível, na indústria, a unidade entre a supervisão e o trabalho propriamente dito, em função do próprio avanço da especialização que vai exigir um organismo coordenador do

trabalho coletivo. Na agricultura esta unidade é não só possível como a mais usual.

3) Na indústria a relação do trabalhador ao produto é então necessariamente fragmentada. O "trabalhador parcial e sua ferramenta" (para usarmos a expressão de Marx) e mais ainda o operário industrial encontram-se totalmente distanciados de seu produto, sobre o qual não têm qualquer poder enquanto indivíduos. Na expressão de Brewster (1950/1969:7) não há, na indústria, qualquer "identificação pessoal" com o produto.

4) A transformação dos trabalhadores em autômatos, sua submissão integral ao ritmo coletivo imposto pelo processo mecânico, própria da passagem da manufatura à grande indústria, não ocorre na agricultura. é a natureza e não o processo mecânico que escraviza o trabalhador a seu ritmo. Ou, nas palavras de Brewster (1950/1969:8),

"...the shift to machine methods in agriculture leaves the farmer in the same self-directing which the industrial worker enjoyed in the handicraft era".

A agricultura, em suma, é avessa à essência da socialidade capitalista: esta é a conclusão que se retira da leitura do texto de Brewster e de certa forma a que sai também dos trabalhos de Servolin (1972, 1985 e 1989). E é paradoxalmente por isso que ela se conserva o último baluarte da livre empresa. A criação do trabalhador

coletivo, desta nova espécie que incorpora o trabalho abstrato nela mesma e cuja existência, portanto, pressupõe a mais completa negação de todas as faculdades e virtudes individuais, eis a base do sistema de máquinas tal como desenvolvido na indústria. Se há uma descoberta de Marx que tanto a história quanto o pensamento econômico contemporâneo só fazem confirmar, é a referente à necessária negação das capacidades individuais do trabalhador como fundamento da aparição de sua potência coletiva. Nada disso ocorre na agricultura nem ocorrerá enquanto não houver aí fundamento técnico para estabelecer a divisão do trabalho sobre cuja base opera o trabalhador coletivo e o sistema de máquinas ao qual se submete: enquanto ela se mantiver agricultura.

Isso não significa, é claro, a impossibilidade da existência de empreendimentos ultra-familiares ou sua inferioridade com relação aos familiares. Quer dizer apenas, sob o ângulo prático, que aquelas forças irresistíveis que fazem da unidade de produção familiar um elemento necessariamente retrógrado e incompatível com o avanço técnico na indústria praticamente como um todo, não se encontram na agricultura. Não é fundamentalmente em virtude das vantagens derivadas de sua maior competitividade que os estabelecimentos ultra-familiares se desenvolvem, como explica Brewster (1950/1969:8)

"In agriculture, functional specialization does not stem from any technological advance but from the power of a few to expand farm holdings substantially beyond

the ability of a family to do the work in any particular operation*.

Esta opinião é partilhada por Dorel (1985) que tampouco encontra razões técnicas que permitam afirmar qualquer tipo de superioridade das grandes corporações sobre as unidades familiares. Ao contrário, em seu estudo sobre as grandes fazendas norte-americanas no *croissant périphérique* entre a Flórida e a Costa Noroeste dos EUA - ao qual nos referimos no capítulo V - ele mostra como foram importantes ao sucesso econômico destes empreendimentos tanto a mão-de-obra estrangeira barata com a qual contam, quanto os grandes trabalhos públicos dos quais estas iniciativas privadas se beneficiaram. É muito mais o poder do que a eficiência que explica sua prosperidade.

Na verdade, a relação entre eficiência econômica e tamanho da exploração agrícola é um dos temas mais controversos entre os especialistas. A única conclusão possível a respeito é que a relação entre tamanho e eficiência na agricultura é muito diferente daquela observada na indústria, ao menos n.m sentido: se em alguns casos, o aumento da área cultivada pode levar a redução dos custos, isto não significa que estes estabelecimentos maiores e mais eficientes se baseiam em trabalho assalariado. De qualquer forma não é absolutamente linear a relação entre aumento de tamanho e diminuição de custos. Eis alguns dados a respeito.

Relatório do USDA (1981, *apud* Goodman *et al.*, 1987) sugere que em estabelecimentos relativamente pequenos é perfeitamente possível usar de maneira econômica a maior parte dos recursos técnicos disponíveis para a agricultura. O tamanho necessário para atingir 90% das economias de escala em 1979 era de 143 acres para uma produção de amendoim/soja/milho no Sudeste norte-americano e de 450 acres para uma de trigo/centeio no Pacífico noroeste. Para atingir os 10% remanescentes de recursos técnicos de maneira econômica, estas propriedades, entretanto, deveriam mais que dobrar sua extensão (Goodman *et al.*, 1987:169-170).

O U. S. Congress Office of Technology Assessment (1986:163-185) pesquisou a existência ou não de economias de tamanho para os principais produtos de lavoura da agricultura norteamericana e somente para dois deles pode detectar tendências nacionalmente homogêneas e claras. No milho existem nítidas vantagens econômicas com o aumento do tamanho. Uma empresa muito grande (1.000 acres, pela definição da pesquisa) tem em média vantagem de 11% nos custos, com relação a uma empresa de 250 acres (considerada de tamanho moderado). Neste intervalo, cada aumento de 15% na área corresponde a uma redução de 1% nos custos produtivos. As fontes de economia são: rendimentos (de 3% a 10% superiores), menores gastos com fertilizantes, combustível, lubrificação, reparos e redução nos custos de colheita. O estudo observa que as

grandes empresas necessitam de menos máquinas e estas deslocam-se menos vezes ao campo.

Já o caso do arroz indica uma situação generalizada nacionalmente de deseconomia de tamanho. Um estabelecimento muito grande (2.400 acres) tem desvantagem de 4% nos seus custos com relação a um médio (600 acres).

Para os outros produtos a situação é muito heterogênea nacionalmente e, na média, mostra vantagens bem pouco expressivas das grandes unidades de produção. No caso da soja, por exemplo, empresas muito grandes (800 acres) possuem vantagens de custo de 1% sobre as médias de 300 acres. É preciso um crescimento de 179% na área para que se chegue à obtenção de redução de 1% nos custos. Uma empresa de 2.600 acres especializada na produção de trigo tem vantagem de custo de 3% sobre uma de 640 acres. Neste intervalo a cada 36% de aumento no tamanho corresponde 1% de redução nos custos. Quanto ao algodão, o estabelecimento muito grande (3.000 acres) tem vantagem de 2% de custos sobre o de 650 acres. É preciso um aumento de 77% na área para obter uma redução de 1% nos custos. A conclusão do estudo é resumida na tabela XVIII.

Tabela XVIII

Economias de tamanho para produtos selecionados. EUA, média nacional. Dados recolhidos entre 1979 e 1983

milho	crecente
arroz	decrecente
trigo	constante
algodão	constante
soja	constante

Fonte: U. S. Congress Office of Technology Assessment (1986:170)

Portanto, não é possível generalizar a situação em que o aumento do tamanho do estabelecimento signifique ampliação de sua eficiência. E é fundamental ter em mente que mesmo estes estabelecimentos muito grandes são, na sua maioria, empreendimentos que contam fundamentalmente com mão-de-obra familiar.

Não há dúvida de que historicamente esta situação poderá ser alterada. O mais provável entretanto (e os dados a respeito da relação entre tamanho e custos do estudo do U. S. Congress Office of Assesmente and Technologie, 1986, sugerem claramente esta conclusão) não é que os atuais estabelecimentos cresçam cada vez mais até o ponto de exigirem para sua operação um contingente apreciável de mão-de-obra assalariada. A alteração histórica desta situação só poderá vir de maneira impactante na medida em que a própria agricultura, enquanto segmento específico da produção

social, perca importância. Aliás é no sentido desta perda - e não no sentido da sua transformação sobre bases sociais novas - que o progresso técnico recente aponta, embora de maneira muito mais lenta do que há alguns poucos anos chegaram a acreditar os que falavam em "revolução biotecnológica".

Goodman *et al.* (1987) escreveram certamente o mais ousado e interessante trabalho a respeito. As biotecnologias possuem a virtude de romper os limites que a agricultura impõe à produção de caráter industrial dos alimentos e fibras. É bem verdade, mostram eles, que o progresso técnico no campo, muito antes da atual onda de inovação biotecnológica, tem consistido, em grande parte, neste movimento emancipatório que eles examinam sob dois termos. Por um lado, o apropriacionismo é o processo pelo qual elementos vivos participantes da produção agropecuária são substituídos por meios de produção de origem industrial. A indústria apropria-se daquilo que dependia de forças naturais quando, por exemplo, os cavalos de tração cedem lugar aos tratores e os fertilizantes orgânicos aos minerais. Talvez o mais importante caso de apropriacionismo é aquele que tornou a produção pecuária cada vez menos dependente da ocupação de grandes espaços de terra, com o avanço dos métodos de confinamento.

Já o paradigma do substitucionismo é dado pela indústria química: os produtos agrícolas são substituídos por industriais quando se fabricam fios sintéticos ou quando a produção de sacarose torna-se independente do açúcar ou do milho. Evidentemente entre o fio sintético e o gênero inteiramente rural, há um sem número de variações intermediárias. O importante é que novos produtos, de natureza cada vez mais industrial, são introduzidos no mercado: foi o caso da margarina (no século passado) do leite em pó e das mais diferentes matérias-primas.

é este duplo campo de ação que as modernas biotecnologias vêm desenvolver e, na opinião de Goodman *et al.* (1987:98), generalizar. Em primeiro lugar, as biotecnologias tendem a mudar um aspecto básico do apropriaçãoismo tal como se desenvolveu, sobretudo entre o final da IIa Guerra e o primeiro choque do petróleo: seu caráter altamente intensivo no uso de recursos não renováveis. Já são apreciáveis os resultados de técnicas de plantio, de rotação, consorciação de culturas, de integração e manipulação de elementos vivos que permitem elevação de produtividade, controle de plantas e animais adventícios com custos energéticos significativamente menores que os praticados no período de petróleo barato. A idéia fundamental para os críticos da revolução verde de que suas conquistas genéticas traziam fatalmente prejuízos econômicos e ambientais (17) - já que

supunham que as novas sementes de alta potencialidade contariam necessariamente com fertilizantes químicos e pesticidas para enfrentar um ambiente hostil - foi colocada seriamente em questão pelas biotecnologias contemporâneas, que vêm permitindo o controle da resistência das plantas pela própria manipulação de seu material genético. Vão neste sentido também novas técnicas de fixação de nitrogênio independentes da utilização de recursos fósseis não renováveis.

Mesmo a convicção de que o regime alimentar contemporâneo do Ocidente - altamente intensivo no consumo de carne - tem seu calcanhar de Aquiles, sob o ângulo econômico e social, no desperdício calórico que representa a conversão sistemática e negativa de vegetais em produtos animais, sofre sério abalo (18). De fato as biotecnologias permitem aumento do rendimento em carne e leite dos animais, com acréscimos relativamente pequenos na quantidade consumida de forragens: é cada vez menos às custas de recursos calóricos escassos que se engordará os rebanhos. Tanto porque estas calorias tendem a ser menos escassas como também porque a obtenção de

17. Meu livro de vulgarização sobre a fome traz claramente esta associação (Abramovay, 1983).

18. Permito-me tocar nestes assuntos (o custo energético do progresso técnico na agricultura contemporânea, o regime alimentar do Ocidente e o desperdício calórico a que leva) apenas de passagem, pois foram verdadeiramente paradigmáticos desde o início dos anos 1970, dando origem a uma produção extremamente vasta, sobretudo nos países capitalistas avançados. Ver entre outros, George, Francis More Lappé, Ravnignac, Chonchol.

produtos animais será barateada pela elevação da produtividade.

Alguns alimentos tornam-se quase inteiramente autônomos com relação ao meio rural. As conquistas biotecnológicas recentes têm alcançado grande sucesso na produção de proteínas unicelulares (*single cell proteins*), cujos resultados destinam-se sobretudo à alimentação animal.

O uso generalizado das modernas biotecnologias seria, em tese, portanto o único caminho pelo qual a agricultura poderia ser industrializada. Neste caso sim, fica claro que o termo agricultura seria puramente sugestivo: desapareceria a base fundiária, o ambiente rural e a dependência de circunstâncias naturais sobre as quais o homem não tem controle direto, na obtenção de animais e plantas. É neste sentido então que Goodman et al. (1987:156) opõem o padrão produtivo sugerido pelas modernas biotecnologias e que representa, para eles, a possibilidade de o capital apoderar-se da oferta de alimentos e fibras, à

"intractability of agriculture to capitalist production processes" 156.

Tudo isso entretanto, só pode ser colocado no condicional. Por mais que a supressão da agricultura (e portanto o aprofundamento permanente da divisão do trabalho) esteja, teoricamente, entre as possibilidades colocadas pelas conquistas técnicas contemporâneas, sua realização econômica encontra-se muito mais distante do que acreditavam as

primeiras pesquisas sobre o assunto, a partir do início da década de 1980. Frederick Buttel, por exemplo, um dos mais eminentes pesquisadores sobre o tema, não hesitava, em 1986, em falar da natureza revolucionária das modernas biotecnologias. Este também é o tom geral do trabalho do U. S. Congress Office of Technology and Assessment (1986), bem como o do livro de Goodman *et al.* Hoje este entusiasmo encontra-se certamente atenuado.

Numa revisão de suas próprias opiniões a respeito, Buttel (1990) mostra que as modernas biotecnologias seguem caminho evolucionário (e não revolucionário) com relação àquele traçado pela Revolução Verde: por um lado, as biotecnologias contribuem, é verdade, para solucionar o impasse energético que ameaçava estrangular o desenvolvimento da produtividade com base nas técnicas difundidas pela Revolução Verde. É preciso notar, porém, que os ganhos de produtividade obtidos com o uso de biotecnologias não estão prestes a representar num futuro próximo qualquer alteração significativa com relação ao que vinha sendo alcançado até aqui. O fato é que, antes mesmo da introdução generalizada das biotecnologias, os ganhos de produtividade já são altíssimos e chegam a 2,43% anuais (0,55% *per capita*) entre 1950 e 1985 na agricultura mundial. Nada é menos evidente que uma tendência à elevação espetacular destes níveis já tão altos. Buttel adverte sobretudo contra a "magic bullet imagerie" das biotecnologias que propagou-se durante os anos 1980. Nos

grandes produtos calóricos (trigo e arroz, por exemplo) nada indica que as biotecnologias vão trazer ganhos de produtividade comparáveis aos alcançados durante a Revolução Verde. É bem verdade que o uso de hormônios pode fazer dobrar a produção de leite. Até aqui porém, embora o estudo do *U. S. Congress Office of Technology and Assessment* (1986:10) previsse o uso comercial destes hormônios em 1989, eles ainda não foram aprovados pela legislação norte-americana e nada indica que o serão ao menos nos próximos cinco anos. E o prazo no qual Buttel (1990:14) prevê que os avanços na biologia molecular sejam aplicados às mais importante colheitas mundiais traduzindo-se no aumento de sua eficiência fotossintética é de duas a quatro décadas. Não se pode assim subestimar o peso que as modernas biotecnologias terão na produção agropecuária, mas as possibilidades científicas até aqui alcançadas estão muito longe de colocar a oferta de alimentos e fibras na iminência de sua transformação em atividade de natureza industrial.

g) Resumo e conclusões

1) A diversidade das situações históricas em que a unidade familiar de produção constitui a base social do desenvolvimento agrícola é tão ampla, que convida ao exame das razões estruturais que levaram o setor a um tipo de

organização substancialmente distinto de outros ramos da vida econômica.

2) Não é qualquer tipo de atraso econômico ou técnico da agricultura que explica a função importante de transferência de renda que ela desempenhou para os países capitalistas avançados, sobretudo após a crise de 1929. Ao contrário, as próprias políticas estatais contribuíram para que a oferta abundante de produtos agrícolas tivesse por base um setor cuja atomização não significa incapacidade de progresso técnico permanente.

3) A busca incessante do progresso técnico numa estrutura competitiva tende a transformar em redução de preços os ganhos de produtividade. Se esta tendência não traz a derrubada violenta das cotações é porque cabe ao Estado a manutenção da renda agrícola.

4) Isso significa que a natureza da intervenção estatal na agricultura não pode ser interpretada à luz da defesa dos interesses de certos segmentos da classe capitalista: não é apenas a agroindústria, mas o conjunto da sociedade que acaba por beneficiar-se de políticas estatais que resultam na estabilização - e em alguns momentos na queda - dos preços alimentares, através do controle da renda agrícola.

5) Os limites deste controle são duplos. Por um lado, o agricultor transforma em ganho virtual e futuro, através da elevação do valor de seu patrimônio, aquilo que a regulação estatal dos preços lhe anuncia como perdas - ao menos relativamente a outros setores econômicos - presentes. Por outro lado, a renda agrícola é decidida institucionalmente e a partir de um compromisso entre um certo patamar de ganhos para os agricultores e um certo nível de preços para os consumidores.

6) A agricultura nos países capitalistas avançados, neste sentido, cumpriu de maneira adequada o papel central que a própria economia clássica reserva ao setor no quadro do desenvolvimento capitalista: o de permitir oferta de alimentos capaz de rebaixar sistematicamente o valor da força de trabalho.

6) Ultrapassando o âmbito de interpretação da economia clássica, a teoria da regulação foi usada aqui como apoio à interpretação da função contemporânea da agricultura no capitalismo central: além do próprio consumo alimentar ter-se adaptado às normas do fordismo, a redução nos preços agrícolas foi uma das condições importantes para a mudança significativa nos padrões de consumo dos assalariados dos países capitalistas avançados, sobretudo após a crise de 1929.

7) Um dos elementos explicativos básicos para o peso predominante de unidades familiares na estrutura social da agricultura no capitalismo avançado está nas particularidades naturais da agricultura. Operando a partir de elementos vivos, a agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria. Esta limitação está na raiz da dificuldade que aí encontra a atuação de empreendimentos baseados no trabalho assalariado: o que é particular à agricultura não é a superioridade da produção familiar, mas, diferentemente dos outros setores da vida econômica, a inexistência nítida de vantagens decorrentes de tamanho das empresas repousando sobre o uso de assalariados. Isso não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas dos limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura.

Conclusão

"...abordamos tudo à luz de uma
teoria preconcebida" (Popper,
1970/1979)

I

Uma crise de paradigma se instala quando os pesquisadores de determinada área começam a se questionar a respeito das teorias e dos métodos com que trabalham, muito mais que aplicá-los a estudos empíricos específicos. Se isso é verdade, não há dúvida de que esta crise atingiu a fundo - e não só no Brasil - os estudos agrários (Abramovay, 1990a). São frequentes os textos e as conferências voltados a discutir os princípios dentro dos quais certos campos de pesquisa podem se desenvolver, mais do que trazer dados resultantes de sua utilização. É certamente deste tipo de preocupação, igualmente, que nasceu o presente trabalho.

Após treze anos de atividades de pesquisa em torno de sociologia rural e economia agrícola, a insatisfação com o conjunto conceitual com que trabalhei até então foi tamanha, que me obriguei a empreender um balanço das minhas próprias convicções. Foi o incômodo provocado pelo paradigma leninista/kautskyano que me fez estudar tanto teorias alternativas sobre o campeginato (parte I) quanto sobretudo os rumos que tomou de fato o desenvolvimento capitalista da agricultura e que negam aspectos centrais do paradigma (parte II). Mas o incômodo vinha também das tentativas de atenuar o rigor do veredito embutido nas teses clássicas e assim compatibilizar uma suposta teoria marxista do problema agrário com os principais fenômenos sociais contemporâneos,

particularmente com o predomínio das unidades familiares de produção.

O primeiro capítulo tem a missão de desfazer a armadilha da universalidade teórica: não existe, rigorosamente falando, uma teoria marxista da questão agrária, além das anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária. De resto, tanto Lênin, como Kautsky insistem na tendência da agricultura a incorporar os padrões dominantes de diferenciação social, o que resulta, em Lênin, na idéia de que o proletariado rural carrega o futuro da organização agrícola e, em Kautsky, na convicção do irreversível declínio da produção familiar. Nenhum nem outro examinou a fundo o funcionamento deste organismo particular que é a família camponesa. Não o fez em função da orientação teórica que os movia, onde é somente na esfera da sua socialidade crescente que as classes sociais merecem atenção. Por aí, tanto as particularidades decorrentes do caráter familiar do processo produtivo como do próprio peso dos fatores naturais em sua determinação ficavam senão apagados, ao menos vistos como momentos transitórios, cuja superação não tardaria a chegar. É neste sentido então que não existe uma definição de camponês no interior do marxismo.

Os anos 1970 foram pródigos em elaborações teóricas onde o capitalismo se tornava o elemento explicativo das mais variadas realidades sociais. As idéias althusserianas de

sobredeterminação, de articulação das diferenças no interior de um vetor determinante comum, de relação entre modos de produção variados apareciam como a alternativa àquilo que na época se chamava de uma versão evolucionista do marxismo. Uma espécie de noite em que todos os gatos são pardos caiu sobre o conhecimento teórico e o modo de produção capitalista passou a funcionar como elemento explicativo do atraso, do progresso, da miséria, da opulência, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Na esteira desta indiferenciação, o camponês convertia-se em produto do capital: o capitalismo permitia compreender as formas não capitalistas de produção.

Não há dúvida de que desde então, o panorama intelectual mudou. Entre os resquícios desta época, porém, está o chamado problema da "pequena produção" e não são poucos, entre nós, os trabalhos voltados a mostrar como os "pequenos produtores" são explorados e dominados no interior do capitalismo. Tanto Chayanov (capítulo II), como os economistas neoclássicos que formalizaram modelos de comportamento econômico do camponês (capítulo III) puderam realizar aquilo que se encontra, por definição, fora do âmbito da teoria marxista: aprofundar o conhecimento do campesinato sem entrar no mérito das relações sociais mais amplas que o determinam. Em todos os casos estudados, entretanto, o comportamento apresenta particularidades que só podem ser compreendidas na idéia de que a racionalidade

econômica do camponês é incompleta (capítulo IV), que ele se norteia por um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, que se traduzem em regras não redutíveis a elementos puramente econômicos. Se existem setores que se beneficiam da exploração de seu trabalho, isso ocorre no quadro social e cultural característico de sociedades camponesas, onde relações personalizadas, de dependência e lealdade fazem do próprio mercado um elemento de atuação forçosamente parcial e imperfeita.

Neste sentido, não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: ali onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêem esvanecer-se as bases objetivas de sua própria reprodução social. Pode-se lamentar este fato e perguntar, como Henri Mendras (1967:316) no final de seu livro: "et que sera un monde sans paysans"? Mas não se pode escamoteá-lo muito menos pela tentativa de encontrar no "capital" um elemento socialmente interessado na manutenção da produção camponesa.

Após ter oferecido as principais características do campesinato na parte I, não me pareceu necessário montar uma tipologia pela qual ficassem formalizadas suas diferenças com relação à agricultura familiar contemporânea dos países

capitalistas centrais. Preferi tomar o caminho da descrição, tanto para mostrar o fato frequentemente ignorado de que nestas nações o empreendimento familiar tem um peso decisivo na oferta agrícola, como para indicar alguns traços de seu comportamento, alguns mecanismos de seu funcionamento e algumas funções macroeconômicas por ele desempenhadas.

O objetivo básico da Parte II do trabalho é contribuir para o estabelecimento de novas referências para o próprio estudo do problema agrário. Quando se diz que as previsões marxistas clássicas não se confirmaram, isto não significa que o campesinato tenha qualquer importância nestes países. Significa sim que, tanto por seu papel na reprodução social e econômica, quanto em virtude das particularidades naturais da agricultura (tão pouco estudadas pelos clássicos marxistas), o desenvolvimento capitalista contemporâneo aí baseia-se sobre uma forma social inédita e que é o próprio eixo de seu processo de modernização. Não se trata de uma criatura espontânea de seu processo de crescimento. O interesse deste estudo, sob um ângulo sociológico geral, está no paradoxo de que o setor onde é mais importante a iniciativa individual, que mais se diferencia dos outros por sua estrutura pulverizada, é exatamente aquele cuja reprodução depende, mais que todos os outros, da intervenção direta de uma esfera pública em todos os aspectos de sua existência. Se, como vimos no final do capítulo VIII, a agricultura, pelo fundamento biológico de seu processo

produtivo, opõe resistência ao avanço da divisão do trabalho e, assim, ao próprio domínio da socialidade capitalista, se é verdade que aí o trabalhador coletivo não se ergue como a nova espécie capaz de atuar imediatamente como organismo integrado no processo de trabalho, isto não quer dizer que ela seja o terreno onde reina livre e soberano o indivíduo. Ao contrário, apesar de sua base individual, a existência da agricultura capitalista nos países centrais é inteiramente coletiva: a "validação" do trabalho do agricultor (para usarmos a feliz expressão de Servolin, 1989), a chancela pela qual ele é reconhecido como parte alíquota do trabalho social não se origina do mercado, embora opere através do mecanismos dos preços. O reconhecimento do trabalho do agricultor, mais que isso sua moldagem e a determinação de suas modalidades de organização dependem do Estado.

É muito frequente que se tome esta expressão como o resultado do feliz exercício corporativo por parte dos agricultores. Por esta versão, os próprios gastos públicos com a sustentação dos preços agrícolas resultariam de um conjunto irresistível de pressões cujos beneficiários quase exclusivos seriam os produtores agrícolas. Embora as pressões sejam reais, trata-se de hipótese pouco verossímil. Vimos no capítulo VIII que estas pressões traduzem mais fraqueza do que força: o fato é que, nos países capitalistas avançados, a determinação da renda dos agricultores encontra-se entre as mãos de uma esfera pública. Escapa-se

das vicissitudes do mercado para o bem e para o mal. Os ganhos são controlados às vezes, como vimos, em função inclusive de diplomas legais que estipulam o montante da renda dos agricultores com relação a outras categorias de trabalhadores na sociedade. Ao invés de o mercado funcionar, *ex post*, como o fator de reconhecimento da utilidade de certo segmento do trabalho social, o Estado opera como elemento centralizador e responde em última análise pela alocação da atividade dos agricultores. Apesar de sua base individual, é difícil imaginar atividade econômica mais socializada !

É nesta unidade entre a natureza fundamentalmente familiar da agricultura e seu funcionamento a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos que reside justamente a pedra de toque da modernização da agricultura nos países capitalistas avançados. É este o paradoxo que permitiu ao Estado levar adiante uma política simultânea de rendas e de preços que foi uma das condições importantes para a própria implantação do modelo de consumo de bens duráveis de massa, característica fundamental do período expansionista que conheceu o capitalismo entre a IIa Guerra Mundial e o início dos anos 1970. Vale dizer, o que mudou na agricultura dos países capitalistas centrais não foi apenas sua base técnica, ou sua integração a conjuntos econômicos que extrapolam o setor: a característica central da agricultura

moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento. É equivocada a tentativa de localizar um segmento específico da classe capitalista que se beneficie com isso: o traço central do desenvolvimento agrícola no capitalismo avançado encontrar-se justamente no caráter socializado deste setor, isto é, no fato de ele, mais que qualquer outro operar a partir de um conjunto de normas resultantes, é claro, de conflitos sociais e de compromissos, mas que são cada vez mais públicas. A própria unificação européia faz com que o agricultor holandês saiba perfeitamente que é em Bruxelas, e não junto a sua cooperativa local, que se decide o seu destino.

Esta é uma das razões pelas quais as políticas públicas para a agricultura capitalista contemporânea tendem a incorporar elementos que não são exclusivamente econômicos: o meio ambiente, a luta contra o abandono do campo, o estímulo à diversificação das atividades produtivas são preocupações incompatíveis com o mercado como instância socialmente organizadora: o lugar crescente destas preocupações, sobretudo na CEE, decorre exatamente do caráter público de que se revestem as principais decisões concernentes à vida dos agricultores: é nítida aí a tendência do Estado de traçar sua política agrícola não em função de objetivos puramente econômicos, mas também levando em conta as necessidades de valorização do meio rural.

ii

As consequências dos resultados aqui atingidos para o estudo do caso brasileiro constituem o tema em torno do qual pretendo trabalhar daqui por diante. É claro que cada uma das conclusões expostas neste trabalho, por mais que se relacionem seja a teorias gerais sobre a produção camponesa, seja a realidades muito diferentes da nossa, traz questões que me parecem decisivas para o Brasil. Vou abordar agora, de maneira prospectiva, algumas das questões que a tese levanta com relação ao caso brasileiro, alertando quanto ao fato de que não se trata aqui de provar as proposições expostas, e sim de sugerir problemas, hipóteses em torno dos quais a pesquisa deverá ser aprofundada.

Um dos riscos mais graves que se corre ao tentar um estudo comparativo é o da formulação de unidades analíticas tão vastas que, sob o impulso de destacar identidades e diferenças, coloquem fatos e processos singulares à sombra. Pior, a comparação induz frequentemente a generalizações abusivas. Países desenvolvidos em oposição aos subdesenvolvidos; os Estados Unidos e o Brasil: na verdade, cada país e, no limite, cada região compõem-se de um conjunto de fenômenos, cuja redução a um denominador comum

dificilmente será efetuada sem seu quase completo empalidecimento.

Apesar da prudência exigida - senão por razões teóricas ou metodológicas mais sérias, ao menos pelo bom senso - a comparação é não somente possível, mas necessária. Ela nos convida a evitar um perigo no mínimo tão grande quanto aquele envolvido nos abusos a que ameaça conduzir: o de se tomar as teorias sociais como a expressão acabada de processos universais que, aplicados à realidade, resultariam em conhecimento.

As teorias ligadas ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (e basicamente a de Lênin, como vimos no capítulo I e em parte também no capítulo VIII, ítem e) são um exemplo impressionante de como um conjunto teórico pode sustentar-se durante muitos anos como tendência universal, paradigmática, apesar das evidências históricas de sua natureza fundamentalmente circunstancial. A ideia que associa capitalismo no campo à ampliação do proletariado rural traz um paradoxo sobre o qual vale à pena chamar a atenção. Das duas uma: ou os países capitalistas centrais, onde o peso do trabalho assalariado na agricultura é minoritário, e às vezes irrisório, são 'pouco' capitalistas e acabarão por transitar pela via prescrita pela teoria leninista; ou, ao contrário, a visão leninista reflete um momento determinado do desenvolvimento capitalista cuja

generalização e transformação em lei tendencial de natureza geral é indevida. Dito de outra forma, se a teoria leninista for verdadeira, o Brasil e outros países da América Latina, onde é grande o peso do proletariado agrícola, estariam como que a indicar o futuro da organização social no campo; caso contrário, a natureza, o sentido e o próprio destino histórico do desenvolvimento das grandes explorações baseadas fundamentalmente no trabalho assalariado entre nós devem ser colocados em questão.

A virtude do trabalho comparativo, neste sentido, é que ele faz da história uma espécie de prova dos nove da teoria e, por aí, exige não o abandono, mas, ao contrário, o aprimoramento do esforço de elaboração teórica. Esta é uma de suas contribuições mais decisivas: a comparação tem o mérito de induzir questões que uma abordagem estritamente nacional acaba por evitar. A natureza do desenvolvimento agrícola das três últimas décadas no Brasil e na América Latina é um bom exemplo, neste sentido.

Por mais arriscado que seja envolver o conjunto da América Latina num só bloco, existem alguns traços comuns que não podem ser escamoteados ou tomados como particularidades nacionais. O mais importante e recorrente, neste sentido, refere-se à concentração da renda e sobretudo à persistência da miséria absoluta. Estudando a relação entre crescimento econômico e equidade social nos últimos trinta anos,

Fajnzylber (1987) divide a América-Latina em três blocos: o dos países "dinâmico-desarticulados" (Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai e República Dominicana, responsáveis por 73% do produto do Continente), o dos países integrados ou articulados, mas estagnados (Argentina e Uruguai, 11% do PIB) e os desarticulados e estagnados, isto é todos os outros.

O encontro entre desenvolvimento e equidade ainda não se deu na América-Latina. Vimos no capítulo VIII que, nos países capitalistas centrais, a agricultura desempenhou um papel estratégico justamente neste encontro, isto é, para preencher aquilo que Fajnzylber (1987:126), referindo-se à América Latina, chamou

"el casillero hasta ahora vacío en que el crecimiento converge con la equidad".

A abordagem comparativa nos leva a examinar até que ponto, entre nós, a agricultura está cumprindo função semelhante àquela tão crucial à moldagem presente da estrutura social no capitalismo avançado.

Tornou-se uma espécie de lugar comum da economia agrícola brasileira - desde o final dos anos 1960 e desde a crítica às teses cepalinas que viam na estrutura agrária um constrangimento à elasticidade da oferta agrícola com relação aos preços - a asserção de que a agricultura preenche de maneira adequada suas funções no desenvolvimento

econômico. Por este raciocínio, apesar dos problemas de preços e de oferta alimentares vividos no início dos anos 1960, não havia qualquer impedimento a que a agricultura reagisse com aumento da produção aos estímulos emanados do mercado (Pastore, 1971, Barros de Castro, 1975). Nenhuma reforma de estrutura era necessária para que a agricultura acompanhasse e apoiasse a expansão capitalista na sociedade como um todo. O crescimento extensivo (Dias, 1979) - baseado fundamentalmente na incorporação de terras - alcançava resultados que, com todos seus limites, estavam longe de situar a agricultura como empecilho ao crescimento.

Quando a natureza deste crescimento por fim alterou-se, ao final dos anos 1960, e a base técnica da agricultura sofreu transformações decisivas, o mesmo diagnóstico foi mantido, ao menos por uma parte dos economistas: o desenvolvimento do capitalismo no campo encarregara-se de resolver a "questão agrícola" brasileira. Ele não opunha qualquer obstáculo a que a oferta agrícola crescesse e que a agricultura se integrasse aos ditames "do capital". O custo social desta integração e as exclusões nela embutidas situavam-se numa esfera que, de alguma forma, deixava de ser econômica. Embora o desafio da questão agrária (referente, em última análise à estrutura fundiária e ao problema da justiça social) subsistisse para a sociedade, a questão agrícola (o

problema da produção de alimentos, seus custos e sua base técnica) estava solucionada, ou prestes a sê-lo (1).

Nos anos 1980 esta tese consolidou-se na idéia de que a agricultura brasileira havia atingido um importante grau de maturidade, dado seu processo de integração com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando assim o Complexo Agroindustrial (Muller, 1989) ou os Complexos Agroindustriais (Kageyama e Graziano da Silva, 1987). Ágil para responder aos apelos do mercado, o setor agrícola mostrava-se também dinâmico e capaz de integrar o movimento geral da acumulação capitalista. Os Complexos Agroindustriais sepultavam definitivamente os problemas agrícolas que eventualmente pudessem ligar-se ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

O estudo comparativo tem a vantagem de colocar estas evidências estabelecidas em questão. Nos países centrais, além de o trabalho assalariado no campo constituir-se em exceção e não em regra, a contribuição da agricultura ao desenvolvimento capitalista não consistiu simplesmente - foi o que vimos no capítulo VIII - em colocar-se como elo importante da cadeia insumo-produto. Nestas sociedades, o

1. Expressão introduzida por Graziano da Silva (cf. por exemplo, Graziano da Silva, 1983). A própria distinção já traz a crítica às teses estruturalistas.

trabalho e o produto agrícolas não foram simplesmente um meio de valorização de capitais agroindustriais. O agricultor familiar moderno ali não é apenas um "trabalhador para o capital" (Wanderley, 1985). A imagem do "trabalhador para o capital" é justa se por aí se entender um papel importante na reprodução social capitalista, mas que, de forma alguma, se limita ao de fornecer excedente aos grupos econômicos que envolvem a agricultura (2). Muito mais que isso, a agricultura garantiu abastecimento alimentar abundante, a preços estáveis contribuindo assim ao processo de formação dos novos padrões de consumo característicos da expansão capitalista posterior à Iª Guerra Mundial. Este processo não pode ser encarado (foi o que vimos com a teoria da regulação) como condição exterior, como cláusula "social" dispensável para a compreensão econômica. O aprofundamento do consumo de massas, a transformação dos salários da maioria dos trabalhadores na força motriz do funcionamento econômico, estas são as bases do fordismo, isto é de um regime historicamente determinado de acumulação de capitais.

2. A expressão "trabalhador para o capital" teve o mérito de resumir o espírito de uma época nos trabalhos de sociologia rural. Não há trabalho sobre o tema até meados dos anos 1980 que de alguma forma não se baseie nela: o agricultor familiar moderno só existe por se constituir num adequado fornecedor de trabalho gratuito para a agroindústria. Mesmo em trabalhos preocupados em estudar detalhadamente as diferenças entre os agricultores tradicionais e os modernos, a idéia de "trabalhador para o capital" faz-se presente (Abramovay, 1981). Embora não seja um proletário, o agricultor familiar cumpre socialmente a mesma função que o assalariado: é justamente esta concepção instrumental das formas sociais que o estudo comparativo auxilia a colocar em questão.

Na ausência deste regime, em situações onde o capitalismo é desarticulado (De Janvry, 1981), onde a dinâmica de seu crescimento vem ou das exportações ou do consumo de parte minoritária da sociedade, o problema social da concentração da renda adquire uma dimensão econômica crucial.

É claro que o capitalismo pode funcionar nas condições em que opera no Brasil e nos países pobres de forma geral. O problema é saber até que ponto a miséria absoluta, a desintegração entre salários e lucros não se elevam como obstáculos, cuja remoção lançaria uma dinâmica econômica inédita a esta acumulação capitalista, tal como ocorreu nos países capitalistas centrais. Se este for o caso, por mais que a agricultura esteja integrada aos Complexos Agroindustriais, existe um longo e difícil caminho a percorrer antes que se possa falar em resolução da "questão agrícola" brasileira. Um caminho no qual tão importante quanto estudar o desenvolvimento do capitalismo no campo é examinar a contribuição que pode dar a agricultura a um padrão de desenvolvimento capitalista em que os ganhos do trabalho sejam um elemento central do crescimento econômico. Se para produzir lucros o desempenho da agricultura brasileira nos últimos anos tem sido brilhante, em contrapartida sua contribuição para que seja implantado no país um tipo de desenvolvimento onde o consumo de massas exerça um papel relevante é tão negativa, que põe definitivamente abaixo a idéia de que suas funções

essenciais no desenvolvimento econômico estão sendo adequadamente cumpridas.

Neste sentido, a idéia de "maturidade" deve ser questionada. Não há dúvida de que ela se sustenta inteiramente quando confrontada com as fontes marxistas clássicas da questão agrária (cf. capítulo I), aparecendo então como expressão prática do próprio fenômeno geral do desenvolvimento capitalista da agricultura. Sua solidez se abala, porém, tão logo a estrutura social do capitalismo agrário avançado seja trazida ao debate. Que a associação entre complexos agroindustriais, industrialização da agricultura e teoria marxista da questão agrária seja perfeitamente adequada, não há dúvida. O que se pode perguntar é se esta associação exprime uma tendência, uma lei geral do desenvolvimento capitalista da agricultura, ou revela teoricamente a situação dominante no final do século XIX. Em outras palavras, que uma teoria aplicável à situação reinante há cem anos (e cujo alcance só pode ser explicado pelas circunstâncias históricas em que foi produzida, como vimos no capítulo I) seja utilizada com sucesso entre nós, eis um fato revelador não daquilo que é a agricultura capitalista em geral, mas do estágio de desenvolvimento em que se encontra a nossa agricultura. É portanto a própria idéia de maturidade da agricultura brasileira que deve ser colocada em questão. Não só pelo que a agricultura brasileira tem de atrasado - o excesso de trabalho pouco produtivo, as terras

subutilizadas, o caráter em suma extremamente desigual do desenvolvimento - mas sobretudo pela natureza de seu setor mais moderno que, embora integrado à agroindústria e utilizando insumos e máquinas de origem industrial, apóia-se no trabalho assalariado em larga escala e não tem-se mostrado capaz de desempenhar a função crucial de rebaixamento durável dos preços alimentares que nos países avançados a agricultura cumpriu.

O que estas observações sugerem então é que a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados desde o *New Deal* e sobretudo a partir da Iª Guerra Mundial. Até aqui foi muito mais a grande agricultura patronal do que a sociedade que se beneficiou das políticas estatais de apoio ao setor. Que o rebaixamento durável dos preços agrícolas é uma das condições fundamentais para a própria mudança nos padrões de consumo de massa característico do regime intensivo de acumulação de capital, isso foi convincentemente demonstrado pela teoria da regulação. Resta a saber se a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro será capaz de progredir no quadro deste rebaixamento ou se, para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda, o próprio padrão de crescimento na agricultura terá que ser modificado.

Bibliografia

- Abramovay, R. (1981) - *Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense* - Mestrado, FFCLH/USP - mimeo, São Paulo
- _____ (1983) - *O Que é Fome?* - Brasiliense, São Paulo
- _____ (1984) - "O Norte do Paraná" - in Convênio Finep/Inan/Fase (1984)
- _____ (1990a) - *A Crise dos Paradigmas e os Estudos Agrários* - Exame de Qualificação no Doutorado de Ciências Sociais/Unicamp - mimeo, Campinas
- _____ (1990b) - "Duas Visões do Comportamento Camponês" - *Revista de Estudos Econômicos*, vol. 20, n. 2: no prelo - FEA/USP
- Aglietta, M. (1976) - *Régulation et Crises du Capitalisme - L'Expérience des états-Unis* - Calmann-Lévy, Paris
- Aidar, A.C.K. e Perosa Jr., R.M. (1981) - "A Empresa Capitalista na Agricultura" - *Revista de Economia Política* - vol.1, n. 3:17-40.
- Almeida, M. W B., 1986 - "Redescobrimo a família rural" - *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1, vol. 1:66-83
- Amin, S. e Vergopoulos, K. (1974/1977) - *A Questão Agrária e o Capitalismo* - Paz e Terra, Rio de Janeiro
- _____, (1977) - "La Structure de Classe du Système Impérialiste" - *L'Homme et la Société*, n. 45/46:69-87
- Araújo, P. F. C. e Schuh, G. E., orgs. (1975) - *Desenvolvimento da Agricultura: Natureza do Processo e Modelos Dualistas* - Pioneira, São Paulo
- Atkinson, A. B., org. (1973) - *Wealth, Income and Inequality* - Penguin Modern Economics Readings - Londres
- Barlett, P. F. (1984) - "Cost-Benefit Analysis: A Test of Alternative Methodologies" in, Barlett, P. F., org. (1984)
- _____, org. (1984) - *Agricultural Decision Making - Anthropological Contributions to Rural Development* - Academic Press. Inc., Orlando
- Barlow, J. (1988) - "A Note on Biotechnology and the Food Production Chain. Some Social and Spatial Implications of Changing Production Technology" - *International Journal of Urban and Regional Research* - vol. 12, n. 2:229-246

Bartra, R. (1974/1978) - *Estructura Agrária y Clases Sociales en México* - Serie Popular Era, Instituto de Investigaciones Sociales/UNAM, México, D.F.

_____ e Otero, G. (1987) - "Agrarian Crisis and Social Differentiation in Mexico" - *Journal of Peasant Studies*, vol. 14, n. 3:334-362

Bechhofer, F e Elliot, B. (s/d) - *The Petite Bourgeoisie - Comparative Studies of the Uneasy Stratum* - Macmillan, Londres

Bell, C. e Newby, H. (1974) - "Capitalist Farmers in the British Class Structure" - *Sociologia Ruralis* - vol. XIV, n. 1/2:86-107

Bernstein, H. (1979) - "African Peasantries: A Theoretical Framework" - *The Journal of Peasant Studies*, vol 6, n. 4:421-443

Bertaux, D. e Bertaux-Wiame, I. (1987) - "Mistérios da Baguete - Padarias Artesanais na França: como Vivem e por que Sobrevivem" - *Novos Estudos Cebrap*, n. 19, dezembro, São Paulo.

Bourdieu, P. (1965) - *Un Art Moyen - Essai sur les Usages Sociaux de la Photographie* - Seuil - Paris

Bloch, M. (1968) - *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française* - Armand Colin, Paris

Boserup, E. (1965/1970) - *évolution Agraire et Pression Démographique* - Flammarion, Paris

_____ (1970/1983) - *La femme face au Développement économique* - PUF, Paris

Bourgeois, B. (1970) - *Présentation et notes à traduction française de Hegel, 1817/1970*

Boyer, R. (1986) - *La Théorie de la Régulation: une Analyse Critique* - La Découverte, Paris

Brewster, J. M. (1950/1969) - "The Machine Process in Agriculture and Industry" - in Fox e Johnson, orgs (1969)

Burbach, R. e Flynn, P. (1980/1982) - *Agroindústria nas Américas* - Zahar, Rio de Janeiro

Burrell, A.; Hill, B. e Medland, J. (1984) - *Statistical Handbook of U. K. Agriculture* - Macmillan, Londres

- Buttel, F. H. e Newby, H., orgs. (1980) - *The Rural Sociology of the Advanced Societies* - Montclair, N. J.; Allanheld, Osmun & Co., Londres
- (1983) - "Beyond the Family Farm" in Summers, org. (1983)
- (1990) - *Modern Biotechnology: its Prospective Production and Socioeconomic Impacts* - Instituto de Estudos Avançados/USP - mimeo
- Cândido, A. (1964/1977) - *Os Parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida* - Livraria Duas Cidades - São Paulo
- Castro, A. B. (1975) - *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* - Forense, Rio de Janeiro
- Chayanov, A. (1920/1976) - *Voyage de Mon Frère Alexis au Pays de l'Utopie Paysanne* - Ed. L'Âge d'Homme. Publicado sob o pseudônimo Alexis Krennirov
- (1924/1981) - "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas" in Graziano da Silva e Stoicke, orgs. (1981)
- (1925/1986) - *Peasant Farm Organization - One of the Works of the Agricultural Economics Scientific Research Institute* - The University of Wisconsin Press - Editado por Thorner, D.; Kerblay, B. e Smith, R. E. F.
- Chonchol, J. (1986) - "O Modelo de Alimentação dos Países Industrializados" in Minayo, org. (1986)
- Cochrane, W. W. (1979) - *The Development of American Agriculture - A Historical Analysis* - University of Minneapolis Press, Minneapolis
- Convênio Finep/Inan/Fase (1978a) - *Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira: 1o Relatório*, mimeo, Rio de Janeiro
- (1978b) - *Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira: 2o Relatório*, mimeo, Rio de Janeiro
- (1979a) - *Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira: 3o Relatório*, mimeo, Rio de Janeiro
- (1979b) - *Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira: Relatório Final*, mimeo, Rio de Janeiro

- (1984) - *Mudanças nos Padrões de Consumo e de Abastecimento de Camadas da População de Baixa Renda no Campo: o Caso dos Assalariados* - Relatório Final, mimeo, Rio de Janeiro
- Coulomb, P. (1983) - *Droit de propriété, droits de l'exploitation: la mutation des rapports sociaux dans la croissance agricole française* - Comunicação ao colóquio sobre A Economia e a Política Fundiária Agrícola - mimeo, Sevilha
- (1985) - "L'Exploitation Familiale en Question?" in Eizner, N. (1985)
- Council of Economic Advisers (1973) - "Poverty in America" in Atkinsons, org. (1973)
- Da Matta, R. (1983) - "Repensando E. R. Leach" in Da Matta, org. (1983)
- , org. (1983) - *Edmund Leach* - Ática, São Paulo
- De Janvry, A. (1981) - *The Agrarian Question and Reformism in Latin America* - The Johns Hopkins University Press - Londres
- ; Marsh, R.; Kunsten, D.; Sadoulet, E. e Zabin, C. (1989) - *Rural Development in Latin America - An Evaluation and a Proposal* - Program Papers Series, IICA - San José
- Dias, G. L. S. (1978) - *Estrutura Agrária e Crescimento Extensivo* - Livre Docência, FEA/USP, São Paulo
- Dorel, G. (1985) - *Agriculture et Grandes Entreprises aux états-Unis* - Economica, Paris.
- Eizner, N. (1985) - *Les Paradoxes de l'Agriculture Française - Essai d'Analyse à Partir des états Généraux du développement Agricole - Avril 1982 - février 1983* - L'Harmattan, Paris
- Ellis, F. (1988) - *Peasant Economics - Farm Households and Agrarian Development* - Cambridge University Press, Cambridge
- Elster, J. (1986) - *Making Sense of Marx* - Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme, Nova Iorque e Paris
- Engels, F. (1894/1981) - "O Problema Camponês na França e na Alemanha", in Graziano da Silva e Stolcke, orgs. (1981)

Ennew, J. Hirst, P. e Tribe, K. (1977) - "'Peasantry' as an Economic Category" - *The Journal of Peasant Studies*, vol. 4, n. 4:295-322

Errington, A. (1988) - "Disguised Unemployment in British Agriculture" - *Journal of Rural Studies* - vol. 4, n. 1:1-7

Fajnzylber, F. (1987) - "Las Economías Neoindustriales en el Sistema Centro-Periferia de los Ochenta" - *Pensamiento Iberoamericano*, n. 11:125-173

Faure, C. (1977) - "La Production Paysanne et l'Exploitation Capitaliste" - *L'Homme et la Société*, n. 45/46:51-68

Fennell, R. (1981) - "Farm Succession in the European Community" - *Sociologia Ruralis* - vol. XXI, n. 1:19-42

Figueiredo, V., org. (1984) - *Questão e Reforma Agrária nos Anos 80* - Tempo Brasileiro, 77, Brasília

Firth, R. (1969) - "The Social Structure and Peasant Economy: the Influence of Social Structure upon Peasant Economies" in Wharton, C. R., org. (1969)

_____ (1951/1974) - *Elementos de Organização Social* - Zahar, São Paulo.

Fisk, E. K. (1975) - "The Response of nonmonetary Production Units to Contact with the Exchange Economy" in Reynold, L. G., org. (1975)

Forman, S. (1975/1979) - *Camponeses: sua Participação no Brasil* - Paz e Terra, Rio de Janeiro

Fox, K. A. e Johnson, D. G., orgs. (1969) - *Readings in the Economics of the Agriculture* - Seleção de textos da American Economic Association - Richard D. Irwin, Inc., Illinois

Friedland, W. H. e Pugliesi, E. (1989) - "Class Formation and Decomposition in Modern Capitalist Agriculture: Comparative Perspectives" - *Sociologia Ruralis*, vol. XXIX, n. 2:149-165

Friedmann, H. (1978) - "Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains" - *The Journal of Peasant Studies*, vol. 6, n. 1: 71-100

_____ (1985) - *The Family Farm in Advanced Capitalism: Outline of a Theory of Simple Commodity Production in Agriculture* - mimeo

Galbraith, J. K. (1979) - *A Natureza da Pobreza das Massas* - Nova Fronteira, Rio de Janeiro

- Galeski, B., 1968 - "Social Organization and Rural Social Change" - *Sociologia Ruralis*, vol. VIII, n. 1:257-288
- _____, 1973 - "Social Organization and Rural Social Change" in Shanin, org. (1971/1973)
- Garcia, Jr. A. R., 1983 - *Terra de Trabalho - Paz e Terra*, São Paulo, Rio.
- Gardner, org. (1985) - *U. S. Agricultural Policy - The 1985 Farm Legislation* - American Enterprise Institute for Public Policy Research - Washington, D. C.
- Gasson, R. (1969) - "The Choice of Farming as an Occupation" - *Sociologia Ruralis* - vol. IX, n. 2:146-166
- _____, (1980) - "Roles of Farm Women in England" - *Sociologia Ruralis* - vol. XX, n. 3:165-180
- _____, Crow, G.; Errington, A.; Hutson, J.; Marsden, T. e Winter, M. (1988) - "The Farm as a Family Business: a Review" - *Journal of Agricultural Economics* - vol. 39, n. 1:1-43
- George, S. (1981) - *Les Stratèges de la Faim* - Ed. Grounauer, Genebra
- Georgescu-Roegen, N. (1960) - "Economic Theory and Agrarian Economics" - *Oxford Economic Papers*, vol 12, n. 1:1-40
- _____, (1969) - "The Institutional Aspects of Peasant Communities: An Analytical View" in Wharton Jr., Org. (1969)
- Gervais, M., Jollivet, M. e Tavernier, Y., 1976 - *Histoire de La France Rurale* - Tomo 4 - *La fin de la France Paysanne* Ed. du Seuil, Paris
- Ghorayshi, P. (1986) - "The Identification of Capitalist Farms - Theoretical and Methodological Considerations" - *Sociologia Ruralis* - vol. XXXVI, n. 2:146-159.
- Godelier, M., org. (1970) - *Sur les Sociétés Précapitalistes - Textes Choisis de Marx, Engels et Lénine* - CERM, Ed. Sociales, Paris
- _____, (1975) - *Présentation à edição em francês da obra de Polanyi e Arensber (1957/1975)*
- Goodman, D. Sorj, B e Wilkinson, J. (1987) - *From Farming to Biotechnology - A Theory of Agro-Industrial Development* - Basil Blackwell - Londres

- Gorz, A. (1988) - *Métamorphoses du Travail - Quête du Sens - Critique de la Raison économique* - Galilée, Paris
- Goss, K. F., Rodefeld, R. D. e Buttel, F. H. (1980) - "The Political Economy of Class Structure in U. S. Agriculture: A Theoretical Outline" in Buttel e Newby, orgs. (1980)
- Gouldner, A. W. (1970/1972) - *The Coming Crisis of Western Sociology* - Hernemann Educational Books Ltd - Londres
- Gramsci, A. (1948/1977) - "Les Cahiers de la Prison" in Ricci e Bramant, orgs. (1977)
- Graziano da Silva J. e Stolcke V., orgs. (1981) - *A Questão Agrária* - Brasiliense, São Paulo
- _____ (1983) - *O Que é Questão Agrária ?* Brasiliense, São Paulo
- _____ (1987) - "Mas, qual Reforma Agrária ? - Reforma Agrária, ano 17, n. 1, abril-junho:11-60
- Gregor, H. F. (1979) - "The Large Farm as a Stereotype: a Look ate the Pacific Southwest" - *Economic Geography*, vol. 55.
- Habermas, J. (1968/1987) - *Conhecimento e Interesse* - Ed. Guanabara, Rio de Janeiro
- Harris, J., org. (1982/1988) - *Rural Development - Theories of Peasant Economy and Agrarian Change* - Hutchinson University Library - Londres
- Harrison, M. (1975) - "Chayanov and the Economics of the Russian Peasantry" - *The Journal of Peasant Studies*, vol. 2, n. 4:389-417
- Hegel, G. W. F. (1817/1970) - *Encyclopédie des Sciences Philosophiques - La Science de la Logique* - Librairie Philosophique J. Vrin, Paris
- Heredia, B., 1979 - *A Morada da Vida - Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil* - Paz e Terra, São Paulo, Rio.
- Hetland, P. (1986) - "Pluriactivity as a Strategy for Employment in Rural Norway" - *Sociologia Ruralis*, vol. XXVI, n. 3/4:385-395
- Hobsbawn, E. J. (1971/1978) - *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* - Forense Universitária
- _____ (1973) - Peasants and Politics - *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1. n. 1:3-22

- Homem de Mello, F. (1982) - "A Política Econômica e a Pequena Produção Agrícola" in *Economia Agrícola: Ensaios* - IPE, São Paulo
- Hussain, A. e Tribe, K. (1981/1983) - *Marxism and the Agrarian Question* - Macmillan Press Ltd - 2a edição - Londres
- Jansen, A. J. (1969) - "Social Implications of Farm Mechanization - Final Report on a Cross-National Research" - *Sociologia Ruralis*, vol. IX, n. 4:340-407
- Johnson, G. L. (1969) - "The Modern Family Farm and its Problems: With Particular Reference to the United States of America" in Papi e Nunn, orgs (1969)
- Jollivet, org. (1974) - *Sociétés Paysannes ou la Lutte de Classes au Village* - Armand Collin, Paris
- _____, org. (1988) - *Pour une Agriculture Diversifiée - Arguments, questions, recherches* - L'Harmattan, Paris
- Kageyama, A. e Graziano da Silva, J. orgs. (1987) - *A Dinâmica da Agricultura Brasileira 1965/1985* - Convênio IPEA-IPLAN/FECAMP - mimeo, Campinas
- Kautsky, K. (1899/1970) - *La Question Agraire - étude sur les Tendances de l'Agriculture Moderne* - Fac-Simile da tradução francesa de 1900 - François Maspéro, Paris
- Kenney, M.; Lobão, L. M.; Curry, J. e Goe, W. R. (1989) - "Midwestern Agroiculture in US Fordism - Frome the New Deal to Economic Restructuring" - *Sociologia Ruralis*, vol. XXIX, n. 2:131-148
- Kerblay, B. (1986) - "A. V. Chayanov: Life, Career, Works" in Chayanov, 1925/1986
- Kroll, J.-C. (1987) - *Politique Agricole et Relations Internationales - Les Enjeux en France et dans la CEE depuis 1945* - Syros, Paris
- Lakatos, I. (1970/1979) - "O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica" in Lakatos e Musgrave, orgs. (1970/1979)
- _____ e Musgrave, A. orgs. (1970/1979) - *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento* - Cultrix, Edusp. São Paulo
- Lamarche, H. (1987) - "Crises et Permanence de l'Exploitation Familiale en France" - *Sociologie du Travail*, n. 4:443-458

Lappé, F. M. e Collins, J. (1977/1978) - *L'Industrie de la Faim - Par-delà le Mythe de la Pénurie* - L'Étincelle, Paris

Lénine, V. I. (1893/1966) - *À Propos de la Question Dite des Marchés* - Œuvres complètes, t. 1, Ed. Sociales, Ed. du Progrès, Paris, Moscou

----- (1899/1969) - *Le Développement du Capitalisme en Russie - Processus de Formation du Marché Intérieur pour la Grande Industrie* - Œuvres complètes, t. 3, Ed. Sociales, E. du Progrès, Paris, Moscou

----- (1905/1964a) - *Le Proletariat et la Démocratie Bourgeoise* - Œuvres complètes, t. 8, Ed. Sociales, E. du Progrès, Paris, Moscou

----- (1905/1964b) - *La Social-Démocratie et le Gouvernement Révolutionnaire Provisoire* - Œuvres complètes, t. 8, Ed. Sociales, E. du Progrès, Paris, Moscou

----- (1907/1967) - *La Question Agraire et les 'Critiques de Marx'* - Œuvres complètes, t. 13, Ed. Sociales, E. du Progrès, Paris, Moscou

----- (1915/1960) - *Nouvelles Données sur les Lois du Développement du Capitalisme dans l'Agriculture - Premier Fascicule - Capitalisme et Agriculture aux États-Unis d'Amérique* - Œuvres complètes, t. 22, Ed. Sociales, E. du Progrès, Paris, Moscou

Lipietz, A. (1986) - *Mirages et Miracles - Problèmes de l'Industrialisation du Tiers Monde* - Ed. La Découverte, Paris

Lipton, M. (1968) - "The Theory of Optimising Peasant" - *The Journal of Development Studies* - v. 4, n. 3:327-351

----- (1968/1988) - "Game against Nature: Theories of Peasant Decision-Making" in Harris, org. (1982/1988)

----- (1977) - *Why Poor People Stay Poor: Urban Bias in World Development* - Temple Smith, Londres

Macfarlane, A. (1978/1980) - *Família, Propriedade e Transição Social - As Origens do Individualismo Inglês* - Zahar, Rio de Janeiro

Mallet, S. (1962) - *Les paysans contre le passé* - Ed. du Seuil, Paris

Maluf, R. S. J. (1977) - *A Expansão do Capitalismo no Campo: o Arroz no Maranhão* - Mestrado, IFCH/Unicamp, mimeo, Campinas

_____ (1988) - *Um 'Mal Necessário' ? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil* - Doutorado - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas

Mann, S. A. e Dickinson, J. M. (1978/1987) - "Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista" - *Literatura Econômica* - v. 9, n. 1:7-26

_____ (1984) - "Sharecropping in the Cotton South: A Case of Uneven Development in Agriculture" - *Rural Sociology* vol. 49, n. 3:412-429

Mantoux, P. (1906/1928/s.d.) - *A Revolução Industrial no Século XVIII - Estudo sobre os Primórdios da Grandes Indústria Moderna. na Inglaterra* - Editora Unesp, Hucitec, São Paulo

Marsden, T.; Munton, R.; Whatmore, S e Little, J. (1986a) - "Towards a Political Economy of Capitalist Agriculture: a British Perspective" - *International Journal of Urban and Regional Research* - vol.10, n. 4:498-521

_____; Whatmore, S., Munton, R. e Little, J. (1986b) - "The Restructuring Process and Economic Centrality in Capitalist Agriculture" - *Journal of Rural Studies*, vol. 2, n. 4:271-180

_____; Whatmore, S. J. e Munton, R. J. C. (1987) - "Uneven Development and the Restructuring Process in British Agriculture: a Preliminary Exploration" - *Journal of Rural Studies*, vol.3, n. 4:297-308

Marshall, A. (1890/1982) - *Princípios de Economia - Tratado Introdutório* - Volume II - Abril Cultural, São Paulo

Martins, J. S. (1979) - "Terra e Liberdade: A Luta dos Posseiros na Amazônia Legal" - *Reforma Agrária*, vol 9, n. 1:10-19

_____ (1980) - *Expropriação e Violência - A Questão Política no Campo* - Hucitec, São Paulo

Marx, K. (1867/1985) - *O Capital - Crítica da Economia Política* - L. I, t. 2 - Nova Cultural, São Paulo

_____ (1881/1970) - "Lettre a Véra Zassoulitch" in Godelier (1970)

_____ (1890/1986) - *O Capital - Crítica da Economia Política* - L. III, t. 2 - Nova Cultural, São Paulo

- _____ (1905/1975) - *Théories sur la Plus-Value - Livre IV du Capital* - T. II - Edição sob responsabilidade de Gilbert Badia - Ed. Sociales, Paris
- _____ e Engels F. (1882/1970) - *Manifeste du Parti Communiste* - Éditions en Langues Étrangères - Pequim
- Medvedev, Z. A. (1987) - *Soviet Agriculture* - W. W. Norton & Company, Nova Iorque, Londres
- Mellor, J. W. (1963) - "The Use and Productivity of Farm Labor in Early Stages of Agricultural Development" - *Journal of Farm Economics* - vol. 45, n. 3:517-534
- Mendras, H. (1967) - *La Fin des Paysans - Innovations et Changement dans l'Agriculture Française* - Futuribles/SEDEIS, Paris
- Mendras, H. (1969/1954) - "A cidade e o campo" - in Queiroz, M. I. P. (1969)
- _____ (1974) - "Un Schéma d'Analyse de la Paysannerie Française" in Jollivet, org. 1974
- Miller, H. P. (1973) - "Income Distribution in the United States" in Atkinson, org. (1973)
- Minayo, M. C. S., org. (1986) - *Raízes da Fome - Vozes/ fase*, Rio de Janeiro
- Mooney, P. H. (1982/1987) - "Tempo de Trabalho, Tempo de Produção e Desenvolvimento Capitalista na Agricultura: Uma Reconsideração da Tese de Mann-Dickinson" - *Literatura Econômica* - vol. 9, n. 1:27-42
- Morkeberg, H. (1978) - "Working Conditions of Women Married to Selfemployed Farmers" - *Sociologia Ruralis*, vol. XVIII, n. 2/3:95-106
- Muller, G. (1989) - *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária* - Hucitec, Educ, São Paulo
- Muller, P., Faure, A. e Gerbaux, F. (1989) - *Les entrepreneurs ruraux - Agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux* - L'Harmattan - Paris
- Nagel, E., s/d - *La Estructura de la Ciencia - Problemas Lógicos de la Investigación Científica* - Paidós, Buenos Aires. s/d, traduzido do inglês.
- Nakagima, C. N. (1969) - "Subsistence and Commercial Family Farms: Some Theoretical Models of Subjective Equilibrium" in Wharton Jr., org. 1969

Nakano, Y. (1981) - "A Destruição da Taxa de Lucro na Agricultura" - *Revista de Economia Política*, vol.1, n.3:3-16

Newby, H.; Rose, D; Saunders, P e Bell, C. (s/d) - "Farming for Survival: The Small Farmer in the Contemporary Rural Class Structure" in Bechhofer e Elliot (s/d)

Nikolitch, R. (1969) - "Family-Operated Farms: Their Compatibility with Technological Advance" - *American Journal of Agricultura Economics* - vol. 51, n. 3, agosto:530-545

Nordmann, C. (1973) - "Danemark" - *Verbete da Encyclopaedia Universalis* - Ed. Encyclopaedia Universalis - Paris

Oliveira, U. J. e Cox, J. (1989) - *The Agricultura Work Force of 1987 - A Statistical Profile* - United States Department of Agriculture, Economic Research Service, Agricultural Economic Report, n. 609

Oury, B. (1959) - *L'agriculture au seuil du marché commun - Aspects fondamentaux du problème agricole dans la Communauté économique Européenne* - PUF, Paris

Owen, W. F. (1966/1975) - "A Dupla Pressão do Processo de Desenvolvimento sobre a Agricultura" in Araújo e Schuh, orgs. (1975)

Paarlberg, D. (1976) - "The Future of the Family Farm" - *Economic Impact*, n. 16:66-71

Pahl, R. E. (1966) - "The Rural-Urban Continuum" - *Sociologia Ruralis*, vol.VI, n. 3/4:299-329

Papi, U. e Nunn, C., orgs. (1969) - *Economic Problems of Agricultura in Industrial Societies* - Macmillan, Londres.

Pastore, A. C. (1971) - "A Oferta de Produtos Agrícolas no Brasil" - *Estudos Econômicos* - vol. 1, n. 3:35-69

Pfeffer, M. J. (1983) - "Social Origins of Three Systems of Farm Production in the United States" - *Rural Sociology* - vol. 48, n. 4:540-562

Polanyi, K. (1944/1980) - *A Grande Transformação - As Origens de nossa época* - Ed. Campus, Rio de Janeiro

_____ e Arensberg, C. orgs. (1957/1975) - *Les systèmes économiques dans l'histoire e dans la théorie* - Larousse Université, Paris

Popkin, S. L. (1979) - *The Rational Peasant - The political economy of rural society in Vietnam* - University of California Press - Berkeley, Los Angeles, Londres

- Popper, K. (1970/1979) - "A Ciência Normal e seus Perigos" in Lakatos e Musgrave orgs. (1970/1979)
- Przeworski, A. (1988) - "Marxismo e Escolha Racional" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - n. 6, vol. 3:5-25
- Queiroz, M. I. P. (1969) - "Por que uma Sociologia dos Grupos Rurais" ? in Pereira de Queiroz, org. (1969)
- _____ org. (1969) - *Sociologia Rural* - Zahar, Rio de Janeiro
- Rambaud, P. (1986) - "La mémoire du futur - Les solidarités conflictuelles des agriculteurs et la construction de l'Europe" - *Cahiers Internationaux de Sociologie* - vol. LXXXI:212-237
- Raup, P. M. (1973) - "Corporate Farming in the United States" - *The Journal of Economic History* - vol. XXXIII, n. 1, março:274-290
- Ravignan, F. (1983) - *La Faim, Pourquoi ?* - Syros, Paris
- Redfield, R. (1930) - *Tepoztlán, A Mexican Village: A Study of Folk Life* - The University of Chicago Press - Chicago
- _____ (1956/1960a) - *Peasant Society and Culture* - Phoenix Books - The University of Chicago Press - Chicago
- _____ (1956/1960b) - *The little community* - Phoenix Books - The University of Chicago Press - Chicago - 1ª edição em 1955
- Reinhardt, N. e Barlett, P. (1989) - "The Persistence of Family Farms in United States Agriculture" - *Sociologia Ruralis*, vol. XXIX, n. 3/4:203-225
- Rey, P.-P. (1977) - "Le Transfert de la Paysannerie vers le Capitalisme" - *L'Homme et la Société*, n. 45/46:39-49
- Reynolds, L. G., org. (1975) - *Agriculture in Development Theory* - Yale University Press, New Haven
- Ricci, F. e Bramant, J. (1977) - *Gramsci dans le texte* - Ed. Sociales, Paris
- Rodefeld, R. D. (1973) - "A Reassessment of the Status and Trends in 'Family' and 'Corporate' Farms in U. S. Society" - *Congressional Record, 93d Cong., 1st sess.* (31 de maio) apud. Vogeler (1981)
- Sahlins, M. (1974) - *Stone Age Economics* - Tavistock Publications

- Salomon, B. M. A. (1977) - *Agricultores de Baixa Renda: um Estudo de seu Comportamento em Relação à Alocação do Tempo* - Dissertação de mestrado, FEA/USP, São Paulo
- Schertz, L. P. (1979) - "A Dramatic Transformation" in Schertz, L. P., org. (1979)
- _____, org. (1979) - Another Revolution in U. S. Farming? *AER* - 441, USDA, Washington
- _____. (1982) - "Households and Farm Establishments in the 1980s: Implication for Data" - *American Journal of Agricultural Economics* - vol. 64, n. 1, fevereiro:115-118
- Schlusshuber, C. (1989) - "L'Autoconsommation Alimentaire dans les Exploitations Agricoles: des Activités Méconnues et Sous-Estimées" - *Hommes et Agriculture - La Lettre des IIPA*
- Schultz, T. (1953) - *The Economic Organization of Agriculture* - Mc Graw Hill, Nova Iorque
- _____. (1964/1965) - *A Transformação da Agricultura Tradicional* - Zahar, Rio de Janeiro
- _____. (1968) - *Economic Growth and Agriculture* - T. H. M. Edition, Nova Delhi
- Scott, J. (1979) - *The Moral Economy of the Peasant* - Yale University Press, New Haven
- Sen, A. K. (1966) - "Peasants and Dualism with or without Surplus Labor" - *The Journal of Political Economy* - vol. LXXIV, n. 5:425-450
- Servolin, C. (1972) - "L'Absorption de l'Agriculture dans le Mode de Production Capitaliste" in Tavernier et al. orgs. (1972)
- _____. (1985) - "Les politiques agricoles" in *Traité de Science Politique*, T. 4, PUF
- _____. (1989) - *L'Agriculture Moderne* - Seuil, Paris
- Shanin, T. (1973) - "The Nature and Logic of the Peasant Economy" - *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n. 1:63-80
- _____, org. (1973) - *Peasant and Peasant Societies* - Penguin Ed., Londres
- _____. (1986) - "Chayanov's Message: Illuminations, Miscomprehensions, and the Contemporary 'Development Theory'" in *Chayanov, 1925/1986*

- Singh, I., Lyn S., Strauss, J. orgs. (1986) - *Agricultural Households Models - Extensions, Applications and Policy* - The Johns Hopkins University Press, Baltimore
- Smith, A. (1776/1983) - *A Riqueza das Nações - Investigação sobre sua Natureza e suas Causas* - Abril Cultural, São Paulo
- Soares, L. E. (1981) - *Campesinato: Ideologia e Política* - Zahar, Rio de Janeiro
- Souza, P. R. C. (1980) - *A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas* - Tese de Doutorado - IFCH, UNICAMP - mimeo
- Summers, G. F., org. (1983) - *Technology and Social Change in Rural Areas* - Boulder, Col. Westview Press.
- Sumner, D. A. (1985) - "Farm Programs and Structural Issues" in Gardner, org. (1985)
- Szurek, J.-C. (1982) - *Aux Origines Paysannes de la Crise Polonoise* - Actes du Sud, Le Paradou
- _____ (1984) - "Que Lugar para que Tipo de Agricultura na Polônia Socialista" ? in Figueiredo, org. (1984)
- Tavernier, Y.; Gervais, M. e Servolin, Claude, orgs. (1972) - *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine* - Armand Colin, Paris.
- Tepicht, J. (1973) - *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais* - Armand Colin, Paris
- Thorner, D. (1969) - "Old and New Approaches to Peasant Economies" in Wharton Jr., org. (1969)
- _____ (1973) - "Peasant Economy as a Category in Economic History" in Shanin, org. (1971/1973)
- _____ (1986) - "Chayanov's Concept of Peasant Economy" in Chayanov, 1925/1986
- Tweeten, L. G. (1969) - "Theories Explaining the Persistence of Low Resource Returns in a Growing Farm Economy" - *American Journal of Agricultural Economics* - vol. 51, n.4:799-817
- U. S. Congress, Office of Technology Assessment (1986) - *Technology, Public Policy and the Changing Structure of American Agriculture* - U. S. Government Printing Office, Washington

- Valarché, J. (1974) - "La Politique du Revenu Agricole en Suisse" - *Sociologia Ruralis*, vol. XIV, n. 3:171-184
- Veiga, J. E. (1988a) - *Implicações Econômicas da Reforma Agrária* - Relatório de Andamento n. 1, mimeo, Londres
- _____ (1988b) - *Implicações Econômicas da Reforma Agrária* - Relatório de Andamento n. 2, mimeo, Londres
- _____ (1989a) - *Implicações Econômicas da Reforma Agrária* - Relatório de Andamento n. 3, mimeo, Londres
- _____ (1989b) - *Implicações Econômicas da Reforma Agrária* - Relatório Final, mimeo, Londres
- Vergopoulos, K. (1974/1977) - "Capitalismo Disforme - O Caso da Agricultura no Capitalismo" in Amin, S. e Vergopoulos, K. (1977)
- Vogeler, I. (1981) - *The Myth of Family Farm* - Boulder, CO, Westview Press
- Wanderley, M. N. B. (1985) - "O Camponês: um Trabalhador para o Capital" - *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, vol. 2, n. 1:13-78
- Weber, M. (1905/1981) - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* - Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo
- _____ (1906/1979) - "Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha" in Weber, 1946/1979
- _____ (1946/1979) - *Ensaio de Sociologia* - Zahar, Rio de Janeiro
- Weisblat, A. M. (1969) - "An Economist's View of Social Structure Interaction with the Subsistence Economy" in Wharton Jr. Org. (1969)
- Wells, M. J. (1984) - "The Resurgence of Sharecropping: Historical Anomaly or Political Strategy" ? - *American Journal of Sociology* - vol. 90, n. 1, julho:1-29
- Wharton Jr., C. R. org. (1969) - *Subsistence Agriculture and Economic Development* - Aldine Publishing Co. - Chicago
- Wilcox, W.W.; Cochrane, W.W. e Herdt, R. W. (1951/1974) - *Economics of American Agriculture* - Prentice-Hall, Inc., New Jersey
- Wilkinson, J. (1986) - *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção* - Hucitec, CEPA/BA - São Paulo

Wolf, E. R. (1955) - "Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion" - *American Anthropologist*, vol LVII, n. 3:425-471

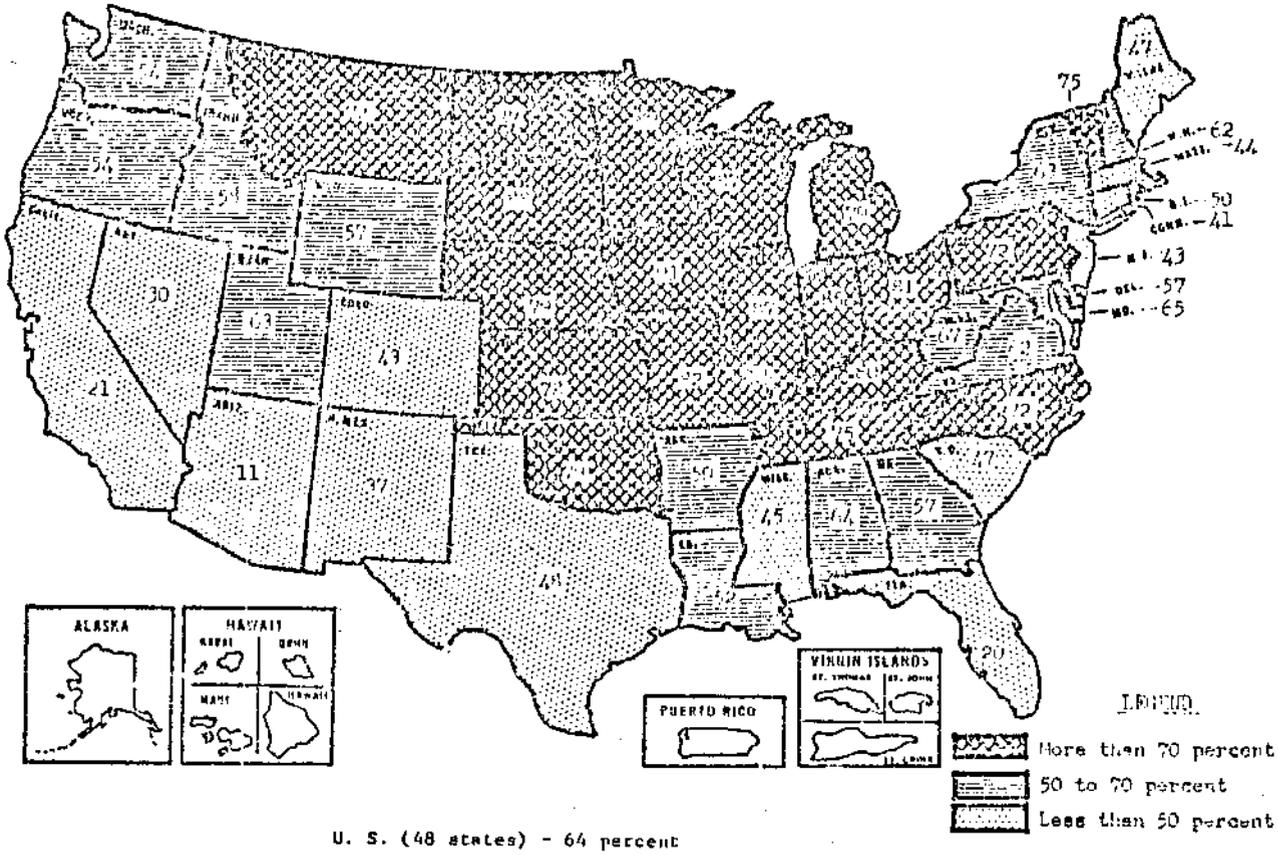
_____ (1969/1973) - *Peasant Wars of the Twentieth Century* - Harper Torchbooks - Nova Iorque

Wright, G. (1988) - "American Agriculture and the Labor Market: what Happened to Proletarianization" ? - *Agricultural History*, vol. 62. n. 3:182-209

Zurek, E. C. (1986) - "Part-Time Farming in the Federal Republic of Germany" - *Sociologia Ruralis*, vol. XXVI, n. 3/4:377-384

MAPA 1

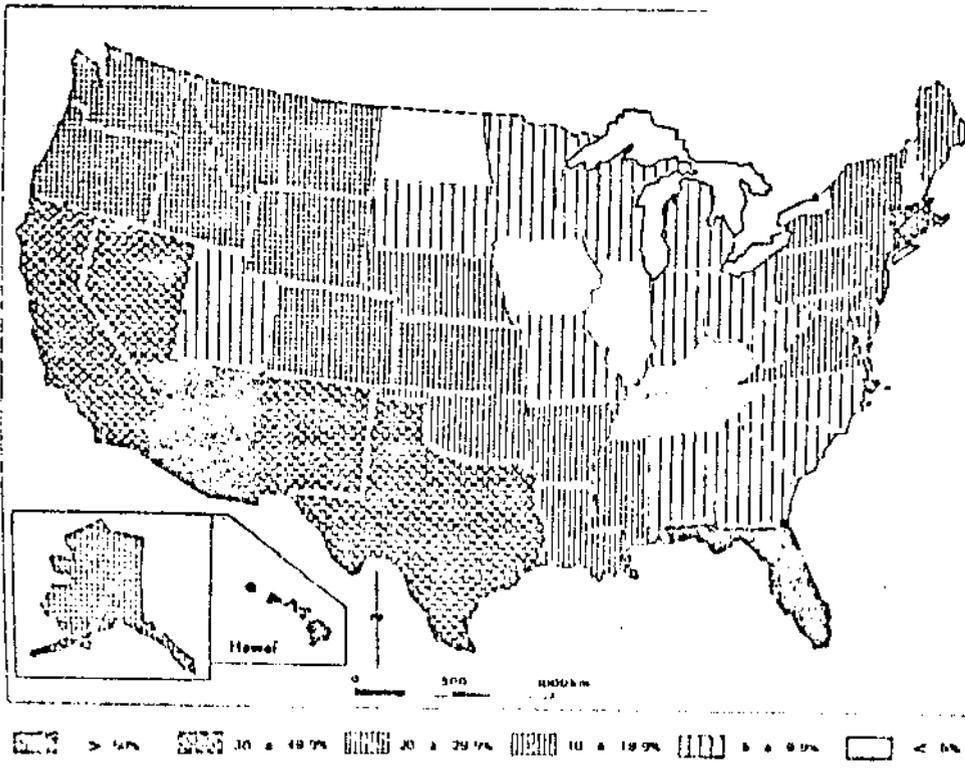
das das unidades de produção familiar como porcentagem das vendas totais - EUA 1964



Fonte: Nikolitch, 1969:535

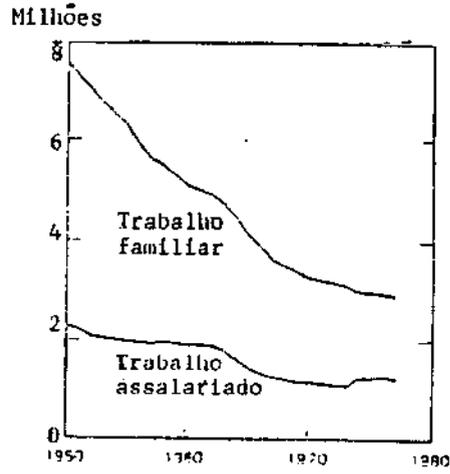
MAPA 2

porcentagem do valor total da produção agrícola comercializada pelas corporated farms - EUA 1974



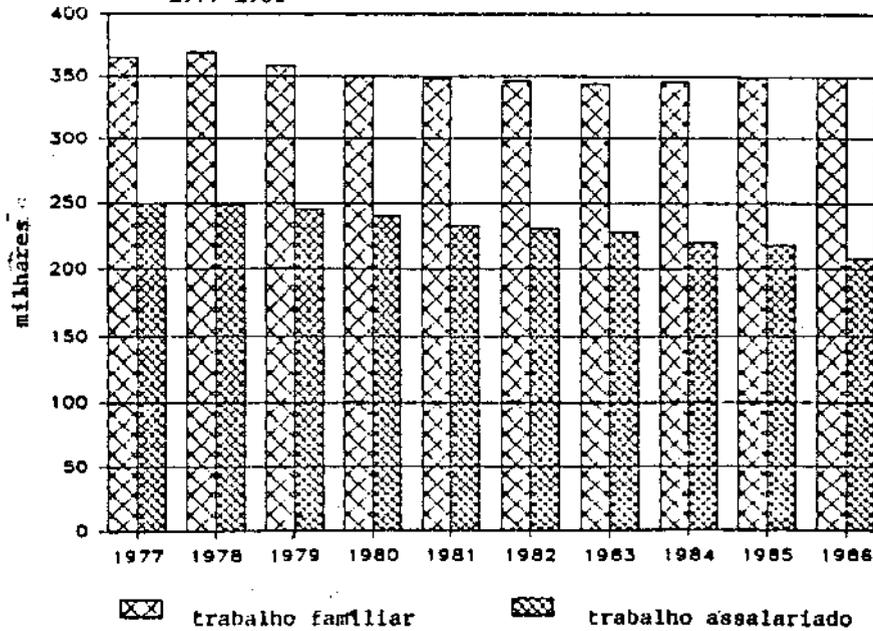
ANEXO 2

Figura 1
Trabalhadores agrícolas
EUA 1950-1980



Fonte: Schertz, 1979:27

Figura 2
Força de trabalho agrícola na Inglaterra e País de Gales
1977-1986



Fonte: Errington, 1986:4

ANEXO 3

Figura 3

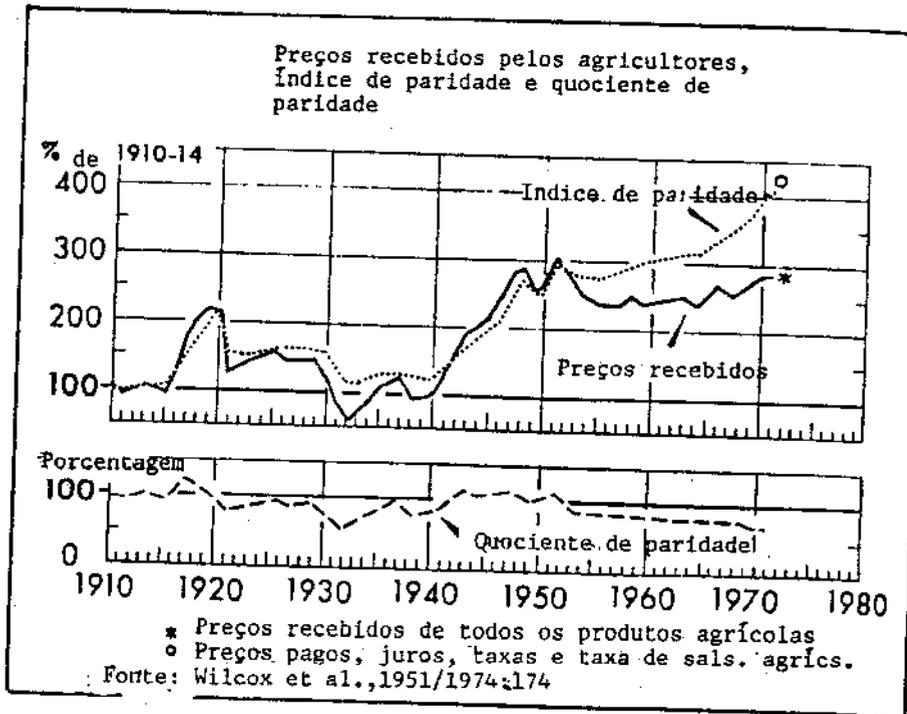
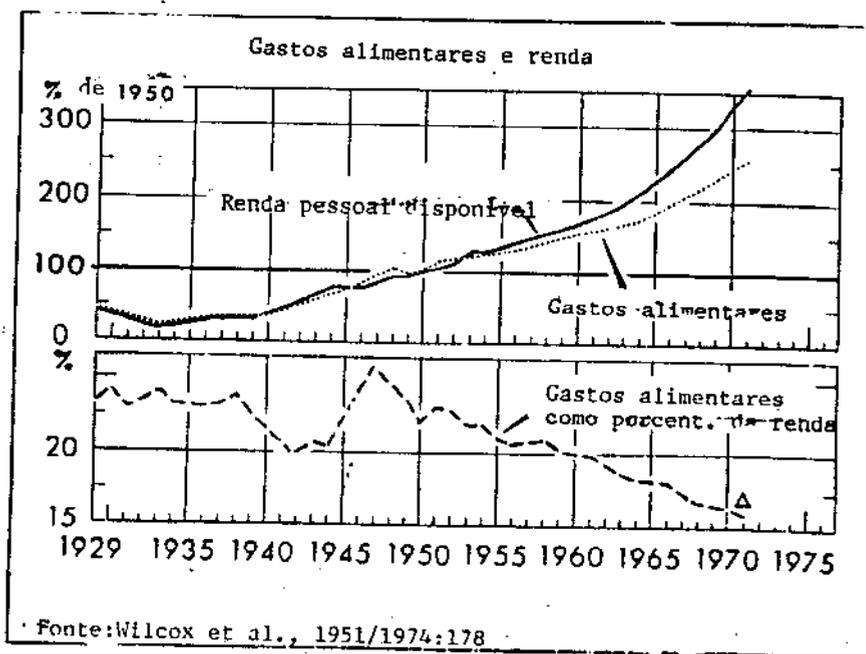


Figura 4



índice de tabelas

Tabela I - Número de unidades produtivas e suas vendas por tipo de unidade produtiva. EUA, 1949, 1959 e 1964-----	159
Tabela II - Unidades produtivas e suas vendas por uso de homens/ano de trabalho assalariado, por tamanho de unidade produtiva. EUA, 1964-----	161
Tabela III - Peso do trabalho familiar em produtos agropecuários. Estados Unidos, 1964-----	163
Tabela IV - Frequência e mudança na incidência de pessoas (em milhares) que realizaram trabalho agrícola assalariado durante o ano, por duração do trabalho agrícola assalariado. EUA, vários anos-----	169
Tabela V - Mudanças no número de estabelecimentos e vendas brutas por tipo de estabelecimento-----	171
Tabela VI - Participação dos salários no valor da produção agropecuária nos EUA, 1987-----	175
Tabela VII - Porcentagem da renda bruta dos estabelecimentos agrícolas obtida por cada classe de venda. EUA, 1969-1982, dólares de 1982. Em porcentagem-----	177
Tabela VIII - As <i>corporate farms</i> nos Estados Unidos (1974)-----	181
Tabela IX - O lugar da <i>corporate farms</i> nos EUA em 1974---	183
Tabela X - O lugar das <i>corporate farms</i> controladas pelas 736 maiores empresas agropecuárias norte-americanas-----	184
Tabela XI - A força de trabalho na agricultura e na horticultura. Inglaterra e País de Gales. 1977-1986-----	199
Tabela XII - A evolução da agricultura francesa no Pós-Guerra-----	215
Tabela XIII - Evolução dos rendimentos de leite e cereais - Países selecionados - 1958-1972-----	216
Tabela XIV - Estrutura das explorações agrícolas - Países Selecionados, 1958 a 1972-----	217
Tabela XV - População agrícola por categoria - França, anos selecionados-----	220
Tabela XVI - Declínio percentual da mão-de-obra principalmente ocupada na agricultura por tipo de ocupação-----	221

Tabela XVII - Indicadores selecionados de desempenho agrícola. Estados Unidos. Taxa anual de variação entre 1950 e 1968-----266

Tabela XVIII - Economias de tamanho para produtos selecionados. EUA, média nacional. Dados recolhidos entre 1979 e 1983-----301

índice

Introdução -----	III
Agradecimentos-----	XV
Parte I	
Capítulo I - O saco de batatas-----	2
a) Uma categoria universal ?-----	3
b) A ortodoxia das circunstâncias-----	12
c) Resumo e conclusões-----	28
Capítulo II - Diferenciação ou identidade: quando o saco de batatas para em pé-----	31
a) Apresentação-----	32
b) Alexander Chayanov-----	38
c) Jerzy Tepicht-----	59
d) Resumo e conclusões-----	65
Capítulo III - A microeconomia do comportamento camponês-----	69
a) Apresentação-----	70
b) O maximizador de lucro-----	74
c) O minimizador de riscos-----	80
d) A aversão à penosidade-----	87
e) Resumo e conclusões-----	96
Capítulo IV - Os limites da racionalidade econômica-----	99
a) Apresentação-----	100
b) Sociedades camponesas-----	109
c) A particularidade dos mercados-----	121
d) Capitalismo e campesinato-----	137
e) Resumo e conclusões-----	144

Parte II

Capítulo V - Estados Unidos: um mito jefersoniano ?-----	148
a) Apresentação-----	149
b) Fim do mito ou mito do fim ?-----	153
c) Concentração e proletarização-----	165
d) Uma estrutura agrária bimodal ?-----	171
e) As corporações no campo-----	179
f) Resumo e conclusões-----	187
Capítulo VI - A Agricultura Familiar no País dos <i>Landlords</i> -----	190
a) Apresentação-----	191
b) A volta do modelo tripartite ?-----	192
c) Família e concentração-----	196
d) Resumo e conclusões-----	204
Capítulo VII - Mercado, Estado e Desenvolvimento na Comunidade Econômica Européia-----	207
a) Apresentação-----	208
b) Produzir mais com menos gente-----	208 214
c) Ainda a família ?-----	214 222
d) O mercado sob controle-----	222 226
e) O Estado previdenciário-----	226 234
f) Resumo e conclusões-----	224 247
Capítulo VIII - As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico-----	250
a) Apresentação-----	251
b) O agricultor e o besouro-----	258

c) Um trabalhador para a agroindústria ?----	267
d) Uma nova "funcionalidade" ?-----	270
e) Agricultura e fordismo-----	279
f) Capitalismo e natureza-----	289
g) Resumo e conclusões-----	307
Conclusão-----	311
I-----	312
II-----	320
Bibliografia-----	330
Anexos-----	347
índice de tabelas-----	350